



Pousadas de Portugal
Reflexos da Arquitectura Portuguesa do Século XX

Susana Lobo

(Página deixada propositadamente em branco)

Pousadas de Portugal
Reflexos da Arquitectura Portuguesa do Século XX

(Página deixada propositadamente em branco)

Prefácio	
Apresentação	
Agradecimentos	
Nota Prévia	1
Introdução	7
O Turismo na Viragem do Século	8
Do "Palace" à "Pousada"	16
Pousadas	
1938/1948	
Pousadas do SPN/SNI	29
O Plano dos Centenários	30
É uma casa portuguesa com certeza	38
Decreto-Lei N.º 31:259	
1948/1961	
As Novas Pousadas da DGEMN	51
Do Congresso ao Inquérito	52
Uma Iniciativa Necessária	
I Congresso Nacional de Arquitectura	
Entre o Regional e o Moderno	66
1961/1980	
Pousadas e Património	93
Experimentação e Crise	94
Monumentos e Centros Históricos:	
"Adaptação" a Pousada	106
Charte de Venise	
1980/2002	
Pousadas como Património	127
Percurso e Território	128
Pousadas de Arquitecto:	
Intervenção no Património	138
Nota Final	153
Bibliografia	157
Origem dos Desenhos e Fotografias	171

Sumário

(Página deixada propositadamente em branco)

Em tempo de aceleradas e contínuas alterações do contexto social, dos recursos técnicos, dos conceitos estéticos, dos hábitos ou possibilidades de uso do construído, a arquitectura não deixa, em aparente paradoxo, de alicerçar-se profundamente no conhecimento da sua própria história.

Verifica-se, hoje, uma mudança sensível nos tempos em que se conformam essas alterações. Haverá, talvez, uma maior radicalidade na modificação dos parâmetros que as vão determinando. Haverá, consequência directa de um sistema de informação cada vez mais prolixo e eficaz, uma maior variabilidade no leque de opções a serem tomadas. Todos estes factores, alterados que vão sendo os ritmos da sua aplicação ou acrescida a diversidade do seu carácter, virão a inserir-se na lenta e quase milimétrica sedimentação que vai fazendo o evoluir do processo histórico. É esse conhecimento, simultaneamente consolidado e em permanente evolução, que estará na base de qualquer decisão que vise a construção do futuro.

O início do século XX, em Portugal, quase coincidente com a alteração do regime monárquico para o da República, não implicará, sob o ponto de vista da organização sócio-económica, roturas muito significativas. Antes se poderá ler, neste período de transição, um prolongamento da afirmação do protagonismo das elites e de um certo espírito romântico.

A República, quase não ultrapassando um conturbado e restrito período de formação, não disporá de condições para a introdução de reformas de fundo ou sequer para o estabelecimento de grandes planos de desenvolvimento.

Nesse contexto, o golpe de 1926, irá consolidar-se com relativa facilidade, encontrando na lógica de um regime ditatorial os meios para um eficaz exercício do poder. A evolução da II Guerra Mundial, durante os primeiros anos, dará o importante contributo ideológico de que o regime necessitava e virá, naturalmente, a fornecer os modelos de referência para a produção arquitectónica, nessas condições tão directamente dependente do poder.

Com a vitória dos Aliados, em 1945, o regime português iniciará um longo percurso de avanços, retrocessos e cedências impostas, essencialmente, por um contexto

político mundial desfavorável, pela necessária evolução económica e tecnológica e pela inevitável abertura ao exterior.

Só em 1974 essa abertura ganhará expressão plena, significando a conquista de relações internas e internacionais libertas do peso de imposições ideológicas apriorísticas.

Em "Pousadas de Portugal – Reflexos da Arquitectura Portuguesa do Século XX", definidos com a maior clareza os objectivos do trabalho, faz-se uma análise aprofundada da produção arquitectónica produzida ao serviço das actividades ligadas ao turismo, actividades que, de âmbito incipiente e quase exclusivo das classes mais abastadas, no início do século, se expandem em progressiva democratização, vindo a constituir-se, nos nossos dias, em importantes dispositivos na economia do país.

Daquilo que são os exemplos arquitectónicos caracterizadamente conotáveis com a vilegiatura – os Palaces e os grandes hotéis – se passa para a observação do período a que se liga a afirmação do fenómeno Pousada, período altamente profícuo por corresponder a desígnios claramente definidos: o de fomentar, essencialmente nos portugueses, o conhecimento do interior do país, interior tomado como paradigma das qualidades pátrias, na visão conservadora e provinciana do regime de Salazar; será, também, a exaltação dos valores desse interior que se pretende seja utilizada como atributo arquitectónico dos próprios edifícios.

Veremos como, neste longo percurso, se permitem excepções, quando consideradas de utilidade para a criação de uma imagem de abertura e de progresso, como a que se traduz na construção das hidroeléctricas e nos edifícios de apoio destinados a receber elementos nacionais e estrangeiros ligados às tecnologias de ponta.

Dar-se-á, igualmente, testemunho da expressão, tantas vezes extraordinariamente condicionada, do emergente desejo de modernidade almejado por um número de arquitectos cada vez mais significativo.

O turismo, como indústria, vai consolidando-se, atento aos novos conceitos de arquitectura. A influência do Inquérito à Arquitectura Popular Portuguesa ver-se-á reflectida, nem sempre de modo positivo, em algumas

das intervenções de maior projecção. O reconhecimento da importância dos testemunhos do passado, populares ou eruditos, terão expressão, essencialmente depois de Abril de 74, na valorização do património histórico; funcionando como cartaz turístico, a sua utilização dará abertura para a respectiva preservação em acções que, em variados casos, se podem considerar exemplares.

Feito em propositado balanço entre a consideração das condições políticas, das instituições de suporte, da legislação produzida e da própria produção arquitectónica, este estudo, para além do interesse académico de que claramente se reveste, tem o inestimável valor de constituir-se como insubstituível meio de divulgação de um sector da economia e da arquitectura a ele ligada, num período em que, em aparente incongruência, a função dos edifícios produzidos, a sua filiação institucional e, conseqüentemente, a sua sobrevivência como testemunhos insubstituíveis de uma cultura arquitectónica, estão claramente a ser postos em causa.

Sérgio Fernandez
Porto, Agosto de 2006

Apresentação

A presente edição tem como base a Prova Final de Licenciatura em Arquitectura pela FCTUC, defendida a 5 de Fevereiro de 2002.

Procurou-se manter a estrutura original do trabalho, introduzindo, no entanto, os acertos necessários a uma actualização da informação contida no texto inicial, decisão que resulta do aprofundamento da investigação que temos vindo a desenvolver sobre a temática das **pousadas**. São, por isso, elementos que vêm complementar a leitura proposta, mais do que alterar o seu significado ou a avaliação crítica que se propôs.

Como resultado deste estudo, destaca-se a participação no IV Congresso DOCOMOMO Ibérico, realizado em Valência em Novembro de 2003, intitulado "Arquitectura Moderna y Turismo: 1925-1965", onde se apresentou a comunicação "**Pousadas** de Portugal: um projecto moderno"; e a colaboração no catálogo da exposição "Arquitectura Moderna Portuguesa: 1920-1970", publicado em 2004, com o artigo "1942-2002: 60 anos de **Pousadas**". Em ambos os casos, faz-se uma análise da evolução dos conceitos e das políticas que as **pousadas** reflectem enquanto produto de um projecto de turismo nacional inovador, que se foi delineando ao longo de todo o século XX. Como essas ideias foram concretizadas em algumas das obras mais marcantes da arquitectura portuguesa do século XX e como essas propostas contribuíram para a construção de uma moderna concepção de turismo.

Mais recentemente, "**Pousadas SOS**", artigo publicado, em Outubro de 2005, na Laura - Revista de Cultura Arquitectónica do Departamento Autónomo de Arquitectura da Universidade do Minho, sob o tema "Crítica", procura fazer um ponto de situação do actual panorama das **Pousadas** de Portugal. Como as orientações que têm vindo a presidir à política de gestão patrimonial adoptada pela ENATUR questionam o seu próprio património.

Na sequência desta reflexão foi proposta, em Agosto de 2002, a classificação das **pousadas** de S. Tiago, em Santiago do Cacém, e de Sta. Bárbara, na Póvoa das Quartas. A **Pousada** de Sta. Bárbara foi classificada como Imóvel de Interesse Público, por despacho de homologação de 3 de Fevereiro de 2005, mas o processo da **Pousada** de S. Tiago, aberto em 10 de Março de 2003, ainda está em curso.

(Página deixada propositadamente em branco)

Agradecimentos

Ao Professor Arquitecto Sérgio Fernandez,
pela amizade, disponibilidade e estímulo
com que acompanhou este *Percurso*,
agora pelas **Pousadas**,
e ao Professor Arquitecto Alexandre Alves Costa,
que aceitou a co-orientação deste trabalho,
por uma sempre presente
História da Arquitectura Portuguesa.

Ao Professor Arquitecto Raúl Hestnes Ferreira,
pela permanente lição de *Arquitectura e Vida*.
Sem ela este trabalho não teria, para mim,
o mesmo significado.

Aos meus pais e irmãos.

Ao António.

(Página deixada propositadamente em branco)

Nota Prévía

(Página deixada propositadamente em branco)

● Instituída a poucos meses da prevista conclusão da licenciatura dos primeiros alunos do Curso de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, a "Prova Final" continua polémica em aberto. Gerou controvérsia e ainda são poucos os que compreendem, na essência, qual a sua finalidade. E já lá vão "10 anos de arquitectura no colégio das artes".

Pretende-se que a "Prova Final" constitua, simultaneamente, plataforma de síntese de um discurso crítico adquirido ao longo da experiência académica e preâmbulo de uma actividade profissional que se avizinha. Na ausência de um plano que a balize, os seus contornos foram-se fixando na medida das angústias de cada um para logo se perderem na sua própria liberdade.

É certo que a realização destas provas tem permitido ensaiar e consolidar um corpo de investigação, paralelo, de alguma qualidade, que abarca o vasto campo disciplinar da arquitectura e vai enchendo sucessivas prateleiras da nossa biblioteca.

Mas, para quê? De que tem servido à *Escola* toda esta "bagagem" discursiva? O que é feito de todo o potencial que tem produzido? Objectivou-se numa acção mais consciente e interventora? E porque não se alimenta uma sequência dessa discussão a partir da própria *Escola*? Ou só os que por lá ficam têm a oportunidade e o dever de prosseguir essa tarefa? Entretanto a figura da "Prova Final" vai ganhando adeptos noutras instituições.

O presente trabalho insere-se nesta realidade: a da "Prova Final".

Por se situar entre formação e prática, não procura mais que ancorar uma série de perplexidades que se foram esboçando no fascínio do Projecto, no rigor da História ou nas "transparências" da Teoria.

"**Pousadas** de Portugal. Reflexos da Arquitectura Portuguesa do Século XX" foi o pretexto para essa reflexão.

“A arquitectura, para se realizar ou consumir, supõe sempre o aval do poder, da lei e do capital sob a forma de Mecenas, burocratas, comerciantes ou industriais, e alguma forma de aquiescência ou de conformidade com as preferências não só desses agentes como dos habitantes ou utentes que a utilizarão. (...) Com mais ou menos excepções, corajosas e afortunadas, a generalidade da arquitectura (a que Zevi chamaria “construção”, na linha da oposição de Croce, entre “poesia” e “prosa”) é conformista em relação ao sistema dominante, imprimindo por seu turno nos utentes a ideologia do sistema.”

PORTAS, Nuno, “A Evolução da Arquitectura Moderna em Portugal, Uma Interpretação”, in ZEVI, Bruno, *História da Arquitectura Moderna*, vol.II, Lisboa, Arcádia, 1977, p. 688.

4

À escolha do tema não foi certamente alheia a necessidade de falar de arquitectura a partir do próprio projecto de arquitectura, espinha dorsal dos cinco anos curriculares do curso. Também não foi por acaso que se determinou centrar esta abordagem na produção arquitectónica portuguesa do século XX, referencial aqui assumido face à crescente mediatização e banalização da arquitectura, condensada em ícones sedutores que esvaziam e iludem o espaço do projecto. Numa altura em que a arquitectura perdeu em definitivo a sua autonomia disciplinar para se situar num território de discussão em que os limites são definidos pela própria incomensurabilidade da experiência contemporânea, a complexidade dos pensamentos que transitam no actual panorama da arquitectura tornou inevitável esta leitura retrospectiva sobre a produção e a cultura arquitectónicas do século, agora, passado. Porque a descontinuidade e a diversidade hoje produzidas vêm necessariamente informadas por toda uma circunstância anterior, dificilmente conseguimos ir além de um manuseamento gratuito de imagens e compreender o total alcance da contemporaneidade se a não tivermos presente. “A posição que se assume sobre este complexo passado, que inclui o hoje, de sedimentos vários e todos significativos, é tão importante como a manifestação do desejo de construir o futuro”¹.

E se centrar esta leitura na especificidade do contexto português pode, à partida, parecer algo contraditória numa época que se diz de “globalização”, é, no entanto, no “local” que melhor se percebe este fenómeno.

“Na sua evolução recente, a prática da arquitectura em Portugal pressiona a reconsideração do seu equilíbrio vocacional: redescobrir a profundidade do tempo e da memória como material natural na sedimentação da verdade limitada do projecto; alinhar a substância e a consistência da matéria arquitectónica a partir: dos resultados e destinos da experiência criativa, da capacidade de confrontação crítica dos seus instrumentos de conhecimento nos

compromissos que estabelece com a realidade particular”².

Assim, no quasi vazio de um plano teórico que fundamente e problematize o exercício projectual, é na obra de arquitectura que se fixam e transmitem conhecimentos, num processo empírico e evocativo que se basta no “estritamente experimentado na artisticidade e profissionalismo comunicados à e pela obra”³.

Síntese interpretativa que cruza a novidade dos modelos exteriores com a segurança de um saber acumulado na atenção ao passado, “abandonarei sempre aqueles, na observação estrita da sua transformação e aplicação”⁴ à circunstância portuguesa.

Se, de facto, os anos 20 foram plenos de ensaios tipológicos sobre os novos programas surgidos no final do século XIX, as décadas seguintes vão marcar de forma indelével o retorno a um conceito de utilização política da arquitectura. Característica indissociável dos regimes autoritários, onde se inscreve o salazarismo, não mais deixará de estar presente, ainda que sob outros conteúdos ideológicos e outras formas de organização política.

Dos diversos tipos arquitectónicos trabalhados durante o Estado Novo e que se prolongam até ao presente, são talvez as **pousadas** que, de uma forma mais sistemática, mas não necessariamente linear, melhor traduzem as oscilações de uma cultura arquitectónica oficial, portuguesa em particular. Símbolos de uma identidade cultural que se pretende publicitar, cristalizam, por isso, “os interesses práticos do “sistema””, numa expressão tão “convicta e coerente, contraditória e ambígua quanto ele”⁵. E porque esta, instantaneamente, se deixa contaminar por experiências “marginais”, logo aqueles voltam a repôr a ordem natural das coisas.

notas

² PORTAS, Nuno, MENDES, Manuel, *Arquitectura Portuguesa Contemporânea, Anos Sessenta/Anos Oitenta*, Porto, Fundação de Serralves, 1991, p.101.

³ MENDES, Manuel, “Arquitectura Portuguesa, Anos 50-Anos 80”, *Cadernos Política*, Lisboa, n.º 2, 1990, p.62.

⁴ COSTA, Alexandre Alves, “Introdução ao Estudo da História da Arquitectura Portuguesa”, in *Introdução ao Estudo da História da Arquitectura Portuguesa. Outros Textos Sobre Arquitectura Portuguesa*, (“Seis Lições-2”), Porto, FAUP Publicações, 1995, p.27.

⁵ Idem, p.28.

notas

¹ COSTA, Alexandre Alves, “Cinco Pensamentos de Nexo Inexplicável”, *10 anos de arquitectura no colégio das artes*, Coimbra, ECDJ n.º 2, Março 2000, p.64.

É neste sentido que as **pousadas**, enquanto resultado exclusivo de uma política oficial de turismo, que se foi construindo ao longo de todo o século, são um dos reflexos mais nítidos do percurso singular da arquitectura portuguesa do século XX.

Mas não o único.

Outras leituras seriam possíveis a partir de diferentes temas e edifícios que os materializaram.

"Suponhamos que tenho de escrever (...) sobre a obra da pousada instalada no convento do Bouro. Descrevo-a, discuto-a do ponto de vista formal, tipológico. Aproximo-a de outras do mesmo género. Comparo-a com outras **pousadas**, por exemplo. Integro as suas formas e opções em correntes portuguesas e internacionais. Disponibilizo-a em desenho, publicando-lhe as imagens e as imagens de outras obras, estudando-lhe as regras de distribuição. Leio o que o projectista escreveu sobre a obra e o que outros foram levados a escrever. Ao observar que os corpos conventuais não foram providos de telhado, por exemplo, sou forçado a perguntar porque é que isso sucedeu assim. Nos textos do projectista encontro respostas elípticas, curtas e até enigmáticas. Noutros textos vejo referências a polémicas sobre a questão do "património". Leio também esses autores e diatribes. Pouco a pouco, é toda a cultura do final do século XX que é convocada pela obra do Bouro e percebo que a pedra, o ferro, o vidro estão carregados de muito mais que formas e usos e suscitam muito mais que comparações.

Pergunto agora:

Em que ponto deste percurso investigativo em volta do Bouro passei da "história da arquitectura" para a "história da cultura"? Em que ponto me afastei da história como "disciplina auxiliar do projecto"? A que altura deixei de ser "útil" a candidatos a arquitectos sentados aos seus estiradores?

Respondo: nunca.

Estive sempre, ao comparar formas, ao analisar desenhos, ao ler textos filosóficos, ao discutir ideias, estive sempre na área de projecto, ou seja, na área da arquitectura.

Porque sempre estive do lado da obra, da sua materialidade, da sua existência, do modo como afectou e continua a afectar tanto os corpos como as consciências.

Dir-me-ão que é raro uma obra convocar tantas hipóteses abertas e tantas linhas de reflexão.

Mas o que é preciso que uma escola faça - que esta escola faça - é dar origem, não obrigatoriamente a obras deste calibre, mas a projectistas que pensem qualquer obra através desta amplitude, deste desejo de saber e fazer"⁵.

notas

⁵ GOMES, Paulo Varela, "Entre Coimbra e o Mundo", *10 anos de arquitectura no colégio das artes*, Coimbra, ECDJ n.º 2, Março 2000, p.50-51.

(Página deixada propositadamente em branco)

Introdução

O Turismo na Viragem do Século

vilegiatura	<i>s.f.</i> temporada que se passa fora de casa em digressão de recreio, principalmente na estação calmosa; tempo de descanso em praia, campo ou estância balnear. ¹
tour	<i>s.m.</i> (tour - subst. verbal du v. tourner) mouvement circulaire complet; action de parcourir une contrée en entier ou en grande partie; migration après laquelle on revient chez soi, au lieu d'où l'on était parti; circuit, périphérie. ²
tour	<i>noun</i> 1.a journey that you make for pleasure during which you visit many places; 2.a short visit around a city, famous building, etc. ³
tourism	<i>noun</i> the business of providing and arranging holidays and services for people who are visiting a place. ³
turismo	<i>s.m.</i> gosto pelas viagens; tudo o que se relaciona com os serviços organizados de viagens de estrangeiros num país; viagens de instrução e recreio; excursionismo (do ingl. tourism, «id.»). ⁴

notas

¹ *Dicionário de Português*, ("Dicionários Editora"), 3.ª edição, Porto, Porto Editora, s.d..

² LARROUSE, M. Pierre, *Grand Dictionnaire Universel du XIX^e Siècle*, vol. 15, Administration du Grand Dictionnaire Universel, Paris, 1876.

³ *Oxford Wordpower Dictionary*, 5th edition, Oxford, Oxford University Press, 1994, 1st edition 1993.

⁴ *Dicionário da Língua Portuguesa*, ("Dicionários Editora"), 6.ª edição, Porto, Porto Editora, 1991.

● O século XIX introduz, na esfera da vida privada, um novo conceito: a vilegiatura. O prazer da viagem pela viagem, privilégio de uma minoria abastada, generaliza-se ao longo do século XIX, ainda que associado a um sentido religioso, a uma insaciável procura de conhecimento ou a uma crescente atenção ao corpo.

Acima de tudo é um fenómeno individual e urbano. À medida que se sedimenta a necessidade de um tempo de descanso e evasão, alimentada por teses higienistas, em contrapartida ao tempo de trabalho e à vida mundana da cidade, implanta-se a noção de "férias". Concentradas nos meses de Verão, é a partir delas que se vai progressivamente organizar o calendário de actividades da sociedade industrial. Com o movimento romântico do final do século, a viagem ganha uma dimensão metafísica que viria a alimentar novos comportamentos. O itinerário clássico dá lugar à aventura, à contemplação da paisagem bruta, à mais intensa das emoções. Os argumentos médico-filantrópicos são gradualmente substituídos por motivações de carácter lúdico e recreativo; por outras palavras, dá-se lugar ao culto do ócio. O indivíduo já não procura uma "cura", mas o seu próprio bem-estar. Almeida Garrett, Ramalho Ortigão ou Eça de Queirós transportam-nos para paisagens longínquas do imaginário português ou para cenários pitorescos de um país rural, tecendo ao mesmo tempo uma crítica mordaz à sociedade burguesa da época⁵.

É também pela mão destes autores que se dão os primeiros passos no sentido de uma consciencialização pública da questão da preservação e defesa do património histórico e cultural do país, matéria em que se destacou a acção concreta do rei-consorte D. Fernando II.

As migrações estivais rapidamente se assumem como fenómeno social e cultural nos meios internacionais, suscitando o interesse dos governos de diversos países pelas suas potencialidades em termos políticos e económicos. De manifestações espontâneas e ocasionais, evolui-se para um movimento organizado

notas

⁵ Destes autores ver: *Viagens na Minha Terra* (1846), de Almeida Garrett; *Farpas* (1871/1882), *Primeiro Roteiro Turístico Termal Português* (1875) e *Primeiro Roteiro Turístico Balnear Português* (1876), de Ramalho Ortigão; *A Relíquia* (1887) e *A Cidade e as Serras* (1901), de Eça de Queirós.

com forte impacto na economia internacional: o turismo.

O turismo em Portugal ganha adeptos na viragem do século. Num país pequeno, com um elevado índice de ruralidade, sem perspectivas para a maioria da sua população, que se refugia na emigração como solução de vida, e afastado de uma Europa que se renovava com a Revolução Industrial, o turismo aparece como uma saída determinante para o restabelecimento do equilíbrio orçamental, posto em causa, em finais de oitocentos, por uma preocupante dívida pública, e das suas relações externas, ameaçadas pela cobiça crescente que o seu império colonial suscitava entre as grandes potências.

Apesar do relativo desenvolvimento da rede de transportes e comunicações⁶, alcançado com a política de obras públicas de Fontes Pereira de Melo, na segunda metade do século XIX, dotando o país das infra-estruturas de que precisava para a sua reabilitação comercial, industrial e agrícola, a oferta hoteleira, "dispersa pelos principais centros urbanos e por modestas estâncias termas dirigidas para o consumo interno, que se viam complementadas por uma fieira de praias provincianas"⁷, carecia de uma planificação objectiva e de incentivos adequados. A natural instabilidade decorrente do conturbado processo de transição de uma monarquia de oito séculos, ideologicamente esgotada e decadente, para

notas

⁶ Os primeiros projectos para a introdução do caminho-de-ferro em Portugal surgem na década de 1840, tendo os primeiros comboios começado a circular em 1856 entre Lisboa e o Carregado. Com a construção da ponte D. Maria Pia, sobre o Douro, em 1877, e da ponte internacional sobre o rio Minho, em 1886, ficaria concluída a ligação ferroviária Lisboa-Porto, e a ligação ferroviária à Galiza. O projecto contemplava também as diversas províncias portuguesas, sendo possível chegar por via férrea, a partir de Lisboa, ao Alto Alentejo, em 1861, ao Ribatejo, em 1863, à Beira Litoral, Douro e Baixo Alentejo, em 1864, ao Porto e ao Minho, em 1877, à Beira Alta, em 1882, a Trás-os-Montes, em 1883, ao Algarve, em 1889, e à Beira Baixa, em 1893. As ligações ferroviárias com a Espanha e, conseqüentemente, com a Europa inauguraram-se em 1866. Em 1887 o Sud-Express ligava Paris a Madrid e a Lisboa.

Também os Correios, o Telégrafo e o Telefone foram alvo de amplas reformas e melhoramentos, assim como as infra-estruturas portuárias e a sinalização costeira.

[cf. MARQUES, A.H. de Oliveira, *Breve História de Portugal*, 1.ª edição, Lisboa, Editorial Presença, 1995, p.491].

⁷ PINA, Paulo, *Portugal. O turismo no Século XX*, Lisboa, Lucidus Publicações, 1988, p.11.

um ainda inseguro governo republicano, inviabilizaria a implementação das medidas de fundo necessárias para a vitalização turística do país. No entanto, alguns esforços foram investidos com vista a fomentar o turismo português.

A Companhia de Caminhos de Ferro realizou, logo em 1890, uma campanha de viagens por Portugal que permitiu aos lisboetas a visita de “monumentos históricos de situação pitoresca, praias de banhos, estabelecimentos de águas minerais”⁸. Surgem também as primeiras iniciativas associadas ao universo automobilístico, claramente influenciadas pela fundação do Automóvel Clube de Portugal, em 1903, mas que ficaram pela edição de mapas e guias de estradas, salientando-se o *Guia de Estradas de Portugal*, de Elísio Mendes, publicado em 1905⁹.

O empenhamento de Leonildo Mendonça e Costa, jornalista e director da “Gazeta dos Caminhos de Ferro”, leva à criação, em 1906, da Sociedade Propaganda de Portugal¹⁰. Organismo privado, sem capacidade legal ou económica para gerar equipamentos, os seus objectivos primaciais seriam os de, por um lado, incentivar junto da população uma receptividade que apoiasse futuras acções e, por outro, publicitar o turismo e o património português, tanto a nível nacional como internacional.

notas

⁸ MATTOSO, José(dir.), *História de Portugal. A Segunda Fundação*, vol. 6, Lisboa, Editorial Estampa, 1994.

⁹ A importância que o transporte ferroviário adquire no final do século relegou para segundo plano a rede rodoviária do País, que só seria motivo de maiores atenções com a criação da Junta Autónoma de Estradas, em 1927. O próprio Automóvel Clube só a partir dos anos trinta teria uma acção mais relevante com o lançamento da sua revista, a realização de uma campanha de embelezamento e sinalização das estradas portuguesas em colaboração com a Vacuum Oil e a edição do seu mapa anual do estado das estradas. (cf. PINA, Paulo, op. cit., p.49-51).

¹⁰ Mendonça e Costa seria o autor de outra importante iniciativa: o “Manual do Viajante em Portugal”. Publicado em 1907, veio complementar o “Mapa Excursionista”, divulgado pela Sociedade, apresentando três roteiros possíveis pelas principais cidades e lugares românticos do país, com base no traçado da rede ferroviária e no tempo disponível pelo viajante (oito, quinze ou quarenta dias). Este Manual seria o prólogo do Guia de Portugal.

Organizado por Raul Proença e publicado em 1924 pela Biblioteca Nacional, o Guia de Portugal aproximava-se dos Guias de Adolphe Joanne e Karl Baldecker, elaborados no século XIX. O seu primeiro volume seria dedicado à cidade de Lisboa e arredores. Mais do que um receituário de itinerários, procurou construir uma “pedagogia do olhar”, apoiando-se, para isso,

Dedicando especial atenção às relações externas, a Sociedade envia um seu representante ao II Congresso Internacional de Turismo, realizado em 1909 na cidade espanhola de San Sebastian, conseguindo que fosse aprovada a sua integração na Federação Franco-Hispânica dos Sindicatos de Iniciativa e Propaganda, transformada então em Federação Franco-Hispano-Portuguesa. Esta filiação veio a ser decisiva para a institucionalização oficial do turismo em Portugal. A realização, em Lisboa, do IV Congresso Internacional de Turismo, a 12 de Maio de 1911, ajuda a trazer à recém instaurada República algum reconhecimento internacional de que precisava para se afirmar enquanto novo governo numa Europa à beira de um conflito mundial. Do Congresso resultaria a constituição, no Ministério do Fomento, de um Conselho de Turismo apoiado por uma Repartição de Turismo. Esta decisão relegava para outro plano a Sociedade Propaganda de Portugal, confinada agora a uma representação do país no estrangeiro.

A nova Repartição de Turismo teve um difícil início de vida, enfrentando algumas adversidades “em se impor numa conjuntura onde a guerra e a omnipresente instabilidade governamental provocavam o adiamento ou interrompiam a implementação sistemática de medidas dirigidas ao sector”¹¹. Conseguiram-se, no entanto, realizar ainda alguns investimentos sob a confortável neutralidade defendida por Portugal no início da 1.ª Guerra Mundial, entre os quais a infraestruturação e propagação da região costeira junto à capital, a Costa do Sol, convertendo o Estoril em zona de veraneio privilegiada. Em 1917, outro episódio da vida portuguesa viria a ganhar uma dimensão que transcendeu fronteiras, influenciando o rumo dos acontecimentos: a anunciada primeira aparição da Virgem Maria aos três pastorinhos, a 13 de Maio, na Cova da Iria. A escala de afluência de

notas

na colaboração dos mais prestigiados escritores da época. Resultou, assim, numa “espécie de resumo portátil” de fácil manuseamento que, para além das indicações práticas necessárias a qualquer viajante, proporciona a leitura dos mais importantes textos produzidos sobre Portugal. Pelo seu carácter “educativo”, o Guia foi também um importante veículo da construção de uma identidade portuguesa, que mais tarde seria explorada pelo Estado Novo.

(cf. MATTOSO, José(dir.), op. cit., p.583-585).

¹¹ PINA, Paulo, op. cit., p.17.

peregrinos a Fátima, transformada em local de culto para a comunidade católica de todo o mundo, chama a atenção, não só das autoridades religiosas, que encomendam ao arquitecto holandês Gerard Van Kriechen o projecto de um Santuário Monumental, como também do poder político, que desde logo reconhece o interesse turístico de Fátima.

Paradoxalmente, Estoril e Fátima passam a ser o cartão de visita de Portugal no estrangeiro.

A forma algo casuística com que inicialmente se constrói o programa de aproveitamento turístico do país seria reflexo das convulsões político-sociais de uma I República sem um destino ainda bem definido.

A evolução do conflito mundial e o conseqüente envolvimento de Portugal, apostado em garantir a sua soberania sobre o território colonial¹², seria um primeiro indício do panorama pouco favorável que a Repartição de Turismo viria a enfrentar até à década de 40.

De facto, o primeiro terço do século XX é marcado, tanto no plano internacional como no plano doméstico, por uma sequência de acontecimentos políticos e económicos que comprometeram a construção de um "projecto de turismo nacional". Na ausência de um plano de acção estruturado, avançou-se ao sabor de interesses particulares e de uma ingénua política de propaganda turística, que se refugiou, sem quaisquer condições para competir com o que se apresentava lá fora, no património monumental e artístico português¹³.

notas

¹² Depois do Ultimato Britânico, em 1890, de que resultou a cedência aos ingleses da ocupação do vasto território entre Angola e Moçambique, sobre o qual Portugal tinha sérias pretensões, explícitas no Mapa Cor-de-Rosa de 1887, e da ameaça do acordo anglo-germânico, negociado em 1913 (na sequência da Conferência de Berlim), que expressava as intenções da Alemanha sobre as colónias portuguesas, tornou-se imperativo uma tomada de posição por parte do governo português face ao desenrolar da primeira Grande Guerra. Assim, no início de 1917 desembarcavam em França os primeiros contingentes do C.E.P., Corpo Expedicionário Português, após o episódio do aprisionamento de navios alemães nos portos portugueses, que levou à declaração de guerra por parte da Alemanha.

¹³ A Extinção das Ordens Religiosas, em 1834, deixou na posse do Estado todo um conjunto edificado de alto valor histórico e artístico que viria a ser aumentado com a queda da Monarquia, em 1910, e com a Lei da Separação do Estado da Igreja, de 1911. Sem que se estabelecesse uma política oficial de protecção e salvaguarda destes imóveis, assistiu-se durante o período liberal à sua livre descaracterização, venda ou sucessivo abandono. Tal situação só veio a ser alterada a partir de 1911,

Só a partir da década de 30 se promoveria a remodelação deste receituário propagandístico, explorando-se uma imagem caracteristicamente "nacional" apoiada na cultura popular e nas potencialidades de uma paisagem multifacetada. As constantes reformulações institucionais que se verificaram durante os dezasseis anos da I República e a crescente burocratização dos serviços oficiais, ao longo dos anos 20, cercearam o regime de autonomia com que a Repartição de Turismo inicialmente funcionara, ficando esta subordinada, em 1920, à Administração-Geral das Estradas, com a substituição do Conselho de Turismo pelo Conselho de Administração de Estradas e Turismo, e, em 1927, na dependência do Ministério do Interior, medida preventiva de eventuais distúrbios provenientes do exterior num período de grande agitação interna¹⁴.

notas

com o governo republicano a promover a implementação de directrizes legislativas para a classificação do património artístico e a criação das circunscrições de Lisboa, Coimbra e Porto, cada uma delas com um Conselho de Arte e Arqueologia. No entanto, a disputa da tutela dos serviços responsáveis pela salvaguarda do património arquitectónico, entre o Ministério das Obras Públicas (criado em 1852 em substituição da Inspecção de Obras Públicas do Ministério do Reino) e o Ministério da Instrução Pública e Belas Artes (criado em 1890), agravada com a criação de uma Administração Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais dentro do Ministério do Comércio e Comunicações, gerou uma indefinição de competências e uma dispersão de serviços que necessariamente dificultou uma intervenção mais eficaz nos monumentos.

Este processo culminaria, após diversas tentativas de reorganização dos serviços artísticos e arqueológicos, com a criação da Direcção-Geral dos Monumentos Nacionais, em 1929, "devolvendo o serviço de obras em Monumentos à tradicional dependência das Obras Públicas".

Esta Direcção, composta por uma Repartição Central e duas Direcções de Edifícios Nacionais (uma do Norte e a outra do Sul), herdava, tanto os quadros técnicos, como as atribuições e as competências dos serviços anteriores, competindo-lhe a elaboração de projectos de reparação, restauro e conservação dos monumentos nacionais, tal como a respectiva execução e fiscalização das obras. (cf. NETO, Maria João B., "A Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e a Intervenção no Património Arquitectónico em Portugal", in *Caminhos do Património*, Lisboa, Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e Livros Horizonte, 1999, p.23-27).

¹⁴ Desde a Revolta Sidonista, de Dezembro de 1917, que se tinha vindo a assistir ao degradar da situação política em Portugal e conseqüentemente, da situação económico-social do país. Após o regime de ditadura militar de Sidónio Pais, eleito Presidente da República em Abril de 1918 e assassinado no fim desse ano, que se caracterizou por uma crescente confusão política e administrativa e pelo clima de repressão que instaurou, o País mergulhou numa profunda crise marcada por um episódio de guerra civil que opôs monárquicos e republicanos,

Dois anos depois, ainda na alçada deste ministério, é recriado o Conselho Nacional de Turismo em resposta à participação portuguesa na Exposição Ibero-Americana de Sevilha, passando a Repartição a designar-se de "Jogos e Turismo". Esta medida deu um novo fôlego à promoção turística em Portugal, de tal forma que, ao longo da década seguinte, proliferaram diferentes serviços oficiais e privados ligados ao universo do turismo, sem que houvesse uma clara delimitação de competências. A promiscuidade contraproducente que se gerou, com a realização de acções paralelas e desconcertadas, pôs em causa a primazia daquele órgão e a realização de um plano de turismo coeso e eficaz que pudesse vir a guiar iniciativas futuras. Aparecem, logo em 1930, a Comissão de Propaganda do Turismo no Estrangeiro, directamente ligada ao Ministério dos Negócios Estrangeiros; o "Centro de Turismo Português", patrocinado pelo ACP a partir de 1932, que passa a representar o País na Alliance Internationale du Tourisme; o Secretariado de Propaganda Nacional, em 1933; as Casas de Portugal em Paris, Londres e Nova Iorque, promovidas, desde 1935, pelo Conselho Nacional de Turismo; e, ainda nesse ano, a Federação Nacional para a Alegria no Trabalho, FNAT, virada para o turismo dito social. Por outro lado, em 1936, os Órgãos Locais de Turismo¹⁵,

notas

em 1919. Reposta a "República Velha", seguiu-se um período de instabilidade governamental, com Democráticos e Liberais a revezarem-se no poder. O sentimento geral de descontentamento e a crescente simpatia por soluções de carácter autoritário, que restabelecessem um governo capaz de reequilibrar a situação geral do País, conduziu à revolta militar de 28 de Maio de 1926, encabeçada pelo general Gomes da Costa, logo seguida de novo golpe de estado que impôs uma ditadura militar de tendências fascistas, presidida pelo general Oscar Carmona. Postas em causa a República e as instituições democráticas, não sem que se verificasse alguma resistência por parte da população, estava delineado o caminho para a modelação de um Estado autoritário e corporativo sustentado por Oliveira Salazar e pela Constituição de 1933 - o Estado Novo.

¹⁵ Estes Órgãos Locais de Turismo são fruto de uma rede estratégica de Sindicatos de Iniciativa e de Propaganda Local criada pela primitiva Sociedade Propaganda de Portugal com o fim de divulgar e defender os valores turísticos locais e os interesses efectivos das diferentes províncias portuguesas. A partir de 1911, com a institucionalização da Repartição de Turismo, estas delegações da Sociedade Propaganda são forçosamente revistas e enquadradas no aparelho turístico oficial sob a designação de Comissões de Iniciativa. Em consonância com a política de descentralização defendida durante a I República, estas Comissões funcionavam estranhas aos Municípios, mas directamente dependentes da Administração Central. (cf. PINA, Paulo, op. cit., p.39-41)

institucionalizados desde 1921, são incorporados pelas autarquias conforme a racionalização de meios que a nova Constituição veio introduzir, deixando estes de funcionar segundo o livre arbítrio de entidades privadas para se submeterem ao poder central.

Tal posição de força, por parte do novo governo centralizador e autoritário que se tinha vindo a consolidar, desde 1933, em torno da figura de Oliveira Salazar, não deixou de causar algum desagrado no meio ligado ao sector, já descontente com a inoperância e o desinteresse de um Ministério do Interior assoberbado por questões "menores" de ordem política. Aproveitando a realização do I Congresso Nacional de Turismo, em Janeiro de 1936, onde se propunha a análise da situação em que se encontrava a indústria do turismo em Portugal, reivindicava-se a necessidade do Estado organizar o Turismo Nacional, que segundo o Relatório do Banco de Portugal, referente ao ano anterior, passara a ser uma parcela activa na balança económica do País.

Paralelamente, propõe-se uma série de medidas institucionais com vista à criação de "um organismo único central e directivo, de carácter administrativo e técnico com os máximos poderes e autonomia e dispondo das dotações orçamentais necessárias para poder realizar obra eficiente"¹⁶, que deveria funcionar a partir da Presidência do Conselho para permitir um relacionamento directo com os restantes serviços públicos. No entanto, o deflagrar da Guerra Civil Espanhola, em 1936, veio suspender todo o entusiasmo gerado à volta dos resultados do Congresso, estagnando por três longos anos a actividade turística em Portugal.

O crescente alheamento do Ministério do Interior pelas questões do turismo que estatutariamente lhe competiam, preocupado que estava em reprimir qualquer tentativa de revolta política¹⁷ influenciada pelos acontecimentos do país vizinho e em apoiar, ainda que discretamente, a facção nacionalista de Franco (que ganhava aliados numa Europa dominada

notas

¹⁶ Idem, p.83.

¹⁷ Surgem, em 1936, tanto a Mocidade Portuguesa e a Legião Portuguesa, forças paramilitares de mobilização popular, como a Colónia Penal do Tarrafal, em Cabo Verde, expressões do endurecimento político-militar do Estado Novo que seguem os modelos fascistas europeus.

pelos governos fascistas do Eixo Italo-Germânico), abriu caminho para que o então director do Secretariado de Propaganda Nacional¹⁸, António Ferro, conseguisse que, a 31 de Dezembro de 1939, a tutela do turismo transitsse para este organismo.

notas

¹⁸Instituído em Setembro de 1933, junto da Presidência do Concelho, o Secretariado de Propaganda Nacional viria a ser um dos principais instrumentos de consolidação e da própria legitimação do Estado Novo, dotando-o do sistema de representação de que precisava para consubstanciar o "projecto doutrinário totalizante" pelo qual iria enveredar.

Inicialmente centrada no esclarecimento e divulgação da obra realizada pelo Executivo, num esforço de integração das diferentes intervenções que levaria a cabo, a acção do SPN ganha uma outra dimensão à medida que se vão sedimentando os contornos de uma unicidade político-ideológica dentro do regime Salazarista, regulando e incentivando uma mensagem, que se pretendia sistemática e apologética, para "educar" a população segundo o que considerava ser o "interesse nacional". Neste sentido, introduzia um novo enquadramento à acção propagandística, alargando a escala da sua intervenção, enquanto objecto de manipulação de massas, tanto a nível de forma como de conteúdo.

Para dirigir o SPN Salazar convida António Ferro, figura algo controversa pelo interesse que revelara, desde o início da década de vinte, numa série de entrevistas publicadas no Diário de Notícias, pelas diferentes personagens que vinham a marcar os fascismos nascentes na Europa, após um princípio de carreira associado ao movimento modernista português dos anos 10, de cujo principal motor de acção, a revista literária Orpheu, tinha sido editor a convite de Mário de Sá-Carneiro. Numa primeira entrevista a Oliveira Salazar, na altura ainda Ministro das Finanças, realizada em 1932 e que seguramente influenciou a sua nomeação para director do Secretariado, António Ferro abordava a necessidade de uma renovação cultural forte e dinâmica que se apoiasse nas experiências artístico-literárias da nova geração segundo as premissas de que "a arte, a literatura e a ciência constituem a grande fachada de uma nacionalidade, o que se vê lá de fora" e, a exemplo do que Mussolini já vinha defendendo em Itália, "é necessário criar a arte nova dos nossos tempos". Estas seriam as referências que iriam guiar Ferro na sua "Política do Espírito", pedra basilar da acção do SPN, ao longo dos dezasseis anos em que este liderou o Secretariado, e o reflexo de uma "orientação oficial para a cultura e as artes, explicitamente destinada a educar o gosto dos portugueses no culto de valores estéticos e ideológicos modelares".

Será através de iniciativas como as Exposições de Arte Moderna e a participação portuguesa nas grandes Exposições Internacionais, promovidas pelo SPN a partir de 1935, ou as Campanhas de Bom Gosto e os concursos lançados pela *Panorama, revista de Arte e Turismo*, criada em 1941, que António Ferro vai estabelecer e divulgar as coordenadas desta política cultural. É também através delas que podemos fazer uma leitura do sentido em que evoluiu o "gosto oficial".

Em 1944, o Secretariado de Propaganda Nacional é transformado em Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo-SNI, ampliando-se, assim, o seu raio de acção.

(cf. ROSAS, Fernando(coord.), "Portugal e o Estado Novo(1930-1960)", in SERRÃO, Joel, MARQUES, A.H. Oliveira (dir.), *Nova História de Portugal*, vol. XII, Lisboa, Editorial Presença, 1992, p.396-438).

(Página deixada propositadamente em branco)

Do “Palace” à “Pousada”

Hotel Avenida Palace

arquitecto José Luís Monteiro

construção 1890-1892

encomenda Real Companhia dos Caminhos-de-Ferro
Portugueses

programa nova estação terminal de Lisboa
e hotel de apoio

O conjunto da Estação Central do Rossio é representativo das transformações urbanas e eclectismo que moldaram o território e a arquitectura do final do século. Situado no ponto de charneira da Lisboa pombalina com o arranque de um conjunto de novas avenidas, que definiram a expansão para norte da área urbana, anunciava e promovia uma outra centralidade da cidade de Lisboa a partir da composição de três momentos espaciais formalmente distintos, articulados num esquema coerente e funcional: o cais de embarque, a estação e o hotel. A Estação do Rossio, inaugurada em 1890, define-se na complementaridade que se estabelece entre o edifício principal e o cais de embarque. Se o primeiro reflecte o crescente simbolismo que as estações terminais ganham enquanto novas portas das cidades e novos equipamentos públicos urbanos, o último explora a expressividade do ferro enquanto novo elemento construtivo. Ao revivalismo nacionalista da composição neomanuelina da fachada da estação, imposto pela própria encomenda, contrapõe-se, assim, a inovação técnica e engenharia da nave de ferro e vidro que cobre o cais de embarque. O "Avenida Palace", por outro lado, traduz na sua linguagem neoclássica a formação parisiense de José Luís Monteiro e uma clara adesão aos modelos europeus, adequando-se ao carácter cosmopolita do próprio programa e ao diálogo com o "primeiro e único boulevard lisboeta".

Palace Hotel do Buçaco

arquitecto Luigi Manini

construção 1888-1907

encomenda Emídio Navarro

programa pavilhão de caça e de vilegiatura da família real

No final do século XIX o Buçaco rivaliza com Sintra como novo centro de vilegiatura da família real.

Aproveitando a existência de um antigo complexo eremítico, fundado em 1628 pela província portuguesa dos carmelitas descalços e incorporado nos bens nacionais com a extinção, em 1834, das ordens religiosas, são encomendados os projectos de adequação da cerca a parque paisagístico romântico e de transformação do convento em palacete régio. O primeiro, entregue, em 1887, à firma italiana G. Roda e Figli, nunca chegou a ser concretizado, enquanto que o segundo, da autoria de Luigi Manini e construído de 1888 a 1907, foi abandonado pela casa real, devido à grave crise financeira e política que esta atravessava. Recuperado, em 1909, como hotel de luxo pelo então ministro das Obras Públicas, Emídio Navarro, e concedida a sua exploração a Alexandre de Almeida, em 1917, o "Palace Hotel do Buçaco" revela o imaginário fantasista e fabuloso de Luigi Manini numa "reinvenção cenográfica da arquitectura manuelina", inspirada na Torre de Belém e claustro do Mosteiro dos Jerónimos, onde proliferam elementos decorativos de forte carácter nacionalista.

Palace Hotel de Vidago

arquitecto José Ferreira da Costa/Empresa
Construtora do Porto
construção 1908-1910
encomenda Empresa das Águas Vidago
programa novo hotel da estância termal

As qualidades medicinais e terapêuticas das suas águas, analisadas e classificadas em 1865, cedo transformaram Vidago numa das mais importantes estâncias termais da Europa e na mais concorrida do país. Fundada em 1870, a Empresa das Águas de Vidago ficaria responsável pela exploração das nascentes e pela construção das infra-estruturas e equipamentos necessários para a promoção do novo centro termal. Surgem, assim, o primeiro balneário termomédical da estância, o posto do correio e telégrafo e o "Grande Hotel", inaugurados em 1874. Mas a crescente afluência de aquistas, alimentada pelo prestígio que as águas de Vidago granjearam em diversas exposições internacionais, tornava, ao fim de trinta anos, pequeno este "Grande Hotel". Para resolver esta situação, é encomendado, em 1907, o projecto de um novo e grandioso hotel.

À ambição do projecto inicial para o "Palace Hotel de Vidago", da autoria de Ventura Terra, não corresponderam, no entanto, as capacidades financeiras da sociedade que se viu forçada a optar por um outro, realizado pela Empresa Construtora do Porto. Com um programa bastante mais reduzido, o "Palace" foi inaugurado em 1910 simultaneamente com a chegada do caminho-de-ferro a Vidago. A sua fachada não deixa de transparecer algumas afinidades com a composição "Beaux Arts" de Ventura Terra, tanto ao nível da forte simetria que a rege como da marcação vertical da entrada e das extremidades do imponente edifício. A própria galeria que percorre todo o piso inferior é uma recorrência ao projecto inicial. Apesar das claras influências que se lêem, o projecto construído resultou mais pobre e austero na sua formalização, num tom quase "neopombalino".

Curia Palace Hotel

arquitecto Norte Júnior

construção 1917-1926

encomenda Alexandre de Almeida

programa novo hotel do parque termal

O "Palace Hotel da Curia" faz parte da trilogia de hotéis que marcam presença no extenso Parque Termal da Curia: o "Grande Hotel", inaugurado em 1907, o "Palace", de 1926, e o Hotel das Termas, que funcionou como pensão até 1940 (data em que passou à categoria de hotel) e, tal como a própria estância termal, é propriedade da Sociedade das Águas da Curia, fundada em 1900 por iniciativa de Albano Coutinho. Inaugurado no mesmo ano que o Hotel Astória de Coimbra e, como este e o "Palace do Buçaco", integrado na rede de Hotéis Alexandre de Almeida, o "Palace da Curia" foi considerado na altura como o maior hotel de Portugal. O edifício, construído segundo o projecto do arquitecto Norte Júnior, constitui um dos mais interessantes exemplares de influência Arte Nova em Portugal.

Com a implantação e regulamentação, em 1927, de Zonas de Jogo Balneares, que veio a definir a Curia como uma das seis zonas de jogo temporárias, e a construção, em 1931, da primeira piscina olímpica do país, a Curia liberta-se da sua tradicional vocação terapêutica e transforma-se numa estância termal de forte dimensão lúdica e turística, capaz de rivalizar com a crescente atenção que as praias ganhariam na década de trinta.

Palace Hotel do Estoril

arquitecto Henry Martinet

construção 1915-1930

encomenda Fausto de Figueiredo

programa Plano de Urbanização da Zona do Estoril

O Estoril seria o primeiro centro de vilegiatura português a ser construído de raiz e a ter uma efectiva projecção internacional. Idealizado por Fausto de Figueiredo e apresentado no Parlamento em 1914, o projecto de conversão do Estoril em zona de veraneio seria contemplado pela lei 1121, desse mesmo ano, que introduzia na legislação portuguesa incentivos à indústria hoteleira. Beneficiando da proximidade à capital e de uma inteligente planificação, que apostava na trilogia Praia/Termas/Jogo como garantia de sucesso, o Estoril atinge plenamente o seu auge em 1927 com a electrificação do antigo ramal ferroviário que ligava Cascais a Lisboa, e consequentemente ao resto da Europa, e a implantação de Zonas de Jogo Balneares, que promove o Estoril e a Madeira a zonas de jogo permanentes. Também a Comissão de Iniciativa de Cascais, criada em 1921, viria a desempenhar nesta altura um importante papel na divulgação da Costa do Sol através da realização de diversas acções concertadas de promoção internacional.

Entregue ao arquitecto parisiense Henry Martinet, o plano de urbanização do Estoril compreendia a reabilitação das antigas termas e a construção de três hotéis e de um casino. O novo estabelecimento e parque termal seriam inaugurados em 1918, enquanto que o casino, lançada a obra logo em 1916 segundo o projecto inicial de Silva Júnior, só em 1931 abria as portas ao público. Um ano antes era inaugurado o "Palace Hotel do Estoril", edifício neoclássico desenhado por Henry Martinet segundo o gosto Beaux Arts da época.

“Não temos turismo porque não temos hotelagem; é esta a verdade.
E de quem é a culpa?”

A hotelagem é uma indústria como qualquer outra e se queremos que Portugal seja um país de turismo,
precisamos que o Estado dela se ocupe.”

“O Turismo e a Hotelagem”, Notícias Ilustrado, Lisboa, 2.ª série, n.º 246, 26 Fevereiro 1933

22

● O panorama turístico do início do século XX é dominado pela imagem romântica dos “Palace Hotel”. Símbolos de uma época, estas estruturas hoteleiras de luxo apareceram associadas aos principais centros turísticos e de vilegiatura do final do século XIX, fruto da iniciativa e da visão de importantes figuras da política e da indústria hoteleira nacionais. Reflexo dos hábitos e gostos que caracterizaram a sociedade portuguesa de então, os “Palace” ainda hoje nos transportam, sob majestosos pés-direitos, para o imaginário cosmopolita de *fin de siècle*, com as suas fachadas imponentes, elegantes escadarias e extensos salões de baile. A partir da década de 1930, as qualidades curativas das termas e os “mundanismos de salão” são progressivamente suplantados por uma indústria farmacêutica em forte crescimento e uma nova filosofia de vida, mais voltada para o ar livre e para o desporto, a que se associavam as novas modas da “praia” e do “campismo”. Ainda que se assista a diversas tentativas de revitalização dessas estruturas, com a construção de piscinas, campos de ténis e ringues de patinagem, a regulamentação, em 1927, das zonas de jogo permanentes e temporárias nos principais centros balneares da época, como o Estoril, Espinho e a Figueira da Foz, determinaria a definitiva inversão de posições dos dois tipos clássicos de estâncias turísticas. Esta mudança de paradigma, a par da crescente difusão do fenómeno turístico, conduziu ao declínio das antigas estâncias termais e, com elas, dos principais hotéis “Palace” portugueses.

Em Julho de 1933, a revista “Notícias Ilustrado” lança o concurso do Hotel Modelo. Culminar de uma vasta campanha “de difusão de princípios de cultura turística”¹⁹ que abordara, numa série de artigos de forte carácter pedagógico e sentido prático, os principais problemas do turismo nacional, esta iniciativa procurava fixar um novo conceito de hotel que promovesse uma diferente abordagem turística do país. De acordo com o programa do concurso²⁰, elaborado por Raul Lino, seriam apresentados oito modelos de

hotel, um para cada uma das províncias portuguesas. Mais do que definir um tipo único extensível a todo o território, pretendia-se associar as novas estruturas hoteleiras a uma expressão regional que veiculasse, tanto a nível formal como da própria vivência dos edifícios, um regresso a valores tradicionais da cultura portuguesa. Para realizar os projectos destas “grandes **pousadas** familiares, muito confortáveis, mas destituídas de todo o falso luxo e sem a pretensão de imitar caricatamente os hotéis urbanos de categoria”²¹ foram convidados oito jovens arquitectos a quem o Conselho Nacional de Turismo atribuiria uma pequena bolsa de indemnização: Manuel Marques/Minho; Adelino Nunes/ Douro; Raul Tojal/Trás-os-Montes; Luís Benavente/Beira Alta; António Lino/Beira Baixa; Ernesto Korrodi(Filho)/ Estremadura; Jorge Segurado/Alentejo; e Faria da Costa/Algarve.

As propostas resultariam numa espécie de versões ampliadas e adequadas à função hoteleira dos exemplos ilustrados em “Casas Portuguesas - Alguns Apontamentos Sobre o Arquectar de Casas Simples”, o mais recente ensaio teórico de Raul Lino, editado nesse mesmo ano. Num discurso que nunca se afasta dos princípios nacionalistas que tinha vindo a defender desde o início do século ²², Lino fixava neste trabalho os parâmetros pelos quais se deveria reger qualquer obra de arquitectura, e a habitação em particular - Economia, Entre a Economia e a Beleza, e Beleza. Simultaneamente, criticava e alertava para a

notas

banho para uso geral dos hóspedes e criados; um grande átrio ou sala de estar, com aquecimento; sala de leitura e escrita; refeitório com capacidade para receber o dobro da lotação do hotel; cozinha devidamente isolada; ampla copa para serviço, despensas, frigoríficos, garrafeira e arrecadações; refeitório e acomodações para o pessoal efectivo, com acesso independente; alojamento para criadas de quarto, junto aos aposentos dos hóspedes; e recolha para automóveis, em anexo, com quartos para motoristas hóspedes. Os edifícios deviam integrar-se na “fisionomia particular” da região a que se destinavam, incorporando motivos arquitectónicos e materiais recuperados da tradição local, e explorar as relações com a paisagem através de amplas galerias sobre o cenário natural e de pátios, arcarias, ou eirados que permitissem servir refeições no exterior. Era também de prever a possibilidade dos edifícios virem a ser ampliados.

¹⁹ “O Nosso Jornal e o Turismo. Uma Grande Iniciativa. A Exposição do Hotel Modelo”, *Notícias Ilustrado*, n.º 267 (2.ª série), 23 Julho 1933, p.9.

²⁰ O programa do concurso do “Hotel Modelo” impunha, para cada unidade, a existência de 25 quartos de hóspedes, 15 para casal e 10 individuais, entre os quais dez teriam casa de banho privativa; casas de

²¹ “O Nosso Jornal e o Turismo. Exposição do Hotel Modelo”, *Notícias Ilustrado*, n.º 268 (2.ª série), 30 Julho 1933, p.9.

²² Com a proposta que apresenta para o concurso do pavilhão português na Exposição Universal de Paris de 1900, que Miguel Ventura Terra ganharia com o seu projecto académico de “sólido gosto francês”,

Minho, Manuel Marques



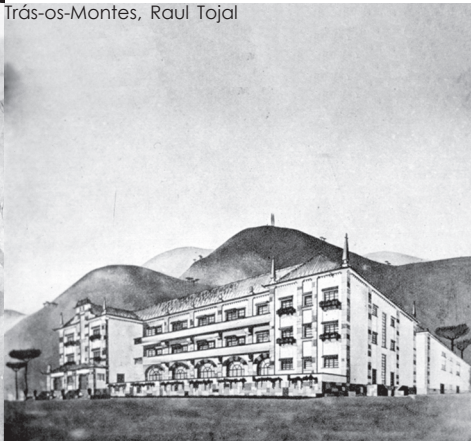
Douro, Adelino Nunes



Beira Baixa, António Lino



Trás-os-Montes, Raul Tojal



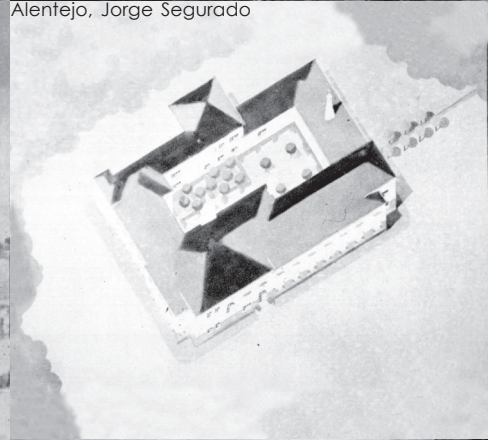
Estremadura, Ernesto Korrodi(Filho)



Beira Alta, Luís Benavente



Alentejo, Jorge Segurado



Algarve, Faria da Costa



crescente descaracterização da arquitectura, resultado de “um internacionalismo sem limites”, contrapondo “o respeito pelas condições sociais do país em que se vive, e, implicitamente, pela tradição” objectivado, no final do livro, no estudo de vários tipos de “casas portuguesas”. O evidente paralelo que este ensaio estabelece com o concurso do “Hotel Modelo”, no sentido em que ambos procuram tipificar a arquitectura portuguesa, condicionaria naturalmente as respostas ao concurso.

Publicadas em Setembro, estas seriam objecto de uma inovadora exposição itinerante que, com o apoio da CP, percorreu as principais cidades e vilas do país²³ num vagão preparado para o efeito. “Ponto de partida para agitar o estudo numa necessidade inadiável - o hotel

notas

Raul Lino define os vectores que iriam reger a sua actividade, enquanto arquitecto e pedagogo, e a sua intervenção no debate cultural desenvolvido ao longo do século XX, polarizado entre a adesão aos modelos europeus veiculados pelo ensino das academias de Belas-Artes e a afirmação culturalista de uma especificidade portuguesa.

Numa composição quincentista onde se articulavam diferentes elementos da arquitectura vernacular portuguesa, Lino dava um novo sentido à defesa de um estilo nacional, até então dividida entre o neo-manuelino e o neo-românico, a partir do estudo da evolução da arquitectura doméstica em Portugal, e do próprio conceito de habitar. Raul Lino vai dar corpo à ideia de “casa portuguesa”, alimentada inicialmente pela campanha para o “reaportuguesamento da casa portuguesa” promovida pelo movimento ideológico nacionalista de finais de oitocentos. Fundamentada nos estudos etnográficos de Henrique das Neves, transpostos em “A Casa de Viriato”, esta campanha centrou-se na defesa de “um tipo português de casa de habitação” que encontraria eco nas primeiras obras e ensaios de Lino, para logo se revelar uma ficção perante a multiplicidade gramatical e tipológica da arquitectura tradicional portuguesa. Desta pesquisa resultaram os seus três primeiros livros: “A Nossa Casa - Apontamentos Sobre o Bom Gosto na Construção de Casas Simples”, de 1918, “A Casa Portuguesa”, publicada em 1929 para a Exposição de Sevilha, e “Casas Portuguesas - Alguns Apontamentos Sobre o Arquitectar de Casas Simples”, de 1933.

²³ Convidados a acompanhar a exposição na sua viagem itinerante, Sanches de Castro, delegado do “Notícias Ilustrado”, Armando Boaventura, e A. Certã, respectivamente redactor da secção regionalista e inspector, do “Diário de Notícias”, deram notícia do percurso do vagão na reportagem “Diário da Exposição do Hotel Modelo”, publicada no “Notícias Ilustrado”. Numa primeira fase, da Estação do Rossio, a exposição seguiu para as estações de Cascais e do Estoril, regressando a Lisboa, para a Estação do Cais de Sodré. Em seguida visitou as estações de Castelo Branco, da Covilhã, da Guarda, de Mangualde, e de S. Bento, no Porto, de onde partiu para Braga e Viana do Castelo. No início de Dezembro percorreu as estações de Penafiel, de Aveiro, de Leiria, do Valado (Nazaré), de Alcobaça e das Caldas da Rainha, terminando, a 24 de Dezembro, na estação de Évora.

provinciano”²⁴, a Exposição do Hotel Modelo, inaugurada a 11 de Outubro na Estação do Rossio, lançava premissas para uma nova filosofia hoteleira, numa acção de propaganda sem precedentes. Desde os painéis publicitários das diferentes províncias, desenhados por Rudy, que animavam o exterior do vagão, ao mobiliário executado expressamente pela Casa Alcobia, segundo o desenho do arquitecto Torka, e aos exemplos de como “bem servir e arranjar um hotel” expostos em cartazes que, no interior, complementavam a apresentação das propostas de arquitectura, tudo respondia ao propósito de divulgação de “uma lição prática de cultura e de bom gosto”²⁵ que devia orientar a indústria hoteleira portuguesa e o turismo em geral. “Mais que fiscalizar e reprovar, o C.N. de T. deve ensinar, como por exemplo o faz no país vizinho o colega - Patronato Nacional de Turismo”.

Apesar do impacto mediático da Exposição do Hotel Modelo, a iniciativa não teria o alcance real que se pretendia. Ironicamente, a escala do programa proposto por Raul Lino para estes hotéis “fornara a fórmula inviável”²⁶ para a sua aplicação ao panorama regional português.

Seria a Comissão de Iniciativa de Castelo Branco a única a aderir prontamente ao desafio e, por isso, a primeira capital de distrito a ser visitada pelo vagão do Hotel Modelo. Apresentado extra-concurso, no número de 5 de Novembro de 1933, o projecto “Um Hotel para Castelo Branco”, encomendado a Veloso Reis Camelo, prometia uma realidade que, no entanto, só se concretizaria em 1945.

Mais tarde, surgiam os projectos de Vasco Regaleira para o Hotel de Turismo da Guarda (1936-1947) e de Cassiano Branco para o Grande Hotel do Luso (1938-1946)²⁷.

notas

²⁴ BARROS, Leitão de, “Turismo! Sensacional série de artigos sobre Turismo em Portugal: XI. Inaugura-se a Exposição do Hotel Modelo, Organizada pelo nosso Jornal”, *Notícias Ilustrado*, n.º 278(2.ª série), 8 Outubro 1933, p.3.

²⁵ CASTRO, A. Sanches de, “O Quarto de Hotel. O que ele tem a mais, o que lhe falta!”, (Aspectos do Problema Turístico em Portugal), *Notícias Ilustrado*, 2.ª série, n.º 254, 23 Abril 1933, p.8.

²⁶ BRITO, Margarida Acciaiuolli de, *Os Anos 40 em Portugal: o País, o Regime e as Artes: “Restauração” e “Celebração”*, Lisboa, dissertação de doutoramento em História da Arte apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1991 (policopiado), p.566.

Ainda dentro da campanha do "Notícias Ilustrado", Sanches de Castro daria novo destaque à acção do Patronato Nacional de Turismo espanhol dedicando o primeiro artigo das suas "Impressões de Viagem em Portugal" ao Parador de Enrique II de Ciudad Rodrigo. Publicado no número de 12 de Novembro, "A 27KM de Portugal podem os Hoteleiros Portugueses, as Comissões de Iniciativa e muita gente mais, receber uma lição de Turismo", começava por elogiar o sentido de oportunidade e o valor estético da intervenção urbana promovida pelo alcaide desta cidade. Transformada num dos "mais lindos museus da Espanha", Ciudad Rodrigo apostava na valorização do seu património artístico e cultural como atracção turística. O exemplo mais paradigmático desta estratégia de turismo seria o seu Parador. Situado no castelo de Enrique II, "essa pequena **posada**, modelo de hotel característico" aliava

notas

²⁷ Embora associado a este conjunto de "hotéis regionais", o Grande Hotel do Luso insere-se já numa vertente mais monumental e classicista que a arquitectura portuguesa iria oficialmente adoptar no final da década de trinta, constituindo "uma das peças (talvez a primeira...)" da inflexão radical a que se assiste nesta altura "no processo global da prática arquitectónica nacional".

Curiosamente, os três projectos que Cassiano Branco realiza para este tipo de equipamentos são deste período e um reflexo claro dos termos em que se deu esta inflexão. De facto, se o Hotel Victória (1934/1936) é uma das obras singulares do primeiro modernismo português, o Grande Hotel do Luso (1938/1946) e a "Proposta para um Hotel em Bragança" (1944) acusam uma cedência, ou mesmo um recuo, a expressões de carácter nacionalista: o primeiro no sentido de uma monumentalidade de raiz clássica, ainda que trabalhada sobre uma composição volumétrica e espacial de espírito moderno, e, o último, no sentido de um ruralismo historicista.

(cf. FERREIRA, Raúl Hestnes, "Cassiano Branco", in AAVV, *Cassiano Branco/ Uma Obra para o Futuro*, (Câmara Municipal de Lisboa/Pelouro da Cultura), Lisboa, Edições ASA, 1991, p.176.

BRITO, Margarida Acciaiuoli de, op. cit, p.464.

BANDEIRINHA, José António Oliveira, *Quinas Vivas. Memória Descritiva de alguns episódios significativos do conflito entre fazer moderno e fazer nacional na arquitectura portuguesa dos anos 40*, 2.ª edição, Porto, FAUP Publicações, 1996, p.61).



aos mais modernos requisitos da indústria hoteleira a localização privilegiada e o carácter histórico e monumental da antiga fortaleza.

O Parador de Ciudad Rodrigo seria o quinto de uma *Junta de Paradores y Hosterías del Reino* criada, em 1928, pelo Patronato Nacional de Turismo com o objectivo de facilitar a visita a zonas turísticas consideradas não rentáveis pela indústria privada. Simultaneamente com o de Mérida, assegurava o apoio hoteleiro às principais estradas que conduziam a Portugal. Em ambos o PNT seguiu a política de rentabilização de recursos patrimoniais e paisagísticos que tinha vindo a ser defendida desde a construção, em 1926, do Parador Nacional de Gredos, o primeiro desta rede. Desta forma, garantia não só o restauro dos monumentos dentro "da mais pura ortodoxia estilística"²⁸ como também a sua conservação pela adaptação e reafecção dos edifícios a um "uso necessário e congruente".

Convertido em promotor hoteleiro, "situação nova e sem precedentes nos países europeus", o PNT alargou o seu plano de acção criando, paralelamente, aquilo a que chamaria de *Albergues de Carretera*. Distribuídos estrategicamente por todo o território espanhol, dividindo os percursos entre as principais cidades em várias etapas, estes albergues para automobilistas foram concebidos segundo uma perspectiva de rentabilização de custos que determinou que se definisse "um tipo único, geral para todos eles". Ao contrário dos "Paradores", em que cada edifício constituía por si só uma excepção, o que importava aqui era a economia de meios para a construção e manutenção destes hotéis de estrada e o seu fácil reconhecimento pelos condutores em trânsito.

Estabelecido um programa base para estas unidades²⁹, lançou-se concurso para a sua concepção

notas

²⁸ FUSTER, Luis Fernandez, "Albergues y Paradores", in *Temas Españoles*, n.º 307, 1957, p. 6.

²⁹ O programa para estes hotéis de estrada seria elaborado com base numa estimativa de viajantes por automóvel. Definindo que cada um transportava quatro passageiros, os albergues deviam ter quatro quartos duplos, quatro quartos individuais e dois quartos-de-banho completos. O vestíbulo devia dispor de uma recepção e serviços sanitários. À sua esquerda, encontrava-se uma sala de estar com lareira e um refeitório para trinta pessoas, em forma circular, com terraço exterior e jardim. À sua direita, os escritórios da administração e os aposentos particulares do

arquitectónica, tendo sido escolhido o projecto apresentado pela dupla de arquitectos Martín Domínguez e Carlos Arniches. É precisamente no ano de 1936, quando em Espanha se assistia ao deflagrar de um conflito civil que suspenderia todo o trabalho até então desenvolvido pelo PNT, que se realiza, em Portugal, o I Congresso Nacional de Turismo. Como já vimos, este congresso seria o primeiro passo para a necessária remodelação dos serviços de turismo portugueses que, no entanto, só se concretizaria três anos depois com a sua transferência para o Secretariado de Propaganda Nacional. Para além de questões de ordem institucional, o congresso deu também oportunidade a que fossem discutidas novas propostas para o sector. Entre elas, e em resposta à denúncia feita pela campanha do "Notícias Ilustrado", Francisco de Lima apresentava o estudo de um novo tipo de instalação turística "para a grande massa, para o viajante mais modesto, para o empregado público, para o industrial que deseja conhecer o seu país e instruir-se, para o estudante"³⁰: as **Pouzadas**.

Francisco de Lima constrói a sua tese no sentido de uma aproximação a um leque de público mais vasto e a uma dimensão regional até então relegada para segundo plano. Incompatível com conceitos como o *Palace* e o *Hotel*, este encontro vai definir-se entre o *Parador* e o *Albergue* espanhóis, numa espécie de versão reduzida do "Hotel Modelo".

Pouzadas segue de muito perto toda a abordagem regionalista que este concurso do "Notícias Ilustrado" introduziu no panorama do turismo nacional. Esta referência é evidente ao longo de toda a comunicação de Francisco de Lima, em aspectos como a *localização* e o *tipo de construção*, onde chega mesmo a sugerir os nomes de Luís Benavente e do próprio Raul Lino como arquitectos a considerar para o caso de construção nova; ou como o *mobiliário*, o *tipo de refeição* e a *exploração*, claramente inspirados nos

notas

administrador. No piso térreo também se situavam a cozinha, despensas e armazéns frigoríficos; um refeitório para mecânicos; uma garagem para três automóveis e uma pequena oficina para reparações. (cf. Idem, p. 7).

³⁰LIMA, Francisco de, "Pouzadas", tese apresentada à IV Secção do I Congresso Nacional de Turismo, Lisboa, 1936.

artigos de Sanches de Castro, que haviam já informado a exposição itinerante do "Hotel Modelo". Outra referência para este trabalho seria o exemplo dos Paradores, também abordado por este jornalista, e que se traduzia na possibilidade de serem aproveitadas construções antigas para a instalação das **Pouzadas**, desde que oferecessem "condições de adaptabilidade às exigências actuais de conforto e de vida, sem lhes tirar o seu cunho ou as deformar". Em termos de programa, e no seguimento da perspectiva de descentralização que defende para o desenvolvimento do turismo português, Francisco de Lima propõe um ajuste de escala à realidade e às necessidades efectivas da "maioria das pequenas terras de província", a partir de um "tipo mínimo"³¹, com quatro a dez quartos, muito próximo do Albergue espanhol e do seu carácter de passagem. Para a realização deste projecto era essencial garantir o apoio financeiro do Estado, afinal o principal interessado na sua concretização, por meio da concessão, em condições especiais, dos empréstimos necessários ao estabelecimento destas instalações. Acima de tudo, as **Pouzadas** deviam ser sinónimo de "conforto sóbrio e económico", traduzido num ambiente simples, de contornos vincadamente regionais e, por isso, de cunho nacional.

Pelo rigor e exatidão que apresenta, a tese de Francisco de Lima revelar-se-ia um instrumento fundamental e concreto da política de Turismo que o SPN iria desenvolver a partir da década de 1940. Enquadrado na "feição regionalista e folclórica toda assente no mundo rural"³² que António Ferro tinha vindo a explorar desde 1934, e que encontra o seu auge em iniciativas como a Exposição de Arte Popular (1936) e o Concurso da Aldeia Mais Portuguesa de Portugal (1938)³³, este projecto das **Pouzadas** vai ganhar sentido e dimensão

notas

³¹ Estas instalações, para além de um número de quartos definido entre quatro a dez, deviam de ter: um quarto de banho; um ou dois W.C.; uma sala de estar com lareira ou fogão que, nas instalações mais modestas, devia funcionar simultaneamente como sala de refeições, uma sala de refeições, para os casos maiores; instalações de cozinha, copa, rouparia e quartos de pessoal; e uma garagem ou recolha de automóveis, para um mínimo de três carros, em cabinas separadas. No caso de construção nova, o projecto inicial devia sempre prever a possibilidade de alargamento "sem perder a linha arquitectónica nem o aspecto de conjunto".

(cf. LIMA, Francisco de, op. cit., p. 5)

³² PINA, Paulo, op. cit., p.95.

dentro do vasto programa de intervenções que as Comemorações dos Centenários vão impulsionar.

notas

³³ O Concurso da Aldeia Mais Portuguesa de Portugal, lançado a 7 de Fevereiro de 1938, é um exemplo acabado da política de "esteticização da cultura popular" desenvolvida pelo organismo de propaganda do Estado Novo. De Norte a Sul, o país foi palco de uma animada e participada encenação etnográfica, criteriosamente montada em torno dos valores de "autenticidade" e "bom-gosto" defendidos pelo Secretariado.

Nomeados por cada uma das Juntas de Província, júris locais escolheram duas aldeias da sua área para participar no concurso, de acordo com "o estado de conservação no mais elevado grau de pureza das características seguintes: 1.º Habitação; 2.º Mobiliário e alfaia doméstica; 3.º Trajo; 4.º Artes e indústrias populares; 5.º Formas de comércio; 6.º Meios de transporte (terrestres, marítimos e fluviais); 7.º Poesias, contos, superstições, jogos, canto, música, coreografia, teatro, festas e outras usanças; 8.º Fisionomia topográfica e panorâmica". Das vinte e duas aldeias seleccionadas, apenas doze foram consideradas "de primeira" e visitadas por um júri central que se fez acompanhar por representantes da imprensa, nacional e estrangeira, e por uma brigada fotográfica e cinematográfica.

O "espectáculo" gerado em torno destas visitas, alimentado pela atribuição de um cobiçado "Galo de Prata" à aldeia vencedora, testemunha o vector nacionalista e folclorista que orientou a construção do "mundo rural" idealizado pelo SPN. Eleita a Aldeia Mais Portuguesa de Portugal de 1938, Monsanto seria "a alegoria perfeita de um país imaginado" por António Ferro.

(c.f. ALVES, Vera Marques, "Os Etnógrafos Locais e o Secretariado de Propaganda Nacional. Um Estudo de Caso", *Etnográfica*, vol. I(2), 1997, p.237-257.

BRITO, Joaquim Pais de, "O Estado Novo e a Aldeia Mais Portuguesa de Portugal", in AAVV, *O Fascismo em Portugal*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1982, p.511-533).

(Página deixada propositadamente em branco)

1938/1948
Pousadas do SPN/SNI

O Plano dos Centenários

**Nota Oficiosa
da Presidência do Conselho**
Diário de Notícias, 27 de Março de 1938

"(...) 5. Não devemos querer que os estrangeiros nos visitem em multidão, nem nós desejamos orientar as celebrações centenárias no sentido da exploração turística, digamos claramente a palavra. Mas não há dúvida de que tais solenidades terão - nós desejamos que tenham - repercussão internacional. Por dever, por curiosidade, por interesse, muitos estrangeiros visitarão Portugal; e a primeira coisa é saber como poderão ser recebidos e como poderá ser preparada a nossa casa para os acolher.

À volta desta primeira preocupação devem ser postos, estudados e resolvidos um certo número de problemas, entre os quais apontarei, como exemplo, os que se referem à entrada no País ou na capital, à facilidade de circuitos turísticos, à vida nas cidades ou nos locais mais apetecidos e apetecíveis, pelo interesse artístico, da paisagem ou de quaisquer características regionais. E há um mundo de coisas, pequenas umas, outras grandes, que têm aqui lugar: o melhoramento das estações ferroviárias fronteiriças; a construção de uma estação marítima, pelo menos, no porto de Lisboa; o aeródromo da Portela de Sacavém; algumas, senão todas, as estradas de acesso imediato à capital; o aperto de certas malhas na rede de estradas, com o qual se completariam ou arredondariam passeios de grande comodidade e beleza; a melhoria de instalações e aperfeiçoamento dos serviços dos hotéis de Lisboa e da província; estabelecimento de certo número de **pousadas** em recantos provincianos, onde a iniciativa privada não cuidou até hoje das necessidades de quem viaja ou passeia; maior vigilância na repressão da mendicidade; mais cuidado na limpeza das casas e das ruas, e muitas outras coisas que comissões especiais podem facilmente estudar e promover, desde que estejam compenetradas desta primeira necessidade de estarmos em condições de receber as pessoas que nos visitem. (...)"

● As comemorações do Duplo Centenário da Fundação e Restauração de Portugal, anunciadas pelo Presidente do Conselho em 1938, fixavam uma nova etapa na política de realizações do Estado Novo. Depois de uma "Era de Restauração" (1926-1936), simultaneamente centrada na recuperação do património arquitectónico nacional¹, enquanto "expressão privilegiada da identidade cultural do país" que urgia redimensionar, e na procura de uma imagem que afirmasse a actualidade própria de um "novo" regime², seguia-se agora uma "Era de Engrandecimento"

notas

¹ Os dez primeiros anos do regime político surgido da revolta de 28 de Maio de 1926 estão associados à imagem paradigmática da campanha de restauros lançada pela Direcção-Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais no âmbito do serviço das obras públicas. Enquadrada numa perspectiva de exaltação do "triumfalismo histórico da Nação", que Salazar vinha a explorar como fundamento do seu discurso ideológico e que cedo revela a "vocaçao patrimonial e museológica" do Estado Novo, a acção da DGEMN orientou-se segundo "critérios de validação histórica" que determinaram a reparação integral de diversos monumentos no sentido do que se entendia ser a sua "beleza" e a sua "traça" primitivas. Este tipo de intervenções, inspirado nas ideias de "unidade de estilo" preconizadas por Viollet-le-Duc, seria frequente em Portugal até à década de 1960, altura em que seriam adoptados os princípios de intervenção patrimonial enunciados na Carta de Veneza (1964). Tratava-se, assim, de reforçar uma leitura simbólica de uma história e de uma memória colectivas que servisse o ideário nacionalista que interessava desenvolver. Profusamente documentadas em Boletins publicados regularmente pela DGEMN a partir de 1935, onde se joga com o impacto produzido pelo confronto entre o estado de ruína em que se encontravam os monumentos e a "dignidade recuperada" depois dos trabalhos de restauro como legitimação das opções tomadas, estas intervenções incidiram sobretudo nos monumentos medievais, enquanto testemunhos do "nascimento e da consolidação do reino de Portugal" e da "independência da Nação", ganhando especial significado propagandístico no regime de celebrações e comemorações instituído por Salazar, no início da década de 1930.

(cf. RODRIGUES, Jorge, "A Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e o Restauro dos Monumentos Medievais durante o Estado Novo", in *Caminhos do Património*, Lisboa, Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e Livros Horizonte, 1999, p.72; BRITO, Margarida Acciaiuoli de, *Os Anos 40 em Portugal: o País, o Regime e as Artes: "Restauração" e "Celebração"*, Lisboa, dissertação de doutoramento em História da Arte apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1991 (policopiado), p.6; NETO, Maria João B., "A Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e a Intervenção no Património Arquitectónico em Portugal", in *Caminhos do Património*, Lisboa, Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e Livros Horizonte, 1999, p.30-34).

² Paralelamente à campanha de intervenções no plano dos monumentos nacionais, o Ministério de Obras Públicas dava corpo, na capital, a um conjunto de novos equipamentos públicos que marcariam de forma emblemática o panorama da arquitectura portuguesa e

(1940-1945), apostada em consolidar os contornos ideológicos do Estado Novo e projectar a "acção civilizadora" de Portugal no mundo e a "solidez e eternidade da sua independência" "no quadro da crise europeia e da Segunda Guerra Mundial"³.

Começava, assim, uma nova fase de utilização política da arquitectura e das artes. Sem lugar a mais equívocos, clarificavam-se os ideais estéticos identificados com o

notas

confirmariam a adesão oficial "a uma nova linguagem arquitectónica onde se lia também o sinal de uma modernização": o Instituto Superior Técnico (1925/1937) e o Instituto Nacional de Estatística (1931/1935), de Pardal Monteiro; o Pavilhão de Rádio do Instituto de Oncologia (1927/1933), de Carlos Ramos, o Liceu D. Filipa de Lencastre (1929/1932) e a Casa da Moeda (1933/1941), de Jorge Segurado. É precisamente no Concurso dos Liceus, lançado em 1930, que esta "vaga modernista de equipamentos públicos" encontra continuidade. Curiosamente, será a pretexto das críticas ao projecto de Cristino da Silva para o Liceu Diogo de Gouveia (1930/1934), de Beja, mas também da polémica gerada em torno da Igreja de Nossa Senhora de Fátima (1934/1938), de Pardal Monteiro, que, no final da década de trinta, o poder político acorda para a necessidade de fixar "um discurso visual" coerente com a sua própria fisionomia ideológica e se dava a conversão da geração modernista a uma linguagem "pseudonacionalista". Figura incontornável em todo este processo, enquanto director do IST (1926) e Ministro da Instrução (1928), Duarte Pacheco seria nomeado Ministro das Obras Públicas e Comunicações em 1932, definindo, ao longo dos quatro anos seguintes, as directrizes que iriam orientar a política de obras públicas do Estado Novo. Depois do investimento feito na renovação das infra-estruturas rodoviárias, portuárias e ferroviárias do país, ditado pelos planos de 1926 e 1930 e pela criação, em 1927, da Junta Autónoma de Estradas, apostava-se agora no ordenamento urbano através da legislação, em 1934, dos Planos Gerais de Urbanização, tomados obrigatórios para núcleos com mais de 2500 habitantes. Esta medida, ainda que sem grandes resultados práticos devido à inexistência de meios financeiros e de quadros técnicos especializados (só no final dos anos trinta surgiam os dois primeiros urbanistas portugueses: Faria da Costa e David Moreira da Silva), garantia ao ministério a supervisão "de grande parte das intervenções urbanas". Por outro lado, com a preparação do extenso programa do Plano dos Centenários implementava-se, no ano seguinte, um regime de expropriações que permitiu o controlo estatal sobre a crescente especulação fundiária e determinou, de alguma forma, uma refrida estratégica de Duarte Pacheco do Ministério de Obras Públicas e Comunicações no período de 1936 a 1938.

(cf. MARTINS, João Paulo, "Portuguesismo: Nacionalismos e Regionalismos na Acção da DGEMN. Complexidade e Algumas Contradições na Arquitectura Portuguesa", in *Caminhos do Património*, Lisboa, Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e Livros Horizonte, 1999, p.115-125; FERNANDEZ, Sérgio, *Percurso, Arquitectura Portuguesa 1930-1974*, 2.ª ed., Porto, Edições da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 1988, p.21).

³ Publicada na primeira página do "Diário de Notícias" de 27 de Março de 1938, a nota oficial da Presidência do Conselho que lançava o programa das Comemorações Centenárias aparece curiosamente enquadrada pelas notícias dos desenvolvimentos mais recentes da guerra civil espanhola e da ofensiva alemã.

Regime em projectos de marcada simbologia nacionalista.

Numa composição clássica de volumes, eixos e remates acentuados por apontamentos estilísticos de “carácter pretensamente nacional”, o plano de Cristino da Silva para a Praça do Areeiro, de 1938 (mas só aprovado pela Câmara Municipal de Lisboa em 1943), reflectia já os conceitos que iriam reger o novo vocabulário⁴. É, no entanto, pelo significado simbólico de que se revestiu para o País e para a própria afirmação do Regime, na Grande Exposição Histórica do Mundo Português que estes valores se vão cristalizar.

Se o pavilhão português, de Keil do Amaral, para a Exposição Internacional de Artes e Técnicas de Paris, em 1937, revelava já uma mudança de atitude, no compromisso fabricado entre o “moderno” e uma feição “portuguesa”, as Exposições de Nova Iorque e São Francisco, em 1939, vêem confirmada a vontade de “reinstaurar uma linguagem com roupagens nacionais” nas propostas de Jorge Segurado.

notas

⁴ É interessante verificar como o percurso de Cristino da Silva (1896/1976) resume, a partir de três obras paradigmáticas da arquitectura portuguesa - o Cinema Capitólio (1925/1931), o Liceu de Beja (1930/1934) e a Praça do Areeiro (1938/1949), todo o processo de avanços e recuos que caracterizou o debate cultural da primeira metade do século XX. Se as duas primeiras testemunham o “ensaio de uma linguagem de ruptura - o purismo racionalista -” associado aos novos temas funcionais do início do século e, no caso específico do Liceu de Beja, a polémica que tal experiência gerou junto das facções mais conservadoras da sociedade e do regime, a última traduz um recuo pacífico a “uma linguagem regional-monumental”, revelador da fragilidade com que esta geração de arquitectos, da qual se destacaram as figuras de Pardal Monteiro (1897/1957), Carlos Ramos (1897/1969), Cassiano Branco (1897/1970), Rogério de Azevedo (1899/1983) e Jorge Segurado (1898/1990), se lançou na aventura modernista.

Apesar da reforma do ensino da arquitectura, em Setembro de 1932, e da presença atenta, desde 1927, da revista *Arquitectura*, a ausência de um corpo teórico, crítico e pedagógico que consubstanciasse as escolhas formais e as experiências conceptuais deste grupo e o seu quase alheamento em relação à dimensão urbanística, na qual se fundamentava a força reformadora do Movimento Moderno, facilitou a sua “conversão” à ideologia nacionalista alimentada pelo Estado Novo, a finais dos anos trinta. Será pela mão da segunda geração modernista, apelidada de “funcionalista” - Arménio Losa (1908/1988), Keil do Amaral (1910/1975), Januário Godinho (1910/1990) e Viana de Lima (1913/1990), entre outros - que, ultrapassado o hiato dos anos 40, se daria continuidade à prática moderna em Portugal.

(cf. PORTAS, Nuno, “A Evolução da Arquitectura Moderna em Portugal, Uma Interpretação”, in ZEVI, Bruno, *História da Arquitectura Moderna*, II vol., Lisboa, Arcádia, 1977, p.723-728).

Centro das Comemorações, a Exposição de Lisboa será o produto mais emblemático da dupla Duarte Pacheco/António Ferro. Nela se uniram os esforços de arquitectos e artistas na construção de uma cenografia que em breve se transformaria na própria imagem do Estado Novo. Fechado sobre si mesmo, num processo de isolamento que o deflagrar da Segunda Guerra Mundial e a consequente neutralidade defendida por Portugal iriam determinar, as questões de representação ganhavam agora uma outra dimensão.

Sob a orientação técnica de Cottinelli Telmo, arquitecto-chefe da Exposição, Cristino da Silva, Pardal Monteiro, Carlos Ramos, Rodrigues de Lima, Jorge Segurado, Veloso Reis Camelo, Vasco Regaleira, Keil do Amaral, António Lino, Cassiano Branco e Raul Lino deram corpo aos anseios nacionalistas do poder num misto de monumentalidade historicizante, onde se liam ainda os vestígios de “um despojamento de raiz moderna”, e ruralidade pitoresca, alimentada por “impulsos folclóricos”, que encontraria sentido na organização espacial da exposição e, logo a seguir, na do próprio país⁵.

Enquadradas no programa das Comemorações, definido por Salazar em nota oficiosa publicada na imprensa, a par da Exposição seriam realizadas diversas intervenções de embelezamento da capital⁶. Obra útil que “ajudará por si mesma a perpetuar as festas”, fazia parte de uma estratégia mais vasta que contemplava também uma série de melhoramentos na província e

notas

⁵ Cassiano Branco realizaria idêntica síntese em Coimbra no seu Portugal dos Pequenitos (1940/1963). Num paralelismo evidente com a Exposição do Mundo Português, que não o da efemeridade desta, Cassiano Branco condensou e perpetuou, à escala da miniatura, os estereótipos de que o Estado Novo se serviu para construir a sua imagem. E se a sua “Secção Metropolitana” resulta de “traduções quase directas” do receituário de Raul Lino, é no jogo compositivo que caracteriza os cinco blocos do conjunto monumental, onde elementos arquitectónicos de grande simbologia histórica são retirados do seu contexto original e colados segundo uma nova lógica, que a genialidade inventiva de Cassiano se revela.

(cf. BANDEIRINHA, José António Oliveira, *Quinas Vivas. Memória Descritiva de alguns episódios significativos do conflito entre fazer moderno e fazer nacional na arquitectura portuguesa dos anos 40*, 2.ª edição, Porto, FAUP Publicações, 1996, p.54-60).

⁶ Na sua comunicação, Salazar define um mínimo de realizações que deveriam encontrar a sua conclusão até à data das comemorações oficiais: obras de recuperação dos Palácios de Queluz e de S. Bento e do Teatro Nacional de S. Carlos; arranjo da zona envolvente à Torre de Belém; obras do anexo do Museu das Janelas Verdes; acabamento da Casa da

na qual se integrava a acção já empreendida pela DGEMN: o Plano dos Centenários. Surgem grandes empreendimentos urbanos, como o Estádio Nacional (1936-1944), de Jacobetty Rosa, os novos Hospitais Escolares de Lisboa e Porto, lançados em 1940 segundo o projecto de Hermann Diestel, ou as Cidades Universitárias⁷ de Lisboa e Coimbra, a primeira com anteprojecto de Pardal Monteiro, de 1940, e a última de Cottinelli Telmo (1943) e Cristino da Silva (1948). Programas de acentuada índole cívica e social, que

notas

Moeda; construção do Palácio de Congressos e Exposições no Parque Eduardo VII, da auto-estrada para Cascais e do Estádio Nacional; decidido impulso ao parque florestal de Monsanto e aos novos bairros económicos; lançamento da primeira fase da construção dos novos Hospitais-Ecolares; e, por fim, a ligação radiofónica de Portugal e do seu Império. Sem se concretizar ficava, porém, o Monumento do Infante, em Sagres. Objecto até à data de dois concursos, em 1933/1935 e 1936/1938, onde venceram, respectivamente, as propostas dos irmãos Rebelo de Andrade, com o escultor Ruy Gameiro, e de Carlos Ramos, em parceria com Almada Negreiros, voltaria a estar em destaque com as comemorações centenárias da morte do Infante D. Henrique, a propósito das quais se realiza um novo concurso, em 1954/1957, ganho por João Andresen, Barata Feyo e Júlio Resende, também este sem qualquer resultado prático. (cf. "Na Era do Engrandecimento, o Duplo Centenário da Fundação e Restauração de Portugal", *Diário de Notícias*, Lisboa, 27 Março 1938, p.1.

TOUSSAINT, Michel, "Os Concursos de Arquitectura como Debate Disciplinar. Os Três Primeiros Quartos do Século XX", in AAVV, *Portugal Arquitectura do Século XX*, Lisboa, Portugal-Frankfurt 97, 1997, p.128).

⁷ As Cidades Universitárias vão dar sequência às experiências realizadas, durante a década de 1930, no sentido de criar "modelos formais reconhecíveis" para as instalações de Ensino. Enquanto que o concurso dos Liceus para Lisboa, Coimbra e Beja, de 1930, confirmava a adesão inicial do regime à linguagem racionalista, em 1935, Rogério de Azevedo e Baltazar de Castro apresentavam, enquadrados no Plano dos Centenários e no seguimento do projecto por eles realizado para a Escola Primária do Socjo (1931), projectos-tipo regionalizados de escolas primárias para as zonas Norte e Centro do país, a partir da utilização estilizada de motivos tradicionais e de "apropriações ditas regionais" manifestadas nos materiais usados e na composição dos volumes. Adães Bermudes tinha já tentado realizar esta síntese no concurso "para apresentação de projectos de edifícios destinados a escolas de instrução primária", em 1898. As Cidades Universitárias de Lisboa e Coimbra resultariam, por seu lado, exemplares da monumentalidade retórica que o regime iria explorar, como expressão do poder de um Estado de Ordem, em edifícios públicos de acentuada influência na formação ideológica dos indivíduos. O recurso ao repertório neoclássico, tão ao gosto dos regimes autoritários europeus, seria patente tanto ao nível do tratamento formal dos edifícios como das soluções urbanísticas encontradas, chegando mesmo a ditar, no caso de Coimbra, a demolição de grande parte da cidade alta numa intervenção de filosofia Haussmaniana.

(cf. BRITO, Margarida Acciaiuoli de, op. cit., p.442-443).

reclamavam valores de autoridade e de ordem, seriam fortemente influenciados pelos modelos fascistas italiano e alemão⁸. Num outro registo constroem-se os bairros económicos⁹. Lançados em 1933, resultariam, na maior parte dos casos, de uma reactualização, no culto da família e do mundo rural, dos ensaios realizados por Raul Lino e dos seus cinco pontos para a "Casa Portuguesa"¹⁰. De facto, o período de 1938 a 1943, que corresponde à

notas

⁸ Não será por acaso que, em 1941, se realiza em Lisboa a exposição da arquitectura do III Reich, "Moderna Architectura Alemã", com a presença de Albert Speer. Esta iniciativa, organizada pelo governo, tinha como objectivo explorar o conceito de arquitectura ao serviço de uma ideologia, estabelecendo um evidente paralelo entre o exemplo alemão e o caso português. Também a Exposição de Roma, em 1942, contribuirá para que se definam os contornos da nova linguagem oficial, alimentando uma vertente mais classicista que iria adoptar em intervenções como a Cidade Universitária de Coimbra, em 1943. (cf. Idem, p.440-442).

FERNANDEZ, Sérgio, op. cit., p.31-32).

⁹ No espírito da "casa pequena, independente, habitada em plena propriedade pela família" são projectados novos bairros económicos em Bragança, Braga, Porto, São João da Madeira, Covilhã, Lisboa, Vila Viçosa e Portimão. Destacam-se, dentro de um formulário ruralista, os Bairros da Encarnação (1938/1946), de Paulino Montês, e da Madre de Deus (1944), de Luís Benavente, em Lisboa. Mais interessante resultou o projecto para o Bairro Piscatório de Olhão (1925), de Carlos Ramos, o único a ser concebido a partir da integração de elementos característicos da arquitectura vernacular local.

De resto, a temática da habitação privada seria alvo neste período de importantes reflexões de que os concursos da "Casa da Eva", de 1933, e da "Casa Panorama", de 1943, são paradigmáticos. Se o primeiro apresentou uma "alternativa moderna à tradicional forma de entender e conceber a habitação" na proposta inovadora de Cristino da Silva, o segundo reinstaurou a procura de um "tipo português" que resultou mais da colagem aleatória de elementos ditos tradicionais (beiral, alpendre e cantarias) do que de uma reflexão séria sobre um modo específico de habitar.

A generalização deste vocabulário "nacional" na construção especulativa dos grandes centros urbanos conduziria, ao longo dos anos 40, a soluções híbridas em que, por razões de economia, os mais recentes materiais e processos construtivos seriam utilizados ao serviço de uma expressão formal descontextualizada - o "pastiche". A "casa portuguesa" dava assim lugar ao que, "coerentemente com a desqualificação ou ausência de desenho", se passou a chamar de "português suave".

Outra experiência interessante dentro desta discussão seria o "Bairro dos Arquitectos" no Rodízio, em Sintra, onde, a pretexto da ideia de "casa de fim-de-semana", Raul Tojal, Keil do Amaral, Faria da Costa e Adelino Nunes procuraram aliar um novo conceito de habitação à recuperação de um "intimismo vivencial", que se havia perdido com a funcionalidade moderna, e da noção de "lugar", subvertida pela crescente tipificação da arquitectura.

(cf. BRITO, Margarida Acciaiuoli de, op. cit., p.590).

FERNANDEZ, Sérgio, op. cit., p.39).

passagem de Duarte Pacheco pela Câmara Municipal de Lisboa e ao seu regresso ao MOPC, seria determinante para a definição dos discursos estético-ideológicos que o Estado Novo iria adoptar.

Em função deles, clarificavam-se “modelo(s) prévio(s) programado(s) por tipos”¹¹ de edifícios, estabelecendo variantes e excepções tipológicas consoante a sua localização, no sentido de definir códigos linguísticos formais facilmente apropriados pela construção corrente e aplicados em todo o país.

Incentivados e impostos pela encomenda oficial, a partir de 1940, estes modelos¹² vão configurar as principais áreas da vida pública: a Justiça(Tribunais e Cadeias); o Ensino(Escolas Primárias, Liceus e Edifícios Universitários); a Saúde e a Assistência(Hospitais);as Comunicações(Estradas, Pontes e Viadutos, mas também as Estações de Correio, Telefones e Telégrafos); a

notas

¹⁰ Os primeiros bairros de casas económicas construídos em Lisboa - Bairros da Serafina, Alto da Ajuda e Terras do Forno - seriam da autoria do próprio Raul Lino, então funcionário da DGEMN. Situados na periferia da capital, estes bairros iriam adoptar um modelo próximo das cidades-jardim inglesas, apresentando soluções ruralizantes onde, naturalmente, Lino explora o conceito da “Casa Portuguesa”, agora sintetizado em cinco pontos fundamentais: “ a linha de cobertura sanqueada e arrematada pelo beiral dito à portuguesa(disposição original que quase por si só ‘marcava o tipo da nossa casa’), o emprego do alpendre, os vãos avantajados na largura e guarnecidos de cantaria, a caiação a branco e cor e o uso dos azulejos”.

(cf. BRITO, Margarida Acciaiuoli de, op. cit., 586).

¹¹ Idem, p.444-445.

¹² Segundo Nuno Teotónio Pereira estes modelos seriam cinco: 1. um modelo nacionalista de raiz historicista, para os liceus(o solar do século XVII) ou para o prédio de rendimento urbano(os estilos joanino e pombalino) com modelos concretos apontados pela Câmara de Lisboa aos projectistas; 2. um modelo também nacionalista, de feição regional, para os bairros sociais, escolas primárias, **pousadas**, CTT, além das moradias urbanas e suburbanas(a “casa portuguesa”, o “estilo tradicional português”)[Estão também neste caso os edifícios da Caixa Geral de Depósitos e os Quartéis da Guarda Nacional]; 3. um modelo monumentalista, de influência classicizante, para os edifícios universitários e depois para os Palácios da Justiça; 4. um modelo específico para a arquitectura religiosa, de estilização medievalista, romano-gótica, por vezes setecentista, para colégios e seminários; 5. um modelo composto, integrando várias tendências, e aplicado nas situações de carácter mais utilitário, onde, melhor do que nas obras de vocação representativa, se podia aceitar uma linguagem de compromisso.

(cf. ROSMANINHO, Nuno, *O Princípio de uma “Revolução Urbanística” no Estado Novo. Os Primeiros Programas da Cidade Universitária de Coimbra(1934-1940)*, Coimbra, Minerva Editora, 1996, p.41-42. PEREIRA, Nuno Teotónio, “A Arquitectura de Regime, 1938-1948”, in AAVV, *Portugal Arquitectura do Século XX*, Lisboa, Portugal-Frankfurt 97, 1997, p.37).

Administração Pública(Câmaras, Juntas de Freguesia e Caixas Gerais de Depósitos), as Forças Armadas(Quartéis e Estaleiros);a Religião(Igrejas), o Desporto(Estádios); e o Turismo e a Cultura(**Pousadas** e Monumentos).

Em todo este processo, destacam-se os projectos de Rogério de Azevedo e Baltazar de Castro para as Escolas dos Centenários, “pequenas casinhas onde se ministrará elementarmente a cultura de exaltação dos valores da história pátria”¹³; os projectos-tipo de Cottinelli Telmo para a Comissão das Construções Prisionais, entre 1934 e 1939, e os estudos realizados por Rodrigues de Lima para os estabelecimentos prisionais, publicados em 1962, mas decorrentes de uma especialização prática iniciada em 1939; as propostas radicalmente modernas de Adelino Nunes para os edifícios dos CTT¹⁴(para os quais se efectuaram, em 1934, uma série de ante-projectos tipo), mas algumas também comprometidas por recuos “nacionalistas”¹⁵; e os edifícios de Cristino da Silva para as CGD, que gradualmente iriam ceder a estilizações de carácter regional.

É, assim, através da campanha de obras públicas do MOPC, impulsionada pelas comemorações dos Centenários e sustentada ideologicamente pelo SPN, que, no início da década de 40, se institui a ideia de uma arquitectura “portuguesa” e de um “estilo nacional”¹⁶. No final, estes não seriam mais do que uma versão “à portuguesa” dos modelos que proliferavam lá por fora.

notas

¹³ FERNANDEZ, Sérgio, op. cit., p.35.

¹⁴ Deste conjunto são paradigmáticas as Estações dos Correios das Caldas da Rainha ((1938/1940), de Setúbal (1938/41), do Estoril (1938/1942), do Funchal (1938/1942), da Figueira da Foz (1938/1942), de Vila Nova de Gaia (1939/1941) e de Beja (1939/1941).

(cf. BRITO, Margarida Acciaiuoli de, op. cit., p.448-449)

¹⁵ Os Correios de Barcelos (1938), de Aveiro (1942) e do Crato (1944). Também o Palácio dos Correios em Lisboa, projectado em 1942, mas só construído em 1953, acabou por ter de ceder à “natural” simbologia que uma sede central dos Correios devia respeitar. (cf. Idem, *Ibidem*).

¹⁶ “É com este pano de fundo que as imposições formais que hoje em dia pesam sobre a criação arquitectónica merecem alguma reflexão. Eles não provêm já de um Estado todo-poderoso, antes resultam de mecanismos mais subtils mas implacáveis, enredados nas teias do mercado imobiliário e que se manifestam exuberantemente. São as moradias “estilo Lapa”, com os seus áticos amansardados, ou “estilo Algarve”, com as vergas rectas arredondadas, ou ainda “estilo Madeira”, com as persianas verdes de alumínio lacado; são os blocos de apartamentos de sabor

aristocratizante inspirados em Versalhes ou novamente no nosso joanino; são as áreas de serviço auto-estradais em "estilo monte alentejano"; são os condomínios fechados e até supermercados macaqueando quintas ribatejanas; são as zonas de restauração de centros comerciais a querer fingir Alfamas e Ribeiras; são ainda os prédios das periferias massificadas e até os bairros de prestígio emoldurados por arrebiques policromos pós-modernos. E muito disto feito já não por curiosos ou técnicos alheios à arquitectura - mas por arquitectos diplomados!"

(PEREIRA, Nuno Teotónio, "A Arquitectura Manipulada, Hoje como Ontem ou Da Ditadura do Regime à Ditadura do Mercado", *Jornal Arquitectos*, Lisboa, n.º 198, Novembro/Dezembro 2000, p.48-50).

(Página deixada propositadamente em branco)

É uma casa portuguesa com certeza

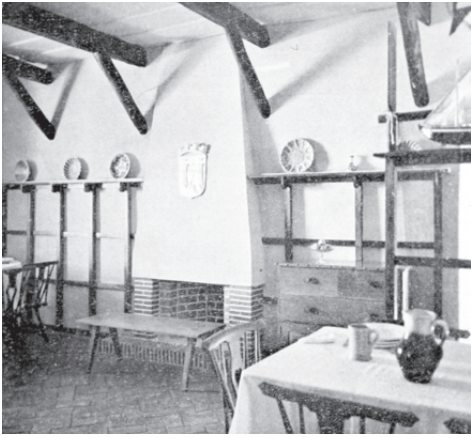
**Discurso do Director do
Secretariado da Propaganda Nacional
sede do S.P.N., 27 de Março de 1943**

39

"...Ora as nossas **Pousadas**, que não possuem, sem dúvida, o número de quartos suficiente para satisfazer certas necessidades locais, foram construídas e arrançadas com o intuito principal de servir de modelo a esta nova orientação da indústria hoteleira em Portugal, maquetas animadas, espalhadas pelo país onde se tornará fácil colher ensinamentos, apreender e desenvolver certas ideias. Procurou-se, portanto, que estes pequenos hotéis não se parecessem com hotéis. Se o hóspede ao entrar numa destas **Pousadas** tiver a impressão de que não entrou num estabelecimento hoteleiro onde passará a ser conhecido pelo número do seu quarto, mas na sua própria casa de campo onde o aguardam os criados da sua lavoura, teremos obtido o que desejávamos. Foi esse o motivo que nos levou a cuidar dos pormenores desta Pousada como se nós próprios a fôssemos habitar. Tivemos, por exemplo, o cuidado de aquecer, de vestir as suas paredes com mantas, velhas gravuras, objectos regionais, bonecos de barro para que os seus hóspedes, ainda que sozinhos, se encontrem sempre acompanhados por certas coisas simples que os situem constantemente na região onde se encontram e não lhes quebre a continuidade entre o interior e o exterior, entre a casa e o campo. Foi esse mesmo critério que nos levou a substituir os clássicos criados ou malcriados (de "smokings" lustrosos nas bandas e no resto) por desenhovalhadas raparigas que lembram, na alegria e simplicidade dos seus trajos regionais, a própria paisagem que se enquadra nas janelas. Pela mesma razão, a cozinha das **Pousadas** do S.P.N. não terá nunca a pretensão ou a comodidade de imitar a chamada cozinha francesa, deturpação insípida da verdadeira. Com a adaptação necessária às circunstâncias do momento, fugiremos à monótona estandardização, à fatal pescada e ao fatal carneiro com batatas. Cada Pousada terá os seus pratos locais, as suas especialidades regionais, imagens culinárias dos próprios recursos da província ou do lugar. Conforto rústico, bom-gosto fácil no arranjo das coisas e também no paladar, simplicidade amável, eis as grandes linhas do programa das nossas **Pousadas**. E poesia, alguma poesia..."

**Discurso do
Secretário Nacional da Informação
inauguração da Pousada de S. Lourenço
15 de Março de 1948**

“...Depois da Estalagem do Lidador, hoje fechada, adaptação duma velha pensão de Óbidos, ensaio tímido, a **Pousada de Santa Luzia**, em Elvas, romance branco do Alentejo. A seguir, a **Pousada de S. Martinho**, em Alfeizerão, que parece ela própria ter pintado, para contemplação dos seus hóspedes, o vasto e pacificante panorama que se descobre das suas janelas. Inaugurou-se depois a **Pousada de S. Gonçalo**, no Marão, que nasceu ali, não por obra dos homens mas porque sim, esfregar da lâmpada de Aladino numa hora de fadiga, ao subir da montanha. Abre mais tarde a **Pousada de S. Brás**, novo romance das amendoeiras em flor, tão poética, tão fora da vida, mais fictícia ainda do que um romance, pura lenda... A **Pousada de Santo António**, no Serém, acode à chamada, confortável camarote diante do Vale do Vouga e do seu rio, exposição natural de uma região que se deixa entrever e desejar... A **Pousada de Santiago** com a gravura da própria vila como pano de fundo, foi a penúltima a ser inaugurada. Pousada de transição, póstico do Alentejo, Sul e sonho de mais Sul... E finalmente esta, a última do Plano dos Centenários, a que inauguramos hoje, a de **S. Lourenço**, a mais perto do Céu, Pousada da neve, a Pousada-bandeira...”





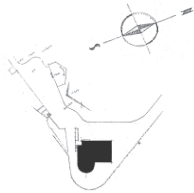
Estalagem do Lidador

localização Óbidos

programa adaptação de antiga pensão a pousada

decoração Paulo Ferreira

data de inauguração 16 Agosto 1940



Pousada de Santo António

localização Serém

programa pousada de raiz (5 quartos)

arquitecto Rogério de Azevedo

decoração Carlos Botelho e Casa Sousa Braga

data de inauguração 24 Setembro 1942



Pousada de S. Gonçalo

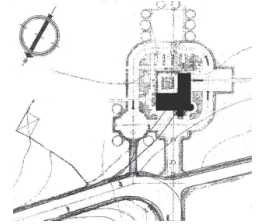
localização Marão

programa pousada de raiz (5 quartos)

arquitecto Rogério de Azevedo

decoração José Brandão de Carvalho e Manuel de Sousa Braga

data de inauguração 29 Agosto 1942



Pousada de Santa Luzia

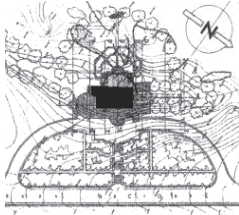
localização Elvas

programa pousada de raiz (6 quartos)

arquitecto Miguel Jacobetty Rosa

decoração Vera Leroi e Anne Marie Jauss

data de inauguração 19 Abril 1942



Pousada de S. Tiago

localização Santiago do Cacém

programa pousada de raiz (4 quartos)

arquitecto Miguel Jacobetty Rosa

decoração Vera Leroi e Anne Marie Jauss

data de inauguração 10 Fevereiro 1945



Pousada de S. Brás

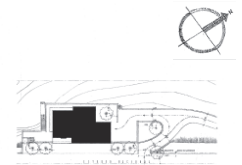
localização São Brás de Alportel

programa pousada de raiz (4 quartos)

arquitecto Miguel Jacobetty Rosa

decoração Vera Leroi, Anne Marie Jauss e Carlos Botelho

data de inauguração 11 Abril 1944



Pousada de S. Martinho

localização Alfeizerão

programa pousada de raiz (4 quartos)

arquitecto Veloso Reis Camelo

decoração Jorge Segurado, Carlos Botelho e Manuel Lima

data de inauguração 25 Agosto 1943



Pousada de S. Lourenço

localização Manteigas

programa pousada de raiz (4 quartos)

arquitecto Rogério de Azevedo

decoração Maria Keil

data de inauguração 15 Março 1948

● Em 1939 é oficialmente anunciada a construção das cinco primeiras **pousadas** regionais previstas pelo “Plano de Realizações do Duplo Centenário de 1940”¹. Adstritas ao Ministério das Obras Públicas, logo em 1938 são encarregues do estudo desta nova tipologia os arquitectos Miguel Jacobetty Rosa e Rogério de Azevedo, distribuídos os projectos segundo regiões, respectivamente, Sul e Norte/Centro do país². Assim, as **pousadas** de Elvas (1942) e de São Brás de Alportel (1944) seriam entregues a Jacobetty Rosa enquanto que as do Marão (1942) e do Serém (1942) a Rogério de Azevedo. Excepcionalmente, Veloso Reis Camelo seria também convidado para realizar o projecto da Pousada de Alfeizerão (1943).

A este grupo inicial vão-se juntar, mais tarde, as de Santiago do Cacém (1945), de Miguel Jacobetty Rosa, e de Manteigas (1948), esta entregue a Rogério de Azevedo só em 1942.

Uma vez transferida a pasta do Turismo para a dependência do SPN, António Ferro lança um primeiro desafio na perspectiva destas novas unidades hoteleiras estatais passarem para a sua tutela³,

propondo a reconversão de uma antiga pensão de Óbidos em “protótipo experimental” da imagem que pretendia que viesse a caracterizar as **pousadas**. Maqueta de ensaio de um “Bom Gosto” que havia já ilustrado a campanha do Hotel Modelo, e que António Ferro recupera enquanto ideal cultural da sua Política do Espírito, coube a Paulo Ferreira a tarefa de fixar os termos em que este se ia agora formular. Inaugurada a 16 de Agosto de 1940, a Estalagem do Lidador seria a expressão de uma “veracidade regional”⁴ que procurava aliar a arte popular, nas suas vertentes arquitectónica e ornamental, a um renovado conceito de conforto, logo subvertida, em nome do tal “Bom Gosto”, por híbridas estilizações de “harmonias rústicas”⁵ cuja vulgarização iria culminar num “estilo rústico” que ainda hoje tem os seus reflexos. Produto de uma estrutura visual que o SPN apostara montar na ideia de criar um estilo próprio que fosse o reflexo de um “sentir português de 1940”⁶, esta linguagem iria sedimentar-se e encontrar a sua fórmula máxima com as **pousadas**.

notas

¹ Ainda antes de ser lançada a campanha das novas **pousadas** oficiais foram realizadas duas primeiras experiências, promovidas pela Comissão de Iniciativa de Setúbal e pela Delegação de Turismo da Madeira. A primeira resultou da adaptação, em 1932, da Fortaleza do Portinho da Arrábida a “pousada” e a segunda da construção da “Pousada dos Vinháticos” na Madeira, planeada desde 1937 mas só inaugurada a 5 de Janeiro de 1942.

Situada junto à estrada que ligava o Funchal a S. Vicente, “grande estrada de turismo”, esta pousada desenvolvia-se em dois pisos colocados sobre um embasamento aproveitado para cave. No primeiro piso ficavam as zonas de estar e de jantar, esta “seguida de uma esplanada”, a cozinha, um quarto de dormir e as instalações sanitárias. No piso superior encontravam-se mais três quartos. Toda a pousada respondia à necessária feição regional que devia caracterizar estas novas unidades, desde o estilo seguido para o edifício (inspirado nas construções de montanha), ao uso de materiais da ilha (cantaria rija, madeiras de castanho e pinho, telha de meia-cana) e à decoração do interior com “típicos motivos da arte popular e campestre”, apresentando-se, assim, como modelo “a seguir, a bem do turismo nacional”.

(cf. “Os Grandes Valores Turísticos Nacionais”, in *Panorama*, n.º 15-16, Julho de 1943, p.64-65).

² Esta distribuição não terá sido alheia ao facto de Rogério de Azevedo ter já realizado, em 1935, com Baltazar de Castro os projectos das Escolas Centenárias para o Norte e Centro do país. Esta dupla seria também, dois anos mais tarde, encarregada pela DGE MN do restauro do Paço dos Duques de Bragança, em Guimarães, sendo, na altura, Baltazar de Castro o Director do Serviço de Monumentos do Norte.

notas

³ O que acontece em 1941, com o Decreto-Lei N.º 31:239 de 9 de Maio, sendo depois colocadas “sob regime de concessão a particulares”, tal como Francisco de Lima advogava na sua tese, na alínea dedicada à *Exploração*.

(cf. PINA, Paulo, *Portugal. O turismo no Século XX*, Lisboa, Lucidus Publicações, 1988, p.119.

Decreto-Lei N.º 31:259, *Diário do Governo*, 1.ª Série, N.º 106, 9 de Maio de 1941, p.269.

LIMA, Francisco de, “Pousadas”, tese apresentada à IV Secção do I Congresso Nacional de Turismo, Lisboa, 1936).

⁴ SANTOS, Rui Afonso, “O Design e a Decoração em Portugal, 1900-1994”, in PEREIRA, Paulo (dir.), *História da Arte Portuguesa*, vol. III, Lisboa, Círculo de Leitores, 1995, p.478.

⁵ BRITO, Margarida Acciaiuoli de, op. cit., p.566.

⁶ O “estilo Secretariado” mais do que uma mera linguagem seria um projecto global de propaganda que iria orientar e incentivar toda uma nova forma de pensar e de estar na sociedade portuguesa. Alimentado por uma campanha de “bom gosto” que iria abarcar diferentes níveis de intervenção, como o cinema, a rádio, o teatro, a fotografia, a publicidade, a arquitectura ou a decoração, esta ideia estaria presente em todas as iniciativas do SPN/SNI, desde as Exposições de Arte Moderna (1935) ao Concurso da “Aldeia mais portuguesa de Portugal” (1938), dos Concursos de Montras (1940) aos das Estações Floridas (1942) e à Campanha de Sinalização das Estradas, das festas do Maio Florido aos bailados Verde Gaio, da Revista Panorama (1941), com o Concurso para uma Casa de Campo (1943) ou reportagens sobre a casa de António Ferro, às **Pousadas** (1942) e ao Museu de Arte Popular (1948), da participação portuguesa nos grandes certames internacionais às inúmeras publicações e cartazes de propaganda turística do país.

Projecto de turismo inovador nos termos em que pensa uma estratégia de intervenção à escala do território nacional, elegendo e promovendo diferentes pontos de interesse turístico e dotando-os de modernas estruturas hoteleiras, as **pousadas** vão saber explorar e estabelecer uma importante rede de relações territoriais.

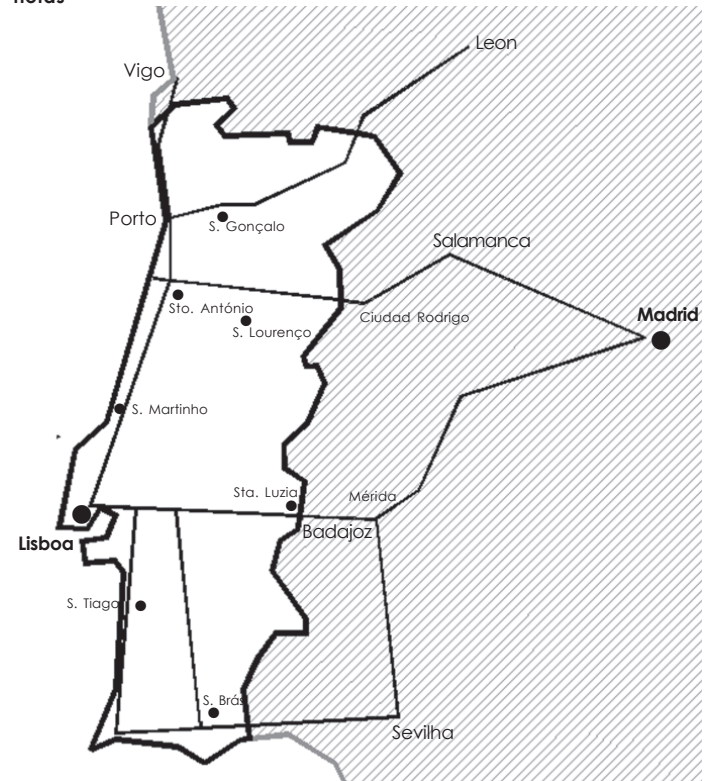
As três primeiras - Elvas, Marão e Serém - concluídas em 1942, surgem claramente do gesto primário, mas cultural e politicamente pertinente, de dividir o país e de intervir em áreas geográficas distintas - Sul, Norte e Centro. Leitura algo redutora, ganha maior significado se analisarmos estas escolhas num contexto mais vasto. De facto, à semelhança dos Paradores de Mérida e Ciudad Rodrigo, as **pousadas** de Elvas e do Serém vão servir os principais itinerários de ligação a Espanha. Se na primeira isto é evidente, pois vai implantar-se junto à Estrada Nacional N.º18, que ligava Borba a Badajoz ou, a uma escala maior, Lisboa a Sevilha e Madrid (passando por Mérida); na segunda esta leitura não deixa de ter algum sentido.

A pousada do Serém funcionaria primordialmente na sua relação com a Estrada Nacional N.º1, que unia Lisboa ao Porto, situando-se a “meio” deste percurso e definindo com a pousada de Alfeizerão, concluída um ano mais tarde, momentos de pausa estratégicos neste itinerário (próximo das duas grandes cidades mas suficientemente afastados para garantir o carácter “não urbano” que se pretendia que estas construções fivessem). Mas este “meio” seria precisamente o ponto em que a EN1 entronca com a estrada que ligava Aveiro a Vilar Formoso e depois a Salamanca, por Ciudad Rodrigo. Linha de movimento fundamental na relação entre o litoral e o interior, seria complementada, em 1948, com a construção da pousada de Manteigas.

Por sua vez, a pousada do Marão entende-se no equilíbrio que estabelece com a pousada de S. Brás de Alportel. Extremos opostos do país, espelham dinâmicas bem diferentes. Enquanto que uma aposta declaradamente num cenário de serra (ideia que seria recuperada em Manteigas), perdendo-se, nas curvas da estrada do Porto para Bragança, algures entre Amarante e Vila Real; a outra goza da sua proximidade com o mar, fixando-se no instante em que, ultrapassada

a Serra do Caldeirão (no principal itinerário para o Algarve e com ligação a Sevilha, por Vila Real de Santo António), a vista se espraia sobre a linha azul do horizonte. Numa outra relação com o Sul, esta ao longo da costa, também a pousada de Santiago do Cacém vai explorar esta presença e definir uma importante paragem a meio do percurso entre Lisboa e Sagres. Ao contrário do Hotel Modelo, exercício algo abstracto e académico na medida em que trabalha objectos contextualmente descontextualizados, as **pousadas** vão, assim, procurar responder a necessidades específicas do país, actuando objectivamente sobre o território e, com ele, construindo uma estrutura coerente e racional. Neste sentido, é curiosa a coincidência com algumas das sugestões de Francisco de Lima, como o Marão e a Serra da Estrela ou, numa perspectiva mais abrangente, o Alentejo e o Algarve.

notas



“Devendo, pelo seu estilo e côm local, integrar-se tanto quanto possível no pitoresco das regiões, tendo em vista o objectivo essencial da propaganda turística”⁷, as **pousadas** vão dar continuidade e fundamento ao conceito de uma “hoteleria de fisionomia nacional”⁸, lançado com o Hotel Modelo e defendido por Francisco de Lima na sua tese. Observado o necessário ajuste programático à dimensão real do país⁹, as **pousadas** vão definir-se “entre o que deveria ser uma habitação e um hotel”¹⁰, sustentando um modelo muito próximo da “Casa Portuguesa”¹¹, não só pelo evidente paralelo que se estabelecia em termos de programa e de escala, mas também pelo sentido de retorno a uma “perda de harmonia no mundo da nossa arquitectura”¹², agora reduzida a certos “tiques” formais identificados com uma tradição construtiva, e a um “espírito de lugar”,

notas

⁷ Decreto-Lei N.º 31:259, op. cit..

⁸ PINA, Paulo, op. cit., p.119.

⁹ Conforme o que Francisco de Lima preconiza na sua tese, as **pousadas** vão caracterizar-se pela sua pequena escala, desenvolvendo “um tipo de instalação mais simples e económico” que o Hotel, “organização incompatível para a maioria das pequenas terras de província”. Todas elas adoptam o “tipo mínimo” definido no ponto dedicado à *Instalação*: 4 a 10 quartos; sala de refeições, com lareira (excepto na pousada de Santiago do Cacém), que funciona simultaneamente como sala de estar; zona de serviço com copa, cozinha e quartos para o pessoal; e garagem.

¹⁰ BRITO, Margarida Acciaiuoli de, op. cit., p.566.

¹¹ A definição das **pousadas** seria da responsabilidade da Comissão Organizadora do Programa Preliminar dos Centenários, de cujo pelouro do Turismo fazia parte Raul Lino. Presença constante na discussão e construção ideológica de uma arquitectura de feição nacional, a sua obra constituiu referência incontornável e basililar para o discurso estético regionalista do Estado Novo, de que as **pousadas**, enquanto estruturas hoteleiras oficiais, também deviam ser expressão.

Mas, se a “pesquisa metodológica” de Raul Lino, “o seu entendimento das relações da obra com o contexto paisagístico, das relações entre os espaços, um certo sentido do maravilhoso e a sua alegria, repetindo palavras de Vieira de Almeida a que eu acrescentaria o conhecimento da natureza dos materiais e do seu uso na construção, (...)lhe confere a possibilidade de uma leitura moderna”, a sua banalização e sistematização em receituário, imposto e “aproveitado pelo salazarismo”, iria degenerar “num decorativismo ridículo cuja síntese genial está feita no fado da Amália - é uma casa portuguesa com certeza”.

(COSTA, Alexandre Alves, “A Problemática, a Polémica e as Propostas da Casa Portuguesa”, in *Introdução ao Estudo da História da Arquitectura Portuguesa, Outros Textos sobre Arquitectura Portuguesa*, (“Seis Lições-2”), Porto, FAUP Publicações, 1995, p.57-72).

¹² LINO, Raul, *Casas Portuguesas*, Lisboa, Edições Cotovia, 1992, p.110.

condensado em panorâmicas relações com a paisagem. Tudo isto rematado por subtis enquadramentos de sabor rústico, agenciados pelos artistas do SPN sobre idílicas interpretações de uma vivência rural que se prestava ao imaginário nacionalista e conservador do Regime, e legitimado por um respeitável grupo de Santos¹³.

A primeira série de pousadas nasce, assim, ancorada a um programa “então (entendido) como muito pouco urbano”¹⁴, que se refugia num regionalismo superficial e folclórico para se cumprir, mas que o simples exercício de “retirar, uma a uma, todas as componentes do revestimento ornamental e do então instituído “gosto português”¹⁵ logo denuncia para revelar a linguagem francamente modernista das propostas¹⁶: “os volumes puros, cilíndricos e prismáticos, das obras de Jacobetty Rosa (Elvas, São Brás de Alportel, Santiago do Cacém), “trabalhados” com beirais, arcadas, pérgolas e azulejaria; ou o dinamismo volumétrico das obras de Rogério de Azevedo (Marão, Serém, Serra da Estrela), revestidas de seguida com o pesado granito, rematado pelas densas coberturas em telha, com alpendres, portadas e chaminés”¹⁷.

Exemplos paradigmáticos desta fase são as **pousadas** de Elvas e do Marão, curiosamente as duas primeiras a serem construídas e, por isso, modelo de referência para

notas

¹³ Estas **pousadas** resumiam, assim, e de forma exemplar, os valores basilares da acção de propaganda ideológica do Estado Novo, condensados na trilogia *Deus, Pátria e Família* tão cara a Salazar.

¹⁴ FERNANDES, José Manuel, “Pousadas de Portugal. Obras de Raiz e em Monumentos”, in *Caminhos do Património*, Lisboa, Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e Livros Horizonte, 1999, p.160.

¹⁵ BANDEIRINHA, José António Oliveira, “Cassiano, Obra e Mito”, in *Cassiano Branco Uma Obra Para o Futuro*, Lisboa, Edições Asa, 1991, p.202.

¹⁶ Não nos podemos esquecer de que é pela mão desta geração de arquitectos, dos nascidos em 1900, de que fazem parte Rogério de Azevedo (1899/1983), Miguel Jacobetty Rosa (1901/1970) e António Maria Veloso Reis Camelo (1899-1985), que se afirma, ainda que episodicamente, na década de 1920, uma linguagem de ruptura “com a generalidade do que se construía então” em Portugal, num conjunto de obras de grande coerência conceptual.

Arquitectos de formação Beaux-Arts e, de alguma forma, comprometidos com o Regime, de quem recebem importantes encomendas, são também eles que, dez anos depois, vão dar expressão à “restauração cultural” que o Estado Novo vai empreender. Mas a lição modernista dos anos 20 sobreviveria por baixo da camuflagem nacionalista imposta pelo Regime, para voltar a ganhar sentido alguns anos mais tarde. (cf. PORTAS, Nuno, op. cit., p.707-708).

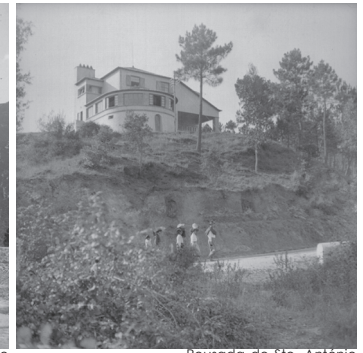
¹⁷ FERNANDES, José Manuel, op. cit., p.161-162.



Pousada de Sta. Luzia



Pousada de S. Gonçalo



Pousada de Sto. António

46

as seguintes. Mas será a pousada do Serém, inaugurada apenas um mês depois da pousada do Marão, a definir um padrão tipológico que se irá repetir nas outras **pousadas** deste grupo. São, assim, estas três experiências, a primeira de Jacobetty Rosa e as duas últimas trabalhadas, em simultâneo, por Rogério de Azevedo, que vão traçar o rumo a seguir. Destacando-se claramente das restantes, em termos de tipologia de implantação, Elvas e o Marão resultam de atitudes à partida idênticas, mas que uma leitura mais atenta acusa abordagens completamente diferentes. Estruturadas por gestos fortemente geométricos, uma em L e a outra segundo um arco de circunferência, ambas jogam com a ideia de conformar duas frentes distintas: uma voltada para um espaço mais intimista, contido pelo edifício, e outra que dialoga abertamente com o exterior. Mas, se em Elvas este gesto surge de um exercício quase abstracto, que procura criar uma identidade em si mesmo e amarrar o edifício ao terreno, no Marão esta geometria encontra significado no próprio local onde se implanta. Assim, enquanto que a pousada de Sta. Luzia afirma claramente uma frente de representação para a cidade, onde ressalta o volume piramidal da entrada acentuado pelo desenho geométrico dos azulejos, para depois se voltar sobre si mesma e viver essencialmente do pátio que define, aberto para a planície e trabalhado a uma escala mais amena com um elemento de sombra que completa o quadrado; a pousada de S. Gonçalo relaciona-se dinamicamente com a estrada que a envolve, explorando diferentes tensões e perspectivas que acentuam o seu movimento e definem momentos de aproximação distintos: a contenção do “abraço acolhedor” da chegada, sugerido pelo edifício no ponto em que a estrada se fecha, e a explosão visual que se vive no interior alimentada pela varanda panorâmica da sala de jantar, que quase nos lança sobre o vale e reforça a “velocidade” da curva na estrada.

E se a presença “estática” de Sta. Luzia contrasta com a fluidez das formas de S. Gonçalo, até porque coerentemente inseridas nos contextos paisagísticos que as caracterizam - o Alentejo e a Serra do Marão, a expressividade com que são articulados e trabalhados os seus volumes volta a aproximá-las: a desconstrução

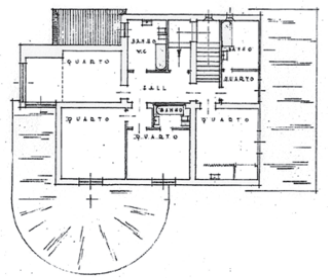
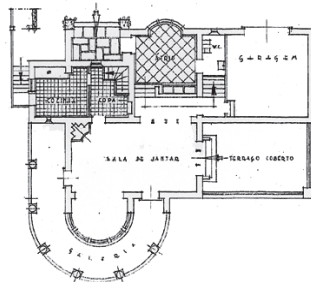
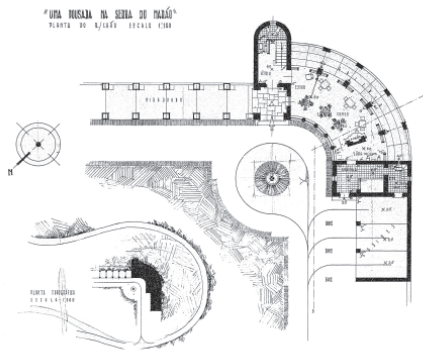
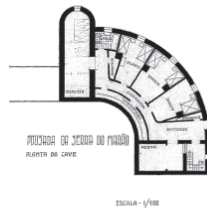
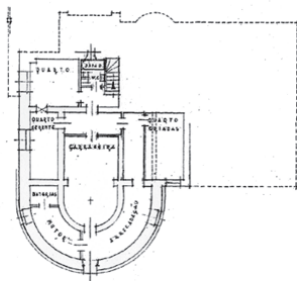
dos alçados, através de avanços e recuos, que definem varandas e zonas de sombra, e de diversos elementos que introduzem diferentes ritmos nas fachadas; a clara marcação do corpo das escadas, nas duas, curiosamente, trabalhado num volume cilíndrico que se destaca e afirma a sua verticalidade; ou a plasticidade e a textura dos materiais utilizados, que reforçam o carácter táctil e artesanal da construção.

Em ambas, o programa é estruturado de forma a definir zonas distintas de utilização de acordo com o grau de privacidade dos espaços, desenvolvendo em pisos diferentes as áreas sociais, os espaços de serviço e a zona mais reservada dos quartos. Esta atitude é mais evidente no Marão, onde há uma clara separação vertical de funções: no piso inferior, que resolve a articulação do edifício com a encosta, os quartos do pessoal; no piso de entrada a sala de jantar, apoiada pela copa e cozinha; e no último andar os quartos dos hóspedes. Em Elvas, apenas com dois pisos, os quartos do pessoal são resolvidos junto à cozinha e copa, ocupando, com a garagem, todo o piso térreo dessa ala do edifício e libertando o da outra para a sala de jantar¹⁸.

notas

¹⁸ É inevitável aqui a referência à colaboração de Januário Godinho, com Rogério de Azevedo, na pousada do Marão. Arquitecto da geração dos nascidos em 10, será, com Keil do Amaral (1910/1975), um dos principais protagonistas da passagem de testemunho do episódio modernista dos anos 20 e da procura de um novo caminho que simultaneamente integrasse modernidade e tradição e recuperasse a ideia de “sítio” na arquitectura. Exemplo para as gerações seguintes, a sua obra seria precursora de um regionalismo crítico, que começa a ganhar dimensão a partir da década de 1940 e lança toda a classe numa participada revisão de valores que culminaria no I Congresso Nacional de Arquitectura (1948) e no Inquérito à Arquitectura Regional Portuguesa (1955/1961). O trabalho que realiza, entre 1946 e 1959, para a HICA - Hidroeléctrica do Cávado, SARL - será emblemático da pesquisa formal de Godinho e de um novo entendimento da obra de arquitectura nas suas relações com o contexto natural e cultural em que se insere.







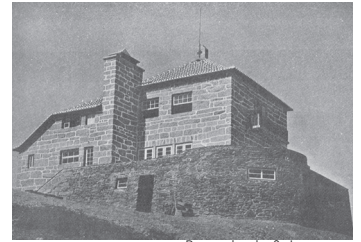
Pousada de S. Martinho



Pousada de S. Brás



Pousada de S. Tiago



Pousada de S. Lourenço

No Serém, Rogério de Azevedo apresenta uma solução mais “pacata”. Sem a “liberdade” do Marão, a pousada de Sto. António agarra-se claramente ao estereótipo de uma habitação particular. O conjunto torna-se mais compacto, quase monolítico, absorvendo o elemento de ligação vertical e apenas soltando, em apontamentos acessórios, o alpendre e a chaminé. O único momento em que há algum investimento formal é no volume da sala de jantar. Destacando-se do conjunto, a sua forma cilíndrica reforça o sentido de uma visão panorâmica sobre o vale e introduz uma outra dimensão no corpo rectilíneo do edifício. Jogando, mais uma vez, com uma situação de encosta, o programa desenvolve-se a partir de um esquema funcional idêntico ao estudado para a pousada de S. Gonçalo, aproveitando o desnível do terreno para criar um piso inferior onde se concentram os quartos dos funcionários e os espaços técnicos da pousada. Sem grandes inovações, as restantes **pousadas** desta série vão dar continuidade aos temas abordados por

notas

Enquadrada nas estruturas de apoio ao aproveitamento hidroeléctrico do Rio Cávado, a Pousada-Albergaria de Vila Nova (1949/1950) seria a primeira de três que realiza para esta empresa. Trabalhando o mesmo tema que no Marão, uma curva larga que se adocia ao terreno e estabelece uma frente de contacto franco com a paisagem (para a qual se voltam as zonas comuns e os quartos através de uma animada composição de envidraçados e varandas alpendradas), consegue, no entanto, ultrapassar os limites pitorescos da “Casa Portuguesa” para encontrar na “funcionalidade, na lógica dos materiais e na economia de meios, pontos comuns para dar credibilidade (à coexistência) de valores modernos e vernaculares. Mas se, em Vila Nova, Januário Godinho reporta a um esquema já trabalhado com Rogério de Azevedo no Marão, em Salamonde (1951/1956) e Pisões (1959) os seus gestos são singulares na forma como sentem o lugar e interpretam o programa, criando espaços plurais e acolhedores, plenos de soluções, que se articulam com uma agilidade e clareza muito distantes das soluções um pouco rígidas, quase herméticas, de Rogério de Azevedo para as **pousadas** oficiais.

(cf. TOSTÕES, Ana Cristina dos Santos, “Barragens da Hidroeléctrica do Cávado. Pousada de Vila Nova”, in AAVV, *Portugal Arquitectura do Século XX*, Lisboa, Portugal-Frankfurt 97, 1997, p.212).



este primeiro grupo.

Em Alfeizerão, Veloso Reis Camelo propõe uma solução intermédia que pega na imagem de “casa” proposta no Serém, construindo um corpo único onde a chaminé, o alpendre e a garagem voltam a marcar presença no alçado e a sala de jantar é de novo motivo de atenção (ainda que no desenho tímido de uma varanda que procura dialogar com a paisagem), mas não estabelece quaisquer relações com o terreno, afirmando-se antes como um bloco solto sobre um embasamento, que não tem qualquer utilidade funcional e confere um certo carácter monumental ao edifício.

Elemento novo, o embasamento volta a aparecer em Santiago do Cacém e em Manteigas, mas agora pensado como parte integrante dos edifícios e trabalhado nas diferentes cotas de relacionamento com o terreno, participando, assim, na lógica de hierarquização do programa por pisos e permitindo, simultaneamente, criar um espaço de esplanada que prolonga e complementa a sala de jantar. Mas se, na pousada de S. Lourenço, Rogério de Azevedo apura a escala doméstica das suas propostas, no sentido do acolhimento dos espaços e da contenção volumétrica do edifício, na de S. Tiago, Miguel Jacobetty Rosa revisita a “monumentalidade” de Elvas, numa composição ainda mais afirmativa pela forte simetria que rege todo o conjunto e pela presença do embasamento, que, por um lado, eleva o edifício e reforça a sua verticalidade, e, por outro, enfatiza a sua axialidade, destacando a entrada da garagem num volume cilíndrico que assinala e remata o eixo da composição. Tal como em Santa Luzia, também aqui se contrapõe, à escala do alçado principal, o carácter mais acolhedor da esplanada da sala de jantar, onde, mais uma vez, surge um elemento de sombra, que ameniza este espaço e quebra a rigidez do conjunto. Abordagem coerente com a sua primeira proposta, sugere, no entanto, um retrocesso no percurso deste arquitecto quando confrontada com a pousada de S. Brás de Alportel, concluída um ano antes. Recuo que no fundo é uma evolução, no sentido em que confirma e clarifica as tendências “monumentalizantes” da pousada de Santa Luzia. Neste contexto, S. Brás define-se mais como uma excepção, constituindo um momento de pausa e de abertura a outras experiências¹⁹.

De facto, para S. Brás de Alportel, Jacobetty Rosa apresenta uma solução muito mais livre, que se aproxima claramente da escala familiar das **pousadas** de Rogério de Azevedo e brinca de forma inteligente com os diferentes volumes que compõem o edifício. Neste jogo de equilíbrios, voltam a destacar-se o corpo das escadas, o pórtico da entrada e a sala de jantar, que recupera a forma cilíndrica do Serém, mas adquire uma maior leveza no modo como comunica com a paisagem e é aproveitada para criar uma varanda para os quartos do piso superior.

Propostas formalmente diversas e algumas de grande riqueza conceptual, é a partir de temas como a escala doméstica dos edifícios (que traduz o carácter familiar destas construções), a distribuição programática por pisos (solução funcional que resulta da simplicidade do programa e da articulação dos edifícios com o terreno), e a sala de jantar panorâmica (que combina os prazeres da vista com os prazeres gastronómicos e reforça o sentido de passagem destas unidades), que este conjunto se vai caracterizar.

Tópicos permanentes nesta primeira série, revelam-nos a centralidade das soluções de Rogério de Azevedo na definição das **pousadas** oficiais, começando pelo gesto inaugural do Marão, que depois se estabiliza tipologicamente no Serém e se depura na simplicidade de Manteigas.

notas

¹⁹ O que não deixa de ser curioso, se pensarmos que nesse mesmo ano, 1944, é inaugurado o Estádio Nacional, de Jacobetty Rosa, obra paradigmática da arquitectura do Regime e directamente referenciada nas propostas de Albert Speer para o III Reich.

Decreto-Lei N.º 31:259
Diário do Governo, 1.ª Série, N.º 106
9 de Maio 1941

Convindo estabelecer o regime de exploração das pousadas regionais construídas em obediência ao programa do Duplo Centenário e determinar os casos em que se poderá usar dessa denominação, de modo que fique assegurada a eficaz realização dos fins em vista;

Usando da faculdade conferida pela 2.ª parte do n.º 2.º do artigo 100.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º As pousadas regionais, construídas pelo Ministério das Obras Públicas e Comunicações dentro do plano da realização do Duplo Centenário de 1940, serão, imediatamente à sua conclusão, entregues ao Secretariado da Propaganda Nacional.

§único. São equiparadas, para todos os efeitos, a estas pousadas aquelas que vierem a ser instaladas em edifícios cedidos pelo Estado com esse destino.

Artigo 2.º As pousadas destinam-se a alojar forasteiros e sobretudo a fornecer-lhes alimentação, devendo, pelo seu estilo e côr local, integrar-se tanto quanto possível no pitoresco das regiões, tendo em vista o objectivo essencial da propaganda turística, de forma que constituam, pelo exemplo do modelar funcionamento dos seus serviços, elementos de orientação da pequena indústria hoteleira.

Artigo 3.º A exploração das pousadas será adjudicada, em concurso público ou limitado ou por ajuste directo em regime de concessão temporária, de acordo com as bases que forem estabelecidas pelo Secretariado da Propaganda Nacional.

§1.º Dos contratos constará sempre a obrigação dos adjudicatários, caucionada por garantia idónea, de responderem pelos prejuízos que, independentemente do uso normal, sofrerem os edifícios, e ainda pelo extravio de objectos do respectivo recheio ou deterioração imputável a culpa ou negligência, sua ou de outrem.

§ 2.º Os contratos ressalvarão sempre o direito da sua livre rescisão por parte do Secretariado, com prévio aviso de um mês, sem haver lugar a indemnização, sempre que o serviço se revele inferior ou que haja violação das cláusulas contratuais.

Artigo 4.º Incumbe ao Secretariado inspeccionar por delegados seus a forma como são exploradas as pousadas.

Artigo 5.º A exploração das pousadas é isenta de contribuição industrial e de impostos para os corpos administrativos durante os primeiros dois anos de exploração.

§ único. A isenção poderá ser renovada por despacho do Ministro das Finanças, quando haja mudança de concessionário.

Artigo 6.º A designação de pousada é reservada aos edifícios a que se referem os artigos antecedentes, e bem assim aos estabelecimentos hoteleiros que pelo Secretariado sejam reconhecidos merecedores dessa qualificação e se sujeitem ao regime especial de fiscalização previsto no artigo 4.º

§ 1.º Pode o Secretariado retirar em qualquer altura a referida qualificação, nos mesmos casos em que haveria lugar a recisão dos contratos, nos termos do §2.º do artigo 3.º

§ 2.º Aos estabelecimentos aludidos no parágrafo anterior que estejam situados fora das povoações poderá ser concedida a isenção a que se refere o artigo 5.º, e pelo mesmo período de tempo a contar da classificação.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 9 de Maio de 1941. -
António Óscar de Fragoso Carmona - António Oliveira
Salazar - Mário Pais de Sousa - Adriano Pais da Silva Vaz
Serra - João Pinto da Costa Leite - Manuel Ortins de
Bettencourt - Duarte Pacheco - Francisco José Vieira
Machado - Mário de Figueiredo - Rafael da Silva Neves
Duque.

1948/1961
As Novas Pousadas da DGEMN

Do Congresso ao Inquérito

A Arquitectura e a Vida
Francisco Keil do Amaral
Lisboa, Biblioteca Cosmos, 1942

"Para que a Arquitectura possa encontrar livres os caminhos da sua perfeita expansão e servir (servir no sentido mais elevado da palavra) a Humanidade, é necessário que os homens não lhe criem entraves, quasi sempre frutos inevitáveis do desconhecimento das suas razões de ser. É preciso, antes de mais nada, para conseguir tal fim, que adquiram uma noção tanto quanto possível exacta, pelo menos da sua transcendente importância e da sua constante e estreita ligação à **Vida**. Seria ideal que pudessem também compreender e sentir a sua beleza; mas para isso é já imprescindível uma preparação estética, morosa e difícil. Será falsa, de resto, a compreensão do sentido de beleza da Arquitectura, se não se apoiar justamente, e na sua mais larga medida, sobre o conhecimento da sua feição humana e funcional. Contribuir, ainda que modestamente, para divulgar essa faceta a todos os títulos fundamental, é o meu propósito.

Há quem veja na Arquitectura apenas o meio de resolver vários problemas da maneira mais racional. Há, pelo contrário, quem julgue elevá-la, considerando os arquitectos seres de eleição, fadados pelos deuses para deleitar os mortais com o luxo de algumas obras belas e subtis, saídas directa e unicamente dos recônditos da sua imaginação e sensibilidade.

Ora, se a Arquitectura não é uma manifestação tão simplesmente material como pretendem os primeiros, também não é um luxo nem um simples produto de locubrações artísticas.

Considero, por isso, como o maior título de glória e de orgulho que um arquitecto pode reivindicar, a certeza de que os seus dons de artista, a sua cultura e a sua inteligência **servem** para que a Humanidade possa traduzir, plásticamente, o jôgo eterno e maravilhoso da sua evolução."

O Problema da Casa Portuguesa **Fernando Távora**

Lisboa, Cadernos de Arquitectura, 1947

(Artigo publicado pela primeira vez no semanário ALÉO,
em 10 de Novembro de 1945)

“Somos homens de uma década, trágica talvez, muito triste porventura, decadente mesmo, mas na qual nem tudo é decomposição e ruína, não se alimentando exclusivamente de restos deixados por outros tempos. Na Arquitectura contemporânea não é difícil entrever já uma prometedora solidez; surge um carácter novo das condições novas e porque essas condições nos afectam também a nós é nela que devem entroncar-se a Arquitectura portuguesa sem receio de que perca o seu «carácter». A individualidade não desaparece como o fumo e se nós a possuímos nada perderemos em estudar a Arquitectura estrangeira, caso contrário será inútil ter a pretensão de falar em Arquitectura portuguesa. Não é justo nem razoável que nos fechemos, numa ignorância procurada, às obras dos grandes mestres de hoje, aos novos processos de construção, a toda uma Arquitectura que surge plena de vitalidade e de força.

Percorrem-se as nossas cidades, visitam-se campos e aldeias, procura-se por todo o lado uma expressão nova na nossa Arquitectura e a conclusão é sempre igual e sempre a mesma: em Portugal, hoje, não se faz Arquitectura e, pior ainda, entre nós não pretende sequer fazer-se Arquitectura.

A situação admite apenas a alternativa, ou seguir em frente, ou estagnar no caos em que nos encontramos. Perante este dilema decidimos optar pela primeira posição, com a esperança firme de que ela é a única possível para aqueles que nasceram para aumentar ao passado algo de presente e algumas possibilidades de futuro, para aqueles para quem viver é criar alguma coisa de novo, não pelo desejo estúpido de ser diferente, mas pela imperiosa determinação da vida que não admita qualquer paragem ou qualquer estagnação sob pena de que a posteridade nos não perdoe.”

A Architectura Cristã Contemporânea
Nuno Teotónio Pereira
ALA da JUC, Janeiro 1947

"É preciso falar abertamente: neste campo, a situação presente do nosso País oferece um panorama bem triste. A Architectura religiosa sofre do mesmo terrível mal que a Architectura civil: falta de autenticidade.

O artificialismo é encorajado. A dissimulação é protegida. O culto da forma vazia é tido em alto apreço. O progresso técnico é entrevado, ou, quando admitido pela força inexorável das realidades vitais, é mascarado. A Architectura portuguesa actual está divorciada do Povo, da Terra e da Época.

O estilo, em vez de ser o resultado de necessidades funcionais e de recursos técnicos bem determinados, sublimado pela criação artística e traduzindo o espírito de uma época e a idiosincrasia de um povo, é escolhido de entre um figurino variado, consoante a moda do momento. (...)

O critério actualmente em voga aparece justificado como "uma adaptação das formas tradicionais portuguesas às necessidades da época presente". A ordem natural é, assim, invertida. As formas já não são um resultado, mas uma imposição deliberada. O método é errado em si mesmo e não logrará criar o ambicionado estilo nacional. (...)

O caminho tem que ser outro. É preciso construir sem preconceitos, naturalmente, e com pureza de intenção. Com uma espécie de inocência infantil. Tem que se criar de novo. Embora o contacto com o movimento de renovação arquitectural lá de fora seja indispensável, como ficou dito, não se deve sequer pensar em construir em *estilo moderno*, como se poderia pensar em construir em estilo gótico ou clássico. Se assim fosse, continuaríamos seguindo o figurino.

A preocupação terá que ser *construir bem*. As únicas premissas deverão ser funcionais (é preciso um edifício que satisfaça tais e tais necessidades) e construtivas (pode contar-se com os materiais e as técnicas tais e tais). Da conjugação racional e lógica destes dados materiais, sublimados pelo espírito criador, sairá então o estilo original, enraizado na Terra, ligado ao Povo e compassado à Época."

● A candidatura do general Norton de Matos à Presidência da República, em Julho de 1948, reacende as expectativas da oposição, numa altura em que o entusiasmo gerado com a derrota das ditaduras do Eixo e o fim da II Guerra Mundial, a 8 de Maio de 1945, estava já controlado.

De facto, “apesar da agitação social e dos movimentos grevistas, que”, ao longo do conflito, “foram uma constante na sociedade portuguesa, e da reorganização, alargamento e influência do Partido Comunista, o Governo e Oliveira Salazar”¹ souberam assegurar a continuidade e a sobrevivência do Estado Novo no “quadro da nova ordem internacional”. Ao contrário do que se previa, seriam as próprias democracias anglo-americanas a legitimar a permanência do regime salazarista no pós-guerra, sendo Portugal convidado a participar na criação, em 1945, da NATO - Organização do Tratado do Atlântico Norte - e contemplado nas ajudas previstas ao abrigo do Plano Marshall de 1948. Tal posição surgia como contrapartida de uma “neutralidade colaborante”, negociada na cedência de facilidades militares aos Aliados nos Açores (à Inglaterra, em Agosto de 1943, e aos Estados Unidos, em Junho de 1944) e no embargo à exportação de volfrâmio à Alemanha (também em Junho de 1944)². Internamente, Salazar defendia-se, anunciando a revisão da Constituição de 1933 e a realização de eleições “livres” para a Assembleia Nacional, a ter lugar a 18 de Novembro de 1945. Esta inflexão no discurso oficial, a que correspondia uma aparente “abertura democrática” do regime, seria

notas

¹ ROSAS, Fernando(coord.), “Portugal e o Estado Novo(1930-1960)”, in SERRÃO, Joel, OLIVEIRA MARQUES, A.H.(dir.), *Nova História de Portugal*, vol. XII, Lisboa, Editorial Presença, 1992, p.54.

² A partir de 1943, Portugal vê-se obrigado a clarificar a sua posição face ao evoluir da II Guerra Mundial. Embora desempenhando um importante papel no contexto peninsular, garantindo o não envolvimento no conflito da Espanha franquista, claramente situada do lado do Eixo, com a celebração, em Março de 1939, de um Tratado de Amizade e Não Agressão, que obrigava os dois países a consultarem-se mutuamente sobre a tomada de posições que pudessem pôr em causa a neutralidade do Bloco Ibérico, Portugal adoptaria, nos primeiros anos da guerra, uma certa ambiguidade política nas suas relações externas, assegurando, simultaneamente, a defesa do seu império colonial através de uma reaproximação à Aliança Luso-Britânica e a manutenção estratégica de relações diplomáticas e comerciais com as potências do Eixo, com as quais o Estado Novo se identificava ideologicamente. (cf. Idem, p.48-53).

aproveitada pelas forças da oposição para se organizarem e mobilizarem, em Outubro de 1945, em torno do MUD - Movimento de Unidade Democrática - que, até 1948³, exerceria uma activa influência na vida pública nacional.

É neste contexto de alguma crise política, em que se forja uma nova consciência social e ética referenciada nos valores de um neo-realismo emergente e alimentada por uma cumplicidade democrática construída na reivindicação colectiva de melhores condições de vida e de trabalho, que se realiza, em Maio de 1948, o I Congresso Nacional de Arquitectura. Enquadrado na celebração dos “15 Anos de Obras Públicas”, exposição promovida pelo Governo em memória de Duarte Pacheco (falecido em 1943), e organizado pelo Sindicato Nacional dos Arquitectos, o Congresso marcou um importante ponto de viragem no plano da arquitectura nacional, “a partir d(o) qual se pode considerar definido um segundo período da arquitectura moderna em Portugal, após a breve fase dos pioneiros da primeira geração”⁴.

Produto de “uma renovação de gerações, no quadro da arquitectura portuguesa e da sua cultura”⁵, que protagoniza um novo entendimento da disciplina na sua relação com as outras artes e como expressão de um Homem que se pretendia integrado porque contemporâneo e autêntico, o debate centrou-se na discussão das condições em que se exercia a profissão, contestando-se a feição “tradicional” que a arquitectura assumia em Portugal e as imposições estilísticas feitas aos arquitectos pela encomenda oficial, tão evidentes nos projectos apresentados na Exposição das Obras Públicas que o Congresso acompanhava. Sinal de uma profunda, e inédita,

notas

³ Altura em que o MUD é formalmente ilegalizado pelo Governo e neutralizado sob forte repressão e perseguição policial dos seus dirigentes. De carácter essencialmente cívico, o MUD congregou elementos dos vários vectores políticos da oposição no que seria “o maior movimento organizado e de massas contra o Estado Novo que a oposição criou durante a vigência do regime”. Em 1946, alargaria o seu campo de influência com a criação do MUD Juvenil, composto maioritariamente por militantes do PCP, que seria extinto mais tarde, já na década de 1950.

⁴ FRANÇA, José-Augusto, *A Arte em Portugal no Século XX(1911-1961)*, 2.ª edição, Lisboa, Bertrand Editora, 1984, p.439.

⁵ Idem, p.260.

consciência de classe, onde se reuniam três gerações distintas de profissionais, tal posição de força seria reflexo do período de fragilidade que o Governo atravessava e das concessões feitas na véspera das eleições presidenciais de 1949.

Determinante para o sentido geral do Congresso, a participação maciça dos arquitectos do ICAT⁶ -
- Iniciativas Culturais Arte e Técnica e da ODAM⁷ -
- Organização dos Arquitectos Modernos, "organizações

notas

⁶ O ICAT, criado em 1946 sob a presença tutelar de Keil do Amaral, reunia um grupo significativo de arquitectos da nova geração, ideologicamente situados à esquerda e socialmente empenhados: Celestino de Castro, Alberto José Pessoa, Hernâni Gandra, Chorão Ramalho, Victor Palla e Conceição Silva, entre outros, que, aqui, se associavam a Keil do Amaral, Faria da Costa, João Simões, Jacobetty Rosa, Raul Tojal e Adelino Nunes. "Marcando uma atitude polémica contra a arquitectura oficiosa", grande parte destes arquitectos expõem os seus projectos modernos nas EGAP - Exposições Gerais de Artes Plásticas -, realizadas a partir de Julho de 1946 e claramente referenciadas no MUD, o que levaria a que, na "Geral" de 1947, alguns dos trabalhos apresentados fossem apreendidos pela PIDE e, em 1948, a exposição fosse objecto de censura prévia. As "Gerais" assumiram, assim, um importante papel no contexto artístico do final da década, congregando profissionais de diferentes áreas, sob a "dura consciência ética e cultural" do neo-realismo, na procura de "uma realidade contemporânea e autêntica".

Ainda em 1946, o ICAT adquire a revista "Arquitectura". Publicada desde 1927, mas interrompida de 1938 a 1946, surgia, agora, renovada na imagem e nos conceitos, apostada na divulgação do que de mais recente se fazia e numa intervenção activa no debate da disciplina. É, assim, que se publicam os últimos trabalhos da nova geração de arquitectos e artistas nacionais a par das mais importantes obras de "autores fundamentais do Movimento Moderno Internacional" e da tradução para português da "Carta de Atenas". Mas serão contribuições teóricas como as de Keil do Amaral, com "Uma Iniciativa Necessária" ou as suas "Maleitas da Arquitectura Nacional", a definir aqui um novo espaço de reflexão e de análise objectiva do panorama da arquitectura nacional. Ensaios críticos de grande sentido pedagógico, confirmam a visão realista e humana que Keil havia já revelado nos seus três primeiros livros: *A Arquitectura e a Vida*, de 1942, *A Moderna Arquitectura Holandesa*, de 1943, e *O Problema da Habitação*, de 1945. Tal como Raul Lino, Keil do Amaral afirmava-se "como o único teórico da sua geração".

(cf. TOSTÕES, Ana, *Os Verdes Anos na Arquitectura Portuguesa dos Anos 50*, 2.ª edição, Porto, FAUP Publicações, 1997, p.21-28).

⁷ Um ano depois do ICAT é fundada a ODAM, que teria um curto período de vida, acabando por se extinguir, em 1952, no seguimento de todo o processo de revisão do Movimento Moderno que, no início da década de 1950, se desenha nos CIAM - Congressos Internacionais de Arquitectura Moderna.

A afirmação de um grupo de arquitectos inequivocamente Modernos no Porto entende-se no contexto singular do magistério, desde 1940, de Carlos Ramos na Escola Superior de Belas-Artes e da situação periférica que esta cidade experimentava relativamente à capital e, portanto, ao

marginais ao Sindicato⁸ e, por isso, com outra liberdade de expressão, permitiu uma abordagem descomprometida e pragmática, também porque sem censura prévia, aos dois temas escolhidos para estruturar as intervenções: a função da "Arquitectura no Plano Nacional" e o "Problema Português da Habitação". As teses apresentadas defendiam, no geral, uma actualização, formal e ideológica, da arquitectura portuguesa e reflectiam, pela primeira vez, sobre "os problemas do contexto social e económico da produção de arquitectura"⁹, reclamando uma participação activa dos arquitectos no desenho e planificação da cidade e a necessária racionalização e standardização dos meios de produção no sentido da democratização da habitação e, por conseguinte, da própria arquitectura.

Também o sistema de ensino seria alvo de duras críticas no Congresso. Denunciando o desfasamento entre a orientação pedagógica das "Beaux-Arts" e os novos desafios lançados aos jovens arquitectos, Keil acusava as escolas de "formar profissionais pouco sérios, pouco conscientes e mais preocupados com o aspecto dos edifícios, com a maneira de vestir, afinal, uns "alfaites-arquitectos"¹⁰.

notas

Poder. Na linha do "purismo racionalista" de Gropius, que nunca chega a apagar a sua formação Beaux-Arts, o discurso de Carlos Ramos constrói-se mais no sentido da abertura a novas metodologias do que na ideia de fixar uma linguagem. Sensibilidade que veremos afirmar-se no percurso de arquitectos como José Carlos Loureiro, João Andresen, Fernando Távora, Octávio Lixa Filgueiras e Mário Bonito, seus assistentes na ESBAP e referências incontornáveis da nova geração de arquitectos, que com Viana de Lima, Arménio Losa, Fernando Lanhas, Cassiano Barbosa e Agostinho Rica formam a ODAM.

Necessariamente, este grupo nasce apostado na divulgação e discussão, formal e ideológica, dos princípios do Movimento Moderno, adquirindo um sentido mais panfletário, e, por isso, fortemente politizado, na defesa da capacidade reformatora da arquitectura e da urbanística modernas, enquanto expressão das aspirações e exigências do indivíduo e da sociedade contemporâneos, contra o "portuguesismo" imposto pelo regime salazarista. Neste sentido, a acção da ODAM, tal como a do ICAT, traduz uma nova consciência social e ética dos arquitectos portugueses, lida acima de tudo, pela sua forte carga ideológica, como forma de contestação e de resistência ao poder instituído. (cf. Idem, p.28-30).

⁸ Idem, p.34.

⁹ PORTAS, Nuno, "A Evolução da Arquitectura Moderna em Portugal, Uma Interpretação", in ZEVI, Bruno, *História da Arquitectura Moderna*, vol. II, Lisboa, Arcádia, 1977, p.732-733.

¹⁰ TOSTÕES, op. cit., p.38.

“Eram interesses novos que representavam uma nova mentalidade arquitectónica, imbuída de ideologia senão de política social”¹¹, que encontrava significado no “Espírito Novo” subjacente à Arquitectura Moderna, agora entendida no campo mais alargado do urbanismo, com a divulgação dos princípios da Carta de Atenas de 1933, e renovada plasticamente na nova arquitectura brasileira, que chegava até nós através do livro de Goodwin, “Brazil Builds, Architecture New and Old: 1652-1942”, editado, em 1943, pelo MOMA de Nova Iorque e da Exposição de Arquitectura Moderna Brasileira realizada, em 1948, no Instituto Superior Técnico.

O Congresso tomava, assim, um rumo diferente do previsto pelos seus patrocinadores. Afirmando-se contra a expressão nacionalista da arquitectura oficial e chamando a atenção para as verdadeiras condições de vida da maioria dos portugueses, os arquitectos contestavam os valores da “casa portuguesa” para reivindicar “uma nova racionalidade urbanística e arquitectónica”¹², moldada nos parâmetros formais do Estilo Internacional e ideologicamente no Funcionalismo.

Ainda que sem grande significado para as estruturas governamentais, que continuam a limitar a produção artística aos modelos já estabelecidos, estava aberto o caminho para uma crescente implantação da arquitectura moderna em Portugal. Sinal desta transformação, não só de gosto mas também de abordagem metodológica ao projecto, concursos como o da revista “Arquitectura” para uma casa de férias no Rodízio, em 1948, o concurso Lusálite, de 1950, ou o da Federação das Caixas de Previdência para um conjunto de habitações na Guarda, de 1952, revelam toda uma nova geração de arquitectos ligados ao Movimento Moderno, onde se destacam as propostas de João Andresen, Rafael Botelho, Celestino de Castro com Pedro Cid e de Alberto Pessoa.

Também a ODAM teria uma presença activa na divulgação dos princípios da Arquitectura Moderna, realizando, em 1951, uma mostra de trabalhos dos

arquitectos modernos do Porto, cidade em que se verifica uma maior aceitação da nova linguagem em projectos urbanos de grande qualidade e inovação como os de Arménio Losa e Cassiano Barbosa para o bloco de habitação colectiva da Carvalhosa (1945) e o da Rua da Constituição (1949) ou para os escritórios da firma Soares & Irmãos (1950); os de Viana de Lima para uma série de moradias particulares, que confirmam a sua afinidade com a estética de Le Corbusier (já evidente na Casa Honório de Lima, de 1939), e para o bloco Costa Cabral (1953), que, à imagem da Unité de Marselha (1945-1952), se organizava a partir de um esquema de rua interior; e o de Mário Bonito para o edifício de habitação da Rua de Fernandes Tomás (1950). Ainda no Porto, Celestino de Castro projecta, em 1950 e 1953, as casas da Rua Santos Pousada e da Rua do Ameal, onde, mais uma vez, encontramos fortes referências à obra do mestre suíço¹³. Longe de serem inéditas, uma vez que o Porto contava já com um conjunto notável de obras singulares na sua modernidade¹⁴, estas propostas confirmam a capacidade inventiva destes arquitectos, tanto “ao nível da imagem, da espacialidade e da organização funcional” dos edifícios, como no “domínio das novas tecnologias de construção”¹⁵.

Oportunidade de afirmação da nova geração, os CODA - Concurso para a Obtenção do Diploma de Arquitecto – representam um outro espaço, porque académico, de ensaio dos novos modelos, com

notas

¹³ cf. FERNANDEZ, Sérgio, *Percurso, Arquitectura Portuguesa 1930-1974*, 2.ª ed., Porto, Edições da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 1988, p.76-83.

¹⁴ Da experiência modernista dos anos trinta destacam-se, pela intimidade com que são abordados os novos programas e a coerência e autonomia que revelam na compreensão e manuseamento dos modelos importados, o edifício da garagem de “O Comércio do Porto” (1928/1932), de Rogério de Azevedo, a Clínica Heliântia (1932), em Francelos, de Oliveira Ferreira, a Lota do Peixe de Massarelos (1932), de Januário Godinho, a Farmácia Vitália (1937), de Manuel Marques, a Fábrica de Conservas de Matosinhos (1938), de António Varela e o Coliseu do Porto (1939), de Cassiano Branco. Seria também de Rogério de Azevedo uma das primeiras intervenções da nova fase de projectos modernos no Porto, o Edifício Rialto (1943/1945), logo seguido do Cinema Batalha (1946), de Artur de Andrade, dos Mercados de Ovar (1948), de Januário Godinho, e do Bom Sucesso (1949), do Grupo ARS, e, voltando à Praça de D. João I, o Palácio Atlântico (1946/1950), dos mesmos ARS.

(cf. Idem, p.76-82)

¹⁵ TOSTÕES, Ana, op. cit., ibidem.

notas

¹¹ FRANÇA, José-Augusto, op. cit., p.441.

¹² TOSTÕES, Ana, “Modernização e Regionalismo, 1948-1961”, in AAVV, *Portugal Arquitectura do Século XX*, Lisboa, Portugal-Frankfurt 97, 1997, p.42.

Fernando Távora a apresentar, em 1950, a sua "Casa sobre o Mar", paradigma do entusiasmo com que estes arquitectos abraçam os princípios do Movimento Moderno e exploram as possibilidades técnicas e plásticas dos novos materiais.

Mas será em Lisboa que se realizam as primeiras intervenções urbanísticas de carácter moderno, com a Câmara Municipal a ensaiar uma nova prática de venda de terrenos com projecto já aprovado e onde o tema da habitação colectiva assume maior relevância. Surgem, nas avenidas João XXI e Paris e na Praça Pasteur¹⁶, as primeiras experiências de racionalização dos espaços viários e dos conjuntos edificados, garantindo-se a unidade arquitectónica das intervenções, trabalhadas ainda segundo o conceito tradicional de rua corredor.

Em Alvalade, o "Plano da zona a Sul da Av. Alferes Malheiro" (hoje Av. do Brasil), de Faria da Costa e integrado no Plano Director de De Gröer (1938-1948), marca, no final dos anos 40, uma nova fase de transformação da capital. De iniciativa camarária, o plano, de 1945, contemplava, pela primeira vez, a construção, em altura, de edifícios colectivos para habitação social, apoiados por uma estrutura de equipamentos sociais e desportivos de diversa ordem. Ficavam, assim, para trás as formulações ruralistas dos bairros de casas económicas dos anos 30.

Se nas duas células iniciais de Alvalade, os edifícios, na sua maioria com projectos tipo de Jacobetty Rosa, seguem ainda os modelos de desenho urbano e arquitectónico tradicionais, acompanhando o traçado das ruas, embora já não em volumes contínuos, mas definindo blocos soltos que permitiam, nos interstícios, a penetração no interior dos quarteirões, onde se articulavam os diferentes equipamentos de apoio, o

notas

¹⁶ Encomenda directa da Câmara Municipal de Lisboa, estes conjuntos urbanos permitiram o estudo de novas soluções, com base na racionalização funcional das habitações e na adopção dos modernos processos construtivos, para o prédio de rendimento, nestes casos de "renda limitada" - modalidade que resultava da cedência em hasta pública dos terrenos municipais com projecto já aprovado. Na Av. Paris na Praça Pasteur, trabalham Alberto Pessoa, Chorão Ramalho, José Bastos e Licínio Cruz, sob a coordenação de Faria da Costa, e na Av. João XXI, José Segurado, Joaquim Ferreira, Filipe de Figueiredo e Sérgio Gomes. (cf. TOSTÕES, Ana, *Os Verdes Anos na Arquitectura Portuguesa dos Anos 50*, op. cit., p.72).

"Bairro das Estacas" (1949-1955), projectado por Formosinho Sanchez e Ruy Jervis d'Atouguia, introduz de forma afirmativa os princípios da Carta de Atenas. Subvertendo o plano inicial, o quarteirão é trabalhado como um amplo espaço verde sobre o qual são implantados, perpendiculares ao eixo viário e sobre pilotis, os blocos habitacionais, criando, desta forma, uma série de pátios ajardinados, animados pelos espaços comerciais que resolvem pontualmente o contacto dos edifícios com o solo, e onde, pela primeira vez, se definem percursos pedonais separados das vias de tráfego. Seria o primeiro passo para uma série de intervenções únicas no seu racionalismo funcional e formal que, ao longo da década de 1950, iriam determinar a generalização e aceitação dos códigos do movimento moderno. Pela sua qualidade evidenciam-se a proposta para a Av. Estados Unidos da América (1950-1951), da equipa de Celestino de Castro, Hernâni Gandra, João Simões, Francisco Castro Rodrigues e José Huertas Lobo; o conjunto de Filipe Figueiredo e José Segurado para o cruzamento da Av. EUA com a Av. de Roma; e o da Av. Infante Santo (1955), da equipa de Alberto Pessoa, Hernâni Gandra e João Abel Manta, não esquecendo as propostas inovadoras que resultariam da encomenda municipal para o novo ciclo de escolas primárias a construir na capital (1954-1956)¹⁷.

Num outro sentido, Keil do Amaral desenvolvia, desde 1939, uma colaboração impar com a Câmara de Lisboa, que iria durar dez anos e que, sem dúvida, seria a grande responsável por este impulso dado pela encomenda municipal, na década de 1950, à nova geração de arquitectos lisboetas. Convidado a integrar a equipa de jovens arquitectos à frente da campanha de obras públicas de Duarte Pacheco, a que não teria sido alheio o facto de ter vencido o concurso para o Pavilhão de Portugal da Exposição de Paris de 1937, ficaria associado a todo o processo de transformação de Lisboa, num conjunto de obras, ainda hoje, emblemáticas da capital¹⁸.

notas

¹⁷ Idem, p.105-106.

¹⁸ Logo em 1940, realiza o projecto para a Aerogare da Portela, obra algo contraditória pelo sabor tradicional que adopta e equivoco de escala que transmite no tratamento de um programa, acima de tudo, cosmopolita e simbólico - afinal tratava-se de uma nova "porta" da cidade e, neste caso, do próprio país. Dois anos depois, dá início a uma

Num percurso pautado pela serenidade e pragmatismo, onde uma pesquisa teórica intensa e atenta, “na continuidade de uma linha inspirada no neo-realismo português”¹⁹, conforma uma prática independente e culta, Keil do Amaral afirma-se enquanto referência profissional e ética da nova geração, que o elege, em Março de 1948, Presidente do Sindicato Nacional dos Arquitectos, cargo de que é afastado pouco tempo depois face a incompatibilidades ideológicas com o regime.

No sentido de um novo entendimento da “casa

notas

das suas mais importantes intervenções em Lisboa e, no entanto, talvez a menos conhecida: o Plano Geral do Parque Florestal de Monsanto, que contemplaria, para além da idealização e organização de todo o espaço verde (com estudos para marcos de sinalização, miradouros, padrões, o teatro ao ar livre e o pavilhão de venda de bebidas), um vasto conjunto de projectos como o Cemitério (1948), que realiza com Hernâni Gandra e Alberto Pessoa (arquitectos que acompanham Keil, a partir de 1946, no atelier “Sobe e Desce”); o Clube de Ténis (1949), o Restaurante-Esplanada (1949); ou os Parques Infantis do Alvito (1953) e do Alto da Serafina (sd.).

Em 1948, uma primeira versão para o polémico Palácio da Cidade (Keil apresentaria, mais tarde, duas outras propostas, a primeira em 1960, com Manuel Tainha, Raul Chorão Ramalho e Carlos Manuel Ramos, e a última em 1972) marca o início do seu Plano Geral do Parque Eduardo VII, para o qual projecta a Estufa Fria (1949), o botequim e roseiral (1950) e toda a estrutura de entradas e alamedas do Parque. Ainda dentro do programa de reordenamento e arranjo dos espaços verdes de Lisboa, Keil do Amaral intervém no Campo Grande, idealizando os novos espaços ajardinados, o Restaurante (1945) e a Piscina Infantil (1960/1963).

Para o Metropolitano de Lisboa, desenha, com Maria Keil, quase todas as estações iniciais, definindo uma série de “normas para os diversos espaços de entrada, circulação, atendimento do público e zonas de cais, e para o próprio desenho das peças de mobiliário e equipamento que incorporavam estes espaços”.

Num outro âmbito, mas pela sua presença no quotidiano da cidade, são referências incontornáveis a FIL (1952/1958) – Feira das Indústrias de Lisboa, onde Keil recorre às potencialidades técnicas do betão para resolver o vão da grande nave (tema que encontrara já uma espacialidade inédita no Porto, tanto no Mercado do Bom Sucesso (1949), do grupo ARS, como no Pavilhão dos Desportos (1951), de José Carlos Loureiro), associando-o a sistemas tradicionais de construção numa leitura pragmática de adaptação dos “princípios modernos à realidade tecnológica portuguesa”; e a série de Sapatarias que projecta para a Baixa, símbolos de uma renovação formal e espacial no tratamento de espaços interiores, que anuncia intervenções carismáticas como o snack-bar Pique-Nique, da dupla Victor Palla/Bento de Almeida, ou a Loja Rampa (1955), de Francisco Conceição Silva.

(cf. FERREIRA, Raúl Hestnes, “Keil Amaral e a Arquitectura”, in Keil Amaral. Arquitecto 1910-1975, Lisboa, Associação dos Arquitectos Portugueses, 1992, p.35-97;

TOSTÕES, Ana, op. cit., p.110-111).

¹⁹ TOSTÕES, Ana, op. cit., p.27.

portuguesa” e da própria arquitectura moderna, a sua obra encontra significado na densidade da cultura e arquitectura populares, numa abordagem séria e coerente que concilia os valores e contributos da arquitectura moderna com a integridade e harmonia intrínsecas à arquitectura vernacular. Esta consciência da necessidade de humanização e contextualização da arquitectura, inspirada certamente no seu conhecimento da obra de W. Dudok, na Holanda, e nos ecos de renovação que chegavam até nós através dos CIAM²⁰, balizará a acção dos profissionais mais atentos, definindo uma “via” alternativa, a “terceira”, à dicotomia modernidade/tradição, até então lida na ortodoxia dos movimentos Moderno e da “Casa Portuguesa”.

notas

²⁰ Os Congressos Internacionais de Arquitectura Moderna, que se realizam entre 1928 e 1956, seriam os principais centros de divulgação e discussão ideológica do Movimento Moderno e, por isso, o reflexo mais directo da evolução da arquitectura internacional neste período. Ultrapassado o radicalismo das duas primeiras etapas dos CIAM, que Kenneth Frampton define entre as propostas socialistas da Nova Objectividade alemã e a presença tutelar de Le Corbusier, na definição da Carta de Atenas (IV CIAM, 1933), os anos 50 caracterizam-se pela coexistência de dois caminhos: a continuidade em relação aos princípios do Movimento Moderno e o aparecimento de novas revisões locais ou de propostas individuais e periféricas, que se afastam da sua ortodoxia. Significativo desta divergência, “Continuidade ou Crise?” nas palavras de Ernesto Rogers (artigo publicado na Casabella-Continuità, de Abril/ /Maio de 1957, onde este arquitecto defende o Movimento Moderno enquanto expressão de um método, mais do que uma simples questão de estilo), o Congresso de Brigwater, em 1947, foca a necessidade de se “transcender a esterilidade abstracta da cidade funcional”, no sentido de uma adequação aos requisitos “emocionais e materiais do homem”, anunciando, assim, as inevitáveis clivagens que iriam surgir na terceira, e última, etapa dos CIAM.

A cisão definitiva dá-se no CIAM de Aix-en-Provence, realizado em 1953, quando um grupo de arquitectos da terceira geração (Smithsons, Van Eyck, Bakema e Candilis) questiona abertamente o esquematismo da Carta de Atenas para propor uma abordagem mais pragmática à complexidade da vida urbana, introduzindo conceitos como os de identidade e de vizinhança. Os Congressos de Dubrovnik (1956) e Otterloo (1959), confirmariam o desaparecimento dos CIAM e a passagem de testemunho para os jovens do Team X, cuja acção se centrará na procura de “uma relação precisa entre forma física e necessidade socio-psicológica das pessoas”.

É no sentido desta aproximação aos desejos e hábitos do “utente”, que a equipa portuguesa, liderada por Viana de Lima e Fernando Távora, apresenta em Dubrovnik o “Plano de uma Comunidade Rural”, trabalho elaborado a partir da prova de CODA de Arnaldo Araújo, de 1953, e já com influências do Inquérito que começava então a ganhar forma.

A diversidade de opiniões que se geram no próprio seio do Team X, que correspondia a uma intencional abertura e aceitação dos valores plurais que surgiam na produção arquitectónica contemporânea, seria reflexo da

Figuras como Fernando Távora, no Porto, ou Nuno Teotónio Pereira, em Lisboa, desempenharão um importante papel na divulgação consequente da poética de Keil, com um contributo muito pessoal e fundamental para esta revisão de valores, o primeiro mais próximo dos CIAM, mas, também, "na linha da atitude projectual e das preocupações enunciadas por Keil do Amaral, ou dos ensaios espaciais orgânicos de Januário Godinho"²¹.

Em Penamacor, Teotónio Pereira lança as premissas para uma nova espiritualidade na Igreja de Águas (1948-1952), onde a encomenda privada e a sua situação periférica, na Beira Interior, permitiram o ensaio de um novo espaço litúrgico, sugestivo e significativo, mas, simultaneamente, adaptado à escala da condição humana e do contexto em que se insere, recorrendo a formas e materiais vernáculos para criar ambientes expressivos e dinâmicos "à luz de uma nova filosofia formal e de vivência do espaço"²². Concebida a partir do interior, a Igreja de Águas revela a coerência de uma obra pensada para servir o Homem, respondendo "com o maior realismo não só às necessidades de um programa mas ao ambiente e à cultura preexistente"²³, e levada ao pormenor do desenho da luz e dos acessórios litúrgicos (altares e imagens) ou do próprio estudo da cor.

"Primeira igreja moderna construída após a Igreja Nossa Senhora de Fátima"²⁴, anuncia aquela que viria a ser a obra paradigmática da arquitectura religiosa portuguesa: a Igreja do Sagrado Coração de Jesus (1961-1970)²⁵.

notas

atitude experimental e empírica que caracterizaria o seu processo de trabalho. Tal como Rogers, estes arquitectos entendiam que "a arquitectura moderna não constitui um estilo mas uma maneira de pensar, de abordar a resolução dos problemas, de projectar".

(cf. FRAMPTON, Kenneth, *Historia Crítica de la Arquitectura Moderna*, 3.ª ed., Barcelona, Editorial Gustavo Gili, 1987, p.273-275;

MONTANER, Josep Maria, *Después del Movimiento Moderno. Arquitectura de la Segunda Mitad del Siglo XX*, 3.ª ed., Barcelona, Editorial Gustavo Gili, 1997, p.28-31).

²¹ TOSTÕES, Ana, op. cit., p.160.

²² Idem, p.102.

²³ Idem, ibidem.

²⁴ PORTAS, Nuno, "Igreja de Águas", in AAVV, *Portugal Arquitectura do Século XX*, op. cit., p.200.

²⁵ Projecto da equipa de Nuno Teotónio Pereira e Nuno Portas, para o concurso promovido, em 1961, pelo Secretariado das Novas Igrejas, propõe uma nova perspectiva sobre a integração urbana deste tipo de equipamentos, habitualmente mantidos "como edifícios isolados,

Tema crucial nesta renovação dos códigos linguísticos, porque menos permeável a uma alteração de conceitos e formas, a arquitectura religiosa conhece um novo período com a fundação, em 1953, do MRAR – Movimento de Renovação da Arte Religiosa, alternativa ideológica à ODAM e ao ICAT na frente de oposição ao regime, onde a pesquisa marginal de Teotónio Pereira encontra lugar.

Pesquisa que prossegue, com Bartolomeu da Costa Cabral, no bloco residencial das Águas Livres (1953) para a Companhia de Seguros Fidelidade. No espírito da Unidade de Habitação de Le Corbusier, as Águas Livres articulam um programa habitacional complexo, propondo uma organização inovadora, tanto ao nível da versatilidade dos fogos, como da concentração dos serviços de apoio em espaços de utilização colectiva (lavandarias na cave e sala do condomínio no terraço), com dois pisos de escritórios, um jardim infantil e uma plataforma comercial junto à rua, que lhe confere uma presença mais urbana. Novamente, Teotónio explora o sentido vernacular e escultórico dos materiais para criar novas tensões e qualificar a intervenção, especialmente no tratamento das zonas comuns, onde obras de diversos pintores e escultores portugueses complementam e dão uma outra dimensão aos espaços.

Esta integração de obras de arte na arquitectura corrente será, de resto, um ponto de ordem na produção desta década, decorrente do estreito convívio que se estabelece entre os profissionais nas próprias Escolas de Belas-Artes e na participação generalizada em exposições colectivas, como as EGAP. Pela mesma altura, Fernando Távora projecta o Bairro de Ramalde (1952) e o Mercado de Vila da Feira (1953), obras que remetem claramente para os padrões do

notas

rodeados de vazios, rompendo com a continuidade do espaço urbano". Inserida num lote de pequenas dimensões, para a complexidade do programa proposto, joga com as diferentes cotas das duas ruas que o confinam para criar um percurso de atravessamento, simultaneamente "distributivo e de estar", público e privado, que resolve, numa sucessão de diversos patamares, o acesso ao espaço litúrgico e a relação entre as vias urbanas. A igreja acompanha este movimento, articulando os diferentes corpos que a compõem em torno da "praça" definida pela dilatação da rua interior, numa sequência fluida de "espaços de variado valor intimista", trabalhada "a partir de um todo unitário basilical". (cf. TOSTÕES, Ana, "Igreja do Sagrado Coração de Jesus", in idem, p.246).

Movimento Moderno, na distribuição rígida dos edifícios (paralelos entre si e perpendiculares à via) e na organização extremamente racional dos fogos, em Ramalde, ou na escolha dos materiais e na cobertura "borboleta" dos pavilhões do mercado (de inspiração brasileira), mas que, no entanto, alcançam uma outra consistência no encontro com o "sítio", constituindo, elas também, "lugar": a primeira, através de extensas zonas verdes que unificam e dinamizam a vida urbana, estabelecendo um percurso central de ligação aos vários edifícios, e, a segunda, articulando uma série de "pequenos" pavilhões que, simultaneamente, caracterizam a frente urbana e propõem um espaço fluído e aberto, jogando com as cotas das várias plataformas, mas intimista e acolhedor, à volta de um pátio, elevado em relação à rua, que centraliza e caracteriza a vivência do mercado. É no sentido de uma "autenticidade e enraizamento", da integração no contexto e da cuidada relação com o "sítio", que Távora afirma, logo em 1945, que "tudo há que refazer começando pelo princípio"²⁶ e apela a todos, porque não só "aos arquitectos compete a resolução do caso", a colaboração num "trabalho sério, conciso, bem orientado e realista", que, com "um sentido actual", reflectisse sobre o meio português (na sua relação com o Homem e a Terra); a Arquitectura portuguesa existente ("olhar o passado não em si próprio", mas "tornando-o elemento colaborante da nova Arquitectura"); e a Arquitectura e as possibilidades da construção moderna no mundo (no sentido de dar "uma expressão nova" à "nossa Arquitectura"). Proposta reveladora das inquietações que animam as obras destes jovens arquitectos²⁷, seria Keil do Amaral a reequacionar esta ideia num artigo publicado, em Abril de 1947, na revista *Arquitectura*. Em "Uma Iniciativa Necessária" Keil volta a abordar o

notas

²⁶ Távora, Fernando, *O Problema da Casa Portuguesa*, Lisboa, Cadernos de *Arquitectura*, N.º 1, 1947, p.9.

²⁷ Ainda que os percursos destes dois arquitectos se destaquem claramente no panorama nacional, afirmando-os como autores de referência para a sua geração e as seguintes, não podemos deixar de citar algumas obras paralelas que, pela sua qualidade e pertinência no quadro de renovação que se vive nesta década, contribuíram também para um novo entendimento da arquitectura: o Cemitério de Nossa Senhora das Angústias (1951), no Funchal, de Raul Chorão Ramalho; o Edifício da UEP (1953), no Porto, e o Palácio da Justiça de Tomar (1953), de

problema da casa portuguesa. Tema recorrente no debate da arquitectura nacional, propunha-se, agora e em contraproposta ao "apinocar de fachadas e de interiores com elementos decorativos típicos", "encontrar as bases para um regionalismo honesto, vivo e saudável", a partir da recolha e classificação das soluções que, em cada região, determinaram o carácter das edificações, porque, funcional e economicamente, as mais adequadas e, por isso, ainda actuais. Este estudo tinha por objectivo a "publicação de um livro, larga e criteriosamente documentado", que pudesse servir e, acima de tudo, educar todos os interessados na construção de uma verdadeira *Arquitectura Portuguesa*. Esse livro só seria publicado em 1961, com o título sugestivo de "*Arquitectura Popular em Portugal*".

Fruto de uma intensa e participada pesquisa, em que colaboraram seis equipas de três arquitectos²⁸, o chamado Inquérito à *Arquitectura Regional Portuguesa* tem início em 1955, com o apoio do então Ministro das Obras Públicas, Eng.º Eduardo Arantes e Oliveira. Esta adesão do Governo à iniciativa organizada pelo Sindicato Nacional dos Arquitectos, a partir do programa já elaborado durante a presidência de Keil, mais uma vez surge de um "ingénuo" equívoco. Se para as estruturas oficiais este trabalho apresentava a oportunidade para "fundamentar, em termos mais

notas

Januário Godinho; o Edifício Parnaso (1954), de José Carlos Loureiro; o Tribunal de Rio Maior (1955), de Formosinho Sanchez; e, mais tarde, o complexo da Associação Académica de Coimbra (1958), de Alberto José Pessoa e João Abel Manta.

²⁸ Para garantir a operacionalidade do Inquérito, dividiu-se o território continental em seis zonas diferentes, de acordo com a sua identidade geográfico-económico-social. Fernando Távora, Rui Pimentel e António Menéres ficariam responsáveis pelo Minho, Douro Litoral e Beira Litoral; Octávio Lixa Filgueiras, Arnaldo Araújo e Carlos Carvalho Dias por Trás-os-Montes e Alto Douro; Francisco Keil do Amaral, José Huertas Lobo e João José Malato pelas Beiras; Nuno Teotónio Pereira, António Pinto de Freitas e Francisco Silva Dias pela Estremadura, Ribatejo e Beira Litoral; Frederico George, António Azevedo Gomes e Alfredo da Mata Antunes pelo Alentejo; e Artur Pires Martins, Celestino de Castro e Fernando Torres pelo Algarve, Baixo Alentejo e Alentejo Litoral. A diversidade das equipas permitiu que, trabalhando a partir de directrizes comuns definidas no programa-base, as abordagens ganhassem um espaço e tempo próprios, enriquecendo o trabalho com interpretações plurais, umas mais culturais e outras mais instrumentais ou tácticas, revelando as preocupações e reflexões que ocuparam cada um dos grupos. (cf. TOSTÕES, Ana, op. cit., p.162-163).

científicos, uma proposta formal que servisse o conceito de arquitectura nacional ou nacionalista que o regime queria continuar a impôr²⁹ contra os valores revolucionários da arquitectura moderna, do outro lado as intenções eram bem diferentes.

Unidos na contestação aos códigos que regulavam a sua prática profissional, os arquitectos quiseram desmistificar a ideia de "casa portuguesa", mostrando, através do Inquérito, a diversidade da arquitectura tradicional e a sua estrutural racionalidade, uns como forma de justificar a coerência do formulário moderno, outros como ponto de partida para uma acção mais informada sobre as reais necessidades do contexto português.

A partir da análise de diversos aglomerados, numa perspectiva morfológica e mesmo antropológica, o Inquérito redescobriu as relações entre a arquitectura, o território e os homens, lidas na espontaneidade e intuição da cultura e arquitectura populares e nas suas permanências históricas, para revelar que "havia afinal tantas "tradições" quantas as regiões"³⁰.

"A "casa portuguesa" perdeu. Já em 48, no I Congresso dos Arquitectos, tinha perdido. Veremos como ganhou noutra direcção. Morreu a "casa portuguesa", viva a arquitectura portuguesa"³¹.

Se o Inquérito representa, pelo menos para os arquitectos, o fim dos dogmas nacionalistas do Estado Novo, é também o momento em que se anunciam as inevitáveis divergências que, ao longo da década de 1960, iriam dividir a classe no entendimento do que devia ser a relação entre tradição e modernidade, lançando o debate disciplinar no sentido de uma reflexão de acento culturalista e histórico, que, à luz da realidade portuguesa, simultaneamente repensasse a herança do Movimento Moderno e equacionasse o valor da salvaguarda do ambiente e património construídos. O principal motor desta discussão seria a revista *Arquitectura*, desde 1956 nas mãos de uma nova geração de arquitectos³² consciente da "necessidade

de uma diferente adequação social e histórica, mas também cultural,³³ da sua prática profissional. Acompanhando todo o processo de revisão do Movimento Moderno, divulgam-se as mais recentes experiências europeias, com especial atenção para o neo-realismo italiano, o neo-empirismo escandinavo e o brutalismo inglês, sem esquecer o contexto catalão, onde se afirma a obra "regionalista" de Coderch; e revêem-se os percursos individuais de arquitectos como Carlo Scarpa, Alvar Aalto e Louis Kahn, mas também os de Frank Lloyd Wright e Le Corbusier. Paralelamente, aprofunda-se, numa série de artigos inovadores, a visão sobre o contributo da história e das novas ciências humanas na continuidade de uma arquitectura moderna, a "única Arquitectura que poderemos fazer sinceramente"³⁴, e publicam-se obras de autores portugueses que propõem uma abordagem mais contextualizada nos valores da arquitectura vernácula ou das preexistências histórico-patrimoniais. Disso serão exemplo as propostas de Álvaro Siza para quatro habitações em Matosinhos (1954), a Casa Dr. Ribeiro da Silva (Ofir, 1957), de Fernando Távora, e a Casa Dr. Barata (Vila Viçosa, 1958), de Nuno Portas e Teotónio Pereira. Dialogando com contextos completamente diferentes, estas obras constituem experiências ímpares de expressividade plástica e fluidez espacial, na forma como exploram a carga telúrica e a textura dos materiais utilizados, no cuidado e rigor do desenho dos pormenores e na simplicidade orgânica da articulação dos seus volumes³⁵. Ensaio de uma nova atitude, que terá também reflexos nas novas operações de renovação urbana das duas capitais portuguesas³⁶, é nesta síntese de reconciliação

notas

acaba por se extinguir em 1952, o ICAT passa a revista *Arquitectura* para as mãos de Frederico Sant'Ana, Carlos Duarte, José Santa-Rita, Fernando Gomes da Silva, Raul Hestnes Ferreira e Nuno Portas. Geração dos nascidos em 30, iria encetar uma nova fase de teorização e reflexão sobre as novas correntes da arquitectura internacional, mas, sobretudo, da nacional, revelando uma lucidez e distância crítica inovadoras na divulgação e discussão de uma via de futuro para a produção arquitectónica portuguesa.

²⁹ COSTA, Alexandre Alves, "A Problemática, a Polémica e as Propostas da Casa Portuguesa", in *Introdução ao Estudo da História da Arquitectura Portuguesa, Outros Textos sobre Arquitectura Portuguesa*, ("Seis Lições-2), Porto, FAUP Publicações, 1995, p.58.

³⁰ PORTAS, Nuno, op. cit., p.736.

³¹ ALVES COSTA, Alexandre, op. cit., p.60.

³² Já sem a vitalidade demonstrada no Congresso, a própria ODAM

³³ TOSTÕES, Ana, op. cit., p.158.

³⁴ TÁVORA, Fernando, op. cit., p.6.

³⁵ Ver TOSTÕES, Ana, op. cit., p.63-65/68.

³⁶ A crescente emigração da população rural para os grandes centros urbanos, durante a década de 1950, forçaria o Estado a empreender novas operações de alojamento. Na capital, e no seguimento do Plano

da tradição com a modernidade e no sentido de uma articulação mais sensível com o “sítio” e a um “espírito do lugar”, que o novo ciclo de **pousadas**, lançado em 1954 pela DGEMN, vai encontrar a sua expressão.

notas

de Alvalade, o GTH – Gabinete Técnico da Habitação - dá início, em 1955, à operação dos Olivais Norte e, em 1960, Olivais Sul. Estruturadas a partir dos princípios da Carta de Atenas, estas intervenções permitiram o ensaio de diferentes conceitos tipológicos e urbanísticos, distribuindo a encomenda dos projectos por diferentes arquitectos. Mais tarde, em 1965, é lançado o Plano de Chelas, concebido por Silva Dias, já segundo outros modelos de estruturação urbana, a que se seguem, em 1972, os planos do Restelo, de Nuno Teotónio Pereira e Nuno Portas, privilegiando temas como a rua e o quarteirão.

No Porto, o Plano de Extinção das Ilhas, de 1956, contemplava o realojamento de grande número de moradores do centro para a periferia da cidade. O Bairro da Pasteleira (1961/1973) seria uma das principais experiências deste plano, beneficiando de um terreno densamente arborizado e com algumas variações de relevo, que ajuda a quebrar a rigidez da implantação dos edifícios e a uniformidade das soluções trabalhadas. E enquanto que o plano de urbanização deste sector se vai definir dentro de “uma concepção formal próxima do formulário decorrente da Carta de Atenas, onde a cidade moderna é o somatório de blocos implantados de acordo com a orientação solar, sobre um parque verde rasgado por vias de circulação segregadas entre peões e automóveis”, os “edifícios surgem como reflexo da crítica que os autores realizam aos valores do *Movimento Moderno*”, “de um modo próprio de olhar a arquitectura do seu tempo, perscrutar os compromissos e circunstâncias, que de um modo mais alargado, podem ser reconhecidos na arquitectura portuguesa deste período”. Noutra sentida, o plano de arranjo da zona do Luso (1959/1963), de José Carlos Loureiro, aponta a influência formal dos modelos italianos, distanciando-se da “pura adopção dos esquemas da Carta de Atenas”.

(cf. FERNANDEZ, Sérgio, op. cit., p. 110-114/167-168;

RAMOS, Rui, “1961/1973, Pasteleira”, in AAVV, Porto 1901/2001, *Guia de arquitectura moderna*, N.º 23, Porto, Ordem dos Arquitectos (Secção Regional Norte) e Livraria Civilização Editora, 2001).

Uma Iniciativa Necessária
Keil do Amaral
Arquitectura N.º 14, Abril 1947

Com trinta contos, mais escudo menos escudo, fazia-se a coisa. Técnicos existem. E dos bons: novos, cultos, estudiosos e libertos de preconceitos como é mister. Tempo arranjava-se, pela certa...

Só falta o dinheiro. E é um apelo que aqui lanço - um sério e veemente apelo - para que espíritos esclarecidos e generosos se decidam a gastá-lo. Arquitectos, instituições culturais, editores, ou mesmo simples particulares interessados por estes problemas, poderiam contribuir para a realização de uma obra útil, capaz de constituir uma pedra angular na renovação da nossa arquitectura.

Trata-se da recolha e classificação de elementos peculiares à arquitectura portuguesa nas diferentes regiões do País, com vista à publicação de um livro, larga e criteriosamente documentado, onde os estudantes e técnicos da construção pudessem vir a encontrar as bases para um regionalismo honesto, vivo e saudável.

É que este tão debatido e desvirtuado problema da arquitectura regional portuguesa merece, realmente, melhor sorte.

Tantas vezes tem sido posto em foco para servir de biombo à incapacidade criadora de alguns técnicos, para lisongear o gosto mal formado de certos clientes, para justificar preferências pessoais e até para especulações alheias à natureza do problema, que já tarda vê-lo abordado em profundidade e cuidadosamente, com luvas brancas e limpas, como faz o fisco à bagagem dos viajantes para não a macular.

Arquitectura regional não é, não pode ser um apinocar de fachadas e de interiores com elementos decorativos típicos. Não é, não pode ser "isso" que para aí se tem feito e nos apresentam como exemplo: - beirados graciosos de telhados, paineisinhas de azulejo, alpendres de coluninhas, ferros forjados em profusão... Pobre de um país se não encontra nos processos de empregar os materiais regionais, nas disposições tomadas para proteger as pessoas e os próprios edifícios contra os rigores do clima e os agentes de destruição, na adaptação às condições de vida, na cultura do povo, no seu engenho, qualquer coisa capaz de imprimir um carácter mais vincado e nobre à sua arquitectura! E pobres dos arquitectos se não têm a sua

missão em mais alta conta do que assegurar aos novos edifícios a feição, o aspecto dos edifícios de antanho! Mas será que nós não possuímos, realmente, fontes mais puras e coerentes para a formação de uma arquitectura moderna portuguesa, do que pretendem fazer crer os nossos regionalistas... de fachada? Só quem não tenha percorrido, de olhos abertos, as nossas cidades, vilas e aldeias assim poderá pensar. Embora sem a riqueza e a variedade de alguns países - há que reconhecê-lo - a nossa arquitectura regional encerra muitas e valiosas lições. O que falta é estudá-las, aprendê-las, porque até hoje pouco mais se fez do que copiar. Pouco mais se fez do que copiar, estilizando-o, o aspecto dos edifícios característicos. E não é isso que interessa, fundamentalmente; nem a isso se pode chamar arquitectura regional.

O que realmente interessa é procurar, em cada região, as maneiras como os habitantes conseguiram resolver os diversos problemas que o clima, os materiais, a economia e as condições de vida inerentes à região impuseram às edificações. Depois, analisar até que ponto as soluções são boas e conservam actualidade, isto é, continuam a ser as mais adequadas, funcional e economicamente.

É uma obra de compreensão e amor que tem de ser feita...

De Norte a Sul, do Minho ao Algarve, há muito que ver e aprender. - Já reparaste, Amigo, nas extraordinárias possibilidades que oferece o nosso granito, com o qual se fazem fácil e correntemente estacas delgadíssimas para vedações de propriedades, ou peças enormes e robustíssimas para vergas e pilares? E sabes que no Minho há casas simples, com grandes varandas para secagem do milho, onde essas possibilidades são evidenciadas com uma pureza e uma lógica notáveis?

- Já verificaste, Amigo, que perfeita coerência existe entre o material mais comum no Alentejo - o tijolo - e a feição das obras que são feitas com ele? Reparaste bem nas abobadilhas tradicionais, por exemplo? Viste construir alguma? Pois não deixes de ver, que o caso tem qualquer coisa de miraculoso e é perfeitamente adequado ao material e a outras circunstâncias locais. - Já reparaste numas grandes varandas envidraçadas, quase sempre voltadas ao Sul, que se encontram nas casas das aldeias da Beira? E sabes que as mulheres da

casa passam nelas os dias de Inverno, ocupadas nas lides domésticas, aquecidas pelo sol e livres do vento forte que sopra com frequência? Simples, engenhoso e perfeitamente adequado ao clima da região, não é? - Já atentaste bem nas casas típicas de Évora? Não nos pormenores pitorescos, mas na maneira como foram concebidas e construídas para defender os habitantes dos rigores dum sol implacável? Tudo se conjuga para o efeito: a grande espessura das paredes, que isola; a pequenez das janelas, que evita a excessiva luminosidade e não deixa entrar o calor; o branco da cal, que reflecte o sol e não absorve o calor; os pátios, onde há sempre uma zona de sombra; as amplas varandas e terraços, onde se goza o fresco do cair das tardes; e mais e mais...

- Já reparaste... mas são tantas coisas! Davam um livro. Um grande e belo livro, repleto de ensinamentos. Nós, os que acreditamos numa arquitectura funcional, feita para servir mais do que para agradar, consultá-lo-íamos com frequência. Creio que as nossas obras lucrariam com isso: serviriam melhor e ganhariam um calor humano mais acessível aos corações da gente portuguesa. Quanto aos regionalistas do aspecto, estou certo de que também se interessariam pelo livro; e talvez as suas obras viessem a adquirir maior profundidade.

Vamos, pois, a isto?

Arquitectos, instituições culturais, editores, ou simples particulares, interessados pelos problemas da arquitectura, a decisão é vossa! Do vosso interesse, a vossa esclarecida compreensão, da vossa generosidade depende a sorte desta iniciativa. Porque só falta o dinheiro. Técnicos existem. E dos bons! Organizar-se-iam três equipas de dois arquitectos, que percorreriam uma o Norte, outra o Centro e a outra o Sul do País, investigando, fotografando, desenhando e tomando notas. De regresso, classificariam e seleccionariam o material recolhido com a calma e a ponderação que o caso requer. E só faltaria então dar corpo ao livro com a colaboração de um editor interessado.

Vamos a isto?

Que o dinheiro não sirva apenas para fazer render dinheiro.

I Congresso Nacional de Arquitectura
Arquitectura N.º 29, Fevereiro/Março 1949

No I.º Congresso Nacional de Arquitectura, organizado pelo Sindicato Nacional dos Arquitectos sob o alto patrocínio do Governo, foram tratados dois temas de excepcional importância: "A Arquitectura no Plano Nacional" e "O Problema Português da Habitação". Quiz a quase totalidade dos arquitectos portugueses trazer a sua contribuição ao estudo destes problemas, tomando, assim, as decisões do Congresso como que o significado de uma manifestação unânime e solene das aspirações da Classe.

Julgam os arquitectos ter contribuído para o bem comum, quer enunciando as bases para a promulgação de medidas tendentes a promover o desenvolvimento da Arquitectura Nacional em toda a plenitude da sua beleza e utilidade, quer estabelecendo normas para regular a sua actividade profissional.

Aos intuitos tão claramente manifestados pelas altas esferas oficiais no sentido de patrocinar os objectivos da Classe, expressos através deste Congresso, corresponderam os arquitectos com o estudo de assuntos que reputam do maior interesse para o País. Confiam, assim, que a seriedade, a elevação e o propósito de bem servir que nortearam todo o trabalho realizado possam ser devidamente reconhecidos.

Nas teses e nas sessões do Congresso foram debatidos problemas relativos à generalização da cultura artística e à formação dos arquitectos; frizou-se a necessidade de criar e de remodelar certos Organismos oficiais, para assegurar uma orientação mais correcta e eficiente aos problemas da Arquitectura e do Urbanismo no Continente e no Ultramar; definiram-se medidas de carácter geral e particular susceptíveis de permitirem uma melhor acção profissional; debateu-se o problema da feição nacional dos novos edificios; analisaram-se as condições francamente deficientes em que se aloja grande parte das populações urbanas e rurais e a ineficácia de certas medidas tomadas para debelar essa grave crise. Sobre esta matéria acentuou-se, especialmente: que a habitação, tendo em vista os superiores interesses do País, deverá ser racionalmente estudada em função das necessidades materiais e espirituais dos indivíduos e agregados familiares, abolindo-se, para tanto, os preconceitos económicos, morais e outros que cristalizaram em formas

inadequadas ou de inviável generalização; que os novos aglomerados urbanos em que essas habitações se integrem deverão ser planeados em moldes racionais de Urbanização moderna, eliminando-se, embora gradualmente, fórmulas de há muito condenadas, mas de uso corrente entre nós; que os benefícios e as alegrias tão pròdigamente oferecidos pela Natureza devem voltar para o alcance imediato dos homens, assegurando-se, para isso, aos edifícios uma boa insolação, desafogo, e rodeando-os de arvoredo, quanto possível; e ainda que só uma industrialização eficiente da construção civil e um adestramento profissional adequado dos técnicos e dos operários permitirá levar a cabo a extraordinária tarefa de dar casas económicas, higiénicas e confortáveis a todos os que necessitam delas. Finalmente e no que respeita ao estudo e realização dos problemas da Arquitectura e do Urbanismo, foi posta em evidência a necessidade de estimular a colaboração entre arquitectos, engenheiros e todos os demais técnicos que devem intervir nestes assuntos. Debatidos estes problemas, o Congresso formulou, por unanimidade, as seguintes

CONCLUSÕES E VOTOS

Quanto à Divulgação e ao Ensino:

- Que se promova a divulgação, junto de todas as classes sociais e nos vários graus do ensino, de conhecimentos gerais de Arte e particularmente de Arquitectura e de Urbanismo, como meio de fomentar uma intervenção mais vasta e esclarecida das massas populacionais nestes problemas, que tão directamente podem influir na sua maneira de viver.
- Que se proceda urgentemente à reorganização do ensino da Arquitectura no sentido de o tornar mais concordante com as necessidades da vida contemporânea.
- Que o Sindicato Nacional dos arquitectos tome a iniciativa de:
 - a) Estabelecer as bases de um programa para aquela reorganização, procurando, para tanto, ouvir os professores e alunos das Escolas existentes, após o que deverá levar ao conhecimento dos Poderes Públicos o

- resultado dos seus trabalhos, dando-lhes conta, simultaneamente, dos lamentáveis efeitos da actual orientação desses estabelecimentos de ensino.
- b) Com fundamento na reorganização proposta e ouvidos também professores e alunos, estudar o programa dos projectos para os novos edifícios das Escolas de Belas Artes de Lisboa e do Porto - instaladas em condições inadmissíveis - sem prejuízo das beneficiações que, entretanto, possam ser introduzidas naquelas Escolas.
- c) Promover o necessário para se avaliar das possibilidades de especialização profissional em certos ramos da Arquitectura e do Urbanismo, como complemento do Ensino e com vista a uma catuação profissional mais útil ao País.

Quanto aos Organismos a Criar ou a Remodelar:

- Que seja criada, no Ministério da Educação Nacional, a DIRECÇÃO GERAL DAS BELAS ARTES, à qual devem ser confiados os assuntos respeitantes ao ensino das Artes e à Cultura artística.
- Que seja criado um CONSELHO SUPERIOR DA ARQUITECTURA, constituído por arquitectos, ao qual caiba a função de promover o justo e harmonioso desenvolvimento da Arquitectura no plano nacional.
- Que seja criado um INSTITUTO SUPERIOR DO URBANISMO E DA HABITAÇÃO onde Arquitectos, Engenheiros, Economistas, Higienistas e outros técnicos estudem os diversos aspectos dos problemas da habitação e do trabalho, da educação e da cultura, da saúde, dos divertimentos e desportos, da assistência, da circulação e comunicações, dos abastecimentos, etc., com o propósito de definir as bases para a solução dos problemas do Urbanismo e da Habitação, no nosso País.
- Que seja transformado o Gabinete de Urbanização Colonial num INSTITUTO DO URBANISMO E HABITAÇÃO COLONIAIS, com Gabinetes de Urbanização nas Províncias Ultramarinas, orientados por Arquitectos.
- Que se solicite do Governo a criação de Organismos para estudo e investigação dos problemas da Arquitectura, ou os meios legais e o apoio material para subvenção de Organizações Profissionais idóneas, constituídas com aqueles objectivos.

Quanto às Medidas Susceptíveis de Permitir uma Melhor Acção Profissional:

- Que o estudo dos problemas de Arquitectura seja - como é lógico - confiado aos arquitectos, e se lhes assegure - como exige a sua dignidade profissional - a assistência e a fiscalização das obras que conceberam e projectaram, com o conseqüente direito de proporem alterações pelas quais melhorem os resultados artísticos, técnicos ou económicos.
- Que, no julgamento dos projectos de Arquitectura, seja concedido, por disposição legal, aos autores, o direito de defesa das suas concepções, quando for caso disso, antes do correspondente julgamento definitivo.
- Que aos autores dos projectos não seja imposta pelos Organismos Oficiais qualquer subordinação a estilos arquitectónicos.
- Que não possam ter aplicação, antes de serem publicadas, quaisquer disposições municipais susceptíveis de condicionarem a elaboração de projectos de Arquitectura.
- Que sejam confiados a arquitectos, nos Organismos do Estado e nas Autarquias locais do Continente e Ultramar, os Serviços Técnicos que intervenham directamente na elaboração e apreciação dos projectos de Arquitectura.
- Que seja reconhecido aos arquitectos tirocinantes o direito de exercerem o seu tirocínio, com remuneração adequada, nos Organismos Oficiais, principalmente no Ultramar, onde a sua acção profissional pode ser muito útil e onde a sua fixação pode ser facilitada por esse meio, com manifestas vantagens para o País.
- Que o Sindicato Nacional dos Arquitectos tome a incumbência de elaborar um código dos deveres e direitos profissionais e de rever a sua acção quanto à regulamentação dos honorários e à distribuição e liquidação do Imposto Profissional.

Quanto à "Feição Portuguesa" dos Novos Edifícios:

- Que se considere que, nem os arquitectos prestam bom serviço à Nação quando, ao construírem edifícios novos com processos e materiais novos, dão às suas concepções uma expressão plástica que não traduz os ideais artísticos e as possibilidades técnicas dos nossos dias, nem a Nação aproveita inteiramente a colaboração que os arquitectos podem dar ao

progresso do País.

- Que o "portuguesismo" da obra de Arquitectura não continue a impor-se através da imitação de elementos do passado, pois a época que atravessamos deve ficar caracterizada em relação às outras com a diferenciação que entre elas existe. Torna-se, pois, necessário corrigir os conceitos de tradição e regionalismo, fomentando a aplicação de novas técnicas e acarinhando novos ideais estéticos, para que a obra contemporânea possa ser coerente e atingir aquele grau de perfeição e beleza que alcançaram as dos mais puros estilos do passado.
- Que não se consagrem mais aldeias atrasadas e menos higiénicas, permitindo assim que se confunda estagnação e primitivismo com tradição e que se vulgarize o errado conceito de que a feição portuguesa dos edifícios se reduz a uma questão de pitoresco.
- Que os arquitectos portugueses repudiem toda e qualquer insinuação de que a sua obra - quando se exprima de maneira diferente da considerada como "portuguesa" - representa alheamento da sua personalidade profissional e, o que é pior ainda, da sua nacionalidade.

Quanto ao Problema Português de Habitação:

- Que se organizem os inquéritos e as estatísticas necessárias ao perfeito conhecimento dos seguintes dados - base imprescindível para um estudo consciencioso deste problema:
 - Necessidades da população em matéria de alojamentos;
 - Características dos aglomerados familiares;
 - Número, características e localização das casas insalubres, tanto nos núcleos urbanos como nos meios rurais.
- Que o Estado encare o problema da habitação económica, pondo de parte a preocupação de recuperar directamente o capital nele investido, para evitar que um baixo nível de salários imponha às casas económicas restrições nas condições de habitabilidade, incompatíveis com a dignidade humana.
- Que, para evitar erros de concepção, em vias de se generalizarem no nosso País, se não confundam "casas baratas" com "habitações económicas". Devem

eliminar-se os preconceitos que levam a buscar a economia através de uma redução excessiva das áreas e da utilização de materiais de inferior qualidade. A casa económica deverá oferecer ao locatário as maiores condições de habitabilidade com o menor dispêndio.

- Que, como medida económica indispensável para a solução do problema da habitação, se deve: - adoptar a normalização de elementos-tipo e fomentar a criação e o desenvolvimento de indústrias para a sua produção em larga escala; habilitar o trabalhador da construção civil com conhecimentos técnicos e ferramentas modernas, tendo em vista a substituição progressiva do trabalho manual pelo trabalho mecânico.

- Que, para proporcionar equitativamente e em boas condições funcionais e económicas, alojamentos às grandes massas da população - e por se tornar impraticável, para esse efeito, a modalidade única de moradias unifamiliares isoladas - devem ser revistos os métodos em uso, adoptando-se, ainda que a título experimental, o princípio da construção multifamiliar em altura integrada em planos racionais de urbanização, e com as indispensáveis condições de insolação e arejamento garantidas por largos espaços livres adjacentes.

- Que as primeiras habitações económicas a construir pelo estado ou pelas Autarquias locais, se destinem exclusivamente à população alojada em condições desumanas.

- Que se estabeleçam as medidas, de carácter legislativo e outras, necessárias para dar viabilidade aos seguintes aspectos do problema da habitação, considerados de excepcional importância:

a) Concessão de facilidades na aquisição de cada uma das habitações contidas num imóvel multifamiliar.

b) Cedência de terrenos para construção de habitações económicas a entidades singulares ou colectivas, ao preço da expropriação, acrescido apenas da estrita quota-parte dos encargos gerais das obras de urbanização, mediante garantias técnicas e financeiras e com a aceitação de disposições legais que impeçam especulação sobre a renda.

c) Impedimento de toda e qualquer especulação com terrenos, tanto por parte dos particulares como por parte dos Municípios, quando sejam destinados à

construção de casas de habitação.

d) Instituição do seguro obrigatório da renda de casa, simultaneamente com o contrato de arrendamento.

e) Instituição de responsabilidade pelos prejuízos causados à habitação por negligência ou mau uso por parte do inquilino.

f) Obrigatoriedade de aplicação de uma parte das reservas das grandes Empresas, Companhias de Seguros e outras na construção de renda económica.

- Que se não construam bairros exclusivamente destinados a uma determinada classe, ou isolados, e que nunca se desprezem as considerações de distância, não se admitindo mesmo a construção de qualquer núcleo de habitações, sem que previamente lhe estejam assegurados meios eficientes de transporte colectivo, principalmente para os locais de trabalho.

- Que sejam demolidos os grupos ou zonas de habitações insalubres, criando-se espaços verdes em sua substituição ou aproveitando-se o terreno resultante para fins de manifesta utilidade pública. Os valores históricos ou artísticos aí existentes, quando representem obstáculo insuperável, deverão ser removidos para local adequado ou demolidos, depois de pormenorizadamente documentadas as suas características e ambiente original.

- Que no estudo da habitação se considere o desenvolvimento moral e físico da criança.

Quanto a Disposições Gerais a Observar na Resolução dos Problemas do Urbanismo e da Habitação:

- Que se tomem as medidas necessárias para que os planos locais de urbanização se integrem em planos regionais e estes num plano nacional, que urge estabelecer.

- Que sejam organizados planos gerais das regiões agrícolas, tendo em vista remediar as graves deficiências da habitação rural, encarando-se, quando necessário, a libertação, a reorganização ou a mobilização do solo.

- Que no estudo dos problemas do Urbanismo e da Edificação se encarem objectivamente os princípios expressos na "Carta de Atenas", sempre que se apresentem problemas em fases idênticas às que deram origem ao seu enunciado, e não esquecendo nunca que a sua aplicação deve fazer-se em estreito

contacto com as realidades nacionais.

Comissão Executiva

Presidente: Arquitecto José Angelo Cottinelli Telmo

Secretário Geral: Arquitecto Paulo de Carvalho Cunha

Tesoureiro: Arquitecto João Guilherme Faria da Costa

1.º Vogal: Arquitecto Professor Porfírio Pardal Monteiro

2.º Vogal: Arquitecto Miguel Jacobetty

Organização das Sessões de Trabalho no Congresso

Tema I - A Arquitectura no Plano Nacional

Relator

Arquitecto Inácio Peres Fernandes

Constituição da Mesa

Presidente: Arquitecto Professor David Moreira da Silva

1.º Secretário: Arquitecto António do Couto Martins

2.º Secretário: Arquitecto Fortunato Cabral

Comissão de Redacção das Conclusões
e Votos do Congresso

Arquitecto Inácio Peres Fernandes

Arquitecto Professor Porfírio Pardal Monteiro

Arquitecto Francisco Keil do Amaral

Arquitecto Artur de Andrade

Arquitecto Alfredo Viana de Lima

Tema II - O Problema Português da Habitação

Relator

Arquitecto Sérgio de Andrade Gomes

Constituição da Mesa

Presidente: Arquitecto Professor Carlos Chambers Ramos

1.º Secretário: Arquitecto Homero Ferreira Dias

2.º Secretário: Arquitecto António Veloso Reis

Comissão de Redacção das Conclusões
e Votos do Congresso

Arquitecto Sérgio de Andrade Gomes

Arquitecto Miguel Jacobetty

Arquitecto Januário Godinho

Arquitecto Arménio Losa

Arquitecto António Lobão Vital

(Página deixada propositadamente em branco)

(Página deixada propositadamente em branco)

Entre o Regional e o Moderno

Linha de Rumo
J. N. Ferreira Dias Júnior
 Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1945

“Prefácio

(...)

Os nossos problemas de produção industrial andam há muitos anos envolvidos num semi-romantismo económico, onde se fala do bom com palavras óptimas, do mau com palavras boas e do péssimo de maneira nenhuma.

Se não esquecermos que existe um mundo exterior a esta pequena concha em que parece andarmos metidos aquém fronteira, como se vivêssemos em sistema isolado fora da Via Láctea, que o *struggle for life*, sentença permanente e implacável, se generaliza dos animais às nações, havemos de reconhecer que precisamos de um período de realismo, tão vincado quanto tem que ser forte a reacção a provocar.

(...)

A consciência nacional tem andado um pouco adormecida nas coisas económicas, julgo que sem vantagem para a Nação. O ensino da História Pátria - ao menos o elementar e o médio - limitado ao conjunto de acontecimentos políticos em que avultam os feitos heróicos de guerras e descobrimentos, não dá noção exacta do que tem sido a nossa vida há 800 anos. (...) O que quero dizer é que se desprezam, ou antes, se menosprezam certos aspectos da vida nacional que não são despiciendos na vista do conjunto: os meios de vida da população, a sua actividade económica, a sua riqueza, a sua cultura, a situação do erário público. Materialismo? Apenas realidades tangíveis, cuja importância vai em crescendo.

(...)

No meio de uma Europa que, sob o impulso das angústias, da miséria ou das pressões sociais da guerra, cuida e cuidará com intensidade crescente em organizar e desenvolver tôdas as fontes de riqueza para melhorar em proporções nunca sonhadas o nível de vida dos seus trabalhadores, penso que Portugal não pode permitir-se o luxo de discutir se deve andar ou ficar parado, porque êsse tema perdeu oportunidade, é já hoje velharia caduca; nem lhe é legítimo pensar que existem varinhas mágicas ou invioláveis defesas morais fora da solução inflexível de afastar pieguices ou academismos e caminhar resolutamente com o tempo. Tôda a reacção anacrónica é insubsistente. Isto não é desamor do passado mas previdência; pensar no futuro

não é desrespeitar os nossos mortos mas antes é consolidar a obra que nos legaram.

Em 1939 já estávamos atrasados; a guerra vai marcar uma descontinuidade na marcha do mundo -
- independentemente de cada um, no remanso da família, lhe chamar progresso ou regresso. Se não dermos um salto em frente afastamo-nos a perder de vista; afirmá-lo é dever mais forte que o comedimento de continuar em isolado silêncio."

Arquitectura Popular em Portugal
Sindicato Nacional dos Arquitectos
1.ª edição, Lisboa, 1961

“Introdução

(...)

A Arquitectura mergulha raízes em vários sectores e, por elas, de todos recebe contribuições para a solução dos seus problemas específicos. De modo que só uma apreciação completa, integral, em que às causas das soluções se venham justapor as sínteses finais, é legítima e proveitosa. Legítima - entenda-se bem - do ponto de vista da cultura arquitectónica, como meio para tornar mais perfeito o nosso comportamento, no presente e no futuro, nesta matéria.

A Arquitectura Popular proporciona fontes preciosas para o estudo da génese arquitectónica. O claro funcionamento dos edifícios rurais e a sua estreita correlação com os factores geográficos, o clima, como as condições económicas e sociais, expressões simplesmente, directamente, sem interposições nem preocupações estilísticas a perturbar a consciência clara e directa dessas relações, ou a sua forte intuição, iluminam certos fenómenos basilares da Arquitectura, por vezes difíceis de apreender nos edifícios eruditos, mas que logo ali se descortinam, se já estivermos preparados para os compreender e apreciar. Entre nós - - dada a falta de estudos e publicações sobre a matéria - - é lícito supor-se que um inquérito desta natureza possa assumir excepcional importância. Mas cremos que não será impertinência insistir nos objectivos que ele pode, realmente, ajudar a atingir:

Tem-se admitido e proclamado que as construções antigas do nosso país podem e devem servir de inspiração para os arquitectos de hoje, e que o seu portuguesismo se revelará tanto mais intenso e louvável quanto mais directamente se inspirarem num certo número de elementos e de aspectos, tidos e havidos por mais portugueses. Ideia simpática, mas ingénua!

Tem-se admitido também que para projectar um edifício, destinado a determinada região do país, se devem copiar ou estilizar os elementos arquitectónicos mais interessantes da região, para que o edifício se integre no ambiente regional.

Maneira primária de conceber o problema da integração em ambientes pré-existentes, e por

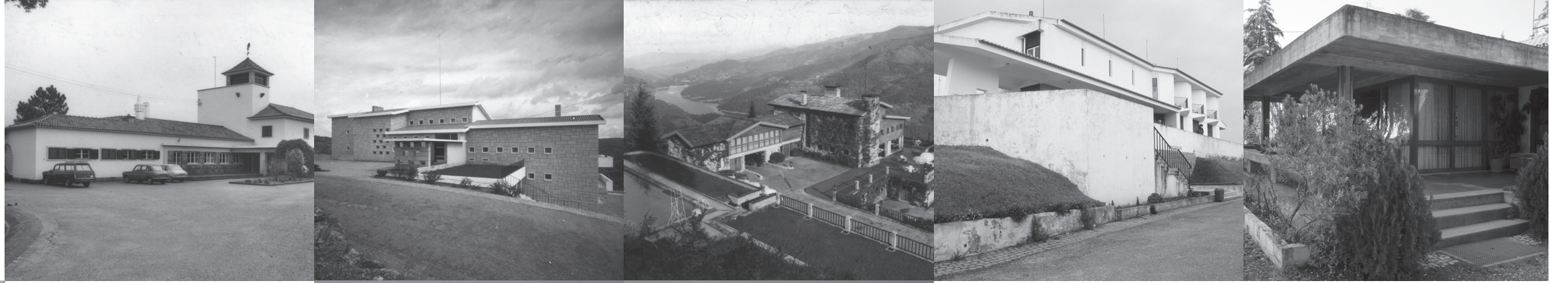
consequência a própria Arquitectura.

Não basta ao indivíduo da cidade vestir umas calças de surrobeco, calçar uns tamancos e ajeitar uma enxada ao ombro para se integrar num meio rural; envergar pelico e safões para pertencer ao Alentejo; ou vestir camisa vistosa de lã aos quadrados e descalçar-se para não destoar entre os pescadores da Nazaré.

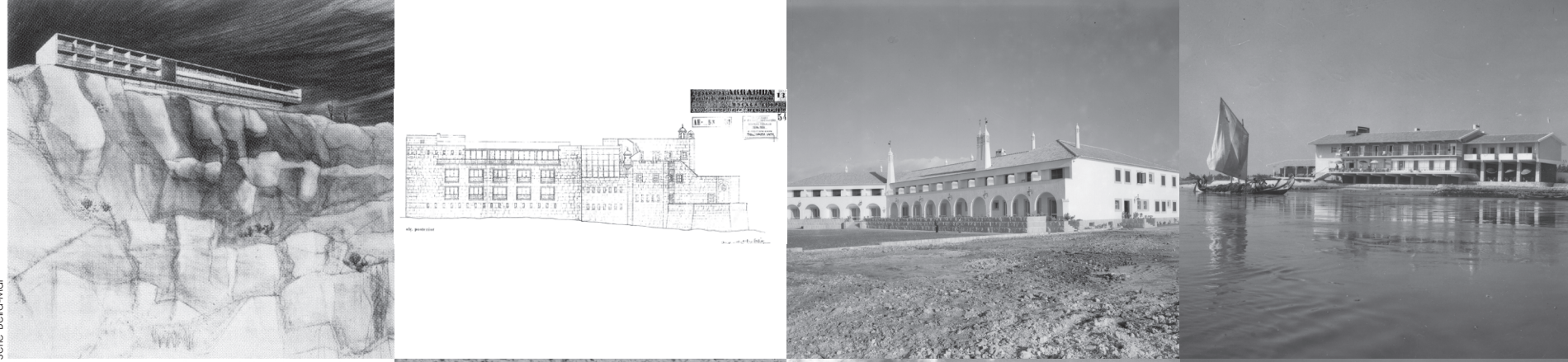
Integrar-se, pertencer, são coisas mais sérias e profundas. De modo algum são apenas maneiras de vestir, tanto pessoas como edifícios.

Do estudo da Arquitectura popular portuguesa podem e devem extrair-se lições de coerência, de seriedade, de economia, de engenho, de funcionamento, de beleza... que em muito podem contribuir para a formação dum arquitecto dos nossos dias."

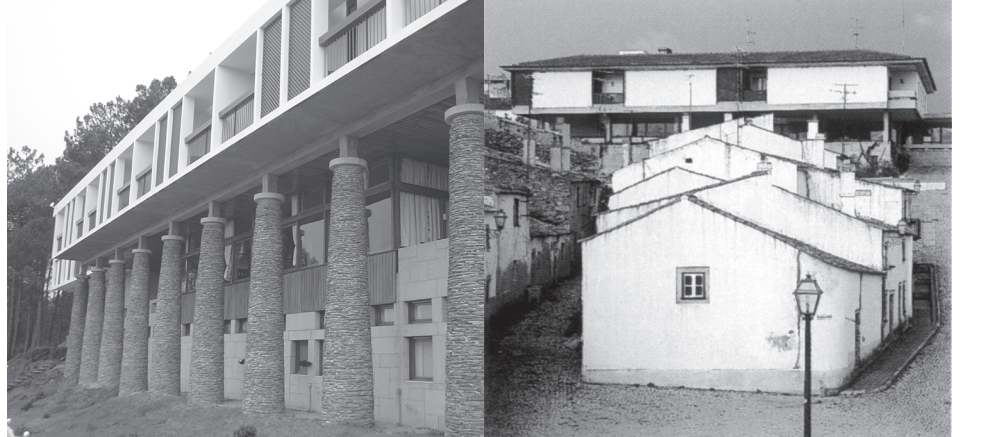
Pousadas em Barragens



Série Beira-Mar

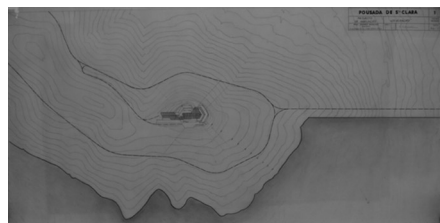


Pousadas regionais

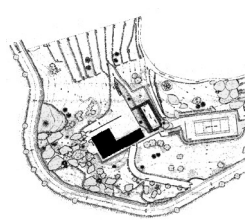




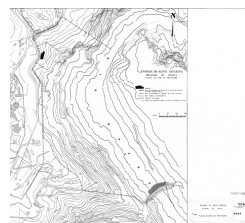
Pousada de Vale do Gaio
localização Torrão
programa adapt. casa Eng.º Barragem (7 quartos)
arquitecto Raúl Chorão Ramalho
decoração -
data de inauguração 1977



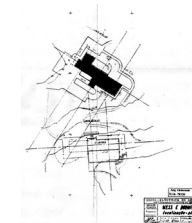
Pousada de Santa Clara
localização Santa Clara-a-Velha
programa adapt. casa Eng.º Barragem (6 quartos)
arquitecto Raúl Chorão Ramalho
decoração -
data de inauguração 1971



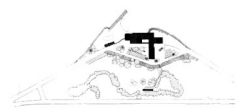
Pousada de S. Bento
localização Caniçada
programa adapt. casa Eng.º Barragem (10 quartos)
arquitecto Eduardo Coimbra Brito
decoração -
data de inauguração 1968



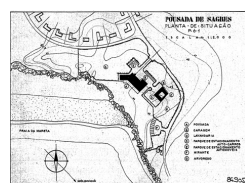
Pousada de Santa Catarina
localização Miranda do Douro
programa adapt. casa Eng.º Barragem (12 quartos)
arquitecto Leonardo Castro Freire
decoração Leonardo Castro Freire
data de inauguração 1962



Pousada de S. Pedro
localização Castelo de Bode
programa adapt. casa Eng.º Barragem (16 quartos)
arquitecto -
decoração -
data de inauguração 1 Janeiro 1954



Pousada da Ria
localização Murtosa
programa pousada de raiz (10 quartos)
arquitecto Alberto Cruz
decoração -
data de inauguração 1960



Pousada do Infante
localização Sagres
programa pousada de raiz (15 quartos)
arquitecto Jorge Segurado
decoração -
data de inauguração 1960

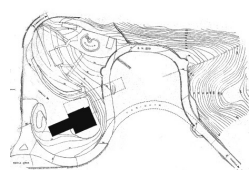
Pousada da Arrábida
localização Portinho da Arrábida
programa adapt. Fortaleza Sta. Maria (10 quartos)
arquitecto Raúl Chorão Ramalho
decoração -
data de inauguração (não construída)



Pousada da Nazaré
localização Sítio da Nazaré
programa pousada de raiz (12 quartos)
arquitecto Ruy Jervis d'Atouguia
decoração -
data de inauguração (não construída)



Pousada de S. Teotónio
localização Valença do Minho
programa pousada de raiz (8-12 quartos)
arquitecto João Andresen
decoração João Andresen
data de inauguração Julho 1963



Pousada de S. Jerónimo
localização Caramulo
programa adapt. Estalagem (6 quartos)
arquitecto Alberto Cruz
decoração -
data de inauguração 1962



Pousada de S. Gens
localização Serpa
programa pousada de raiz (18 quartos)
arquitecto Leonardo Castro Freire
decoração Leonardo Castro Freire
data de inauguração 1960



Pousada de S. Bartolomeu
localização Bragança
programa pousada de raiz (10-14 quartos)
arquitecto J. C. Loureiro/Pádua Ramos
decoração J. C. Loureiro/Pádua Ramos
data de inauguração 1959

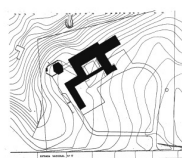


Pousada de Vilar Formoso
localização Vilar Formoso
programa pousada de raiz (16 quartos)
arquitecto Nuno Teotónio Pereira
decoração -
data de inauguração (não construída)

Pousada da Portela da Gardunha
localização Castelo Branco
programa pousada de raiz (18 quartos)
arquitecto Francisco Blasco
decoração -
data de inauguração (não construída)



Pousada da Senhora das Neves
localização Almeida
programa pousada de raiz (18 quartos)
arquitecto Cristiano Moreira/Coutinho
decoração Cristiano Moreira
data de inauguração 1987



Pousada de Santa Bárbara
localização Póvoa das Quartas
programa pousada de raiz (16 quartos)
arquitecto Manuel Tainha
decoração Manuel Tainha
data de inauguração 18 Junho 1971



● Após o período áureo da Campanha de Obras Públicas de Duarte Pacheco, a DGEMN vai perder gradualmente o seu poder realizador para outros organismos oficiais e mesmo para o sector privado. O Regime, preocupado em encontrar uma "Linha de Rumo" para a necessária recuperação económica do país no pós-guerra, iria concentrar esforços na implementação de uma estratégia de desenvolvimento industrial, defendida por Ferreira Dias, enquanto secretário de Estado do Comércio e Indústria da remodelação governamental de 1940, mas só agora reconhecida como medida essencial para a melhoria do nível de vida dos portugueses. É neste novo quadro de prioridades, e no seguimento da Lei de Fomento e Reorganização Industrial de Março de 1945, que se lança, em 1953, o I Plano de Fomento³⁷. Instrumento que fixava os objectivos e os meios de concretização da nova política económica nacional, este Plano canalizava grande parte do investimento estatal para a criação e modernização das indústrias de base e respectivas infra-estruturas, com especial destaque para os sectores ligados à produção de energia eléctrica e de matérias-primas. No âmbito deste programa, a União Eléctrica Portuguesa definia uma vasta campanha de aproveitamento dos recursos hidroeléctricos do país, promovendo a construção de um conjunto considerável de barragens em pontos chave da rede hidrográfica nacional³⁸. Empreendimentos complexos e

notas

³⁷ No seguimento do I Plano de Fomento, em vigor entre 1953 e 1958, o II Plano de Fomento, até 1964, recupera as preocupações anunciadas anteriormente. Os objectivos gerais destes planos seriam os de "acelerar o ritmo de incremento do produto nacional, aumentar a produtividade do capital fixo, melhorar o nível de vida, garantir e proporcionar emprego e melhorar a balança comercial", a partir do investimento de capitais públicos e outros recursos financeiros, como as ajudas económicas atribuídas pelo Plano Marshall, no esforço de industrialização do país, face ao crescente atraso económico de Portugal em relação ao contexto internacional. Os principais sectores contemplados neste programa seriam os da electricidade, dos transportes e comunicações, a agricultura e as escolas técnicas. Estes dois planos seriam complementados, mais tarde, com o Plano Intercalar de Fomento, de 1965 a 1967, e o III Plano de Fomento, de 1968 a 1973. (cf. ROSAS, Fernando(coord.), op. cit., p. 323-334).

³⁸ Esta campanha da União Eléctrica Portuguesa dava continuidade a uma série de investimentos, no âmbito da hidroelectricidade, que tiveram início na década de trinta, alguns, como os das Hidroeléctrica do Zêzere e do Alto Alentejo, com a colaboração de Cassiano Branco,

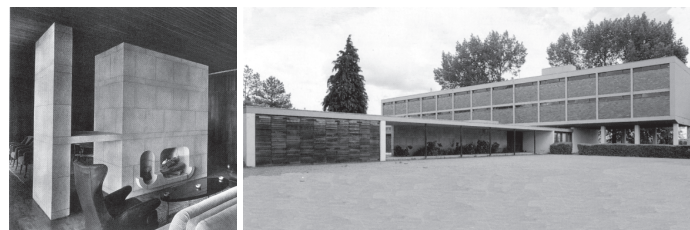
de grande dimensão, que implicavam o estabelecimento de diversas estruturas de apoio logístico aos técnicos e operários envolvidos na sua construção, proporcionaram oportunidades únicas para uma estreita colaboração entre engenheiros e arquitectos, unidos na vontade comum de criar novas paisagens³⁹.

notas

então funcionário do MOP. Dele seriam os projectos monumentalistas para as barragens de Sta. Catarina (1936), ou Barragem Salazar, no Vale do Sado, do rio Ponsul (1937), em Idanha-a-Nova, e do Vale do Gaio (1937), na Estremadura. Mais tarde, realiza o projecto para a Barragem e o Plano de Urbanização da Central Hidroeléctrica do Belver (1947) e o Arranjo Urbanístico para o pessoal administrativo da Barragem de Pracana (1952), ambas no rio Tejo.

(cf. CASANOVAS, Luís Elias, "As Obras Públicas no Tempo de Cassiano Branco", in AAVV, Cassiano Branco Uma Obra para o Futuro, (Câmara Municipal de Lisboa/Pelouro da Cultura), Lisboa, Edições Asa, 1991, p.190-195).

³⁹ Experiência singular desta colaboração, a par dos projectos de Cassiano Branco para as Hidroeléctricas do Zêzere e do Alto Alentejo ou de Januário Godinho para a HICA, o conjunto do Douro Internacional exponencia ao extremo o diálogo entre técnica e arte, rigor e poesia. Resultado do estudo encomendado, em 1951, pelo Governo à firma americana Knappen-Tippets-Abbe-McCarthy, sobre as possibilidades de aproveitamento dos recursos naturais do rio Douro e seus afluentes, o "Douro Master Plan", de 1953, definia como prioritária a exploração do seu troço Internacional, dividindo-o em três escalões: Miranda do Douro, Picote e Bemposta. Nesse mesmo ano é criada, com o investimento de capitais do Estado, das Caixas de Previdência e alguns particulares, a HED - Hidro-Eléctrica do Douro, S.A.R.L., empresa que ficaria concessionária do aproveitamento energético do rio Douro. Convidados a integrar o corpo técnico responsável pelos projectos destas três intervenções, os recém-formados João Archer de Carvalho, Manuel Nunes de Almeida e Rogério Ramos iriam orientar uma larga equipa de profissionais num processo exemplar de cruzamento de saberes e de aprendizagem mútua, onde a arquitectura participa na concepção das próprias centrais hidroeléctricas e edifícios de comando, para além das instalações de apoio e alojamentos do pessoal destacado para a construção e, mais tarde, para a exploração das barragens. Participantes activos das iniciativas da ODAM, estes arquitectos "aprenderam na prática da sua actividade profissional, em confronto com a realidade do terreno, a superar as tendências de uma geração moderna radical" para perceberem o valor "da relatividade da sua intervenção, da eficácia da resposta, da importância do sítio como



Naturalmente, esta nova fase da política de Obras Públicas do Governo iria ter os seus reflexos na acção da DGEMN, na qual se centrava, até então, a maioria da encomenda oficial. Subordinadas a este organismo, também as **Pousadas** vão conhecer um novo período. Concluído o plano inicial, a DGEMN define, em 1954, uma segunda etapa de construção de **pousadas**, com base numa estratégia de intervenção mais alargada que obrigava à reformulação do programa desenvolvido por Rogério de Azevedo e Jacobetty Rosa. Nesse sentido, a encomenda dos novos projectos já não se fixaria na definição de estereótipos, mas seria distribuída por alguns dos mais jovens arquitectos portugueses com o fim de se experimentarem outras potencialidades deste conceito.

Ao contrário das primeiras, pensadas, essencialmente, enquanto escalas de passagem nos principais itinerários nacionais, tratava-se agora de trabalhar as naturais assimetrias do território, promovendo espaços de permanência que sedimentassem um turismo de carácter local. São, assim, propostas quinze novas **pousadas** regionais: três na Beira Alta; duas no Minho, em Trás-os-Montes, na Estremadura e no Baixo Alentejo; e

notas

coisa natural, da cultura como valor próprio, do contexto como programa complexo condicionador da proposta". Tempo de procura de uma outra identidade, que é também o do Inquérito, afirma-se no mais longínquo nordeste transmontano a vitalidade criadora desta nova geração em gestos de uma impressionante segurança e beleza, que articulam com sabedoria e expressividade a mais recente lição moderna com as formas naturais da paisagem.

Cabe aqui a referência à Pousada do Picote (1955/1959) e à Estalagem Provisória de Miranda (1957/1958). Projectos que revelam, no carácter mais formal da primeira e no sentido mais orgânico da segunda, a coexistência de modelos referenciais diferentes, são, no entanto, trabalhados com o mesmo rigor e riqueza de pormenor na concepção de ambientes de grande conforto e qualidade espacial, onde o desenho do mobiliário ganha especial relevo. (cit. TAVARES, Domingos, "Modernos do Porto", in AAVV, *Moderno Escondido. Arquitectura das Centrais Hidroeléctricas do Douro 1953-1964*, Porto, FAUP Publicações, 1997, p.17).



apenas uma na Beira Litoral, na Beira Baixa, no Ribatejo e no Algarve. Em 1966, um novo plano, este da responsabilidade do organismo oficial do Turismo, vinha ordenar e complementar a sequência prevista pela DGEMN, acrescentando mais duas **pousadas** a este grupo (uma na Beira Alta e a outra no Baixo Alentejo). Para além da vertente já estabelecida, surge a ideia de associar estes edifícios a uma componente marítima e fluvial⁴⁰, que, simultaneamente, explorasse os recursos turísticos naturais da nossa costa e se aliasse ao processo de aproveitamento hidrográfico desencadeado pelo Plano de Fomento. Esta nova faceta seria preenchida com a "Série Beira-Mar" e por um conjunto de "**Pousadas em Barragens**", que resultaria da adaptação das casas construídas para alojar provisoriamente o corpo de engenheiros destacado a acompanhar aquelas intervenções.

Logo em 1954, é inaugurada a Pousada de S. Pedro, junto à Barragem de Castelo de Bode, a primeira experiência deste tipo, e deste grupo, à qual se iriam juntar, mais tarde, as **pousadas** de Sta. Catarina (1962)⁴¹, em Miranda do Douro, de S. Bento (1968), na Caniçada, e a de Sta. Clara (1971), em Santa Clara-a-Velha. Ainda integrada neste conjunto, mas já fazendo parte do plano de 1966, seria construída uma quinta pousada, na Barragem do Vale do Gaio (1977)⁴².

Desfrutando de panoramas únicos, criados no confronto entre a vontade transformadora do homem e a força natural da paisagem, os edifícios existentes adaptam-se facilmente à nova função, pela proximidade ao espírito e ao programa que se estipulara para este tipo de instalações turísticas.

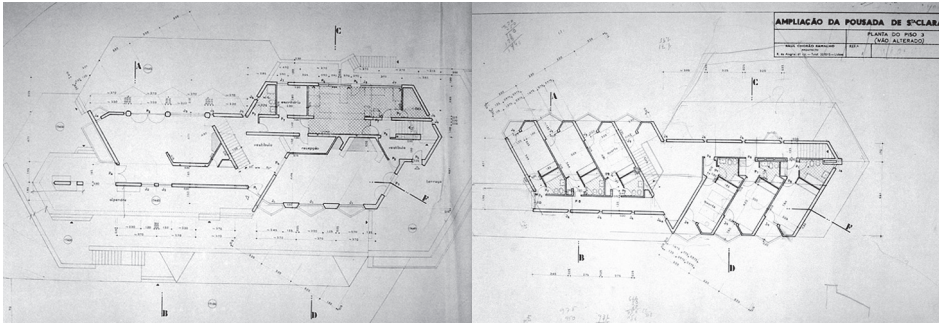
notas

⁴⁰ Esta ideia havia sido já sugerida por Joaquim Pacheco Neves no artigo "Pousadas à Beira-Mar", publicado na revista Panorama de Fevereiro de 1943, onde propunha que se adaptasse a pousada o Castelo de Vila do Conde, situado "junto ao mar e perto do rio, a dois passos de uma capelinha de mareantes. Nada lhe falta às condições que as **pousadas** requerem para atrair os caminheiros".

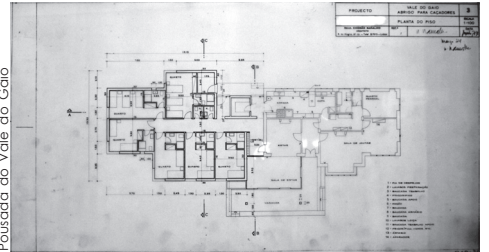
⁴¹ A única deste grupo a ser pensada de raiz como pousada, encomendada pela HED e mais tarde integrada nas **pousadas** oficiais.

⁴² Embora implicando outro tipo de intervenção, por se tratar da adaptação e ampliação de um abrigo de caçadores, compreendendo, por isso, a construção de um corpo novo, resolvemos enquadrar esta pousada, pelo contexto paisagístico em que se insere, neste grupo das barragens. Não deixaremos, no entanto, de lhe fazer referência a par da Pousada de S. Gens (1960), em Serpa, proposta com a qual ganha outra coerência.

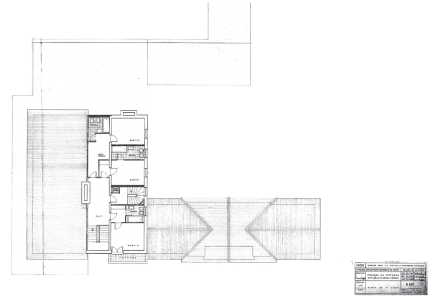
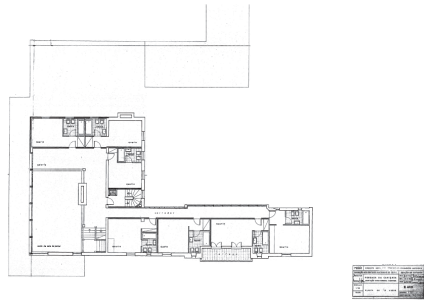
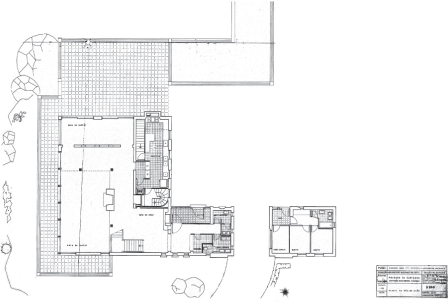
Pousada de Santa Clara



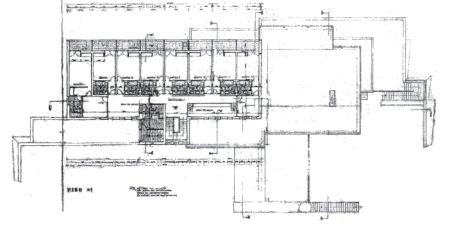
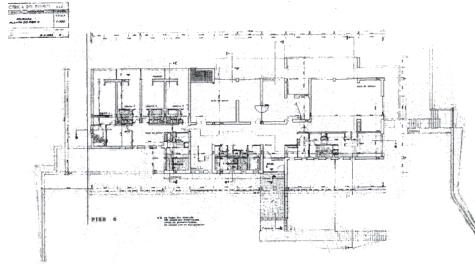
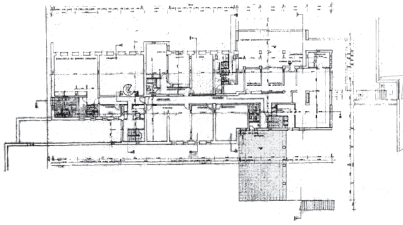
Pousada do Vale do Gaio



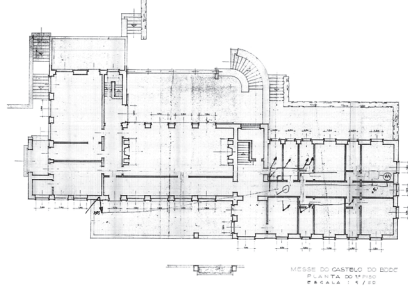
Pousada de S. Bento (edificio existente)

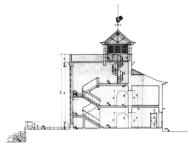


Pousada de Sta. Catarina



Pousada de S. Pedro





Pousada de S. Pedro



Pousada de Sta. Catarina



Pousada de S. Bento

76

Soluções trabalhadas a partir de "casas", vão dar, assim, continuidade às propostas do grupo anterior, embora introduzindo outra complexidade porque em resposta a uma diferente circunstância programática, determinada por uma nova orientação da política de turismo.

Ampliado o número de quartos, reforça-se a ideia de aproximação a uma vivência doméstica com a presença da "sala de estar", elemento que lhes confere um novo carácter e abre o caminho a novas formas de organização espacial.

Como a mais emblemática das intervenções hidroeléctricas da era Ferreira Dias, a Barragem de Castelo do Bode teria um significado especial para o Governo e para o País. Neste contexto, sob o olhar atento da Administração Central, o Plano de Urbanização para o Bairro dos Operários, da autoria de Miguel Jacobetty Rosa, seguiria o modelo ruralista dos bairros sociais do Estado Novo, centrado na temática da "casa portuguesa". Assim, também a "mess" dos engenheiros adoptaria uma linguagem "regionalista", com beirais "à portuguesa", molduras de cantaria e portadas de madeira, ou, à imagem do alpendre, um coberto a marcar a entrada. No entanto, em termos espaciais, a distribuição do programa ganha, aqui, outro dinamismo, trabalhada, agora, mais no sentido de uma correspondência entre forma e função do que com base na tradicional hierarquização por pisos. Deste modo, distinguem-se no edifício as zonas comuns e de serviço dos quartos de hóspedes, resolvidos em volumes diferentes, articulados pelo corpo vertical das escadas, simbolicamente associado a uma "torre de vigia", para a barragem, e a assinalar o momento de entrada.

Distribuídos por dois pisos, os doze quartos de hóspedes acusam já a referência a outro modelo tipológico, na novidade de todos eles terem casa-de-banho privativa. E, embora a sala de estar venha confirmar esta actualização do programa das **pousadas**, é ainda a sala de jantar o espaço privilegiado, destacando-se do conjunto para se afirmar num corpo perpendicular ao edifício, permitindo, assim, uma leitura panorâmica do conjunto da barragem.

Aprovado em 1958, o projecto para a Pousada de Sta. Catarina, em Miranda do Douro, seria entregue a Leonardo Castro Freire⁴³. Solução algo pobre no "desenho "moderno provinciano"⁴⁴ que a caracteriza,

incongruente com as restantes intervenções da HED⁴⁵, ensaia um compromisso entre uma expressão mais moderna e o ambiente histórico da cidade, redutoramente entendido no contraste do aparelho de granito com o ritmo geométrico dos vãos e o desenho rasgado das varandas a Nascente.

Mas é sobretudo no contacto com o terreno que desde logo se evidencia o desequilíbrio da proposta.

Implantada sobre um forte embasamento em pedra, onde se resolvem, em dois pisos, os espaços de serviço da pousada, a sua presença na encosta é demasiado afirmativa e, mesmo, artificial. O próprio desenho das varandas acentua uma descontinuidade entre esta "base" e o resto do edifício, reforçando o carácter "monumental" da intervenção, o que, de certa forma, representa um recuo no sentido das experiências do primeiro grupo de **pousadas**, nomeadamente à Pousada de Alfeizerão, mais contida, no entanto, atendendo às evidentes diferenças de escala.

Para cima, desenvolvem-se o piso dos espaços comuns, à cota da estrada de acesso, e o piso dos quartos(oito), num esquema que apresenta algumas afinidades com o da Pousada de S. Bartolomeu (1959), em Bragança, porque contemplando um núcleo de quartos (quatro) no piso da entrada e prolongando as salas de estar e jantar para uma varanda lançada à paisagem.

Na Caniçada, Eduardo Coimbra Brito encontra idêntico cenário, aqui sobre o Rio Cávado. Projecto de adaptação da "casa dos engenheiros" a pousada, esta de S. Bento, trabalha o edifício existente a partir de uma

notas

⁴³ Simultaneamente com o de adaptação da Estalagem Gama, na Fortaleza do Portinho da Arrábida, aprovado no mesmo ano, mas que, como veremos mais à frente (porque inserido na Série Beira-Mar), não viria a ser concretizado. Ainda do mesmo arquitecto, seria inaugurada, em 1960, a Pousada de S. Gens, em Serpa, proposta bastante mais interessante, ainda que também "presa" a uma pré-existência.

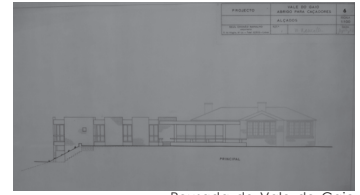
⁴⁴ FERNANDES, José Manuel, "**Pousadas** de Portugal. Obras de Raiz e em Monumentos", in *Caminhos do Património*, Lisboa, Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e Livros Horizonte, 1999, p. 169.

⁴⁵ "Além de construir os serviços primários para o pessoal directamente ligado à construção, são realizados, quase como que se tratasse de uma indemnização à Cidade, um conjunto de infra-estruturas para toda a comunidade.

A limitação temporal e as pressões da Câmara Municipal justificam a realização de um conjunto de projectos fora do grupo de arquitectos da empresa HED, como a pousada e o hospital". (AAVV, *Moderno Escondido. Arquitectura das Centrais Hidroeléctricas do Douro 1953-1964*, op. cit., p.125).



Pousada de Sta. Clara



Pousada do Vale do Gaio

nova lógica de organização espacial, sem alterar, significativamente, a imagem da estrutura original. Desenhada num estilo “orgânico-rústico”⁴⁶ inspirado na ideia de “cabana na montanha”, contrapõe à irregularidade do granito a “temperatura” mais amena da madeira, num jogo que estabelece uma relação natural com o sítio e que seria explorado de forma mais depurada no projecto de adaptação, à semelhança da Pousada de S. Jerónimo (1962), no Caramulo.

Momento singular, ao chegar somos levados a transpôr um pequeno coberto por baixo do corpo da entrada, espaço de fronteira que anuncia o pátio da pousada, no qual se volta a ter a presença do rio e da barragem. Definindo um L⁴⁷, os dois volumes que formam o edifício, e contêm este espaço, complementam-se. O primeiro, mais baixo, com a entrada, no rés-do-chão, e, provavelmente, a habitação do concessionário, no piso superior, e o segundo, com três pisos, onde se concentram os espaços principais da pousada: salas de estar e jantar, associadas à recepção e à cozinha, e dois pisos de quartos (num total de dez). Por baixo deste corpo, ainda a cave, onde se resolvem os restantes espaços de serviço e dormitórios dos empregados, associados a um segundo pátio, mais informal, que aproveita o declive do terreno.

No interior, a sala de estar passa a ser o centro das atenções. Espaço com pé-direito duplo, sobre o qual se debruça o primeiro piso de quartos, e que oferece um olhar panorâmico sobre o rio, através de um amplo envidraçado que se prolonga para a sala de jantar, propõe um ambiente dinâmico mas acolhedor, na expressividade das asnas de madeira da cobertura e na força do granito da lareira.

As duas últimas **pousadas** deste grupo seriam da autoria de Raul Chorão Ramalho, a primeira, a partir do “projecto de residências para os engenheiros e para o escritório da obra da Barragem do Rio Mira”, onde, após a conclusão da barragem, “foram abertos dois vãos de

notas

⁴⁶ FERNANDES, José Manuel, op. cit., p.168.

⁴⁷ Esquema que reporta à pousada de Elvas, de Jacobetty Rosa, onde se definem duas frentes de diálogo com o exterior: a mais contida para o centro e a outra, com um carácter mais representativo, aberta à paisagem. Mas se, na Caniçada, o corpo principal da pousada segue esta ideia, o volume da entrada privilegia claramente a relação com o pátio, gesto que inverte esta leitura e lhe confere uma certa ambiguidade.

porta, um em cada andar, e o edifício passou a funcionar como pousada”⁴⁸, e, a segunda, projecto de ampliação e remodelação de um abrigo de caçadores, junto à Barragem do Vale do Gaio, ao qual seria adicionado um novo corpo, com os quartos (seis) e a sala de estar, optando-se por diferenciar, na própria intervenção, este núcleo da zona de serviços e sala de jantar, resolvidos na construção já existente. Propostas que revelam uma outra segurança na qualidade da ideia-espaço que as suporta, testemunham a atenção a uma cultura tradicional local sem deixar de afirmar a sua incontornável modernidade.

Em Sta. Clara, projecto de 1961, Chorão Ramalho trabalha sobre o tema *wrightiano* da “planta em malha hexagonal”⁴⁹, num esquema dinâmico e equilibrado, onde o módulo dos quartos, agrupados três a três (no piso superior), define a escala do edifício. Num jogo de simetria, que se centra na entrada, inverte-se a distribuição dos espaços, explorando, assim, as duas frentes do edifício, alternância que dá ritmo aos alçados, no confronto entre planos cheios e vazios. Por baixo dos quartos, as salas de estar e jantar seguem o mesmo princípio, criando diferentes relações com a plataforma desenhada.

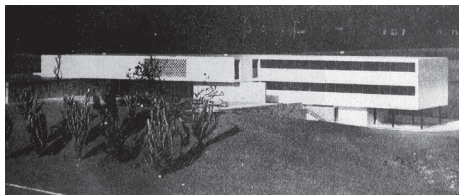
Na Pousada de Vale do Gaio ponderam-se outras preocupações ou, mesmo, valores: os de uma ética profissional, que recusa qualquer tipo de mimetismo fácil com as pré-existências e que revela “o conhecimento das técnicas e dos materiais, buscando com rigor os mais adequados para cada obra”⁵⁰. Sinal da cumplicidade conseguida entre a estrutura existente e o novo corpo da pousada, a unidade e coerência do conjunto sobrepõem-se a qualquer tipo de afirmação estilística. Assim, numa relação que se valoriza mutuamente, conjuga a expressão “tradicionalista” do antigo abrigo, no desenho do telhado e densidade do tijolo, com a composição de sentido mais purista da ampliação, que confere uma forte horizontalidade ao edifício e onde, mais uma vez, se explora o contraste entre planos cheios e vazios.

notas

⁴⁸ Raúl Chorão Ramalho, *Arquitecto*, Almada, Casa da Cerca/Câmara Municipal de Almada, Maio-Julho 1997, p.115.

⁴⁹ FERNANDES, José Manuel, op. cit., ibidem.

⁵⁰ PEREIRA, Nuno Teotónio, “Chorão Ramalho: a Obra e a Pessoa”, *Raúl Chorão Ramalho, Arquitecto*, op. cit., p.40.



Pousada da Nazaré (maqueta)

78

A "Série Beira-Mar", incluída na primeira fase do Plano Geral de Novas **Pousadas** aprovado pelo Governo, dava um novo sentido ao principal itinerário de ligação entre o Norte e o Sul, complementando a rede já existente com quatro novos pontos de comprovado interesse turístico: a Ria de Aveiro, o Sítio da Nazaré, o Portinho da Arrábida e o Promontório de Sagres. Distribuídas equidistantemente ao longo da Costa Atlântica, a partir de Aveiro até Sagres, trabalhavam, em paralelo com as **pousadas** do Serém, de Alfeizerão, de Santiago do Cacém e de S. Brás de Alportel, um percurso multifacetado pelo litoral português.

A grande impulsionadora da concretização desta ideia seria a Pousada do Infante, em Sagres. Integrada no programa de celebrações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique⁵¹, festividades que pretendiam reafirmar, no mapa de uma nova ordem territorial⁵², a legitimidade do domínio colonial português, esta pousada assumia um especial significado para o Regime.

A própria escolha dos arquitectos seria indício desse destaque. Enquanto que para os restantes ante-projectos se arrisca a encomenda à jovem geração renovadora, em Sagres, o MOP procura garantir o controlo de todo o processo convidando um seu já

notas

⁵¹ Programa que compreendeu intervenções nos principais imóveis existentes entre Lagos e o Cabo de S. Vicente, entre eles as muralhas de Lagos (Boletim da DGEMN N.º 104, Junho de 1961), as ermidas de Sto. António de Budens e de Nossa Senhora de Guadalupe (Boletim da DGEMN N.º 82, Dezembro de 1955), e a Igreja Matriz da Vila do Bispo (Boletim da DGEMN N.º 107, Março de 1962). Em Sagres, restauram-se o forte do cabo de S. Vicente e a fortaleza do promontório de Sagres (Boletim da DGEMN N.º 100, Junho de 1960) e adapta-se a fortaleza do Beliche a Casa de Chá. (cf. NETO, Maria João B., "A Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e a Intervenção no Património Arquitectónico em Portugal", in *Caminhos do Património*, Lisboa, Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e Livros Horizonte, 1999, p.36-37).

⁵² Não nos podemos esquecer de que a década de 1950 é marcada pelo despoletar de ideais anticolonialistas na Europa, que iriam alimentar todo o processo de descolonização das grandes potências europeias. Para Portugal e Oliveira Salazar, os problemas surgem após a independência da Índia, com a União Indiana a reclamar a integração, na sua soberania, de Goa, Damão e Diu. Face à intransigência do Governo de Lisboa, estas possessões portuguesas são anexadas, pela força, em finais de 1961. É também em Fevereiro desse ano, que tem início a guerra colonial em África, conflito que se iria desenvolver, quase em simultâneo, em três frentes distintas: Angola (1961), Guiné (1963) e Moçambique (1964). Começava-se a desenhar, então, o lento fim do Estado Novo.

antigo colaborador.

Seria precisamente neste campo de oportunidades concedidas aos "mais novos" que começam a surgir os primeiros problemas na concretização desta Série e do próprio plano da DGEMN.

Fiel aos códigos de modernidade que moldaram a sua formação⁵³, Ruy d'Althouguia apresenta, para a Nazaré, um projecto na linha do mais rigoroso racionalismo, implantando audaciosamente, no alto da escarpa, um volume vincadamente horizontal, onde ressalta a extrema pureza e regularidade de toda a composição. Embora defendida pela DGEMN, esta proposta viria a ser inviabilizada pelo SNI, em parecer vinculativo, de 16 de Julho de 1956, sob o pretexto de que não respeitava o Decreto-Lei N.º 31:259, cujo art.º 2.º definia que as **pousadas** deviam "pelo seu estilo e côr local, integrar-se tanto quanto possível no pitoresco das regiões". Apesar da abertura propagandeada pelo Regime, confirmavam-se, assim, as dificuldades político-culturais com que se debatia, ainda, a classe.

notas

⁵³ Licenciado, em 1948, pela ESBAP, este arquitecto seria um dos mais convictos seguidores dos princípios do movimento moderno, construindo um percurso exemplar no seio da geração dos "funcionalistas". A sua obra destaca-se pela radical pureza das formas que trabalha, numa simplicidade que atinge uma racionalidade extrema na maneira como são articulados os programas. Volumes marcadamente horizontais são rasgados por muros-lâmina de grande expressão plástica, que enfatizam as relações entre o interior e o exterior através de planos de vidro que desmaterializam estes limites.

Esta síntese seria explorada ao máximo na Casa Sande e Castro (1956), em Cascais, onde a referência às casas pátio de Mies é evidente. Mas a grande qualidade da abordagem de Althouguia confirma-se nos projectos que realiza para Lisboa, como o "Bairro das Estacas" (1949/1955), em parceria com Formosinho Sanchez, as escolas do Bairro de S. Miguel (1949/1953) e Teixeira Pascoaes (1956/1960), o Liceu de Padre António Vieira (1959) e a Sede e Museu da Fundação Calouste Gulbenkian (1959/1969), formando equipa com Alberto Pessoa e Pedro Cid.

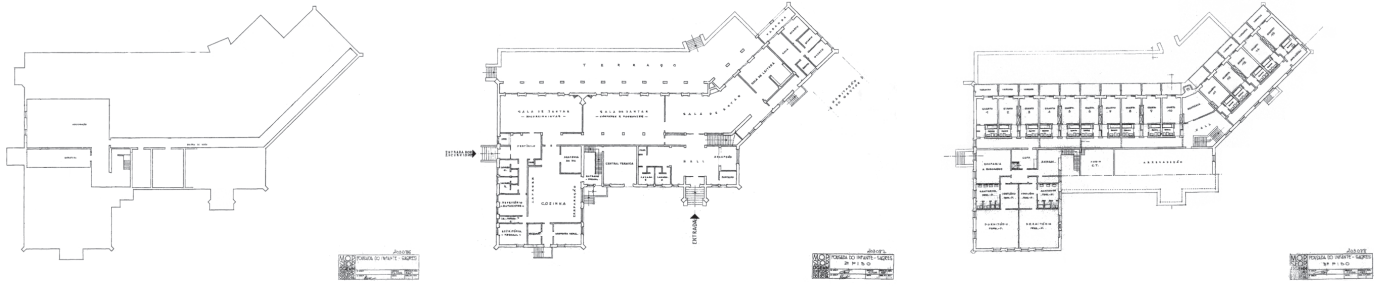
Obra maior, e Prémio Valmor de 1975 (em ex aequo com a Igreja do Sagrado Coração de Jesus), este projecto seria resultado de um concurso limitado, para o qual são convidadas também as equipas de Arnaldo Araújo, Frederico George e Manuel Laginha e de Arménio Losa, Formosinho Sanchez e Pádua Ramos. Programa inovador em Lisboa, a Fundação representa a procura de uma nova monumentalidade, conseguida numa solução simultaneamente sóbria e afirmativa, que atinge a maior funcionalidade, na lógica de organização dos espaços, e expressividade, na afirmação da estrutura do edifício e manuseamento dos materiais, dialogando serenamente tanto com a envolvente urbana como com o Parque em que se insere.

(cf. AAVV, *Portugal Arquitectura do Século XX*, Lisboa, Portugal-Frankfurt 97, 1997, p.242, 333).

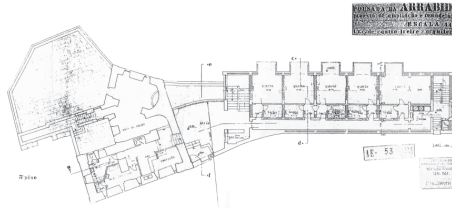
Pousada da Rio



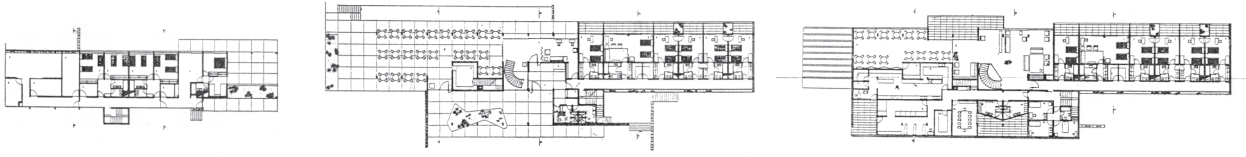
Pousada do Infante



Pousada da Arrábida



Pousada da Nazaré





80

No ano seguinte, a revista *Arquitectura* aproveitava este projecto para dar início, no seu número duplo de Janeiro/ Fevereiro, a um conjunto de artigos dedicado a este tipo de equipamentos, onde é notório o crescente tom de militância com que se defende uma inevitável actualização da "política arquitectónica das **pousadas**".

Por outros motivos, também a pousada do Portinho da Arrábida ficaria pelo ante-projecto. De facto, a proposta de ampliação e remodelação da Estalagem Gama, na Fortaleza de Santa Maria, realizada por Leonardo Castro Freire, em 1955, e aprovada pelos Serviços Técnicos do SNI, a 18 de Março de 1958, acabaria por ser invalidada na medida em que se verifica a inexistência de abastecimento público de água e luz na Arrábida⁵⁴.

Ainda que amputada a *Série*, a DGEMN decide avançar com a ideia, agora já sem o significado inicial, porque reduzida a Sagres e Aveiro.

Inauguradas em 1960, ano do Centenário, estas duas **pousadas** reflectem, necessariamente, os diferentes sentidos que estiveram associados à sua encomenda. Respondendo a imposições estilísticas determinadas pela encomenda oficial, Jorge Segurado desenvolve o projecto de Sagres dentro de um "português suave" algo anacrónico, trabalhando o volume compacto da pousada numa profusão de chaminés algarvias, em decorativos contrafortes a marcar os cunhais ou numa extensa arcaria, que anima o alçado voltado para o mar. Tudo isto uniformizado, sob a densa cobertura, pelo branco da cal e pela marcação de um pequeno embasamento de pedra, que tenta fixar o edifício na amplitude do promontório.

Outra liberdade teria a proposta de Alberto Cruz para a Pousada da Ria, em Aveiro. Num cenário mais confido e

sem a carga simbólica de Sagres, o edifício parece nascer da própria água, agarrando-se ao limite da margem para se lançar sobre a extensão do braço de Ria e reflectir-se na sua superfície⁵⁵. Dois corpos perpendiculares procuram o equilíbrio entre si, como se um ancorasse o outro à terra, determinando lógicas de utilização distintas e organizando os diferentes volumes em que se decompõe o conjunto. Também aqui, é utilizada a pedra para resolver o contacto com o terreno, mas, ao contrário de Sagres, encontra outra expressividade na forma como, simultaneamente, agarra e solta o edifício do chão. A reforçar esta ideia de "leveza" e sugerindo algumas afinidades com as construções tradicionais da Costa Nova, são introduzidos diversos elementos em madeira na composição dos alçados.

Longe da filosofia inicial das **pousadas**, os edifícios ganham agora maior complexidade com a extensão dos programas desenvolvidos, quinze quartos em Sagres e dez em Aveiro (todos eles com casa-de-banho privativa), propondo, em paralelo, novos conceitos de estar, como salas de leitura (Sagres) e de escrita (Aveiro), bar (Aveiro) ou mesmo espaços destinados exclusivamente a excursionistas.

Procurando a sua forma entre a mais favorável orientação solar e os panoramas paisagísticos em que se inserem, ambas trabalham sobre esquemas de distribuição muito claros, que privilegiam as zonas reservadas aos clientes, voltando-as a Nascente/Sul. Em Sagres, Jorge Segurado articula três corpos contínuos com orientações diferentes a partir de uma espinha dorsal, o corredor, que separa os espaços de serviço das zonas de estar e dos quartos de hóspedes, no piso superior, definindo duas frentes de diálogo com a envolvente: a primeira, mais fechada e onde se marcam as entradas, com a estrada de acesso à pousada e, a segunda, francamente aberta para o exterior através de uma galeria, que percorre toda esta frente e se volta para um amplo terraço, ou da varanda contínua, que, em cima, complementa e amplia os

notas

⁵⁴ Este mesmo projecto seria recuperado pelo Plano Nacional de **Pousadas** de Turismo de 1989-1992, no qual se faz também referência, como proposta de primeira prioridade do Plano de 1980, à ideia de se construir uma pousada no Sítio da Nazaré. Até hoje, nenhuma delas chegou a ser concretizada.

Ainda que integrado na "Série Beira-Mar", o projecto para a Fortaleza do Portinho da Arrábida deve ser lido, pelo carácter da intervenção, em paralelo com as **pousadas** do Castelo (1951), em Óbidos, e do Forte de S. João Baptista (1953), na Berlenga, experiências que ganham outro sentido durante as décadas de sessenta e setenta, e que, por isso, abordaremos noutra capitulação.

notas

⁵⁵ Gesto que tem outra dimensão na proposta de Athougia para a Nazaré, que implanta audaciosamente o edifício no alto da escarpa que aí se abre, criando uma tensão muito forte entre o bloco radicalmente purista da pousada e a carga telúrica do sítio, num confronto que nos transporta para o espírito das intervenções das hidroeléctricas do Douro.

quartos.

Os serviços, com entradas independentes e utilizações próprias, são distribuídos pelos três núcleos, definindo a zona de cozinha, com ligação à cave (garrafeira e arrumos) e ao piso superior (dormitórios dos criados), o átrio da pousada, com acesso directo às salas de jantar e de estar e ao piso dos quartos, e a habitação do gestor, com três quartos, sala e uma casa-de-banho. Solto do edifício principal, e próximo do corpo da cozinha, desenha-se o volume das garagens, numa repetição um pouco despropositada do tema dos arcos trabalhado na galeria.

Na Ria, o corpo principal, paralelo à água, marca, num primeiro momento, a chegada à pousada para, logo a seguir, voltar, como em Sagres, todos os espaços comuns e quartos de hóspedes a Nascente/Sul, lançando diversas varandas e terraços sobre a água. Mais recuado surge o corpo dos serviços, que se desenvolve também em dois pisos e se prolonga para dentro do primeiro, definindo, junto à Sala de Jantar, a cozinha e, no piso dos quartos, a habitação do concessionário e os dormitórios dos criados e motoristas, por cima do coberto e da garagem. Continuando a frente voltada para a Ria, e em comunicação com estes espaços de trabalho, são ainda criadas zonas de lavandaria e arrumos, num volume mais baixo.

À racionalidade da matriz que organiza o programa, Alberto Cruz sobrepõe espaços de uma grande fluidez e sensibilidade, jogando com diferentes cotas e com os materiais para criar ambientes plurais e acolhedores. Esse investimento é maior no átrio, onde, logo a seguir ao pequeno vestíbulo, se abre um pé-direito duplo articulado em planos distintos e animado por um espelho de água, que se prolonga para um pátio interior, através de um amplo envidraçado, e sobre o qual se lança uma "passerelle" que conduz, a partir de uma varanda sobre o átrio, para os diversos espaços comuns da pousada e, a seguir, para a zona mais reservada dos quartos, distribuída por dois volumes. O pátio centraliza todo o conjunto, enfatizando a intersecção dos dois corpos e assumindo uma presença importante na distribuição dos espaços da pousada e, em especial, para a sala de jantar, à qual oferece uma alternativa interessante à varanda sobre a Ria.

A esta vivência mais táctil da Pousada da Ria, a

Pousada do Infante contrapunha todo o sentido histórico-celebrativo que lhe estava associado, e que ainda hoje se sente, apostando numa decoração de forte carga iconográfica, referenciada na figura do Navegador e nos Descobrimientos Marítimos. Desta forma, assumia uma certa autonomia neste Plano, no sentido em que representa um recuo evidente à natureza ideológica das primeiras **pousadas**.

Neste contexto, a Pousada da Ria insere-se claramente numa nova abordagem metodológica, aberta "à mais correcta utilização dos materiais tradicionais, em clara e orgânica integração com a linguagem da arquitectura moderna, do betão aparente, dos amplos espaços rectilíneos em consola e dos generosos envidraçados sobre a paisagem. Reixas de madeira verdes, texturas em pedra rugosa e floreiras embutidas eram assim enquadradas de modo mais arejado em conjuntos arquitectónicos que redescobriam com mais transparência e leveza o diálogo com a paisagem rural circundante"⁵⁶.

Na realidade, esta pousada seria encomendada em simultâneo com as de Castelo Branco, Vilar Formoso, Valença do Minho, Oliveira do Hospital e Bragança⁵⁷.

notas

⁵⁶ Não podemos deixar de considerar que a avaliação feita pelo arquitecto José Manuel Fernandes, em "**Pousadas** de Portugal. Obras de Raiz e em Monumentos", que define esta pousada como "híbrida", porque "hesitante entre a opção moderna e a tradicional, ou apresentando menos qualidade", é algo desajustada. Pelas suas próprias palavras, este projecto enquadra-se perfeitamente no esforço de renovação despoletado pelo Inquérito à Arquitectura Popular Portuguesa, que iria ter alguns dos seus mais notáveis reflexos nas **Pousadas**.

Naturalmente, não temos a pretensão de comparar esta pousada com as propostas de José Carlos Loureiro, João Andresen ou Manuel Tainha, mas, sem dúvida, que esta obra apresenta um "conteúdo programático" actual e "irreductível à noção de pousada" até então corrente e uma "adesão não folclorista mas criativa ao meio", encontrando sentido "na recusa de um simplismo espacial em favor de uma maior consideração da multiplicidade ou da complexidade (...), em que o homem pela sua vontade é sujeito motor de um espaço que lhe oferece toda uma gama de possibilidades ambientais", qualidades que se viriam a confirmar na Pousada de S. Jerónimo (1962), no Caramulo, projecto de adaptação trabalhado pelo mesmo autor. (cf. FERNANDES, José Manuel, op. cit., p. 159-177; cit. "Quatro Novas Pousadas", Arquitectura, Lisboa, 3.ª série, n.º 62, Setembro 1958, p.5).

⁵⁷ Segundo indicações do Arquitecto José Carlos Loureiro, com quem tivemos a oportunidade de conversar sobre o seu projecto para a Pousada de S. Bartolomeu, em Bragança.

Este outro grupo traduz inequivocamente o momento de reflexão que se vive no seio dos próprios arquitectos, anunciando todo “um processo de procura de referências locais, de contextualização que daria lugar a explorações organicistas e regionalistas críticas”⁵⁸. Mas, seria também sinal do clima de resistência ideológica ao Regime, que, apesar de sugerir uma maior permeabilidade, continuava a levantar obstáculos a uma inovação de linguagem que rompesse com os critérios do estilo oficial. De facto, só três destas **pousadas** seriam construídas, das quais, duas já muito tardiamente ou com profundas alterações às propostas iniciais.

Mais uma vez, a revista *Arquitectura* dava conta desta situação, arquivando “a 1.ª documentação destas obras, indícios de evolução para uma unidade”, em “Quatro Novas **Pousadas**”, artigo publicado no N.º 62, de Setembro de 1958, onde se apresentam as propostas de Manuel Tainha, para Oliveira do Hospital, de João Andresen, para Valença do Minho, de Francisco Blasco, para a Portela da Gardunha, e de Nuno Teotónio Pereira, para Vilar Formoso. Só cinco anos mais tarde, no N.º 78, de Maio de 1963, “cumpre-se (...) a oportunidade de documentar a primeira pousada de espírito actual que se acaba no País”⁵⁹, com a apresentação da Pousada de Bragança, de José Carlos Loureiro, a única a avançar dentro do prazo inicialmente previsto⁶⁰. O texto de introdução, aos quatro projectos apreciados naquele artigo, deixa subentender a crítica às indecisões da encomenda oficial:

“(…) Circunstâncias complexas têm impedido que os edifícios que lhes deverão corresponder sejam já uma realidade, (...) E, no entanto, estes quatro projectos representam um notável esforço, testemunham os primeiros indícios da concretização de uma etapa decisiva na evolução da arquitectura portuguesa. Precisamente por isso, em nossa opinião, estes trabalhos não deverão merecer hesitações na sua prossecução, porque eles patenteiam uma atitude realista de responder activamente à vida do País, cada um em sua situação e exigências próprias. Com efeito, tomados em conjunto estes quatro projectos revelam à evidência uma unidade de atitude do artista perante os problemas da obra-unidade, não apenas metodológica, o que já seria um facto relevante, mas que pode ser encontrada nas próprias propostas espaciais que cada projecto contém.”

Para continuar justificando:

“(…) o volume e a complexidade dos novos programas implicavam a atribuição de um também novo carácter, mais adequado a uma moderna concepção do turismo público. (...) Projectados para regiões e ambientes paisagísticos muito diferentes, cremos que em qualquer destes projectos é bem manifesta a procura de uma integração não passiva mas activa no ambiente pré-existente, quer do ponto de vista interno (na procura de ângulos panorâmicos mais ricos, na distribuição e tratamento das diferentes zonas, etc.), quer de um ponto de vista externo (no agrupamento dos volumes e espaços, no emprego de técnicas já historicamente experimentadas, nas relações da obra com o meio que se reflecte nela pela orografia, o clima ou a geografia humana).”

Os projectos seriam apresentados pelos seus autores, em breves comentários que salientam as intenções de cada uma das propostas, da escolha do sítio e do “contexto funcional e prático do tema”⁶¹ à integração local dos edifícios pela “utilização de materiais e técnicas indígenas”. Neste sentido, ultrapassam a mera

notas

⁵⁸ TOSTÕES, Ana, “Monumentalidade, Obras Públicas e Afirmação da Arquitectura do Movimento Moderno: o Protagonismo da DGEMN na Construção dos Grandes Equipamentos Nacionais”, in *Caminhos do Património*, Lisboa, Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e Livros Horizonte, 1999, p. 145.

⁵⁹ LOUREIRO, José Carlos, “Pousada em Bragança”, *Arquitectura*, Lisboa, 3.ª série, n.º 78, Maio 1963, p.13.

⁶⁰ Em conversa com o Arquitecto José Carlos Loureiro apurámos que, embora defendidas pelo Eng.º Arantes e Oliveira, estas propostas seriam contestadas pelo próprio Oliveira Salazar, sendo a de Bragança a única a avançar na altura porque já havia sido lançada a concurso a construção da pousada, entendendo-se, então, que era demasiado tarde para interromper o processo.

Precisamente porque se encontrava em construção, esta pousada só seria publicada pela revista *Arquitectura* depois das restantes propostas do grupo.

notas

⁶¹ TAINHA, Manuel, “Projecto de uma pousada para Oliveira do Hospital”, *Arquitectura*, Lisboa, 3.ª série, n.º 62, Setembro 1958, p.7-10.

descrição para propor, a partir de “valores de experiência”, os fundamentos de uma nova abordagem e adquirir uma intensa carga pedagógica. Discute-se, acima de tudo, o conceito, então corrente, de pousada regional, entendido agora mais em termos de escala e intimidade do ambiente, do que com base num “tacanho e adulterado regionalismo”⁶².

Tomando “a paisagem não como um fim em si mesmo, mas como elemento de valorização do espaço interno”⁶³, contrapõem-se espaços de grande amplitude visual, “compatíveis com a leitura discursiva da paisagem”, a outros de maior envolvimento e recolhimento, criando pátios ou pequenos jardins que proporcionam um diferente contacto com o exterior e outro “enriquecimento psicológico e ambiental” aos edifícios. Desta forma, procura-se um equilíbrio entre as solicitações do contexto paisagístico, a melhor exposição solar e a solução funcional do programa, “articulad(a) com a necessária largueza e complexidade” de um edifício de utilidade pública “embora conservando todo o carácter do conforto e da escala humana”⁶⁴.

Ao imperativo de que “as construções deveriam casar-se intimamente com a paisagem e aparentarem-se com a arquitectura da região”⁶⁵, João Andresen sublinha, que “é preciso meditar sobre este assunto com franqueza. Estas coisas não se encomendam. Estas coisas acontecem. (...) o tradicionalismo não é uma coisa estática, pelo contrário, é dinâmica, é metamorfose”⁶⁶, e Manuel Tainha esclarece, que “o grau de integração local de um edifício não se mede pela quantidade de aplicação dos materiais que ele nos fornece, mas sim pela utilização dos valores arquitecturais que as suas técnicas de emprego comportam e consagram no curso histórico”⁶⁷.

Procurou-se, assim, que o “aspecto plástico da(s) obra(s), conseguido (...) de acordo com os princípios de uma arquitectura dos nossos dias, se integrasse não só no local como também nas características das construções”⁶⁸ da região, conciliando o emprego de materiais e processos de construção vernaculares com uma expressão de contornos actuais, para a qual participava, ainda, a integração de “algumas obras representativas da arte portuguesa contemporânea”⁶⁹.

Com outra postura perante o território, à “noção exclusiva de edifício”⁷⁰ sobrepunha-se, agora, a “noção mais complexa de sítio”, alargando-se o sentido das intervenções a uma “visão cinemática e envolvente”, que, para além do sistema de tensões definido no espaço imediato ao edifício, permitisse a leitura integral e progressiva do conjunto, enquanto prolongamento do contexto exterior.

Longe da “orientação geral” até então esboçada para as **pousadas**, estes estudos seriam recusados pela “rigidez e o formalismo das soluções apresentadas”⁷¹, e apesar da convicção com que defendem as suas ideias, os arquitectos seriam elucidados sobre a “correcta interpretação dos desígnios da administração”⁷².

Dos quatro projectos apresentados, apenas dois teriam seguimento, Valença e Oliveira do Hospital, tendo sido necessária, em ambos, a realização de três ante-projectos para que, com os naturais atrasos que todo este processo implicaria, fossem finalmente aprovados. Se a primeira destas **pousadas** era inaugurada em Julho de 1963, só quase uma década depois, em Junho de 1971, Manuel Tainha vê o seu projecto concretizado. Entretanto, a pousada de Bragança havia já sido concluída, logo em 1959. Sem consequências reais ficavam as **pousadas** da Portela da Gardunha⁷³ e de

notas

⁶² “Quatro Novas **Pousadas**”, *Arquitectura*, Lisboa, 3.ª série, n.º 62, Setembro 1958, p.5.

⁶³ TAÍNHA, Manuel, op. cit., p.7.

⁶⁴ “Quatro Novas **Pousadas**”, op. cit., ibidem.

⁶⁵ Parecer anexo ao despacho de 23/IX/1955, Ministério das Obras Públicas, Gabinete do Ministro, ass. Arantes e Oliveira.

(cf. TOSTÕES, Ana, “João Andresen e a herança moderna: a Pousada de São Teotónio”, in *Monumentos*, Lisboa, n.º 12, Março 2000, p.54).

⁶⁶ ANDRESEN, João, “Projecto de uma pousada para Valença do Minho”, *Arquitectura*, Lisboa, 3.ª série, n.º 62, Setembro 1958, p.11-16.

⁶⁷ TAÍNHA, Manuel, op. cit., ibidem.

notas

⁶⁸ BLASCO, Francisco, “Projecto de uma pousada entre Castelo Branco e Fundão”, *Arquitectura*, Lisboa, 3.ª série, n.º 62, Setembro 1958, p.17-19.

⁶⁹ PEREIRA, Nuno Teotónio, “Projecto de uma pousada para Vilar Formoso”, *Arquitectura*, Lisboa, 3.ª série, n.º 62, Setembro 1958, p.20-23.

⁷⁰ TAÍNHA, Manuel, op. cit., p.9.

⁷¹ Parecer de 23/IX/1955, op. cit..

⁷² Despacho de 23/IX/1955, Ministério das Obras Públicas, Gabinete do Ministro, ass. Arantes e Oliveira.

⁷³ Curiosamente, este mesmo projecto aparece na relação das novas **pousadas** a propor pelo Plano de 1989-1992. No entanto, e mais uma vez, não há quaisquer indícios da sua prossecução.



Pousada de S. Bartolomeu

84

Vilar Formoso, dos arquitectos Francisco Blasco e Nuno Teotónio Pereira.

No despontar de uma nova consciência crítica face à metodologia e aos critérios a seguir na “procura pós racionalista que se pretendia entrasse em conta com a tradição do espaço interno, da arquitectura espontânea, da crítica ao funcionalismo”⁷⁴, estes cinco projectos ficavam, na prática, ainda aquém da pertinência das intenções postuladas. E, se “um arquitecto só colhe verdadeiramente os frutos de uma experiência criadora depois de observar (criticando) o comportamento humano que provocou”⁷⁵, é também no confronto com as obras construídas que essa leitura tem maior significado.

Propostas de irreduzível qualidade, que propõem uma interpretação culta e sensível dos valores preexistentes, respondendo com extrema lucidez e rigor às questões de contexto e de integração no território, na procura da melhor relação entre a obra e o sítio, e valorizando o ambiente em que se inserem, não conseguem, no entanto, esconder o seu indiscutível carácter moderno, por mais que explorem conotações com a arquitectura espontânea local ou arquétipos da construção tradicional. O uso da pedra aparelhada, a larga aplicação da madeira e a cobertura em telha romana não diminuem a convicção da varanda de S. Bartolomeu, dos pilares em betão aparente de S. Teotónio ou das colunas ciclópicas de Sta. Bárbara. A acrescentar, ainda uma certa rigidez na articulação volumétrica dos edifícios, que contrasta com o notável dinamismo com que são trabalhados os interiores, numa sucessão fluida de espaços a que o jogo com diferentes pé-direitos ou pavimentos desnivelados e o cuidado dos detalhes construtivos dão um novo carácter.

Em Bragança, se houve “a preocupação de projectar uma construção de aspecto simples mas expressivo, sóbria mas bem proporcionada, sem sobreposição de elementos supérfluos e inúteis a um funcionamento perfeito, dentro dos princípios que afinal são seguidos nas construções mais genuínas da região de Trás-os-Montes, um pouco primitivas, um pouco rudes, mas honestas na sua singeleza”⁷⁶, “o uso de materiais de

construção tradicionais não parece suficiente para neutralizar e dar carácter local ao volume proposto; a cobertura de telha, as empenas de xisto, o desenho das grades, que se repete como elemento decorativo no interior (...), a existência de uma lareira de grandes dimensões como elemento dominante da zona de estar, não têm força bastante para se contraporem à expressão racionalista da varanda que se projecta sobre a paisagem ou aos volumes acusados junto da entrada; o edifício, se bem que implantado de acordo com a topografia do terreno, pela sua homogeneidade e rigidez, aparece demasiado isolado no espaço exterior e portanto com uma imagem de grande presença, inversamente ao que acontece nas construções locais, onde a articulação de numerosos corpos é rica de sugestões volumétricas e permite a apropriação desse mesmo espaço através de um complexo desenvolvimento orgânico”⁷⁷.

Paralelo às curvas de nível, o volume da pousada afirma-se como um bloco único de três pisos, do qual se destacam, no alçado da entrada, os acessos verticais, de hóspedes e serviço, que ligam ao piso dos quartos, e, voltada para a paisagem, a grande varanda da sala de jantar, de onde parte uma escada que propõe o contacto com o chão. Aproveitando a pendente do terreno, resolvem-se parte dos serviços e a zona de pessoal na cave, libertando o piso principal, ao nível do acesso automóvel, para os espaços comuns e cozinha. Ainda neste piso, situa-se um dos dez quartos previstos na primeira fase, concentrando-se os outros nove no segundo piso. Posteriormente, seriam acrescentados dois quartos a cada um deles.

Procurando conciliar a implantação do edifício, voltado a nordeste, com a vista sobre a Cidadela e o Castelo, “que por coincidência feliz se situam exactamente na direcção do Nascente”⁷⁸ os quartos vão buscar aquela orientação, procurando, assim, uma melhor exposição solar e vista panorâmica, ao mesmo tempo que introduzem um outro movimento à composição, em planta e alçado⁷⁹.

notas

⁷⁷ FERNANDEZ, Sérgio, op. cit., p105-106.

⁷⁸ LOUREIRO, op. cit., ibidem.

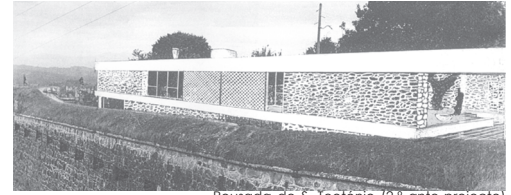
⁷⁹ Solução que, como vimos, Raúl Chorão Ramalho vai também trabalhar na Pousada de Santa Clara (1971), ainda que com uma outra dinâmica e subtilidade.

notas

⁷⁴ PORTAS, Nuno, op. cit., p.741.

⁷⁵ TAÍNHA, Manuel, op. cit., ibidem.

⁷⁶ LOUREIRO, José Carlos, op. cit., p.13.



Pousada de S. Teotónio (2.º ante-projecto)

Numa aproximação mais contextualizada, João Andresen e Manuel Tainha exploram, em sentidos inversos, soluções que conciliam princípios organicistas: o primeiro, na forma da pousada, definida entre “os tortuosos arruamentos que a confinam e a muralha da vila”⁸⁰, mas ainda com uma certa rigidez no tratamento dos volumes, e, o segundo, na articulação volumétrica e espacial do edifício, tentativa de amenizar a lógica extremamente racional da sua estrutura. “Na sua concretização serão usados, com algum mimetismo os materiais de construção da tradição local, o que não parece suficiente para que o seu espírito seja respeitado”⁸¹, mas cuja presença será exponenciada em composições de intenso valor plástico e ambientes de grande conforto. Integrada num programa de intervenções mais vasto, de qualificação do núcleo urbano e muralhas de Valença⁸², a pousada de Andresen “constitui-se como uma situação particular”⁸³ neste grupo e no contexto da própria encomenda pública. Pela primeira vez, “um arquitecto convictamente moderno” intervém num ambiente de forte carga histórica, questionando “com uma perturbante contemporaneidade” os tradicionais critérios de intervenção patrimonial. Com uma abordagem “comparável apenas à postura que Januário Godinho (...) afirmou no edifício da União Eléctrica Portuguesa, no Porto”⁸⁴, o segundo ante-

-projecto de Andresen para a pousada de Valença preconiza uma filosofia de intervenção que só encontraria lugar entre nós, algumas décadas depois, com o aprofundamento “de uma discussão informada sobre a história e a vivência do património”⁸⁵. Dialogando intimamente com a Fortaleza, o edifício proposto apoderava-se da própria muralha para uma “absoluta integração no ambiente da ruína preexistente”⁸⁶, contrapondo ao corpo dos espaços de recepção, de estar e zona de refeições, afirmado num bloco único de rés-do-chão, que se “fundia na horizontalidade da muralha” e se virava à paisagem, a zona dos quartos, trabalhada num piso inferior e discretamente inserida na espessura da muralha. Sem deixar de marcar a sua modernidade, o edifício procurava “tornar-se discreto pelo seu volume e proporção, como pelos materiais empregados, sem prejudicar as necessidades funcionais do programa”⁸⁷, resolvido, aliás, com demasiada rigidez para o tipo de “ambiente mais íntimo e acolhedor” que uma pousada devia ter. Esta solução seria, naturalmente, recusada e o seu autor aconselhado a “afastar definitivamente a ideia de fundir a Pousada com a Fortaleza (...) por se entender que seria inconvenientemente prejudicado o monumento nacional” e, ainda, “a desistir de qualquer nota de arquitectura actual”⁸⁸.

João Andresen parte, então, para uma abordagem mais consensual com os “critério(s) de elaboração dos projectos das **pousadas**”⁸⁹, demarcando o edifício do monumento e buscando inspiração no “estilo próprio” da arquitectura minhoto espontânea e no “ambiente local criado pela existência da muralha”⁹⁰, “que impressiona pela força que parece emanar”. A pousada de S. Teotónio surge, assim, do compromisso entre uma expressão mais “autêntica”, porque fundada nos valores da “sabedoria e intuição popular”, e “uma metodologia mais orgânica na forma”⁹¹, “articulando basicamente três tramos abertos a 180º”, que definem

notas

⁸⁰ Idem, p.148.

⁸¹ Idem, *ibidem*.

⁸² Programa lançado, em 1936, pela DGEMN e que seria criteriosamente compilado no *Boletim Monumentos*, n.º 115, de 1964. Os últimos trabalhos, de manutenção, seriam concluídos só em 1989.

(cf. COSTA, Augusto, SILVA, Paula Araújo da, “Intervenções da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais”, in *Monumentos*, Lisboa, n.º 12, Março 2000, p.59-63).

⁸³ TOSTÕES, Ana, op. cit., *ibidem*.

⁸⁴ Idem, *ibidem*.

Januário Godinho, com quem, aliás, João Andresen trabalhou, aborda neste projecto questões de inserção de obra nova “num contexto urbano fortemente caracterizado”, em especial a “ligação formal e orgânica a um edifício pré-existente”. Sem mimetismos, a solução apresentada procura afinidades, na sua modulação e materiais, com a “composição das fachadas portuguesas”, resolvendo o “encosto” ao edifício existente a partir de “um elemento plasticamente neutro”, que faz a transição de linguagem de um edifício para o outro.

Embora sem as fortes condicionantes de contexto presentes nestes dois projectos, Raúl Chorão Ramalho adoptaria, como vimos, o mesmo partido na Pousada de Vale do Gaião (1977), distinguindo formalmente o novo corpo dos quartos do volume em tijolo já existente.

(cf. FERNANDEZ, Sérgio, op. cit., p.119-120).

notas

⁸⁵ TOSTÕES, Ana, op. cit., p.56.

⁸⁶ Idem, p.55.

⁸⁷ ANDRESEN, João, op. cit., p.11.

⁸⁸ TOSTÕES, Ana, op. cit., p.56.

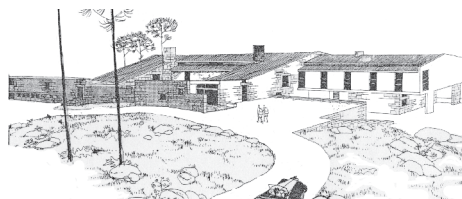
⁸⁹ ANDRESEN, João, op. cit., p.13.

⁹⁰ Idem, p.14.

⁹¹ TOSTÕES, Ana, op. cit., *ibidem*.



Pousada de S. Teotónio



Pousada de Sta. Bárbara

86

um pequeno jardim privativo, debruçado sobre a paisagem, e voltam as "costas" para a vila. Para aquele espaço dispõem-se todas as zonas comuns da pousada e, no piso superior, dez dos doze quartos previstos, num diálogo franco e transparente com o exterior, relegando os espaços de serviço para a frente urbana.

Com grande dinamismo, Andresen solta os extremos do edifício do chão, através de uma expressiva estrutura de betão armado, aparente, que grita a sua vitalidade. "Para cima, é tudo granito, pedras rectangulares, a pica grosso, dispostas como nas mais belas construções minhotas de carácter popular. Grandes vãos formando alpendres e pequenas janelas. Um telhado sóbrio e honesto. Uma chaminé caiada de branco"⁹².

Para Oliveira do Hospital, Manuel Tainha propõe uma abordagem mais "sensorial", construindo um percurso de tensões, que, desde a aproximação à pousada ao seu interior, explora as fronteiras entre "binários"⁹³ como dentro/fora, recolhimento/extroversão ou luz/sombra. Neste movimento de permanente descoberta, são criadas situações de grande riqueza espacial, numa sequência de momentos que permite diferentes perspectivas sobre os espaços.

Primeiro, a "visão cinematográfica e envolvente" da pousada, acentuada pela curvatura da estrada de acesso, que nos vai introduzindo no sítio e ao próprio edifício, sem, no entanto, o revelar; depois, ultrapassado o alpendre e já no ambiente mais contido do átrio, onde Tainha trabalha o contraste entre a pedra e a madeira e inclina a cobertura no sentido de refrear o andamento, o nosso olhar é devolvido ao exterior ao encontro do pátio, centro de toda a composição e "enredo arquitectónico tendente a tornar mais expressiva a presença ilimitada e agressiva da natureza circundante"⁹⁴, que mais à frente nos é oferecida abertamente.

notas

⁹² ANDRESEN, João, op. cit., p.15.

⁹³ Em 1958, um ano depois da remodelação da revista *Arquitectura*, Manuel Tainha lança a *Binário*, mais um periódico dedicado à disciplina. Sinal da vitalidade crítica da nova geração e do intenso debate despoletado no final da década de 1950, teria, no entanto, um curto período de vida, acabando por desaparecer em 1962. Por seu lado, a revista *Arquitectura* continuaria a acompanhar o desenvolvimento do panorama arquitectónico, português e internacional, até 1974.

⁹⁴ TAINHA, Manuel, op. cit., p.7.

Momento de pausa, no confronto entre a vista do pátio e, ao fundo, sobre a paisagem, com todo o contraste lumínico que esta relação proporciona, é também o ponto em que o espaço se alarga, incentivando-nos a continuar. Para cima, acompanhando de novo a inclinação da cobertura, agora lançada no sentido inverso (cobertura borboleta), percebemos o piso dos quartos, animado por uma pequena varanda sobre a entrada e outra, exterior, para o pátio, enquanto que a zona de estar se desenvolve a uma cota inferior, articulando dois espaços distintos, mas contínuos: o primeiro, mais recolhido e encerrado, relacionando-se com o ambiente intimista do bar, à cota da entrada, e, o segundo, claramente voltado para a paisagem, através de um amplo envidraçado que corre toda esta frente, prolongando-se para uma varanda exterior, onde se revela a presença escultórica das colossais colunas de pedra lameliforme⁹⁵ a suportar o balanço

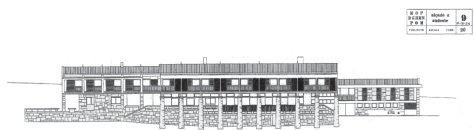
notas

⁹⁵ Imagem de força desta pousada, denuncia uma colagem pontual ao projecto para o Albergue "Pirovano" (1949/1950), na Cervínia, do italiano Franco Albini e a provável colaboração de José Pacheco no projecto de Oliveira do Hospital. Arquitecto da geração dos nascidos em 1940, conhece Albini por intermédio de Keil do Amaral, quando do concurso para a Sede da Fundação Calouste Gulbenkian, em Lisboa.

"Responsável pela criação e renovação dos mais recentes espaços museográficos italianos", de que se destaca o Museu do Tesouro de S. Lourenço (1954/1956), em Génova, Albini é convidado a fazer parte da equipa de consultores permanentes designados pela Fundação, a par com Sir Leslie Martin, autor do Royal Festival Hall de Londres (1949/1951), e, enquanto representantes nacionais, Keil do Amaral e Carlos Ramos. Seria através da própria Fundação que Pacheco consegue, no início da década de 1960, uma bolsa para estagiar com Franco Albini em Itália, após o qual viria a trabalhar no atelier de Manuel Tainha, onde teria, sem dúvida, influenciado o projecto para a Pousada de Sta. Bárbara. (Aproveitamos aqui para fazer referência, no campo da encomenda privada, à Pousada do Abrido da Serra (1960), em Monchique, de José Veloso, com quem José Pacheco viria também a trabalhar, em Lagos. Pequeno "Abrigo da Montanha", insere-se no contexto da procura mais organicista de Tainha e Andresen).

(cit. TOSTÕES, Ana, *Os Verdes Anos na Arquitectura Portuguesa dos Anos 50*, op. cit., p.188).





Pousada de Sta. Bárbara

do piso dos quartos, que o autor utiliza para criar um elemento de sombra e dar profundidade ao alçado. Na transição entre os dois espaços de estar e perpendicular a toda esta sequência vivencial, complementando-a, a ligação, de um lado, à sala de música, num volume diferenciado onde também se resolvem alguns quartos de hóspedes (dois, neste piso), e, do outro, à sala de jantar, que, tal como na Pousada da Ria, contrapõe ao eloquente panorama exterior, enquadrado pelo ritmo das colunas, a escala doméstica do pátio interno, completado, também aqui, pelo corpo da cozinha e por um pequeno alpendre que liga a entrada da pousada à zona de serviços e dependências do concessionário.

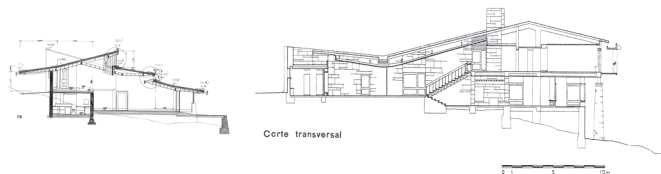
No piso superior, os quartos de hóspedes, divididos por dois sectores (nove por cima das salas de estar e jantar e cinco no volume da sala de música), voltam-se a Sul, para o mesmo cenário das salas, desfrutando, assim, da melhor orientação solar e panorâmica.

Na leitura do edifício não deixa de se evidenciar a "predominância do corte sobre a planta"⁹⁶, num percurso fluido que nos conduz, pelo "dramatismo das variações de escala", do jogo de luz e dos materiais, à descoberta de novas espacialidades, para, no fim, revelar, com toda a intensidade, a paisagem exterior⁹⁷.

notas

⁹⁶ PEREIRA, Alexandre Marques, "Pousada de Santa Bárbara", in AAVV, *Portugal Arquitectura do Século XX*, op. cit., p.233.

⁹⁷ Com as mesmas preocupações, mas outra profundidade, Álvaro Siza projecta, por esta altura, a Casa de Chá da Boa Nova (1956-1958/1960-1963), em Leça da Palmeira. Obra singular no percurso sempre inovador deste arquitecto, "é como que uma charneira", entre as casas de Matosinhos (1954) e a Piscina de Leça (1961/1966), em que se esclarece, na forma como procura a sua geometria a partir do diálogo íntimo com o terreno, valorizando-o, "o sentido do espaço interior limpa de quaisquer reminiscências revivalistas", "continuando talvez o que Távora tinha feito ao interior no Ofir e na Feira - não no sentido formal mas antes na liberdade dos contornos, dos chãos, dos tectos, na intencionalidade das entradas da luz", numa síntese absoluta entre sítio e construção, desenho e Natureza.



Corte transversal

Nestas três **pousadas**, o próprio desenho do mobiliário acompanha a renovação de linguagem que então se propõe, abandonando definitivamente a estilização folclórica de sabor rústico alimentada pelos artistas-decoradores do SPN/SNI, para encontrar novo significado na relação entre arquitectura e decoração, cada vez mais entendida na simultaneidade estrutura-ornamento e, por isso, resultado de uma unidade e equilíbrio espaciais, onde se conjugam a plasticidade dos materiais (texturas e cores), no desenho de pormenores, de pavimentos e tectos, e a oportunidade da fenestração, no manuseamento da luz e enquadramento da paisagem. Neste "conceito de ambiente global onde tudo se ajusta e integra"⁹⁸, cabe agora aos arquitectos tal investimento⁹⁹, ao qual respondem com o mesmo rigor e sensibilidade que caracteriza estas obras, procurando conciliar a excelência artesanal com os valores de racionalidade

notas

Ainda que propondo abordagens distintas, podemos encontrar, na Pousada de Sta. Bárbara, algum paralelismo com a ideia-espço presente neste projecto, ambas construindo um percurso "ao mesmo tempo físic(o) e mental", que nos faz chegar ao edifício, "baixar a cabeça" sob o alpendre, penetrar e descer entre o denteado de um tecto", descobrir pequenos apontamentos do exterior e, por fim, ler, em toda a sua amplitude e "à distância de uma imagem", o horizonte que lhes dá significado.

(cf. *A Casa de Chá da Boa Nova*, ("Portofolio 1"), Lisboa, Blau, 1992).

⁹⁸ SANTOS, Rui Afonso, "O Design e a Decoração em Portugal, 1900-1994", in PEREIRA, Paulo (dir), *História da Arte Portuguesa*, vol. III, Lisboa, Círculo de Leitores, 1995, p.483.

⁹⁹ Desta experiência conjunta entre arquitectos e artistas plásticos, implanta-se, ao longo dos anos 50, o termo e conceito de *design*. Associado particularmente à arquitectura de exposições, será a Exposição Evocativa das Obras da Rainha D. Leonor, em 1959, coordenada por Conceição e Silva, a "marc(ar) a ultrapassagem decisiva da estética grandiloquente nascida com os Centenários", introduzindo soluções inspiradas nas "modernas propostas da museografia italiana". É também pela mão deste arquitecto que o conceito se alarga à renovação dos espaços comerciais, campo em que se destaca, com as lojas Dior (1954) e Rampa (1959), em Lisboa. Mas, seria o empenhamento de Frederico George, quer enquanto profissional, quer como docente da ESBAL e da Escola António Arroio, a despertar a consciência e a sedimentar os fundamentos de uma prática e teoria do *design*, em Portugal. Do seu "contacto directo com a metodologia do ensino da arquitectura nas universidades americanas" e da Bauhaus, via Walter Gropius e Mies van der Rohe, influencia a primeira geração de *designers* portugueses, entre os quais, seus alunos, Daciano Monteiro da Costa e António Sena da Silva, que viriam a desempenhar um papel fundamental na divulgação do *industrial design* nacional, colaborando com empresas como a Longra ou os Móveis Olácio. (cf. Idem, p.483-499).



Pousada da Portela da Gardunha



Pousada de Vilar Formoso

88

Nestas três **pousadas**, o próprio desenho do mobiliário assim, a qualidade e identidade do produto final. Para esta composição, participam, ainda, diversas obras de arte contemporâneas¹⁰⁰, integradas na estrutura arquitectónica na medida certa dos ambientes criados, completando-os.

Nos projectos para a Portela da Gardunha e Vilar Formoso, Francisco Blasco e Nuno Teotónio Pereira recorrem também à tipologia em pátio. Mas se este adopta um esquema muito próximo do de Tainha, com um único pátio que centraliza toda a composição e, mais uma vez, ganha outra intencionalidade na relação com a sala de jantar, aquele segrega o pátio para uma posição secundária, relacionando-o apenas com os corredores de distribuição para os quartos, onde perde qualquer sentido, uma vez que este gesto se duplica na série de pequenos pátios individuais dos quartos virados a norte e os quartos a sul privilegiam claramente a relação com as varandas abertas à paisagem. Desta forma, não se percebe a necessidade de encerrar este espaço, ao invés de deixar o terreno "invadir" o edifício.

Variações sobre um mesmo tema, não podemos deixar de notar a forte semelhança entre a proposta de Nuno Teotónio Pereira e a Pousada da Ria, de Alberto Cruz, quer na forma como se afirma o corpo das garagens, perpendicular ao corpo principal e definindo, junto à entrada, um coberto para os automóveis, quer na articulação do programa, onde o átrio se desenvolve numa sucessão de espaços a diferentes cotas e o corpo dos quartos, todos voltados a Sul, se desmultiplica por duas secções distintas, desfasadas pela zona de distribuição vertical. Solução que aparece também na Pousada de Sta. Bárbara, permite quebrar a rigidez e monotonia dos corredores dos quartos e dos próprios alçados, jogando com estes recuos e avanços para amenizar a escala e extensão dos volumes trabalhados. Alheias à polémica levantada em torno destes projectos, que se arrasta, como vimos, ao longo da década de sessenta, são inauguradas as **pousadas** de S. Gens, em Serpa, e de S. Jerónimo, no Caramulo, a primeira, no mesmo ano que as do Infante e da

notas

¹⁰⁰ Infelizmente, com as diversas obras de renovação e ampliação realizadas na maior parte destas **pousadas**, algumas das obras adquiridas foram, entretanto, deslocadas do seu contexto original, perdendo ambos, sem dúvida, a sua intencionalidade e coerência iniciais.

Ria (1960), e a segunda, dois anos depois, com a de Sta. Catarina, em Miranda do Douro.

Propostas que se situam na linha de reflexão traçada pelo Inquérito, ainda que apresentem soluções menos ambiciosas do que as que acabámos de ler, procuram reflectir os contextos geográficos e culturais em que se inserem, enquadrando-se, por isso, em campos formais tão opostos quanto os estereótipos de "monte alentejano" e de "abrigo de montanha". Mas, se no Caramulo, Alberto Cruz consegue agarrar esta ideia, na rusticidade dos materiais empregados e escala da pousada, em Serpa, Leonardo Castro Freire perde-se na extensão do programa estipulado.

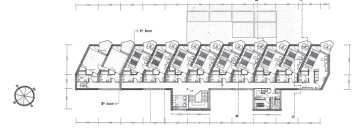
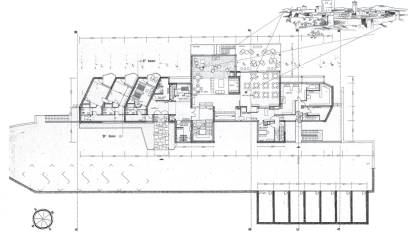
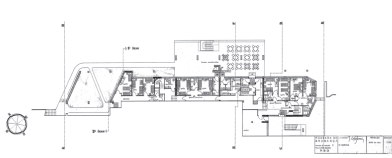
Tratando-se de um "projecto de ampliação e remodelação", datado de 1956¹⁰¹, este arquitecto tenta uma intervenção em continuidade com a preexistência (provavelmente algum tipo de construção associada à ermida aí próximo), tomando-a como ponto de partida para o desenvolvimento da sua proposta. Esta presença torna-se mais clara na leitura do projecto, onde é possível perceber, no extremo Sul do edifício, o corpo inicial ao qual se ancorou a nova construção, não só pela presença de alguns "tiques" formais no tratamento dos alçados, como também pela lógica de organização interna dos espaços (bastante alterada, mas que ainda conseguimos depreender pelo ritmo da fenestração e das paredes mantidas).

Assim, o novo corpo da pousada procura seguir as orientações dadas pelo edifício existente, privilegiando a frente voltada a Oeste, com uma vista ampla sobre a planície alentejana, e a simplicidade de volumes e de materiais. A duplicação da cúpula e da chaminé, a marcar de novo a entrada, reforça esta referência, ao mesmo tempo que gera uma certa ambiguidade no alçado principal. Símbolos da construção local, são integrados numa composição de sentido mais purista, que tenta conciliar-se com o edifício antigo, mas não consegue deixar de afirmar a sua autonomia, na vontade

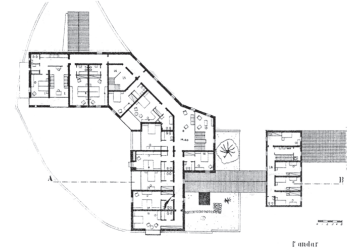
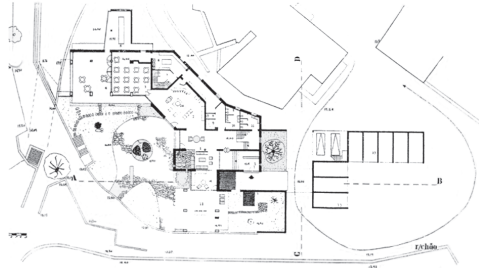
notas

¹⁰¹ Este projecto seria, como vimos, o segundo de três encomendados a Leonardo Castro Freire: o primeiro, de remodelação da Estalagem da Fortaleza do Portinho da Arrábida (1955), não construído, e o último, a Pousada de Sta. Catarina, de adaptação da casa dos engenheiros da Barragem de Miranda do Douro (1958/1962). Este arquitecto seria, assim, o único a percorrer os três grupos de **pousadas** deste programa e a trabalhar as diferentes vertentes que os caracterizam.

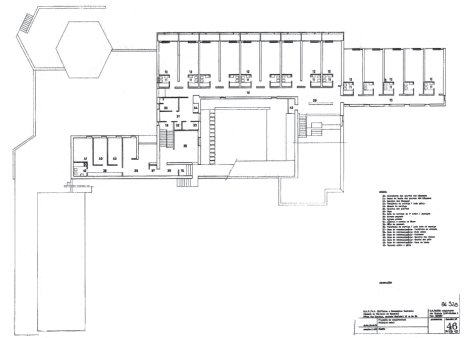
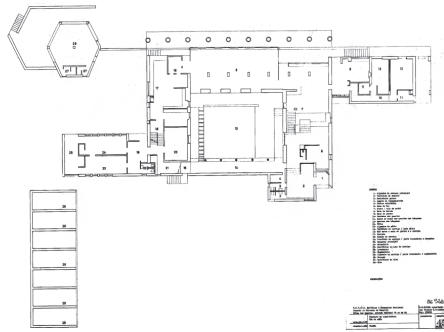
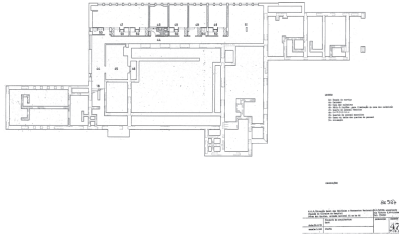
Pousada de S. Bartolomeu



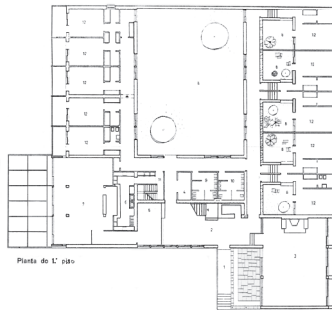
Pousada de S. Teotónio

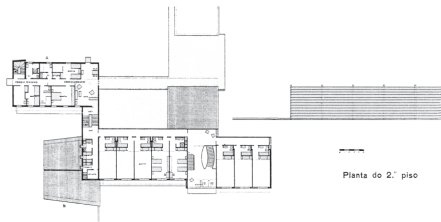


Pousada de Sta. Bárbara

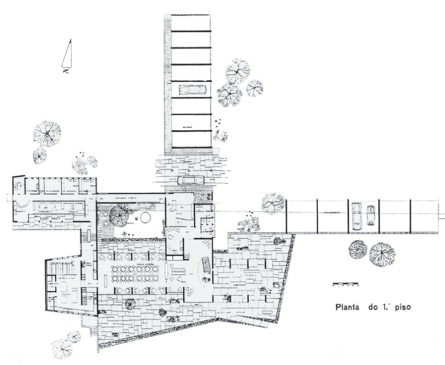


Pousada da Portela da Gardunha



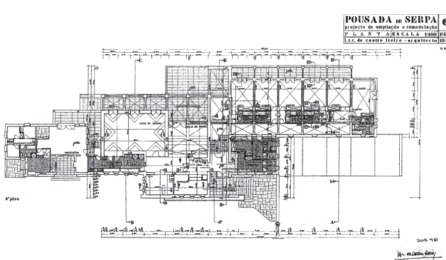


Planta do 2.º piso

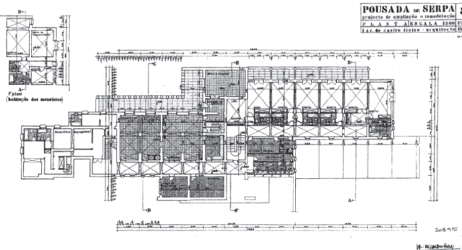


Planta do 1.º piso

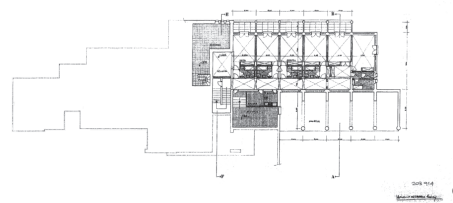
Pousada de Vilar Formoso



POUSADA de SERPA
 PROJECTO DE RECONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO
 P.O. Nº 17/2007/ARL/DR/ALP
 C.C. Nº 1000/2007/ARL/DR/ALP

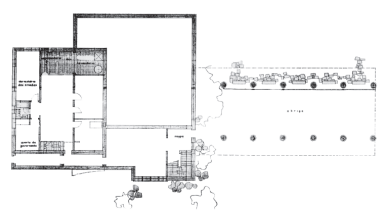
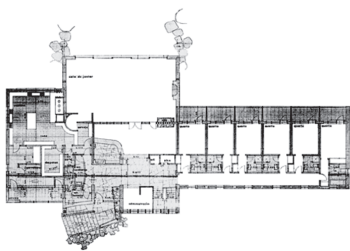


POUSADA de SERPA
 PROJECTO DE RECONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO
 P.O. Nº 17/2007/ARL/DR/ALP
 C.C. Nº 1000/2007/ARL/DR/ALP

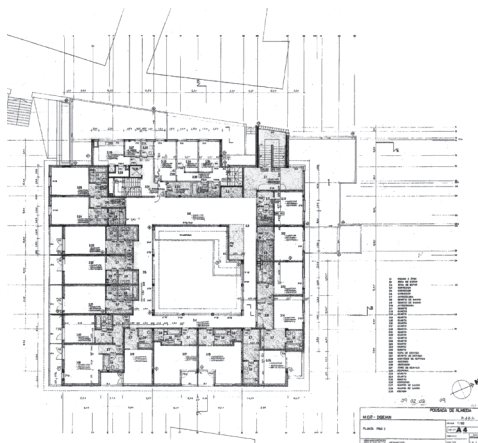


POUSADA de SERPA
 PROJECTO DE RECONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO
 P.O. Nº 17/2007/ARL/DR/ALP
 C.C. Nº 1000/2007/ARL/DR/ALP

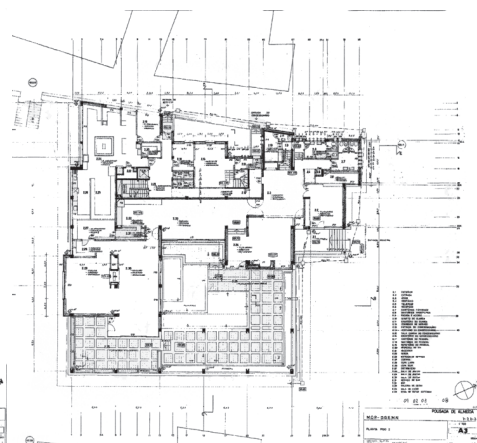
Pousada de S. Gens



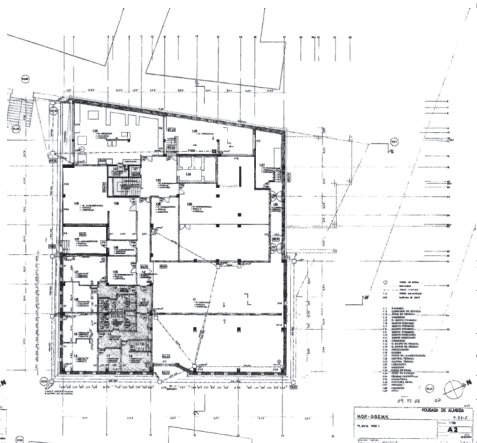
Pousada de S. Jerónimo



POUSADA DA SENHORA DAS NEVES
 PROJECTO DE RECONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO
 P.O. Nº 17/2007/ARL/DR/ALP
 C.C. Nº 1000/2007/ARL/DR/ALP

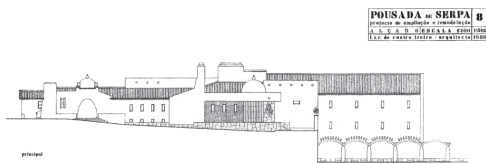


POUSADA DA SENHORA DAS NEVES
 PROJECTO DE RECONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO
 P.O. Nº 17/2007/ARL/DR/ALP
 C.C. Nº 1000/2007/ARL/DR/ALP



POUSADA DA SENHORA DAS NEVES
 PROJECTO DE RECONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO
 P.O. Nº 17/2007/ARL/DR/ALP
 C.C. Nº 1000/2007/ARL/DR/ALP

Pousada da Senhora das Neves



Pousada de S. Gens



Pousada de S. Jerónimo

geométrica das formas trabalhadas sob o branco da cal. A extensão e conseqüente organização do programa torna esta discrepância ainda mais evidente, onde é notória a desadequação da sua escala, para o tipo de intervenção pretendida, e o desequilíbrio que se estabelece entre os dois edifícios¹⁰². Necessariamente, o novo corpo concentra os espaços mais significativos da pousada, articulando, junto da entrada, o bar e as salas de estar e jantar, com ligação, pela copa, à cozinha e dormitório dos empregados, no piso inferior, e à habitação do concessionário, resolvida no corpo preexistente e com utilização independente. Em sentido contrário, o volume dos quartos (dezoito) desenvolve-se em três pisos, dois deles abaixo da cota da entrada, aproveitando o declive do terreno e trabalhado numa quadrícula de varandas, abertas sobre a paisagem. Assim, resulta demasiado forçada a ideia de unidade que se tenta criar com o edifício existente, em prejuízo da própria solução, que teria maior coerência se pensada enquanto edifício isolado¹⁰³.

No Caramulo o resultado seria outro. Estância Sanatorial por excelência¹⁰⁴, transporta-nos para o imaginário mais intimista da serra. Como no Marão, a pousada surge no serpentear da estrada, aninhando-se no abraço seguro de uma curva. Movimento contínuo e circular, extrema a "visão cinematográfica e envolvente" de Tainha, numa espiral que nos vai conduzindo para a entrada. Também aqui, e pelo que indica o material gráfico recolhido, Alberto Cruz trabalha sobre uma preexistência, a Estalagem de S. Jerónimo, de que a pousada retiraria o seu nome e manteria, apenas com

notas

¹⁰² Ao contrário da Pousada de Vale do Gaio, posterior a esta proposta e já em linha de conta com outro tipo de reflexões, onde a intervenção de Raúl Chorão Ramalho se revela mais interessante, na intimidade do diálogo com o volume existente, jogando com as diferentes expressões formais dos volumes trabalhados para definir momentos distintos do programa (bastante mais reduzido que em Serpa): serviços e sala de jantar no corpo inicial, sala de estar e quartos de hóspedes no corpo novo.

¹⁰³ Apesar de se tratar de uma ampliação, a autonomia funcional do novo corpo quase nos permite entender esta proposta como um projecto de raiz (daí a classificação atribuída na tabela de apresentação das **pousadas**). De facto, o edifício existente é tratado mais como um anexo, ao qual se "cola" a pousada, do que como parte integrante da sua lógica estrutural.

¹⁰⁴ Não podemos deixar de fazer aqui referência às estruturas pavilionares espalhadas pelo Caramulo. Exemplos de uma expressão que teve a sua origem na Clínica Heliântia (1932), em Francelos, de Oliveira Ferreira, e que Rosendo Carvalheira apontara já no Sanatório de Santana (1902/

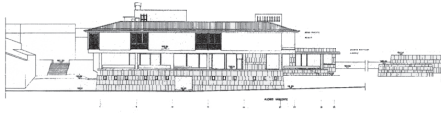
pequenas adaptações funcionais, a estrutura original, na qual, ao contrário de Serpa, se concentra. Neste sentido, aproxima-se mais do tipo de intervenções feitas nas barragens, de reutilização directa de uma construção já existente, onde podemos mesmo estabelecer o paralelismo com a Pousada de S. Bento (1968), na Caniçada, com a qual se identifica formalmente, no desenho acentuado das coberturas e plasticidade rústica dos materiais trabalhados.

A partir da intersecção de dois volumes perpendiculares, definem-se os espaços da pousada, em que o corpo da entrada e zonas comuns separa os espaços de serviço dos quartos de hóspedes e a sala de estar se assume como o centro da composição, propondo uma vivência mais "intimista" junto à lareira em oposição à vista panorâmica da sala de jantar. Esta organização do programa traduz-se de forma muito clara no tratamento dos alçados. No contacto com o terreno, e como que a marcar um embasamento para o edifício, é usado o granito, em aparelho regular, para definir os espaços de serviço (dormitórios, no piso térreo, e, em continuidade, a cozinha, no piso principal) e trabalhar os pilares, aqui sim a lembrar os espigueiros, que sustentam o corpo dos quartos, sob o qual se cria um abrigo para os automóveis. Neste corpo distinguem-se duas frentes, de acordo com a distribuição interna dos espaços: caiada de branco e mais encerrada no alçado da entrada, a marcar a presença do corredor, e com uma varanda corrida em madeira no alçado oposto, associada aos quartos. O volume da entrada é realçado pela textura irregular das lâminas de xisto, em contraste com o granito do piso térreo e o forro de madeira que fecha os topos da cobertura, abrindo-se num grande envidraçado para a sala de jantar.

Soluções talvez menos interessantes, porque comprometidas à partida, não deixam, no entanto, de dar o seu contributo na procura de um novo caminho

notas

/1904), na Parede, retratam a dimensão que esta estância alcançou, enquanto um dos principais centros de tratamento de doenças pulmonares do país, e testemunham o momento de transição que caracterizou o panorama arquitectónico do início do século (com o advento de novos programas e materiais de construção), onde a um sistema espacial interno tradicional, concebido a partir de um corredor central que organiza duas frentes, se alia o racionalismo estrutural dos edifícios, explorado, simultaneamente, para responder a exigências funcionais específicas e como efeito de valorização estética.



Pousada da Senhora das Neves

92

para a arquitectura portuguesa, em conta com os valores de uma cultura local e crítica em relação aos princípios absolutistas do Movimento Moderno e da "Casa Portuguesa". Alguns anos depois, é ainda esta síntese que se tenta em Almeida.

"Entre Vilar Formoso e Almeida não há nada que ver. Terras planas que dão uma impressão certamente errada de abandono, pois não é crível que se deixem sem cultivo tão grandes extensões. Mas este lado da Beira parece desértico, quem sabe se por ter sido terra de invasões.

Almeida é o forte. Do céu se apreciaria melhor o desenho poligonal das fortificações, o traçado dos baluartes, o leito dos fossos. Em todo o caso, o viajante pode ter uma boa noção do dispositivo circulando pelas muralhas, medindo-lhes com o olhar a altura. Esta construção é doutro tempo e doutras guerras. Lutava-se rentinho ao chão, pelo ar só vinham arremessadas bombas que não eram bastante potentes para arrombar as abóbadas das portas, enfim, uma guerra de formigas. Hoje, Almeida é uma relíquia histórica como o seria uma alabarda ou um arcabuz. Mas a vila civil, com o seu ar recatado e quieto, acentua ainda mais o alheamento que em tudo se sente"¹⁰⁵.

Inaugurada só em 1987, o projecto para a Pousada da Senhora das Neves ganha forma logo em 1971. Num contexto idêntico ao de Valença, moldado pela geometria disciplinadora da praça-forte e a carga histórica do núcleo urbano, Cristiano Moreira encontra outra liberdade de gestos na amplitude dos limites de que dispõe para trabalhar a pousada. Talvez por isso, a sua proposta tenha um sentido mais objectual, a lembrar o exercício abstracto de Jacobetty Rosa em Elvas.

Como uma escultura sobre uma plataforma, o edifício solta-se da envolvente para criar o seu próprio espaço, definindo um embasamento em granito, artifício que estabiliza o terreno e regula toda a composição, sobre o qual se afirma um volume compacto, que se eleva sobre delgados pilares de betão e confirma o quadrado sugerido na base. Primeira imagem da pousada, clarifica de imediato a sua organização, deixando adivinhar um

centro, na regularidade da sua estrutura.

Seguindo a tradicional distribuição por pisos, no embasamento resolvem-se a garagem e os espaços de serviço, aproveitando a plataforma criada para trabalhar um pátio, limitado a oeste pelas salas de estar e jantar, com as quais se relaciona directamente, e liberto nas outras frentes como um terraço sobre a vila e as muralhas. Em cima, os quartos voltam-se para a paisagem, construindo o perímetro do quadrado e libertando o seu interior, gesto que redimensiona o pátio na centralidade que lhe confere.

Proposta que acusa a referência aos princípios da arquitectura moderna, procura conciliar o sentido racionalista da sua forma com uma expressão mais contextualizada, lida no telhado que remata o edifício ou na integração de materiais tradicionais, como o granito e a madeira, em diálogo com o betão aparente da estrutura.

Última pousada deste grupo é, também, a última das **pousadas** a ser construída de raiz¹⁰⁶. Ensaios para uma "arquitectura portuguesa", anunciam a diversidade de um percurso onde "o estilo não conta mas sim a relação (da obra) com a vida"¹⁰⁷.

"...projectar, planejar, desenhar, não deverão traduzir-se para o arquitecto na criação de formas vazias de sentido, impostas por capricho da moda ou por capricho de qualquer outra natureza. As formas que ele criará deverão resultar, antes, de um equilíbrio sábio entre a sua visão pessoal e a circunstância que o envolve e para tanto deverá ele conhecê-la intensamente, tão intensamente que conhecer e ser se confundem"¹⁰⁸.

notas

¹⁰⁶ Alheia à encomenda oficial seria ainda construída a pousada de S. Miguel (1992), em Sousel. Integrada posteriormente no conjunto das **Pousadas** de Portugal não se enquadra, por isso, na leitura que este trabalho propõe. Nesta perspectiva, também as do Monte de Sta. Luzia (1979), em Viana do Castelo, de Monsanto (1983) e de Sta. Cristina (1993), em Condeixa-a-Nova (as três resultantes da adaptação a pousada de edifícios existentes) se excluem desta abordagem.

¹⁰⁷ COSTA, Alexandre Alves, "Legenda para um desenho de Nadir Afonso", in *Fernando Távora*, Lisboa, Editorial Blau, 1993, p.19.

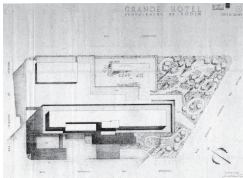
¹⁰⁸ TÁVORA, Fernando, *Da Organização do Espaço*, 3.ª edição, Porto, FAUP Publicações, 1996, p.74.

notas

¹⁰⁵ SARAMAGO, José, *Viagem a Portugal*, Lisboa, Editorial Caminho, Novembro 1985, p. 113.

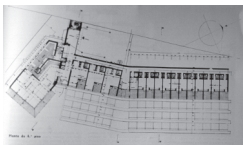
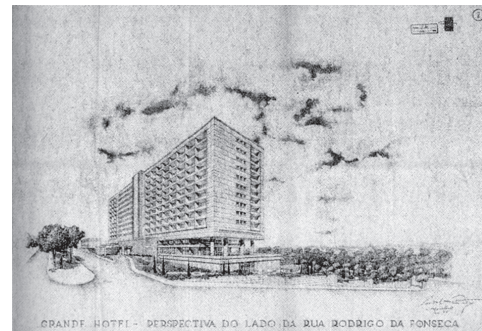
1961/1980
Pousadas e Património

Experimentação e Crise



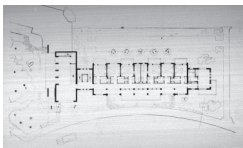
Hotel Ritz - Lisboa

arquitecto Porfírio Pardal Monteiro
colaboração Jorge Ferreira Chaves/Frederico Santana
decoreação Henry Samuel/Lucien Donnat/Luís Possolo
construção 1952-1959
encomenda SODIM



Hotel do Mar - Sesimbra

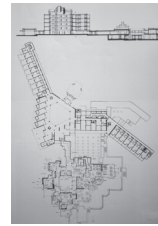
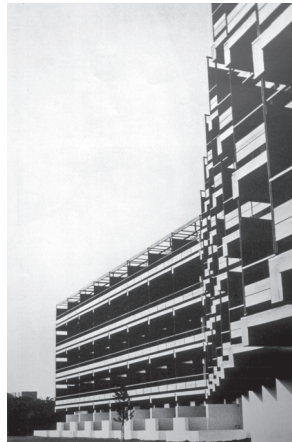
arquitecto Francisco Conceição Silva
construção 1956-1964
encomenda Jalco, Lda.



Hotel Ofir - Ofir

arquitecto Alfredo Ângelo de Magalhães
decoreação Alfredo Ângelo de Magalhães
construção (final dos anos 40)



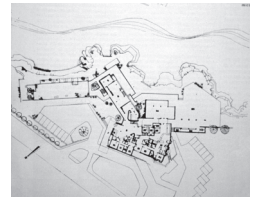


Hotel da Balaia - Praia Maria Luísa

arquitecto Atelier Conceição Silva e Maurício de Vasconcelos

colaboração Tomás Taveira

construção 1966/1968



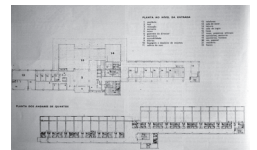
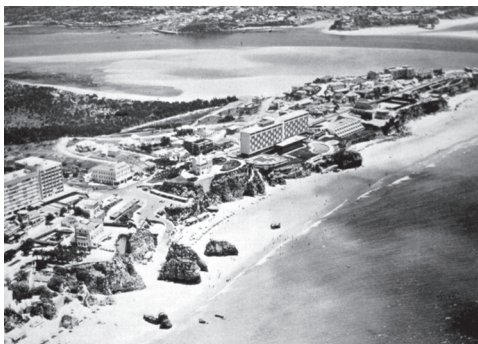
Hotel do Garbe - Armação de Pêra

arquitecto Jorge Ferreira Chaves e Frederico Santana

decoração Jorge de Herédia/Hein Semk

construção (início dos anos 60)

encomenda Francisco de Oliveira Santos



Hotel Algarve - Praia da Rocha

arquitecto Raul Tojal

decoração Eduardo Anahory/Luís Possolo

construção (início dos anos 60)

encomenda Sociedade de Investimentos Imobiliários da Praia da Rocha, SARL

● Momento de “revisão propositiva”, o Inquérito à Arquitectura Regional veio, acima de tudo, fixar uma realidade, ou circunstância, que em breve se iria alterar irreversivelmente.

As exigências de uma inevitável participação portuguesa na ordem económica europeia, e internacional, do pós-guerra, de que resultaria a integração de Portugal na EFTA¹, em Janeiro de 1960, agravadas pela inércia de um II Plano de Fomento (1959-1964) e a emergência da guerra colonial, levariam ao agravamento das condições económico-sociais da maioria da população, com especial incidência nos meios rurais, onde a inexistência de uma política agrícola eficaz fomentaria o fenómeno da emigração. Outros abandonariam o País por razões de ordem política, alvo da forte repressão que o regime impõe em resposta à evolução do conflito ultramarino e à progressiva “clarificação de valores e ideologias entre segmentos do sector democrático”².

O desequilíbrio territorial que se gera com a crescente desertificação do interior em favor do crescimento dos principais centros urbanos do litoral, pólos de atracção para os que procuram melhores condições de vida “e, por isso, campo privilegiado da especulação”³, vem confirmar a total desadequação dos programas e instrumentos de planificação e promoção habitacional “face à realidade produtiva do País, à ausência de suporte administrativo e empresarial, e ao tradicional peso da propriedade fundiária na sociedade portuguesa”⁴. O Estado, pressionado por um capital

industrial e financeiro à procura de maior representatividade, permite a sub-urbanização desregulada das áreas metropolitanas, onde o planeamento municipal não tem qualquer valor operativo e “a política de novos bairros sociais é comandada centralmente pela facilidade de aquisição de terrenos: grandes, isolados, mal equipados, em definitivo, dormitórios”⁵. Neste contexto, destaca-se a acção qualificada da Federação das Caixas de Previdência, para a qual Nuno Teotónio Pereira e Braula Reis contribuem com o estudo de novas medidas de implementação e de intervenção na área da habitação social. Também Vítor Figueiredo desenvolve um importante trabalho na discussão prática e redimensionamento deste tema, aproximando-se de uma perspectiva mais ruralizante e “artesanal” nos projectos para Benavente (1962), Santo Estevão (1963) e Torres Novas (1964). A incapacidade da iniciativa governamental de competir e fazer frente à proliferação de operações especulativas, comandadas por capitais e interesses privados, “propicia o engenheiro ou o perito construtor como agentes predominantes na promoção da edificação”⁶, relegando a participação dos arquitectos para intervenções pontuais e fragmentadas, carregadas de uma intencionalidade significativa que tem demasiado “impacto social-cultural na estrutura urbana”⁷. Propondo “cidade” dentro da própria cidade, encerram uma crítica metodológica a todo o “processo da construção do meio físico”, aberta à experimentação de novos conceitos e escalas de projectação e informada pelas contribuições das novas ciências humanas e sociais. Nesta “aproximação ao real”, vão-se clarificando os “procedimentos e destinos, matérias e temas do campo projectual: a construção da cidade e o desenho urbano, morfologia urbana e tipologias edificatórias, racionalização do processo de desenho, investigação aplicada, procedimento artístico e os mecanismos da construção formal; o território da arquitectura e o pluridisciplinar”⁸.

notas

¹ Sigla inglesa para a Associação Económica de Comércio Livre, que Portugal integra a par da Grã-Bretanha, Suécia, Dinamarca, Noruega, Áustria e Suíça, “conjunto de países que, por razões várias, em parte comuns a alguns deles, não estavam preparados para aderir a formas de integração mais exigentes, concretamente à CEE”. A acção da EFTA incidia sobre os produtos industriais, não interferindo, ao contrário da CEE, no sector agrícola.

(cf. ROSAS, Fernando (coord.), “Portugal e o Estado Novo (1930-1960)”, in SERRÃO, Joel, MARQUES, A.H.Oliveira (dir), *Nova História de Portugal*, voll.XII, Lisboa, Editorial Presença, 1992, p.329).

² MENDES, Manuel, “Arquitectura Portuguesa, Anos 50-Anos 80”, *Cadernos Política*, Lisboa, n.º 2, 1990, p.63.

³ FERNANDEZ, Sérgio, *Percurso, Arquitectura Portuguesa 1930-1974*, 2.ª ed., Porto, Edições da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 1988, p.145.

⁴ PORTAS, Nuno, MENDES, Manuel, *Arquitectura Portuguesa Contemporânea, Anos Sessenta/Anos Oitenta*, Porto, Fundação de Serralves, 1991, p.11.

notas

⁵ Idem, p.12.

⁶ Idem, *ibidem*.

⁷ Idem, p.14.

⁸ PORTAS, Nuno, MENDES, Manuel, op. cit., *ibidem*.

À pluralidade de caminhos que surgem então no panorama da acção disciplinar corresponde uma também diversificada abordagem aos problemas concretos que se colocam no exercício projectual, perdendo-se em definitivo a unidade ideológica desenhada nos anos cinquenta para se afirmar, agora, uma "arquitectura" ou "experiência" de autor.

O crescente interesse em "acompanhar criativamente os movimentos europeus de prática crítica, bem como de investigação metodológica"⁹, e a consequente divulgação e reconhecimento exterior da obra de alguns autores nacionais, em destaque o percurso singular de Álvaro Siza Vieira, volta a centrar a Arquitectura Portuguesa no plano internacional, esclarecendo as suas afinidades com os contextos catalão, italiano e inglês¹⁰. Período de transição, apresenta-se, assim, tão eclético nas suas referências formais quanto as tendências que se clarificam lá fora, consolidando as divergências já anunciadas entre Lisboa e Porto, dualidade que se objectiva não só pela especificidade da encomenda e das oportunidades criadas, no Norte e no Sul, mas também pela própria diferença de posturas que se defendem na renovação do ensino da arquitectura¹¹.

Se, por um lado, se "ensaia um sistema didáctico orientado para a procura de objectividade nas

operações e procedimentos do acto projectual"¹², a partir de "uma experiência circunstancial" que não tem "grandes repercussões na reformulação curricular do curso", por outro, entende-se o "desenho como instrumento privilegiado na condução da síntese projectual", garantindo-se, assim, uma continuidade de que se fará "Escola". Premissas para uma evolução, estruturam diferentes "espaços de ensino"¹³: o primeiro, privilegia uma prática a jusante da "instrução" académica, apreendida em ateliers profissionais, e, o segundo, sem desprezar este aspecto, faz incidir a formação escolar numa prática oficial, intramuros, da arquitectura, centrada no desenho como metodologia de aprendizagem projectual.

Sinal desta polarização Lisboa/Porto, o Plano de Pormenor da Zona Central de Aveiro (1963)¹⁴ e o Plano de Chelas (1965), em Lisboa, sustentam diferentes abordagens metodológicas ao desenho urbano. Trabalhando contextos opostos, o do centro histórico e o da periferia, ponderam necessariamente estratégias de intervenção distintas: em Aveiro, Fernando Távora opera no sentido da renovação urbana, num processo cirúrgico que "reconhece valor instrumental e operativo ao desenho na explicitação da ideia de cidade feita de sobreposições e co-presenças do antigo e do novo no construir significativo da coerência organizadora das partes"¹⁵; e, em Chelas, "operação urbanística em que

notas

⁹ Idem, p.23.

¹⁰ No que a acção da revista *Arquitectura* é fundamental, pelos contactos que promove com publicações estrangeiras (*Hogar y Arquitectura*, *Casabella*, *Controspazio*, *Zodiac* e *Architectural Review*) e na divulgação "crítica e criteriosa" das experiências renovadoras europeias, mas também da obra singular de alguns arquitectos. Paralelamente, lança um olhar atento ao contexto português e reúne investigação original sobre a temática da cidade (política de habitação, tipologias residenciais, construção clandestina) e o estudo do habitat rural.

¹¹ Processo desencadeado pela a reforma de 1957, que, pelo seu total desajuste aos interesses efectivos das Escolas, actua mais como plataforma de luta contra a crescente desarticulação entre formação técnico-científica (função) e actividade histórico-criativa (expressão), contestação essa acompanhada pelos movimentos estudantis da crise de 1962, do que como modelo pedagógico a seguir. "Plataforma viva de debate que inicia uma verdadeira democratização interna superando o autoritarismo paternalista existente e criando condições para a posterior reformulação global do regime de estudos".

(cf. COSTA, Alexandre Alves, *Dissertação para Concurso de Habilitação para Obtenção do Título de Professor Agregado(...)* Memórias do Cárcere Desastres de Sofia ou Memórias de um Burro, Porto, Edições do Curso de Arquitectura da ESBAP, 1982, p.45).

notas

¹² MENDES, Manuel, op. cit., *ibidem*.

¹³ A que não serão alheias as também diferentes dinâmicas pedagógicas de Cristino da Silva na ESBAL, entre 1933 e 1966, e de Carlos Ramos na ESBAP, desde 1952. Orientações que, renovadas pela presença de um novo quadro de docentes (Frederico George e Formosinho Sanchez, em Lisboa ; João Andresen, Fernando Távora, José Carlos Loureiro, Octávio Lixa Filgueiras, Arnaldo Araújo e Viana de Lima, no Porto), terão os seus reflexos no percurso de uma nova geração de arquitectos (Vitor Figueiredo, Bartolomeu Costa Cabral, Francisco Silva Dias, Maurício de Vasconcelos, Raul Hestnes Ferreira, Manuel Vicente, Croft de Moura e Nuno Portas, no Sul; Álvaro Siza, Alcino Soutinho, A. Matos Ferreira, Rolando Torgo, Jorge Gigante, Pedro Ramalho, Sérgio Fernandez e Alexandre Alves Costa, no Norte).

¹⁴ Plano "apoiado nas determinações do Plano Director de (Robert) Auzelle", autor do contestado "Plano Geral de Urbanização" do Porto, de 1962, pensado ainda segundo o "estereótipo de grande metrópole". No âmbito desta intervenção em Aveiro, Fernando Távora projecta, em 1964, o Edifício Municipal, volume único elevado sobre um pórtico que, simultaneamente, "fecha" a praça do município e faz a transição para o canal central.

(cf. FERNANDEZ, Sérgio, op. cit., p.166).

¹⁵ PORTAS, Nuno, MENDES, Manuel, op. cit., p. 34.

intervêm Rafael Botelho, Silva Dias, Reis Machado e Vassalo Rosa"¹⁶, programa-se a expansão da cidade a partir de uma estrutura de "zonas lineares de vida urbana intensa a que se associam diversas actividades"¹⁷, privilegiando "o regulamento e o traçado urbanos na definição de relações do edificado com o espaço público, de relações entre morfologia urbana e tipos edificatórios"¹⁸. Em ambos, uma crítica cultural aos modelos urbanos da Carta de Atenas, anunciando uma reavaliação dos conceitos de "rua", "bairro", "traçado" e "malha".

Tempo de debate intenso, situa-se entre a crença moralista "Da Função Social do Arquitecto"¹⁹ e a defesa da arquitectura enquanto razão criadora "Da Organização do Espaço"²⁰, para propôr, em paralelo, um método, em "A Arquitectura para Hoje"²¹.

No "caso a caso", constroem-se as sínteses possíveis, "a crise de idealismo ultrapassa-se nos propósitos de transformação apontados, trabalhados e disseminados nas soluções concretas para problemas concretos"²², e elegem-se "áreas (...) de pesquisa arquitectónica: as soluções distributivas dos edifícios e o desenho da imagem urbana; a valorização do uso dos materiais e a justaposição de referências na identidade da linguagem; a ponderação do existente como informação para o traçado regulador da forma"²³.

Assim, é, sobretudo, na cumplicidade dos pequenos ateliers que se perspectivam novas metodologias de projecto e se ensaiam novas linguagens, materializadas num conjunto de obras que encontram eco num número limitado de programas.

Manuel Tainha e Viana de Lima trabalham, em sentidos inversos, sobre o tema dos equipamentos escolares, na

Escola Agro-Industrial de Grândola (1959-1963) e no edifício da Faculdade de Economia da Universidade do Porto (1961-1972), o que não impede que, na Escola Primária de Bragança (1960), Viana de Lima se afaste da plástica de Le Corbusier para ensaiar uma linguagem vernacular próxima dos valores locais e regionais defendidos por Tainha. Em Carcavelos e Gondomar, o Mosteiro de Santa Maria do Mar (1959-1963), de Nuno Teotónio Pereira, e o Convento das Irmãs Franciscanas de Calais (1961-1971), de Fernando Távora, acompanham a renovação dos equipamentos religiosos proposta pela Igreja do Sagrado Coração de Jesus (1961-1970). Depois da Cooperativa do Lordelo (1960), Siza Vieira dá continuidade a uma linguagem de raiz brutalista na Piscina Municipal de Leça (1961-1966), projecto que extrema a ideia do percurso como elemento estruturante do projecto e da integração da obra pela redescoberta do "sítio". No Norte, João Andresen projecta o Mercado Municipal de Viana do Castelo (1962-1965) e, no Sul, Raúl Chorão Ramalho o Edifício da Caixa de Previdência de Setúbal (1965). Em Lisboa, Teotónio Pereira e Braula Reis propõem uma nova abordagem à relação espaço privado/espaço público no edifício de escritórios "Franjinhas" (1965-1969), da Rua Branncamp, tema também presente no edifício SOGIM (1965), que José Carlos Loureiro propõe para o Porto, este rompendo com a estrutura do quarteirão para afirmar, sobre uma praça desnivelada em relação à rua, a torre do hotel²⁴. Na habitação unifamiliar, a liberdade temporal e programática inerente a este tipo de encomenda permite o ensaio de novas formas e conceitos. Em 1960, três obras marcam esta "paisagem": a Casa de Sesimbra, de Teotónio Pereira, a Casa José Gomes Ferreira, em Albarraque, de Raúl Hestnes Ferreira e a Casa Rocha Ribeiro, na Maia, de Siza Vieira. As três

notas

¹⁶ FERNANDEZ, Sérgio, op. cit., *ibidem*.

¹⁷ FERNANDEZ, Sérgio, "Arquitectura Portuguesa 1961-1974", in AAVV, *Portugal Arquitectura do Século XX*, Lisboa, Portugal-Frankfurt 97, 1997, p.57.

¹⁸ PORTAS, Nuno, MENDES, Manuel, op. cit., p. 33.

¹⁹ FILGUEIRAS, Octávio Lixa, *Da Função Social do Arquitecto. Para uma Teoria da Responsabilidade numa Época de Encruzilhada*, 2.ª ed., Porto, Edições da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 1985(1.ª edição, 1962).

²⁰ TÁVORA, Fernando, *Da Organização do Espaço*, 3.ª ed., Porto, FAUP Publicações, 1996(1.ª edição, 1962).

²¹ PORTAS, Nuno, *A Arquitectura para Hoje*, Lisboa, Sá da Costa, 1964.

²² MENDES, Manuel, op. cit., p. 64.

²³ PORTAS, Nuno, MENDES, Manuel, op. cit., p.25.

notas

²⁴ Solução inovadora no Porto, mas prevista no Plano Director Municipal de Robert Auzelle, marca a sua presença no perfil da cidade e abre caminho para as propostas de David Moreira da Silva e Maria José Marques da Silva para o Edifício Miradouro (1969), da Cooperativa de Produção dos Operários Pedreiros Portuenses, o novo Edifício do Jornal de Notícias (1970), de Márcio de Freitas, e para o Edifício do Hotel D. Henrique (1974), resultado do concurso lançado pelo banqueiro Pinto de Magalhães que a equipa de José Carlos Loureiro e Pádua Ramos vence. (ver LOUSA, António Portovedo, "Edifícios-Torre", in AAVV, *Porto 1901/2001. Guia de arquitectura moderna*, N.º 17, Porto, Ordem dos Arquitectos(Secção Regional Norte) e Livraria Civilização Editora, 2001).

partem de pressupostos de carácter orgânico: a primeira, na sua estrutura hexagonal, de evidente referência wrightiana, e no tratamento plástico dado às aberturas, platibandas e chaminés, próximo do organicismo italiano, e, as duas últimas, ao encontro da obra de Alvar Aalto, na interpretação do sítio, "na caracterização e articulação dos volumes"²⁵ e no desenvolvimento dos espaços internos, "que se ligam organicamente entre si e com os espaços exteriores"²⁶.

Ponto de partida para as casas Ferreira da Costa (1962), em Matosinhos, Alves Costa (1964), em Moledo do Minho e Alves dos Santos (1966), na Póvoa de Varzim, Siza recorre, mais uma vez, na Maia aos temas do percurso e da contenção dos espaços exteriores, associados de forma exemplar na piscina da Quinta da Conceição (1958). Inseridas "em meios arquitectonicamente descaracterizados e que, como tal, não fornecem referências próximas a seguir"²⁷, estas moradias desenvolvem-se sobre si mesmas, acompanhando os limites exteriores do lote e privilegiando, no sentido "do intimismo como proposta de vivência", uma inequívoca interioridade.

Hestnes, por seu lado, acusará, nas duas habitações geminadas de Queijas (1968), a sua passagem pelos Estados Unidos, mais concretamente a sua colaboração com Louis Kahn, em alguns elementos formais distintivos, e, conseqüentemente, afinidades com conceitos venturianos, implícitos "na ambigüidade da relação interior exterior que aqueles mesmos elementos estabelecem"²⁸.

De Aalto, também Matos Ferreira retiraria lições para a Casa de Barca de Alva (1962), na correcta interpretação do sítio e na recuperação de valores estéticos locais. Na mesma linha, mas com diferentes abordagens à relação com o contexto exterior, Alcino Soutinho e Pedro Ramalho projectam as Casas dos Magistrados (1964-1966), na Vila da Feira, e a Casa da Foz do Douro (1967), no Porto, as primeiras, definindo "um corte explícito entre espaço público e espaço privado"²⁹ e, a última, procurando "uma desejada ligação à envolvente,

elemento determinante da escala e rico de sugestões volumétricas"³⁰.

Propostas que reflectem uma idêntica preocupação com a integração na realidade portuguesa, atentas às limitações dos nossos processos construtivos e à escala e princípios da arquitectura popular, contrapõem-se à crescente proliferação das "casas de emigrante", produto singular das economias provenientes da emigração que iria transformar a nossa paisagem rural em "espaço de competição", porque "reproduzindo um modelo de conforto que se afirmava pela diferença relativamente à arquitectura tradicional"³¹.

Também nos centros urbanos se assiste a uma crescente descaracterização, com a reocupação e densificação de lotes ou quarteirões das zonas centrais, onde se afirmam, em altura, com "mais vidro ou mais betão"³² as "novas construções de prestígio"³³ ligadas à banca ou às multinacionais. A "adopção anárquica, casuística e sem escala do bloco solto desligado das estruturas urbanas existentes ou dos seus previsíveis prolongamentos"³⁴, acentuará, em especial na periferia, a aleatoriedade do crescimento urbano, agravada pelo aumento de situações de marginalidade, alimentadas pela construção clandestina.

Excepção à regra, o atelier Conceição Silva desenvolve uma acção qualificada no âmbito das recém-criadas "empresas de arquitectura", estruturas associadas "aos novos sistemas de industrialização da edificação"³⁵ e aos programas da terciarização, onde se adopta, por questões de imagem/gosto e de simplificação construtiva, uma linguagem conotada com os modelos do movimento moderno. Neste contexto, o atelier Conceição Silva promove uma intervenção paradigmática na reavaliação dos códigos linguísticos, incidindo sobretudo na área do turismo, indústria que se consolida durante a década de

notas

²⁵ FERNANDEZ, Sérgio, "Arquitectura Portuguesa 1961-1974", op. cit., p.58.

²⁶ FERNANDEZ, Sérgio, *Percurso, Arquitectura Portuguesa 1930-1974*, op. cit., p.135.

²⁷ Idem, p.138.

²⁸ Idem, p.160.

notas

²⁹ FERNANDEZ, Sérgio, "Arquitectura Portuguesa 1961-1974", op. cit., p.59.

³⁰ Idem, *ibidem*.

³¹ PEREIRA, Paulo, "Acerca das Intervenções no Património Edificado. Alguma História", in *Intervenções no Património 1995-2000*, Lisboa, Ministério da Cultura/IPPAP, Setembro 1997, p.18.

³² PORTAS, Nuno, MENDES, Manuel, op. cit., p.14.

³³ FERNANDEZ, Sérgio, *Percurso, Arquitectura Portuguesa 1930-1974*, op. cit., p.181.

³⁴ FERNANDEZ, Sérgio, "Arquitectura Portuguesa 1961-1974", op. cit., p.57.

³⁵ PORTAS, Nuno, MENDES, Manuel, op. cit., *ibidem*.

1960 com o crescente investimento de capitais privados, especialmente no Algarve. Em 1956, convidado pelos proprietários da Casa Jalco, projecta, para Sesimbra, o Hotel do Mar (1956-1964), uma das suas mais emblemáticas obras, num misto de referências a uma "mediterrânicização do moderno"³⁶, na "forma ostensivamente orgânica em que a morfologia celular do aglomerado de quartos se estende pela encosta numa vibrante composição hexagonal de terraços dispostos em leque", e a uma "estilização trans-histórica", na caracterização do volume do restaurante panorâmico, "construído como uma cabana de madeira ancorada num baluarte estereotómico". No Algarve, o Hotel da Balaia (1966-1968) reequaciona as "texturas do vernacular mediterrânico"³⁷ e a "dinâmica organicista" anunciadas em Sesimbra, introduzindo, em paralelo, o tema do grande átrio de entrada, trabalhado como um espaço vazado onde se concentram os acessos às galerias dos quartos, que, mais tarde, seria apurado nas torres de Troia³⁸. Processo inédito de "chave-na-mão", o Hotel da Balaia marca o início de "uma estrutura interdisciplinar que envolve arquitectos, urbanistas, paisagistas, pintores, escultores, fotógrafos e designers"³⁹ e que se assume, ela própria, como promotor imobiliário. Necessariamente polémica, esta nova postura profissional divide opiniões no Encontro Nacional de Arquitectura, de 1969. De um lado, os que aceitam a "comercialização" da arquitectura como "a única forma de o arquitecto se libertar das inexplicáveis convenções e erráticas exigências dos clientes"⁴⁰, e, do outro, os que defendem uma ética profissional no sentido da responsabilização cívica do arquitecto,

enquanto agente social e cultural, e, por isso, independente de interesses capitalistas. Posições contraditórias, dividem-se entre os apologistas dos grandes escritórios e os que, individualmente, se batem, ao estirador, por uma actuação que entendem ser sinónimo de qualidade. Debate sem consensos, desta vez a única saída possível seria "pela porta"⁴¹. Mas o ano de 1969 seria ainda tempo de outros "encontros".

Nuno Portas faz um trocadilho de "ressonância evidentemente italiana"⁴², em "A Cidade como Arquitectura"⁴³, e Siza, regressado de Barcelona, traz na bagagem *complexidades e contradições*⁴⁴, que se iriam "reflectir" no Edifício da Avenida da Ponte (1969)⁴⁵, no Porto, e sedimentar no projecto para Caxinas (1970), em Vila do Conde. Sinal de mudança e de ruptura, estes dois "encontros"

notas

⁴¹ COSTA, Alexandre Alves, op. cit., p.95.

⁴² GOMES, Paulo Varela, "Arquitectura, Os Últimos Vinte e Cinco Anos", in PEREIRA, Paulo (dir.), *História da Arte Portuguesa*, vol. III, Lisboa, Círculo de Leitores, 1995, p.552.

⁴³ Inspirado por "L'Architettura della Città", de Aldo Rossi, publicado em 1966.

⁴⁴ "Complexity and Contradiction in Architecture", de Robert Venturi, também de 1966.

⁴⁵ Projecto para um edifício de comércio e escritórios, "elaborado e aprovado em 1968 e posteriormente desenvolvido como projecto de execução, entregue em 1975 e logo abandonado", em que Siza propunha, do lado nascente da Avenida aberta na malha existente e "cobrindo a escarpa", a construção de um edifício-quarteirão (com 10 pisos, a partir da cota mais baixa), onde se integravam algumas construções antigas, revestido por uma superfície de vidro espelhado, inclinada de modo a reflectir as construções envolventes. Projecto polémico, não só pela radicalidade formal da solução, mas também porque "agarrado" aos critérios de monumentalização que a DGMN e a Câmara preconizavam para o conjunto da Sé, é, agora, no âmbito da Porto 2001, e, mais uma vez, pela mão de Siza, objecto de uma (re)leitura "lucidamente contemporânea", em que se "retomam continuidades urbanas através de um conjunto edificado fracturado, composto de descontinuidades" que integram o projecto de Fernando Távora, para a Casa dos 24, e dão novo sentido ao "rasgão" da Avenida da Ponte.

Não podemos deixar de referir, dentro do modelo dos edifícios em vidro, o edifício, de escritórios e garagem, da Rua Visconde de Setúbal (1961), no Porto, de Matos Ferreira e o Edifício Castill (1968), em Lisboa, do atelier Conceição Silva, com centro comercial, cinema e escritórios. Com diferentes abordagens formais, o primeiro procura, em termos de escala e de proporção dos elementos construtivos, inserir-se no ambiente definido pela rua, enquanto que o último se individualiza, assumidamente, da envolvente construída. (cf. *Avenida da Ponte*, Porto, Porto 2001, 2001).

notas

³⁶ BARATA, Paulo Martins, "Conceição Silva. Poética Sem Retórica", *Prototipo*, Lisboa, N.º 4, Novembro 2000, p.53.

³⁷ Idem, p.59.

³⁸ Integradas no complexo da Torralta, processo polémico que tem início em 1970 e o mais ambicioso projecto turístico deste período, as quatro torres faziam parte de uma ideia maior: construir uma "cidade de lazer". Plano que, para além de diversas unidades habitacionais, hotéis e apartamentos, incluía, também, uma série de equipamentos estruturantes como hipódromo, pavilhão gimno-desportivo, museu, campo de golf, centro comercial, piscinas, cinemas e restaurantes, seria amputado na sequência da Revolução de 1974.

(cf. Idem, p.61).

³⁹ Idem, p.41.

⁴⁰ Idem, *ibidem*.

anunciam o final dos anos 60, propondo, por um lado, um novo enfoque socio-cultural na relação entre arquitectura e espaço urbano, com eco no "Estudo de Renovação Urbana do Barredo" (1969), de Fernando Távora, e, por outro, uma renovação de linguagem arquitectónica, que, no Porto⁴⁴, se pode condensar no confronto entre as casas de Sérgio Fernandez e de Alves Costa e Camilo Cortesão para Caminha.

"Experiência inaugural e perspectivadora de futuras intervenções em centros históricos", o projecto de Fernando Távora para o Barredo, no Porto, assenta em "preocupações sociais e ambientais que o fazem propor somente a deslocação do excedente de população residente na zona a recuperar e adoptar um critério de renovação onde se preconiza, inovadoramente entre nós, a preservação quase integral do velho tecido urbano pré-existente, por forma a garantir-se o reencontro da identidade da zona pelo reuso e valorização de um património edificado considerado indissociável da imagem global da cidade"⁴⁵. Inicialmente centrado numa abordagem morfológica, este Estudo seria complementado, após o 25 de Abril, por uma análise de carácter tipológico, aproximando-se, assim, dos métodos preconizados por Rossi "para o estudo científico das cidades históricas"⁴⁶. Em Caminha, a casa própria de Sérgio Fernandez (1971-1973) e a Casa Marques Guedes (1973-1974), de Alves Costa e Camilo Cortesão, marcam, "na confluência (...) entre duas vias da arquitectura moderna: o empirismo orgânico de Alvar Aalto e o revivalismo da Neue Sachlichkeit purista dos anos 30"⁴⁷, um progressivo afastamento a referências vernaculares, pela simplificação volumétrica e abandono do ornamento. Obras artesanais, "na produção do projecto (...) mas (...)

notas

⁴⁴ Porque "no Sul do País, a fase "heróica da arquitectura contextualista e realista já tinha passado, esta tinha-se diluído num novo formalismo ou no serviço de programas capitalistas mais ou menos vistosos, e os problemas de desenho urbano e de metodologias de projecto ocupavam o primeiro lugar". (cit. GOMES, Paulo Varela, op. cit., *ibidem*).

⁴⁵ FERRÃO, Bernardo José, "Tradição e Modernidade na Obra de Fernando Távora 1947/1987", in *Fernando Távora*, Lisboa, Editorial Blau, 1993, p.34.

⁴⁶ FERNANDEZ, Sérgio, *Percurso, Arquitectura Portuguesa 1930-1974*, op. cit., p.169.

⁴⁷ GOMES, Paulo Varela, op. cit., p.553.

também na produção da obra"⁴⁸, "estas duas casas são a Escola do Porto em estado puro"⁴⁹.

Escola do Porto onde estudantes e professores se "encontram", também em 1969, para definir um novo programa de estudos, em que o Desenho, a Urbanologia, a Construção e a História se condensam em volta do Projecto, na perspectiva de uma articulação mais objectiva com a realidade. Na linha de uma abordagem culturalista revelada anteriormente, privilegiam-se a análise e o inquérito. Relegado para segundo plano, o desenho entra necessariamente em crise, implicando a "virtual suspensão do projecto"⁵⁰.

Desenho que, paradoxalmente, ganha novo virtuosismo fora da Escola, em especial no percurso sempre "inquieta" de Siza Vieira. Depois da Casa da Gateira (1971), em Moledo do Minho, exercício complexo de equilíbrios entre o restauro e a intervenção com obra nova, e a Agência do Banco Pinto & Sotto Mayor (1971-1974), em Oliveira de Azeméis, que Paulo Varela Gomes acusa de "estruturalista"⁵¹, Siza projecta a Casa Beires, na Póvoa do Varzim (1973-1976), "objecto onde a instabilidade e a segurança, o rigor quase matemático e a poesia se encontram na conflituosa procura de mais amplos horizontes disciplinares"⁵².

Ainda em 1969, no clima de abertura política da primavera marcelista, o Ministério das Obras Públicas organiza, ao "encontro" da necessidade/exigência "de uma maior racionalização do sector"⁵³ da habitação social, um Colóquio sobre Política de Habitação, de que resultará a criação, já no quadro do III Plano de Fomento (1968-1973), do Fundo de Fomento da Habitação. Assumindo-se como "entidade promotora e investidora"⁵⁴, o Estado abria, assim, expectativas de

notas

⁴⁸ COSTA, Alexandre Alves, op. cit., p.97.

⁴⁹ GOMES, Paulo Varela, op. cit., p.555.

⁵⁰ *Idem*, p.550.

⁵¹ Numa clara alusão ao formalismo experimentalista dos New York Five, ou "Os Brancos", a que, nesta obra, se associam uma "procura da forma" aalliana, no desenho das plantas, um revivalismo de formas volumétricas " vindas do racionalismo purista" e, ainda, a referência a uma sinalética venturiana, no desenho do letreiro do Banco. (Ver *idem*, p.554).

⁵² FERNANDEZ, Sérgio, "Arquitectura Portuguesa 1961-1974", op. cit., p.62.

⁵³ FERNANDEZ, Sérgio, *Percurso, Arquitectura Portuguesa 1930-1974*, op. cit., p.171.

uma melhor articulação entre planeamento e construção, sentimento partilhado pela maioria dos arquitectos "de escola", que, inevitavelmente, se associam a este tipo de intervenções.

A mais emblemática seria a do Bairro do Alto do Restelo (1972), em Lisboa, da autoria de Nuno Teotónio Pereira e Nuno Portas, marcando o "retorno formalista do quarteirão como peça integral de arquitectura"⁵⁵. À "singularidade das autorias arquitectónicas"⁵⁶, experimentadas, e criticadas, nos Olivais, sobrepõe-se, agora, uma ideia de unidade na relação entre a arquitectura e o espaço público, privilegiando a rua e a praça como espaços de vizinhança. Para isso, os edifícios são de altura reduzida, desenvolvendo-se em comprimento, "facilitando uma relação mais próxima com o terreno e a criação de espaços intersticiais de escala acolhedora"⁵⁷.

Na mesma altura, Gonçalo Byrne e António Reis Cabrita, projectam, para o Plano de Chelas, o edifício de habitação e comércio "Pantera Cor-de-Rosa" (1972-1973). Proposta inovadora, que organiza, em blocos contínuos, diversos tipos de apartamentos, estrutura-se a partir de "um longo e estreito logradouro, que remata numa praça onde passa a principal via de acesso automóvel"⁵⁸, para o qual se abrem os edifícios, numa sucessão de galerias e varandas que pontualmente estabelecem ligações transversais entre eles e proporcionam diferentes contactos entre os moradores. Pela caracterização formal do conjunto, "o uso de galerias, os contrastes entre os grandes volumes e os vazios pontuados por pilares laminares, ou a forma e escala das torres dos ascensores que interrompem os planos das fachadas ou marcam os cunhais dos edifícios"⁵⁹, é inevitável uma comparação com o conjunto da Gallaratense (1967-1974), de Carlo Aymonino e Aldo Rossi.

"Edifícios complexos ou complexos de edifícios de um mesmo autor (...) tentam resolver no interior da sua "obra", os problemas de identidade do espaço público"

para "logo se interrompe(re)m ou contradize(re)m no "bocado"⁶⁰ antes ou a seguir.

Mas seria no Porto que, verdadeiramente, se revolucionariam as práticas urbanísticas, mas também de política urbana, relativas a este sector. No âmbito do recém-criado Fundo de Fomento da Habitação, Siza projecta, em 1973, o conjunto habitacional da Bouça, construído só em 1975-1977. Ao contrário do Restelo, promovido fora da cidade e, por isso, em "situação e lugar propícios à implantação da ordem urbana", a Bouça trabalha um quarteirão/fragmento da cidade tradicional, propondo aos seus habitantes/destinatários uma nova ordem e "outros referentes de vida"⁶¹. Neste sentido, distancia-se claramente da política de "periferialização" preconizada para os bairros sociais, na aposta de uma requalificação urbana centrada na consolidação das relações socio-territoriais existentes. Anunciava-se, assim, uma "reflexão sobre a cidade "histórica" e o seu destino"⁶², que, no Porto, teria lugar, depois do 25 de Abril de 1974, com as operações SAAL. Mas, na imobilidade das mentalidades, a Bouça ficaria incompleta e o processo SAAL seria interrompido. No rescaldo do golpe militar do 25 de Abril, a permissividade de uma liberdade recém-conquistada traz à rua as reivindicações de uma população até então "conformada". A sua luta será a de "uma intervenção significativa que afaste a seu favor os obstáculos que impedem uma política popular de alojamento e equipamentos urbanos"⁶³. A resposta do Estado seria a criação do SAAL - Serviço de Apoio Ambulatório Local e do "Programa Cooperativo de Habitação".

Criado a 6 de Agosto de 1974, na dependência do Fundo de Fomento da Habitação, o SAAL define-se como um corpo técnico especializado e multidisciplinar que, através das câmaras municipais, visava apoiar operações de (re)alojamento propostas pela população, num processo inédito de "cooperação conflitual" entre o Estado e os habitantes"⁶⁴ que partia do

notas

⁵⁴ Idem, *ibidem*.

⁵⁵ PORTAS, Nuno, MENDES, Manuel, op. cit., p.27.

⁵⁶ Idem, p.28.

⁵⁷ FERNANDEZ, Sérgio, op. cit., p.184.

⁵⁸ Idem, *ibidem*.

⁵⁹ Idem, p.185.

notas

⁶⁰ PORTAS, Nuno, MENDES, Manuel, op. cit., p.30.

⁶¹ GOMES, Paulo Varela, op. cit., p.558.

⁶² COSTA, Alexandre Alves, "1974-1975, O SAAL e os Anos da Revolução", in AAVV, *Portugal Arquitectura do Século XX*, Lisboa, Portugal-Frankfurt 97, 1997, p.66.

⁶³ Idem, p.67.

“princípio geral de edificar - para renovar - nas próprias áreas degradadas”⁶⁵. Trabalhando directamente com as comissões de moradores e sobre uma realidade concreta em permanente transformação, “ensaiam-se alternativas metodológicas de projecto que, simultaneamente, viabilizem uma implícita teoria alternativa de cidade”⁶⁶, na crítica constante aos planos existentes. Neste sentido, o SAAL tende a assumir-se, ele próprio, como gestor da cidade, num processo que irá tomar diferentes contornos em Lisboa e no Porto e que, naturalmente, alimentará inevitáveis conflitos dentro do aparelho de Estado.

“Na capital, a maioria das operações decorrem em zonas de subúrbio e constituem conjuntos para serem ocupados por populações de bairros de lata recentemente urbanizadas”⁶⁷. Na emergência da sua construção, recorre-se a partidos tipológicos já experimentados nos bairros municipais, privilegiando os blocos colectivos de média altura. As mais conhecidas seriam a da “Quinta das Fonecas” (1975-1983), de Hestnes Ferreira, e a do “Monte Coxo/Bacalhau” (1976), de Manuel Vicente, ambas incompletas por falta de financiamento, e a do “Alto dos Moinhos” (1974-1976), de Francisco Silva Dias.

“No Porto, pelo contrário, as operações decorrem no centro urbano, em espaços abertos junto a antigos bairros operários, e correspondem a populações urbanas de longa data”⁶⁸. Necessariamente, este processo seria mais conflituoso, atingindo mesmo um tom revolucionário na contestação popular aos interesses do capital fundiário.

Na ausência de uma política de reabilitação dos centros históricos, delimitam-se “unidades operacionais” e os critérios de intervenção são definidos empiricamente a partir de “considerações de carácter económico” e “de defesa do património e da paisagem da cidade”⁶⁹. Intervenções pontuais e fragmentadas, de consolidação e ordenamento do tecido urbano existente, procuram “contrapo(r) o “velho” e o “novo” sem perca de um carácter geral

notas

⁶⁴ PORTAS, Nuno, MENDES, Manuel, op. cit., p.47.

⁶⁵ Idem, p.46.

⁶⁶ Idem, *ibidem*.

⁶⁷ COSTA, Alexandre Alves, op. cit., p.68.

⁶⁸ Idem, p.69.

⁶⁹ Idem, p.67.

solidificado pelo uso e o tempo”⁷⁰. Tratava-se, assim, de “reinventar um “lugar praticado” no sentido de o promover a “lugar de memória”⁷¹.

As operações mais significativas seriam as de Siza Vieira, em São Vítor (1974-1977), de Alcino Soutinho, na Maceda, de Pedro Ramalho, nas Antas (1974-1977), de Matos Ferreira, na Loja (1974-1977), e de Sérgio Fernandez, no Leal (1976-1978). Destaca-se, aqui, a preferência pela “casa em banda, no geral duplex”⁷², em franco diálogo com a rua, modelo que concilia influências do Movimento Moderno (Holanda e Alemanha) com a estrutura residencial predominante no Porto.

Fora destes dois pólos, e no âmbito do SAAL-Sul, Gonçalo Byrne projecta o “Casal das Figueiras” (1974-1978), em Setúbal, e Siza Vieira o “Bairro da Malagueira” (1977), em Évora. “Último grande projecto da Revolução, a Malagueira foi por isso mesmo o primeiro grande projecto dos anos 80”⁷³.

Por razões de ordem política, associadas ao 25 de Novembro, mas também económica, falhado “o objectivo importante de serem os moradores a co-financiar a construção dos seus bairros”⁷⁴, a 28 de Outubro de 1976 o SAAL passa para a dependência directa das câmaras municipais, onde um anunciado conflito de interesses determinaria o seu fim. Alguma desta experiência teria continuidade nas Cooperativas de Habitação Económica, do FFH, mas seria lá fora, e, mais uma vez, através de Siza, que seria reconhecida a importância do processo SAAL⁷⁵.

Ultrapassada a aventura revolucionária do 25 de Abril, a arquitectura portuguesa entra em “suspensão”⁷⁶.

notas

⁷⁰ GOMES, Paulo Varela, op. cit., p.561.

⁷¹ COSTA, Alexandre Alves, op. cit., *ibidem*.

⁷² PORTAS, Nuno, MENDES, Manuel, op. cit., p.48.

⁷³ GOMES, Paulo Varela, op. cit., p.566.

⁷⁴ Idem, p.564.

⁷⁵ Siza é convidado, em 1980, a participar no concurso de reconstrução do bairro Kreuzberg (1976-1988), em Berlim, onde constrói a sua primeira obra fora de Portugal, o edifício de habitação “Bonjour Tristesse”, e ponto de partida para a sua intervenção em Schilderswijk Ward (1984/1994), em Haia, de que se destacam as duas casas de Van Der Venne Park (1986), “exercício “impossível”” em que “Siza intersecta, sem trair a expressão da diferença”, a Escola de Amsterdão com a Escola de Roterdão. (cf. COSTA, Alexandre Alves, op.cit., p.70).

⁷⁶ Em “suspensão” estivera também o ensino das Belas Artes, em Lisboa e no Porto, desde 1974, e a revista Arquitectura, de volta em 1979, agora dirigida

"Desfeita ou caricaturada a razão ética do projecto", no vazio que se gera entre a realidade e a construção do desenho, "na ausência de investigação ou na subvalorização de ferramentas essenciais", o processo criativo liberta-se "para a produção de uma nova arquitectura"⁷⁷.

Na Europa, o "debate (...) abandonava cada vez mais os valores da inovação" para "se vira(r) para o problema da relação ou recuperação do passado"⁷⁸, enquanto que, nos Estados Unidos, Charles Jenks⁷⁹ "encontrava" um novo estilo, "servido teoricamente com discursos antimodernistas baseados numa extrapolação de teses de Venturi e Rossi"⁸⁰: o "classicismo pós-moderno". A História servia, assim, diferentes abordagens: de um lado, uma tradição culturalista, "de compreensão da história como devir"⁸¹, e, do outro, um revivalismo figurativo-historicista, em clara ruptura com o projecto moderno. São tempos de mudança, para pior na opinião de Nuno Portas⁸², mas, mesmo assim, sinal da vitalidade de mais uma "nova geração" de arquitectos portugueses.

Outros seriam, agora, também os interesses da DGEMN e a política das **pousadas** nacionais.

notas

por José Lamas e Carlos Duarte.

⁷⁷ MENDES, Manuel, op. cit., p.64-65.

⁷⁸ ALMEIDA, Rogério Vieira de, "De 1976 ao Final do Século", in AAVV, *Portugal Arquitectura do Século XX*, Lisboa, Portugal-Frankfurt 97, 1997, p.74.

⁷⁹ Em "The Language of Post-Modern Architecture", de 1977.

⁸⁰ Que reclamavam "o direito da arquitectura à monumentalidade e à ironia (uma monumental ironia?), o direito às formas históricas (e ao fim da história), à comunicação".

(cit. GOMES, Paulo Varela, op. cit., p.567).

⁸¹ SIZA, Álvaro, "Arquitectura e Transformação", in AAVV, *Portugal Arquitectura do Século XX*, Lisboa, Portugal-Frankfurt 97, 1997, p.139.

⁸² GOMES, Paulo Varela, op. cit., p.568.

Monumentos e Centros Históricos: “Adaptação” a Pousada

MINISTERIO DAS OBRAS PUBLICAS



BOLETIM
DA DIRECCAO GERAL
DOS EDIFICIOS E MO-
NUMENTOS NACIONAIS



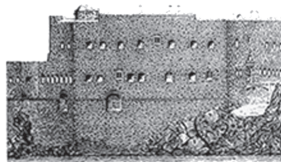
CASTELO DE OBIDOS

JUNHO 1952 **68-69**
SETEMBRO

Castelo de Óbidos
Boletim da DGEMN N.º 68-69
Junho-Setembro 1952

“(…) E como em certo momento, quando as obras ordenadas na alcáçova já se achavam quase na sua fase final, ocorresse a ideia de se aproveitar esse notável edificio (de antemão condenado a permanecer vazio e inútil, enquanto não fosse possível transformá-lo em um museu regional ou outro estabelecimento análogo) para instalação de uma “**pousada**” que atraísse ali maior número de visitantes nacionais e estrangeiros, com manifesta vantagem do monumento e até do País, resolveu-se afinal estudar a possibilidade de se fazer a adaptação necessária para tal fim - adaptação condicionada, evidentemente, pelo propósito de se não sacrificar, com quaisquer obras imprudentes ou descabidas, a feição tradicional e, a bem dizer, “sentimental” daquele velho palácio casteleiro, onde ainda se não apagou completamente a sombra dos extintos alcaides-mores. Espinhoso embora, o problema pôde ser por fim solucionado como convinha, isto é, sem risco de prejudicar ou amesquinhar de qualquer modo o significado histórico do edificio. Na realidade, tudo se resumiu, quase, a uma cautelosa e proporcionada subdivisão do espaço habitável em todos os três pavimentos, a diversas disposições favoráveis à criação de um adequado ambiente “doméstico”, e a certas obras interiores, manifestamente inofensivas, destinadas a conciliarem com a rudeza das construções arcaicas as vulgares susceptibilidades dos homens da actualidade, (...).

Certo, o que ali foi preciso fazer - e se fez - equivaliu a impregnar todo aquele interior quinhentista de muitas noções e muitos costumes do viver moderno; mas isso mesmo não ofende, em verdade, os direitos hereditários ou a preciosa pátina do edificio, antes reanima e relembra indirectamente as noções e os costumes que desapareceram para sempre na sombra dos séculos mortos. Ali, o descuidado turista dos nossos dias, reconfortado pelo espectáculo de uma paisagem de sadio e amorável pitoresco, e em contacto quase permanente (mas não importuno) com múltiplas recordações do mundo antigo, será mais sensível, sem dúvida, aos benefícios materiais da sua época, e mais sensível ainda, se for Português, a outro bem não menos valioso: a herança espiritual que recebeu; pois em todos os aspectos que o rodeiam encontrará afinal - avivado por pequenos quadros evocativos - um passado que também Lhe pertence: o passado da sua Pátria”.



FORTE DA BERLENGA

DEZEMBRO DE 1953 **74**
Forte da Berlenga
Boletim da DGEMN N.º 74
Dezembro 1953

“(…) reconhecida a vantagem de se renovar ali a experiência já efectuada, com o melhor êxito, em outra fortaleza da mesma região - o Castelo de Óbidos - foi resolvido instalar entre aqueles muros, já incapazes de afrontarem as devastadoras tempestades bélicas dos nossos dias, uma **pousada** acolhedora, que poderá ser talvez, dentro de breve prazo, a mais procurada pelo escol do moderno turismo nacional e estrangeiro(…). Esse desígnio de oferecer à atenção - e, mais ainda, ao conhecimento directo - dos homens da actualidade tão singular monumento não se efectivou, como é fácil imaginar, senão depois de longa e largamente estudadas as condições em que devia ser feita a necessária adaptação. De início, logo um dever se impunha: o de evitar qualquer descaracterização histórica ou arquitectónica em toda a edificação herdada. Congraçar ou harmonizar o passado com o presente, sem jamais os confundir, eis o princípio a que devia subordinar-se todo o trabalho a realizar.(…) Obtida assim, ao cabo de todos esses trabalhos e de outros de menor vulto, a unidade construtiva e a feição tradicional do monumento - em suma, a revivificação do antigo “Forte de S. João Baptista” - chegou finalmente a ocasião de se dar início às obras de adaptação da **pousada** que por vários motivos, já expostos, se julgou conveniente instalar ali, entre aqueles muros (...). Empresa mais fácil, embora não isenta de responsabilidades - pois cumpria preservar cuidadosamente as tradições do edifício das irreverências do insofrido “modernismo” contemporâneo - conclui-se afinal como era necessário, isto é, sem menoscabo do passado nem sacrifício do presente, antes com acertada harmonização de todos os valores antigos com todas as exigências modernas.

Certo, a introdução de numerosas paredes divisórias no amplo espaço interior do edifício transformou, como era inevitável, o seu aspecto; mas, em verdade, não o descaracterizou, nem depreciou, visto que nenhum pormenor relevante dava feição especial a esse recinto (...).

Tudo, em verdade, concorre para justificar a iniciativa de que nasceu a **pousada** agora oferecida às exigentes curiosidades do Turismo contemporâneo. (...) E, aproximando por tal modo da História da sua Pátria os Portugueses que o visitem, não deixará também sem uma lição útil, embora superficial, os estranhos que acaso sejam para ali encaminhados.

Na realidade, em uma nação como a nossa, de antiga e nobre História, não é somente o curso do tempo que desactualiza os seus monumentos; é também o desconhecimento ou desinteresse que os divorcia do sentimento patriótico da população. Desejando contribuir, tanto quanto seja possível, para que tal desentendimento desapareça, a Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais crê que pode aceitar, com boa razão, a responsabilidade que lhe cabe no novo destino imposto ao Forte da Berlenga”.



Convento dos Lóios, Évora
Adaptação a Pousada
Boletim da DGEMN N.º 119
Março 1965

" (...)

4. Trabalhos de conservação e adaptação a **Pousada**. O exame das gravuras e dos desenhos que ilustram este *Boletim*, documenta de forma muito clara o sentido e profundidade da intervenção da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais na adaptação do antigo Convento dos Lóios, a **Pousada**.

O velho edifício conventual possuía, na verdade, um esquema que permitiu um aproveitamento racional, sem que, deste facto, resultassem inconvenientes para o seu intrínseco valor arquitectónico e artístico.

É evidente que a adaptação por que passou o monumento, obrigou a pequenas alterações e reajustamentos de variadas zonas, visto que a uma nova função do edifício deveriam corresponder, também, novas necessidades e implicações.

Sem embargo, ficaram totalmente ressalvados não só o seu valor espiritual, como aqueles elementos arquitectónicos que do mesmo modo se destacavam e tinham conduzido à sua classificação, uma vez que, pela analogia de funções, era possível mantê-los com expressão própria, integrando-os lógica e racionalmente no plano da **Pousada**.

(...)

De posse de todos os elementos que o velho edifício nos facultava e após uma cuidada e criteriosa síntese dos problemas que a adaptação originava, tendo em vista que dela não resultassem quaisquer inconvenientes para as características arquitectónicas ou construtivas do antigo convento, foram levados a cabo todos os trabalhos que se consideravam indispensáveis para a instalação da unidade hoteleira projectada.

(...)

Pela descrição muito sumária dos principais trabalhos efectuados no antigo Convento dos Lóios, pode concluir-se que a intervenção da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais foi nitidamente positiva visto que permitiu a racional ocupação do edifício, em bases susceptíveis de contribuir para a valorização turística nacional".



REPÚBLICA
PORTUGUESA

BOLETIM
DA Direcção GERAL
DOS EDIFÍCIOS E MO-
NUMENTOS NACIONAIS



POUSADA
DA
RAINHA SANTA ISABEL
ESTREMOZ

127

Pousada da Rainha Santa Isabel, Estremoz
Boletim da DGEMN N.º 127
1977

“ (...)

Trabalhos de Conservação e Adaptação a **Pousada**. A análise dos desenhos e gravuras que fazem parte deste boletim documenta de forma muito clara os profundos e complexos trabalhos projectados e realizados pela Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, que visaram a racional adaptação da velha alcáçova do Castelo de Estremoz a **pousada**, tendo sido possível obter-se uma unidade hoteleira com a capacidade de vinte e três quartos de hóspedes - todos com instalações sanitárias privadas - além de zonas de recepção, de estar e de refeições dos hóspedes, distribuídas nos dois principais pisos. Nos restantes três pisos foram instalados os diversos serviços subsidiários e instalações para o pessoal.

(...)

Finalmente, encarou-se o racional enquadramento do edifício com o conveniente arranjo do logradouro e a recuperação dos imóveis classificados e arruamentos que constituem o conjunto envolvente da torre de menagem e alcáçova do Castelo de Estremoz. A decoração foi particularmente cuidada, apoiando-se em bom mobiliário português dos séculos XVII e XVIII, tendo sido adquiridas peças notáveis de marcenaria, pintura, tapeçaria e cerâmica. Todas estas obras de adaptação foram efectuadas sem que deste facto resultassem inconvenientes para o traçado arquitectónico e valor artístico do imóvel, mesmo com as pequenas alterações e reajustamentos de variadas zonas, motivadas pela nova utilização do edifício a que corresponderam também novas necessidades e implicações.

Efectivamente, foram mantidos os principais elementos arquitectónicos que no monumento se destacaram e que, por analogia de funções, foram integrados com a sua expressão própria no plano da pousada. (...)

Após estes trabalhos, que permitiram o conhecimento completo do imóvel, e sistematizados os problemas que a adaptação originava, foram efectuados os trabalhos que se consideraram indispensáveis para a instalação da unidade hoteleira projectada, sem que daí resultassem inconvenientes para as características arquitectónicas e construtivas da antiga alcáçova. (...) Por esta descrição sumária dos trabalhos efectuados na antiga alcáçova do Castelo de Estremoz, que foram conduzidos com a intenção de contribuir para a valorização do imóvel classificado, pode concluir-se que a intervenção da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais foi positiva, permitindo a recuperação e revitalização do edifício em termos adequados”.



REPÚBLICA
PORTUGUESA

BOLETIM
DA Direcção-Geral
dos Edifícios e Mo-
numentos Nacionais



POUSADA DE SANTIAGO

PALMELA

129

Pousada de Santiago, Palmela
Boletim da DGEMN N.º 129
1984

"(...)

Com a extinção das ordens religiosas(1834) a casa conventual de Palmela ficou em grande abandono e ruína, sendo, como ficou dito, restaurada pela Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e adaptada a pousada. (...)"



REPÚBLICA
PORTUGUESA



BOLETIM
DA DIRECÇÃO-GERAL
DOS EDIFÍCIOS E MO-
NUMENTOS NACIONAIS

POUSADA DE SANTA
MARINHA 130
GUIMARÃES

Pousada de Santa Marinha, Guimarães

Boletim da DGEMN N.º 130
1985

“ (...)

Trabalhos de Conservação e Adaptação.

A Direcção-Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais, à semelhança, aliás, de outros casos idênticos, escolheu uma equipa projectista, chefiada pelo professor Arquitecto Fernando Távora, para elaborar o projecto de adaptação a **pousada** do antigo Convento de Santa Marinha da Costa, em Guimarães.

(...)

1 - Quando foi decidida a adaptação a **pousada** do Convento de Santa Marinha da Costa o edifício encontrava-se em progressivo estado de degradação, conseqüente de uma longa variedade de usos a partir de 1834 e, em período recente, do abandono da sua utilização. Mas, (...), pode dizer-se que a sua estrutura fundamental se mantinha intacta, tal como a deixaram as últimas grandes obras dos séculos XVII-XVIII (...).

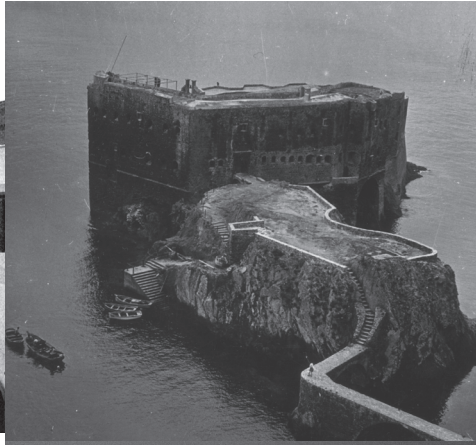
O estudo inicial da **Pousada** de Santa Marinha restringia-se ao aproveitamento do volume construído existente mas, verificada a sua baixa rentabilidade no que se referia ao número de quartos que tal critério comportava e, por outro lado, a impossibilidade da criação de mais quartos sob pena de destruição da qualidade espacial do edifício, foi decidida a construção de um corpo novo no sentido de aumentar a sua capacidade de alojamento. (...)

2 - O critério geral adoptado no Projecto da **Pousada** de Santa Marinha foi o de “continuar-inovando”, isto é, o de contribuir para a persecução da vida já longa do velho edifício, conservando e reafirmando os seus espaços mais significativos ou criando espaços de qualidade resultantes de novos condicionamentos programáticos.

Pretendeu-se aqui um diálogo, afirmando mais as semelhanças e a continuidade do que cultivando a diferença e a ruptura. Tal diálogo constituiu um método por meio do qual se sintetizaram as duas vertentes complementares a considerar na recuperação de uma pré-existência: o conhecimento rigoroso da sua evolução e dos seus valores, através da arqueologia e da história, e uma concepção criativa na avaliação desses valores e na elaboração do processo da sua transformação.

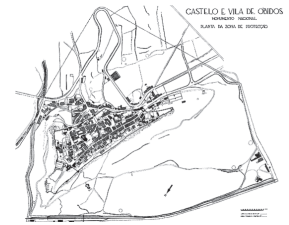
É certo que a **pousada** introduzirá novo uso no velho convento, mas é certo, também, que se “os homens fazem as casas, as casas fazem os homens”, o que justifica a manutenção, no edifício actual, de uma escala e de um ritual de espaços que, traduzindo a presença de um passado que seguramente não volta, aqui se recordam e se mantêm pela actualidade do seu significado e pela sua capacidade de identificação.

O que justificará também, e aqui, uma certa austeridade monástica manifestada através de uma grande economia de meios e de uma extrema simplicidade nas soluções adoptadas, quer a nível de espaços quer a nível do seu tratamento, decoração e mobiliário”.



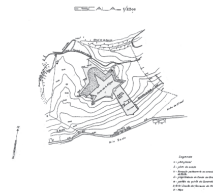


Pousada de S. João Baptista
localização Ilha da Berlenga
programa adaptação a pousada
 (8 quartos)
arquitecto -
decoração -
data de inauguração 1953

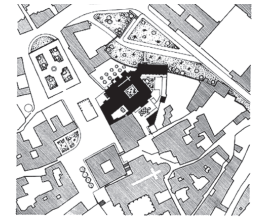


Pousada do Castelo
localização Óbidos
programa adaptação a pousada
 (6 quartos)
arquitecto João Filipe Vaz Martins
decoração SNI
data de inauguração 1950

EXPLANADA DO FORTE DE S. FILIPE



Pousada de S. Filipe
localização Setúbal
programa adaptação a pousada
 (14 quartos)
arquitecto -
decoração -
data de inauguração 15 Setembro 1965



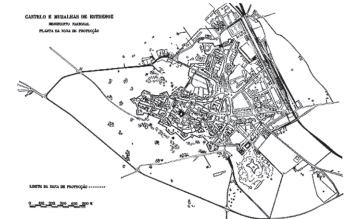
Pousada dos Lóios
localização Évora
programa adaptação a pousada
 (28 quartos)
arquitecto Rui Ângelo do Couto
decoração João Filipe Vaz Martins
data de inauguração 27 Março 1965



Pousada de Santa Marinha
localização Guimarães
programa adaptação c/obra nova
 (24+31 quartos)
arquitecto Fernando Távora
interiores/exteriores Fernando Távora
data de inauguração Agosto 1985



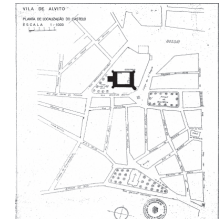
Pousada de Santiago
localização Palmela
programa adaptação a pousada
 (25 quartos)
arquitecto Luís dos Santos Castro Lobo
decoração M.ª Eduarda Ribeiro Cunha
data de inauguração 1979



Pousada Rainha Santa Isabel
localização Estremoz
programa adaptação a pousada
 (23 quartos)
arquitecto Rui Ângelo do Couto
decoração -
data de inauguração 26 Setembro 1970



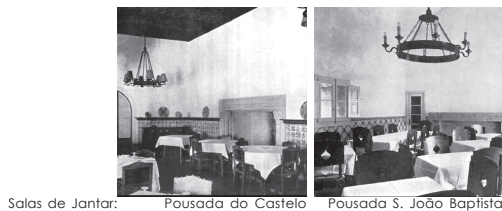
Pousada de S. Francisco
localização Beja
programa adaptação a pousada
 (35 quartos)
arquitecto E. Maia Rebelo/José Alves
decoração Carlos Pietra Torres
paisagista Gonçalo Ribeiro Telles
data de inauguração 25 Novembro 1994



Pousada do Alvito
localização Alvito
programa adaptação a pousada
 (20 quartos)
arquitecto Manuel Bagulho
decoração Pedro Ferreira Pinto
data de inauguração 26 Setembro 1993

■ - Castelo/Forte/Fortaleza

□ - Convento/Mosteiro



Salas de Jantar: Pousada do Castelo Pousada S. João Baptista



Pousada dos Lóios Pousada Rainha Sta. Isabel Pousada de Santiago

● Paralela ao ciclo das **pousadas** de raiz, a DGEMN tinha vindo a concretizar, desde os anos 50, uma série de “adaptações a pousada” de monumentos históricos⁸² restaurados no âmbito do programa de Obras Públicas do Estado Novo. Experiências algo dispersas, no espaço e no tempo, resultam, inicialmente, da necessidade de manter e dar utilidade prática aos diversos edifícios entretanto recuperados, tratando-se, por isso, de “intervenções” feitas a *posteriori* e não o resultado directo de uma estratégia de turismo, como o foram os Paradores espanhóis⁸³.

Neste sentido, a instalação de **pousadas** em “estruturas monumentais - castelos, fortalezas ou conventos - ” surge claramente subordinada à ideologia evocativa “do monumento como “obra-símbolo” da Nação”⁸⁴, privilegiando-se a integridade física e espiritual do edifício à sua “detorpação” por razões de ordem funcional. São, assim, obras essencialmente de “arquitectura de interiores”, sem autoria que não a assumida institucionalmente pela DGEMN, decorrentes do restauro integral dos edifícios, a maioria segundo os critérios do “Restauro Storico”⁸⁵, e caracterizadas por um

notas

⁸² Segundo Alois Riegl (1858/1905) a diferença fundamental entre *monumento* e *monumento histórico* situa-se na sua relação “com o tempo, a memória e o saber”: “o monumento é uma criação deliberada, cujo destino foi assumido a priori e à primeira tentativa, ao passo que o monumento histórico (...) é constituído a posteriori pelos olhares convergentes do historiador e do admirador, que o seleccionam de entre a massa dos edifícios existentes e de que os monumentos representam apenas uma pequena parte. Todo o objecto do passado pode ser convertido em testemunho histórico sem ter tido por isso na sua origem um destino memorial. Inversamente (...) todo o artefacto humano pode ser deliberadamente investido de uma função de memória”.

(cf. CHOAY, Françoise, *A Alegoria do Património*, Lisboa, Edições 70, 2000, p.22).

⁸³ Ainda que, em **Pousadas**, Francisco de Lima considere a possibilidade de, “mas quasi sempre difícil, aproveitar construções antigas que tenham condições de adaptabilidade às exigências actuais de conforto e de vida, sem lhes retirar o seu cunho ou as deformar”, e que o Decreto-Lei N.º 31:259 de 1941, no seu Artigo 1.º § único, refira que “são equiparadas, para todos os efeitos, a estas **pousadas** aquelas que vierem a ser instaladas em edifícios cedidos pelo Estado com esse destino”.

No entanto, de acordo com a ideia de pousada como “casa”, advogada por António Ferro, este partido seria preterido a favor do modelo da “Casa Portuguesa” pelo explícito sentido evocativo e carga simbólica que lhe estavam associados.

⁸⁴ FERNANDES, José Manuel, “**Pousadas** de Portugal. Obras de Raiz e em Monumentos”, in *Caminhos do Património*, Lisboa, Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e Livros Horizonte, 1999, p.162.

⁸⁵ Introduzido por Luca Beltrami (1854/1933), o *Restauro Storico* propunha

revivalismo histórico, veículado, essencialmente, pelo ambiente criado com a decoração e o mobiliário. Inserem-se neste contexto as **pousadas** do Castelo (1950), em Óbidos, de S. João Baptista (1953), no Forte da Berlenga, dos Lóios (1965), em Évora, de S. Filipe (1965), em Setúbal, da Rainha Santa Isabel (1970), em Estremoz, e de Santiago (1979), em Palmela, todas, menos a de S. Filipe, documentadas, com desenhos e fotografias, nos Boletins da DGEMN⁸⁶.

Sem um corpo teórico que definisse concretamente princípios e filosofias de intervenção, a leitura dos Boletins é fundamental para compreender os critérios que presidiram a cada um dos trabalhos, normalmente determinados, no confronto com o real, pelos técnicos encarregados de os dirigir e daí o carácter empírico da sua generalidade. São trabalhos que, dada a situação de urgência das intervenções, incidem sobretudo em obras de consolidação e reconstituição dos imóveis, entendidas mais como “harmonizar” (não reconstituir),

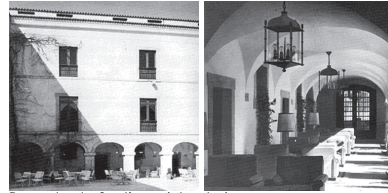
notas

uma “leitura histórica dos monumentos, de modo a reconstruir”, ou, mesmo, construir, “o que neles faltava ou o que neles não se havia sequer edificado por vários motivos”. Esta metodologia aparece em contraproposta ao *Restauro moderno* preconizado por Camillo Boito (1836/1914), que “consistia na análise exaustiva do monumento, na relativização do que era o “central-core” do edifício (...), mas que admitia, no limite, a diferenciação entre o restauro e o pré-existente (quando a reconstrução utilizava a anastilose [recomposição das partes existentes mas desmembradas] como método)”, e ao *Restauro científico* de Gustavo Giovannoni (1873/1947), defensor “do monumento entendido como um documento essencialista”, contra qualquer tipo de “intervenção criativa” nos edifícios ou de “limpeza” da sua envolvente, embora também “admitindo a anastilose como critério útil (mas derradeiro) de intervenção”. Estes dois últimos são posicionamentos críticos em relação à reconstituição, porque subjectiva, dos monumentos, o primeiro, tolerando-a desde que devidamente documentada e, o segundo, negando-a na medida em que se baseia na ideia da intervenção minimalista do restauro “puro”. Metodologias diferentes, trazem novas contribuições ao debate sobre a intervenção no património, até então dividido entre a teoria da “unidade de estilo” de Viollet-Le-Duc, predominante nos países europeus, e o *Anti-restoration* de John Ruskin e William Morris, centrado em Inglaterra, que compreendia “a ruína como um valor em si”. (cf. PEREIRA, Paulo, “Acerca das Intervenções no Património Edificado. Alguma História”, in *Intervenções no Património 1995-2000. Nova Política*, Lisboa, IPPAR/Ministério da Cultura, 1997, p.14-18).

⁸⁶ Antecipando o que viria a ser uma das recomendações da Carta de Veneza (1964), no seu artigo 16, na elaboração da qual Portugal tem uma participação significativa, através do II Congresso Internacional dos Arquitectos e Técnicos de Monumentos (onde a DGEMN seria representada por Luís Benavente e Vaz Martins), com base na reflexão crítica que a prática destes registos proporcionou.



Pousada dos Lóios (claustro)



Pousada de Santiago (claustro)

nas suas linhas gerais, o aspecto do monumento com aquele que o devia afirmar nos tempos (...) da sua maior fortuna"⁸⁷, "sem se abalançar à ingloria tarefa de reedificar - por falta de elementos idóneos e talvez de boa razão histórica - os edifícios subvertidos há dois séculos, nem tão pouco ao inútil vigor de demolir outros, de recente construção"⁸⁸. Tomava-se, assim, consciência dos erros de intervenções anteriores⁸⁹, mas, na "vontade de recuperar o passado, o resultado final acabaria por resultar, em muitos casos, numa confusão entre passado e presente, dado o estado de "novos" em que muitos dos monumentos eram apresentados após os trabalhos"⁹⁰.

As duas primeiras **pousadas** deste grupo, inauguradas no início dos anos 50, resultam de uma decisão tomada depois das obras de restauro, enquanto que nas restantes a adaptação é assumida como um dado à partida e, de alguma forma, determinante para a orientação dos trabalhos, como o indicam os títulos dos próprios Boletins, ainda que, em ambos os casos, a instalação das unidades hoteleiras se reduza, quase sempre, a um mero exercício de compartimentação e organização racional dos espaços resultantes da recuperação dos edifícios. Assim, das experiências iniciais de Óbidos e da Berlenga, surgem, enquadradas no plano de **pousadas** de 1954, as de Évora e Setúbal e,

notas

⁸⁷ *Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, Castelo de Óbidos*, n.º 68-69, Junho-Setembro 1952, p.15.

⁸⁸ *Idem*, p.14.

⁸⁹ De que o restauro do Paço dos Duques de Bragança, em Guimarães, a cargo de Rogério de Azevedo e Baltazar de Castro (com a colaboração de João Vaz Martins), é paradigmático, no esforço de "recriação arquitectónica de todo o edifício como ele deveria de ser - sem porém nunca o ter sido". Segundo Paulo Pereira, o conceito que presidiu a estes trabalhos já não se insere no tradicional partido viollet-le-duquiano das intervenções iniciais da DGEMN, antes representa a consolidação, entre nós, do conceito de *Restauro Histórico*. Da teoria da *unidade de estilo*, de Viollet Le Duc, resultaram graves erros de interpretação artística dos nossos monumentos, especialmente igrejas românicas, e vastas operações de "limpeza" da sua envolvente, que vieram a descaracterizar profundamente o ambiente paisagístico e construtivo em que se inseriam. Isso mesmo o atestam os próprios Boletins, desde o n.º 1, dedicado à Igreja do Mosteiro de Leça do Bailio, ao n.º 55, de S. Pedro de Lourosa.

(cf. PEREIRA, Paulo, *op.cit.*, p.16).

⁹⁰ RODRIGUES, Jorge, "A Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e o Restauro dos Monumentos Medievais Durante o Estado Novo", in *Caminhos do Património*, Lisboa, Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e Livros Horizonte, 1999, p.75.

no plano de 1966, as de Estremoz e Palmela. Numa primeira leitura, podemos desde logo verificar que, das seis, quatro são em edifícios fortificados (cinco, se considerarmos o projecto, não construído, da Pousada do Portinho da Arrábida (1955), na Fortaleza de Sta. Maria) - a Alcaidaria-mor do Castelo de Óbidos, o Forte de S. João Baptista, a Fortaleza de S. Filipe e a Alcáçova do Castelo de Estremoz- e duas em edifícios conventuais - o Convento de S. João Evangelista, em Évora, e o Convento da Ordem de Santiago, junto ao Castelo de Palmela. E se, nas primeiras, se sente uma maior "confusão" na adaptação do novo programa, na definição dos acessos verticais e dos esquemas de distribuição ou na própria delimitação entre zonas comuns e espaços privados, nas últimas, a sua organização resulta, de forma quase linear, da lógica conventual, onde, por analogia de funções, a antiga portaria é transformada em entrada, o claustro em espaço de distribuição, a sala do capítulo em espaço de estar, o refeitório em sala de jantar, e, naturalmente, as celas em quartos de hóspedes⁹¹.

Será neste último ponto que surgem os maiores problemas (e, por isso, também onde se revela a verdadeira qualidade deste tipo de intervenções) pela necessidade de adequar estes espaços às exigências dos modernos conceitos de conforto (como instalações sanitárias privativas), que a rigorosa métrica das estruturas celulares, obviamente, não contemplava. Outra questão polémica será o "encerramento", em vidro, dos claustros, solução muitas vezes "incontornável", mas que deturpa claramente o sentido e o carácter destes espaços.

A estas alterações vêm juntar-se as determinadas pela instalação de adequadas infra-estruturas eléctricas, de aquecimento e de saneamento, imprescindíveis ao funcionamento de uma pousada.

Em termos de "autoria", estas adaptações são dirigidas por João Filipe Vaz Martins, na Pousada do Castelo, Rui Ângelo do Couto, na Pousada dos Lóios e na Pousada da Rainha Santa Isabel, e Luís Castro Lobo, na Pousada de Santiago, enquanto técnicos ao serviço da DGEMN.

notas

⁹¹ Curiosa seria, pela proximidade dos modelos, uma leitura entre a tipologia conventual e as soluções em "pátio" apresentadas, em paralelo, para as **pousadas** de Vilar Formoso, Portela da Gardunha, Ria, Sta. Bárbara e Almeida.

Embora informadas por critérios de intervenção consentâneos com o ideário historicista do Regime, na Pousada do Castelo (1950) e na Pousada dos Lóios (1965) perspectivam-se novos conceitos e lógicas de actuação: a primeira ao englobar na classificação de Monumento Nacional, para além do Castelo, a própria vila histórica, entendidos, assim, como um todo a recuperar e a preservar, deixando, por isso, de ter sentido as tradicionais “demolições para “libertar” o monumento, atraçando quase sempre o seu carácter e esvaziando de sentido o espaço urbano”⁹²; e a segunda por já introduzir preocupações de diferenciação entre o “antigo” e o “novo”, permitindo ler o tipo de materiais e técnicas modernos empregues na consolidação do monumento, ainda que dissimulados no sentido de não alterar o aspecto e o carácter do edifício restaurado.

Sinal de abertura a novos critérios de classificação e intervenção patrimonial, estas duas obras espelham conceitos que viriam a ser consolidados com a Carta Internacional sobre a Conservação e Restauro dos Monumentos e dos Sítios, aprovada em Veneza, em Maio de 1964, no II Congresso Internacional dos Arquitectos e Técnicos dos Monumentos Históricos, e publicada, em 1966, pelo ICOMOS - Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios.

Distanciando-se de uma “concepção monumentalista do património”, a “Carta de Veneza” substituiu o conceito de monumento histórico pelo, mais abrangente, de Património Arquitectónico, o qual passava, então, a designar “todos os objectos arquitecturais considerados bens culturais e símbolos dos factos da civilização”. Neste sentido, “em vez da protecção exclusiva de um monumento histórico, (...) passaram(-se) a proteger e valorizar conjuntos e sítios, onde esses monumentos se integram como um todo, um todo já de si significativo - na sua coerência, nas suas continuidades e rupturas - de uma vivência no tempo e no espaço”⁹³. Outra contribuição importante da “Carta de Veneza” seria no sentido da codificação dos diversos tipos de intervenções de conservação e de

restauro possíveis, privilegiando a “conservação pura e simples” e o “restauro documentado e científico propondo ainda que as adições de obra nova, inerentes à sobrevivência de um imóvel, se fizessem de acordo com a conjuntura de gosto, marcando a diferença entre o antigo e o novo”⁹⁴, conforme o defendido pelo *restauro crítico* de C. Brandi e R. Pane⁹⁵. Considerava-se, assim, que “la conservation des monuments est toujours favorisée par l'affectation de ceux-ci à une fonction utile à la société; une telle affectation est donc souhaitable mais elle ne peut altérer l'ordonnance ou le décor des édifices. C'est dans ces limites qu'il faut concevoir et que l'on peut autoriser les aménagements exigés par l'évolution des usages et des coutumes”⁹⁶. Ponto de partida para um debate renovado, a Carta de Veneza teria os seus reflexos na futura actuação da DGEMN⁹⁷, também ela renovada “devido à própria evolução da situação política interna do regime”⁹⁸. Mas não só. “A paisagem captada pelo Inquérito modificara-se radicalmente. E com ela o contexto patrimonial”⁹⁹, impulsionando uma reflexão e debate mais aprofundados sobre conceitos operativos de intervenção. É neste novo quadro de interesses que se assiste a uma progressiva atenção para com os centros históricos. “A atitude relativa à cidade existente altera-se para uma postura de protecção crítica, em que os tecidos urbanos antigos são considerados não só como factores importantes de identidade local, mas também como catalisadores da invenção de novos espaços urbanos”¹⁰⁰. Postura que ganha novo sentido com o restabelecimento do próprio poder autárquico, após o 25 de Abril de 1974.

notas

⁹⁴ Idem, *ibidem*.

⁹⁵ Ver Idem, p.19.

⁹⁶ *Charte de Venise*, (“Património Arquitectónico e Arqueológico - Informar para Proteger”), Lisboa, IPPAR/Ministério da Cultura, 1996, p.41.

⁹⁷ A Carta de Veneza seria assinada pelo Arquitecto Luís Benavente, um dos representantes da DGEMN no II Congresso Internacional dos Arquitectos e Técnicos dos Monumentos Históricos.

⁹⁸ NETO, Maria João B., “A Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e a Intervenção no Património Arquitectónico em Portugal”, in *Caminhos do Património*, Lisboa, Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e Livros Horizonte, 1999, p.37.

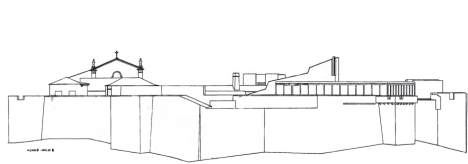
⁹⁹ PEREIRA, Paulo, op. cit., *ibidem*.

¹⁰⁰ LÔBO, Margarida Souza, “Cultura Urbana e Território”, in AAVV, *Portugal Arquitectura do Século XX*, Lisboa, Portugal-Frankfurt 97, 1997, p.115.

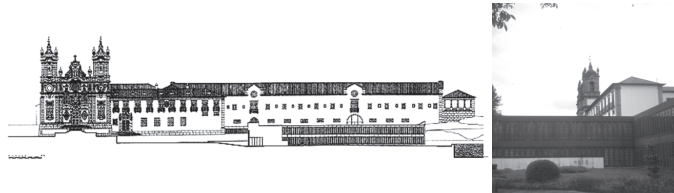
notas

⁹² SIZA, Álvaro, “Projecto de Requalificação da Avenida D. Afonso Henriques”, *Avenida da Ponte*, Porto, Porto 2001, 2001.

⁹³ PEREIRA, Paulo, op. cit., p.23.



Pousada de D. Dinis



Pousada de Sta. Marinha

120

Às novas orientações propostas pela “Carta de Veneza” também as **pousadas** iriam dar resposta, em dois projectos emblemáticos da arquitectura portuguesa do século XX: a Pousada de D. Dinis, de Alcino Soutinho, em Vila Nova de Cerveira e a Pousada de Sta. Marinha, de Fernando Távora, em Guimarães.

No seguimento da experiência da Pousada de Sta. Maria (1967), em Marvão, primeiro projecto de adaptação a pousada de um conjunto habitacional num centro histórico, entregue a Alberto Cruz e J. Santos Costa, Alcino Soutinho¹⁰¹ realiza, a partir de 1972, o projecto, inédito e único, de reconversão do núcleo interno das muralhas da Vila de Cerveira a pousada. “Obra pioneira na forma como abordou o tema da reconversão urbana”¹⁰², Soutinho mantém “todas as preexistências, concentrando-se na manutenção da memória dos espaços e das construções como forma de assegurar a coerência urbana do conjunto”. Incidindo, sobretudo, na reorganização dos interiores das construções existentes, agora esvaziadas do seu conteúdo inicial porque adaptadas a uma nova função, procurou-se “valorizar plasticamente as pré-existências, ora pela adopção de um desenho que, sem mimetismo pretende reencontrar a sua escala e carácter, ora com um desenho mais liberto, como o que acentua a zona do restaurante, onde (...) se encontrarão referências marcadamente aaltianas”¹⁰³. Integrava-se, assim, no ambiente fortemente caracterizado do núcleo urbano intra-muralhas a presença de um corpo de claras referências contemporâneas, num equilíbrio de forças, entre antigo/memória e novo/criação, exemplar¹⁰⁴. Processo que encontraria algumas contrariedades ao nível de política e gestão urbanas, implicando a deslocação da população residente no centro histórico, a pousada só seria inaugurada em 1982.

notas

¹⁰¹ Com a colaboração de Octávio Lixa Filgueiras e Rolando Torgo.

¹⁰² ALMEIDA, Rogério Vieira de, “Pousada de D. Dinis”, in AAVV, *Portugal Arquitectura do Século XX*, op.cit., p.254.

¹⁰³ FERNANDEZ, Sérgio, op. cit., p.189.

¹⁰⁴ Na mesma linha de actuação, entre 1973 e 1988, Alcino Soutinho intervém no convento de S. Gonçalo, em Amarante. Projecto de adaptação para a instalação dos Paços do Concelho, de um museu e de uma biblioteca municipal, aborda “quase exclusivamente a arquitectura de interior que, sem entrar em conflito com a caracterização do edifício, propõe uma nova leitura que valoriza e

Em Guimarães, Fernando Távora trabalha sobre o Convento de Santa Marinha da Costa, numa intervenção que usa a preexistência “como matéria de projecto. Relê nela o fluir da história e, aceitando sobreposições ou aposições estilísticas ou de linguagem, usa de todos os meios para o clarificar”¹⁰⁵. Assim, apoia-se na História e na Arqueologia para, à luz de um conhecimento rigoroso da evolução do edifício e dos seus valores, *continuar inovando*. Desta forma, propõe, sem complexos, um novo corpo, “desenhad(o) com regras claras que resultam da interpretação da história, incluindo a contemporânea”¹⁰⁶, ao mesmo tempo que restaura o edifício existente.

“Inseri(da) dialecticamente (...) num processo de continuidade formal temporalmente extenso”¹⁰⁷, a intervenção actual “ultrapassa a condição de acréscimo ascendendo a parte integrante da História de uma poderosa estrutura em lenta e continuada transformação”¹⁰⁸.

Postura de irredutível modernidade e cultura, qualidades que, de resto, definem o percurso sempre crítico de Fernando Távora, afirma-se “contra o sensacionalismo exibicionista das formas, das cores, dos materiais, que persegue o nosso quotidiano (...) talvez uma manifestação de “saudade” da ARQUITECTURA representada nos azulejos do antigo mosteiro...”¹⁰⁹. Anteprojecto de 1973, o processo seria retomado em 1975, sendo a pousada inaugurada só em 1985.

notas

evidência as suas qualidades ambientais”, numa intervenção de “grande rigor e criatividade”, referenciada nas “italianas lições de Scarpa”. Também aqui, e a separar os dois claustros, Soutinho propõe “um elemento de desenho novo”, no sentido de “repor a lógica formal do convento”, sem, no entanto, entrar “em qualquer conflito ou sequer afrontamento com a construção existente”.

(cf. FERNANDEZ, Sérgio, op. cit., *ibidem*;

ALMEIDA, Rogério Vieira de, “Museu Amadeo de Souza-Cardoso, Biblioteca e Edifício Municipal”, in AAVV, *Portugal Arquitectura do Século XX*, op.cit., p.283).

¹⁰⁵ COSTA, Alexandre Alves, “Pousada do Convento de Santa Marinha da Costa”, idem, p.276.

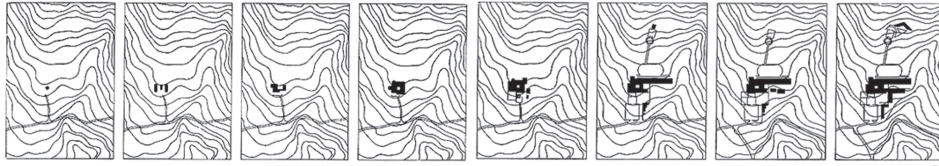
¹⁰⁶ Idem, *ibidem*.

¹⁰⁷ FERRÃO, Bernardo José, op. cit., p.36.

¹⁰⁸ SIZA, Álvaro, “Fernando Távora”, *Catálogo da Exposição Arquitectura, Pintura, Escultura, Desenho*, Porto, Museu Nacional Soares dos Reis, 1987, p.187.

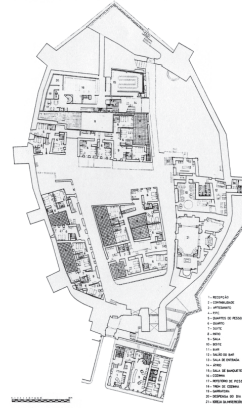
(cf. Idem, *ibidem*).

¹⁰⁹ TÁVORA, Fernando, “Convento de Santa Marinha, Guimarães, 1975-1984”, in *Fernando Távora*, Lisboa, Editorial Blau, 1993, p.118.

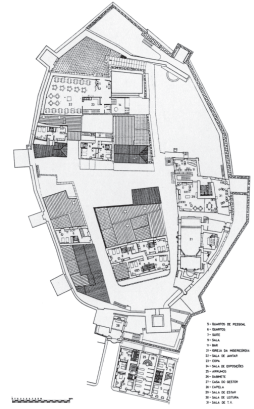


Convento de Sta. Marinha da Costa (evolução)

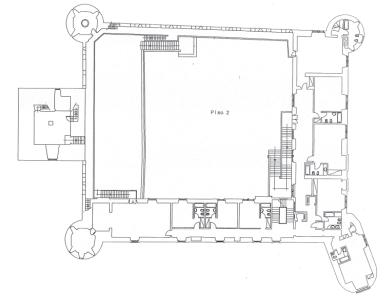
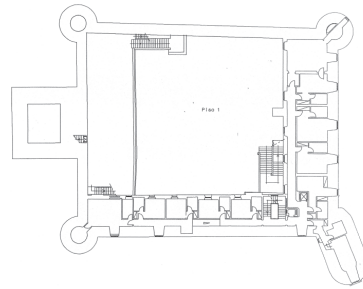
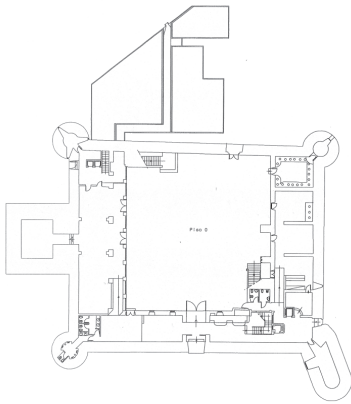
PLANTA DO RÉS-DO-CHÃO DA POUSADA



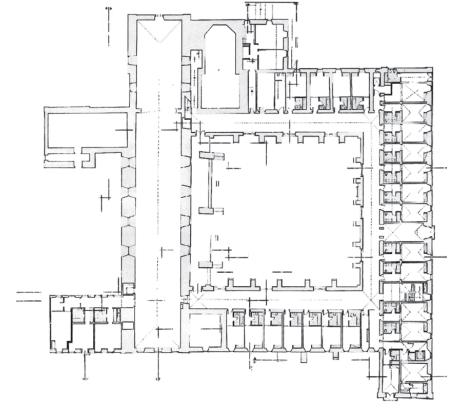
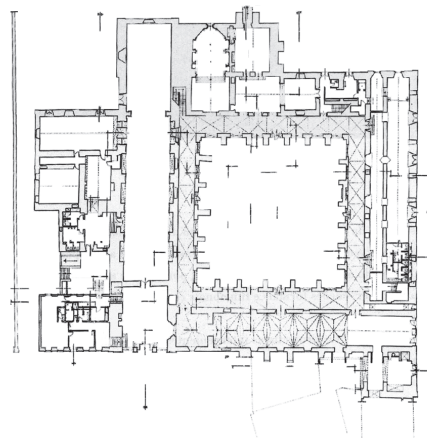
PLANTA DO 1º ANDAR DA POUSADA



Pousada de D. Dinis



Pousada do Castelo do Alvíto



Pousada de S. Francisco



122

Intervenções exemplares na forma como interpretam e promovem uma nova "relação com o tempo e a história, o saber e a arte"¹¹⁰, são também sinal da progressiva expansão de um "culto" do património histórico e de uma diferente política cultural do Estado¹¹¹.

Contemporânea "(d)aquilo a que poderemos chamar o projecto "moderno"¹¹², a "ideologia do património" nasce de uma paradoxal nostalgia e necessidade de preservar um passado com o qual, intrinsecamente, a modernidade procura romper. Da "escolha ou eleição" desse passado, que, estatutariamente, "remete para uma fenomenologia e uma estética", resultaria o conceito de património cultural, investindo de sentido e significado determinados objectos construídos. "Mas o objecto, as formas e a natureza do culto transformaram-se"¹¹³. Símbolos de uma memória e identidade colectivas, a gradual "extensão - tipológica, cronológica e geográfica - dos bens patrimoniais foi acompanhada pelo crescimento exponencial do seu público"¹¹⁴, traduzido no "desenvolvimento d(e uma) sociedade de lazer e do seu correlativo, o turismo cultural, dito de massas".

"Os monumentos e o património históricos adquirem (assim) um duplo estatuto. São obras que dispensam saber e prazer, colocadas à disposição de todos mas também produtos culturais, fabricados, embalados e difundidos tendo em vista o seu consumo"¹¹⁵. Naturalmente, o Estado será o primeiro a saber explorar esta situação, gerindo e controlando "os ritos de um culto oficial do património histórico"¹¹⁶.

É neste contexto que se entende o redimensionamento da política das **pousadas** oficiais. Centrada, agora, na reconversão e adaptação de edifícios de interesse

notas

¹¹⁰ CHOAY, Françoise, op. cit., p.211.

¹¹¹ Enquanto conceito também ele em expansão, "a cultura perde", em definitivo "o seu carácter de realização pessoal" para se tornar "empresa e, rapidamente, indústria", consagrada, ainda "antes dos monumentos", pelos museus e exposições e alimentada pela criação política dos Ministérios dos Negócios Culturais ou "da Cultura". (cf. Idem, p.185).

¹¹² PEREIRA, Paulo, "Património como Problema e Ideologia", in *Intervenções no Património 1995-200*. Nova Política, op. cit., p.11.

¹¹³ CHOAY, Françoise, op. cit., p.182.

¹¹⁴ Idem, p.14.

¹¹⁵ Idem, p.185.

¹¹⁶ Idem, *ibidem*.

patrimonial ou inseridos em centros históricos, abandonaria, progressivamente, a construção de edifícios de raiz.

No seguimento destas experiências iniciais, seriam inauguradas, ainda, as **pousadas** de Nossa Senhora da Oliveira (1979), em Guimarães, Barão de Forrester (1983), em Alijó, e Mestre Afonso Domingues (1985), na Batalha, as três resultantes, à semelhança de Marvão, da adaptação de conjuntos habitacionais inseridos em centros históricos¹¹⁷. E, embora fazendo parte de um plano bastante posterior (de 1989), a reconversão a pousada do Castelo de Alvito (1993), da autoria de Manuel Bagulho, e do Convento de S. Francisco (1994), em Beja, de E. Maia Rebelo e José Alves, enquadram-se claramente, pela proximidade dos critérios e posturas de intervenção adoptados, na sequência das adaptações realizadas no âmbito das "**pousadas** em monumentos históricos"¹¹⁸.

Em resposta a esta nova orientação dos interesses da indústria do Turismo, mas também à recente evolução da situação política nacional, em 1976 seria criada, sob a tutela do Ministério do Comércio Externo, a ENATUR - Empresa Nacional de Turismo e aprovados os seus estatutos¹¹⁹.

notas

¹¹⁷ A par com a Pousada de Monsanto, projecto de Duarte Nuno Simões, que, como referimos, seria encomendada, em 1989, pela Câmara Municipal de Idanha-a-Nova e integrada no conjunto das **pousadas** nacionais em 1993. Ao contrário daquelas, este projecto contemplaria a construção de obra nova, segundo os critérios de distinção enunciados na Carta de Veneza.

¹¹⁸ De facto, ainda que inauguradas já nos anos 90 e, por isso, inseridas num debate patrimonial bastante mais alargado, estas duas propostas seguem uma filosofia de intervenção consentânea com a lógica que presidiu às "adaptações" dos anos 60/70. Assim, também aqui, as propostas se centram na mais "sensível" adequação das estruturas existentes à nova função atribuída, procurando "conciliar as necessidades de uma unidade hoteleira com o respeito necessário pelo imóvel em causa". Se no Alvito a adição de obra nova se "esconde" atrás do castelo, para depois se acusar no exercício, algo desastroso, da introdução de um novo corpo de escadas no seu interior, na pousada de S. Francisco "optou-se por construir um bloco novo aonde se situa a maioria das áreas de serviço, reservando os antigos espaços para a utilização pública", discretamente inserido junto ao corpo da igreja. Em ambos os casos, "procurou-se relevar os elementos estruturais e decorativos representativos das diversas fases de construção", permitindo a sua leitura evolutiva. (cf. *Pousada de S. Francisco*, Lisboa, ENATUR, Dezembro 1994, p.23).

¹¹⁹ No Decreto-Lei N.º 662/76, promulgado pelo Presidente da República, Francisco da Costa Gomes, e publicado no Diário da República, de 4 de Agosto de 1976.





Pousada de Nossa Sra. da Oliveira

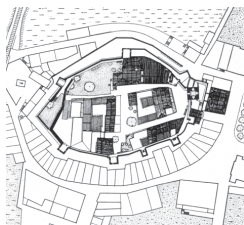
localização Guimarães
programa adaptação a pousada
(16 quartos)

arquitecto Alberto Bessa
decoração Alberto Bessa
data de inauguração 9 Julho 1979

Pousada de Santa Maria

localização Marvão
programa adaptação a pousada
(9 quartos)

arquitecto Alberto Cruz/Santos Costa
decoração J. Santos Costa
data de inauguração 1967



Pousada de D. Dinis

localização Vila Nova de Cerveira
programa adaptação a pousada
(29 quartos)

arquitecto A.Soutinho/L.Figueiras/Torgo
decoração Alcino Soutinho
data de inauguração Junho 1982



Pousada Mestre Afonso Domingues

localização Batalha
programa adaptação a pousada
(21 quartos)

arquitecto -
decoração -
data de inauguração 1985



Pousada Barão de Forrester

localização Alijó
programa adaptação a pousada
(21 quartos)

arquitecto Fernando Ramalho
decoração Fernando Ramalho
data de inauguração 1983

“Empresa pública, com autonomia administrativa e financeira, a fim de poder vir a ser gerida segundo princípios que visem obter a economicidade óptima, (...) num domínio em que a capacidade de manobra e a permanente adaptação a situações novas se põe com maior acuidade”¹²⁰, à Enatur cabe “reestruturar, racionalizar e dinamizar a exploração dos empreendimentos turísticos-hoteleiros sob a intervenção governamental”. Neste sentido, seriam transferidos e integrados no seu património “os imóveis do Estado afectos à exploração de estabelecimentos hoteleiros e similares, salvo no caso de se tratar de monumentos nacionais ou imóveis classificados”¹²¹.

Ficavam assim, inicialmente, as **pousadas** oficiais repartidas pela Enatur e pela DGEMN, situação que seria esclarecida no Decreto-Lei N.º 207/84, de 25 de Junho de 1984, onde se entendeu “oportuno, por estar decorrido tempo e adquirida experiência suficientes, definir em termos actualizados a disciplina da realidade turística que as **pousadas** indiscutivelmente constituem, integrando o essencial do regime que vem do passado com as perspectivas entretanto criadas e enunciando caminhos de futuro que se antolham desejáveis”.

Para isso, clarifica-se que:

“Artigo 1.º - 1 - a classificação de um estabelecimento hoteleiro como pousada é da competência da Direcção-Geral do Turismo.

2 - A classificação de “pousada” será, em princípio, atribuída aos estabelecimentos instalados em imóveis qualificados pelas entidades competentes como monumentos nacionais ou de interesse público.

3 - Poderão ainda obter essa classificação estabelecimentos hoteleiros instalados, por iniciativa pública, sob proposta de proprietários interessados, em edifícios que disponham de limitada capacidade de alojamento e que obedeçam, quer em traça arquitectónica, quer em materiais utilizados, às características locais e se situem fora de zonas turísticas dotadas de suficiente apoio hoteleiro.

notas

¹²⁰ Decreto-Lei N.º 662/76, *Diário da República*, I.ª Série, N.º 181, 4 de Agosto de 1976.

¹²¹ Resolução que, no entanto, só seria concretizada em 1980, em consequência do despacho conjunto dos Ministros das Finanças e do Plano e do Comércio e Turismo, de 30 de Janeiro, publicado em *Diário da República*, a 21 de Fevereiro de 1980.

Art. 2.º - As **pousadas** são exploradas directamente pela ENATUR ou sob sua responsabilidade”¹²².

Assim, passava a ser da competência exclusiva da ENATUR “colaborar na recuperação e aproveitamento para fins turísticos de monumentos e outros edifícios de valor patrimonial”, para além de “propor o aproveitamento turístico de espaços disponíveis pertencentes ao Estado, por si ou com a participação da iniciativa privada”¹²³.

Em 1980, é delineado um novo Plano Nacional de **Pousadas** de Turismo “por determinação do despacho conjunto dos Srs. Secretários de Estado do Turismo e das Obras Públicas, de 27 de Fevereiro de 1980”¹²⁴. Embora sem “efectivação prática, propicia a que se conduza ao prosseguimento dos estudos deste sector, face à importância que contém no contexto nacional”. Paralelamente, o Plano Nacional de Turismo, de 1986, “elaborado pela Secretaria de Estado do Turismo e aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros de 6 de Fevereiro do mesmo ano”, vinha impôr “a actualização dos anteriores planos de **pousadas** de acordo com a orientação” então preconizada. Na sequência desta resolução surge, em 1989, um novo plano, este agora estruturado a partir de duas premissas fundamentais: a “adaptação a pousada de edifícios existentes de qualidade, promovendo-se por esta via uma recuperação significativa e exemplar do nosso património cultural”, e a “cobertura racional do território em consonância com as necessidades de cada uma” das Regiões de Ordenamento Turístico e das Regiões Específicas de Aproveitamento Turístico. Será ao abrigo deste último Plano Nacional de **Pousadas** que se concretizarão três obras paradigmáticas deste final de século: a reconversão do Mosteiro da Flor da Rosa, no Crato, do Convento dos Lóios, em Arraiolos, e do Mosteiro de Sta. Maria do Bouro, em Amares¹²⁵.

notas

¹²² Decreto-Lei N.º 207/84, *Diário da República*, I.ª Série, N.º 145, 25 de Junho de 1984.

¹²³ Decreto-Lei N.º 157/86, *Diário da República*, I.ª Série, N.º 143, 25 de Junho de 1986.

¹²⁴ COSTA, J. Santos, *Plano Nacional de Pousadas de Turismo 1989-1992*, Lisboa, DGEMN, Julho 1989.

¹²⁵ Plano no qual se propõe também a instalação de **pousadas** no Castelo de Alvito, no Convento de S. Francisco, em Beja, no Convento de Nossa Senhora de Ara Coeli, em Alcácer do Sal, no Mosteiro de Tibães, em Braga, e no Santuário da Senhora do Cabo, no Espichel.

(Página deixada propositadamente em branco)

Charte de Venise
La Conservation et la Restauration
des Monuments et des Sites
le 31 mai 1964

Chargées d'un message spirituel du passé, les oeuvres monumentales des peuples demeurent dans la vie présente le témoignage vivant de leurs traditions séculaires. L'humanité, qui prend chaque jour conscience de l'unité des valeurs humaines, les considère comme un patrimoine commun, et, vis-à-vis des générations futures, se reconnaît solidairement responsable de leur sauvegarde. Elle se doit de les leur transmettre dans toute la richesse de leur authenticité.

Il est dès lors essentiel que les principes qui doivent présider à la conservation et à la restauration des monuments soient dégagés en commun et formulés sur un plan international, tout en laissant à chaque nation le soin d'en assurer l'application dans le cadre de sa propre culture et de ses traditions.

En donnant une première forme à ces principes fondamentaux, la Charte d'Athènes de 1931 a contribué au développement d'un vaste mouvement international, qui s'est notamment traduit dans des documents nationaux, dans l'activité de l'ICOM et de l'UNESCO, et dans la création par cette dernière du Centre international d'études pour la conservation et la restauration des biens culturels. La sensibilité et l'esprit critique se sont portés sur des problèmes toujours plus complexes et plus nuancés; aussi l'heure semble venue de réexaminer les principes de la Charte afin de les approfondir et d'en élargir la portée dans un nouveau document.

En conséquence, le IIe Congrès International des Architectes et des Techniciens des Monuments Historiques, réuni, à Venise du 25 au 31 mai 1964, a approuvé le texte suivant:

DEFINITIONS

ARTICLE 1

La notion de monument historique comprend la création architecturale isolée aussi bien que le site urbain ou rural qui porte témoignage d'une civilisation particulière, d'une évolution significative ou d'un événement historique. Elle s'étend non seulement aux grandes

créations mais aussi aux oeuvres modestes qui ont acquis avec le temps une signification culturelle.

ARTICLE 2

La conservation et la restauration des monuments constituent une discipline qui fait appel à toutes les sciences et à toutes les techniques qui peuvent contribuer à l'étude et à la sauvegarde du patrimoine monumental.

ARTICLE 3

La conservation et la restauration des monuments visent à sauvegarder tout autant l'oeuvre d'art que le témoin d'histoire.

CONSERVATION

ARTICLE 4

La conservation des monuments impose d'abord la permanence de leur entretien.

ARTICLE 5

La conservation des monuments est toujours favorisée par l'affectation de ceux-ci à une fonction utile à la société; une telle affectation est donc souhaitable mais elle ne peut altérer l'ordonnance ou le décor des édifices. C'est dans ces limites qu'il faut concevoir et que l'on peut autoriser les aménagements exigés par l'évolution des usages et des coutumes.

ARTICLE 6

La conservation d'un monument implique celle d'un cadre à son échelle. Lorsque le cadre traditionnel subsiste, celui-ci sera conservé, et toute construction nouvelle, toute destruction et tout aménagement qui pourrait altérer les rapports de volumes et de couleurs seront proscrits.

ARTICLE 7

Le monument est inséparable de l'histoire dont il est le témoin et du milieu où il se situe. En conséquence le déplacement de tout ou partie d'un monument ne peut être toléré que lorsque la sauvegarde du monument l'exige ou que des raisons d'un grand intérêt national ou

international le justifient.

ARTICLE 8

Les éléments de sculpture, de peinture ou de décoration qui font partie intégrante du monument ne peuvent en être séparés que lorsque cette mesure est la seule susceptible d'assurer leur conservation.

RESTAURATION

ARTICLE 9

La restauration est une opération qui doit garder un caractère exceptionnel. Elle a pour but de conserver et de révéler les valeurs esthétiques et historiques du monument et se fonde sur le respect de la substance ancienne et de documents authentiques. Elle s'arrête là où commence l'hypothèse, sur le plan des reconstitutions conjecturales, tout travail de complément reconnu indispensable pour raisons esthétiques ou techniques relève de la composition architecturale et portera la marque de notre temps. La restauration sera toujours précédée et accompagnée d'une étude archéologique et historique de monument.

ARTICLE 10

Lorsque les techniques traditionnelles se révèlent inadéquates, la consolidation d'un monument peut être assurée en faisant appel à toutes les techniques modernes de conservation et de construction dont l'efficacité aura été démontrée par des données scientifiques et garantie par l'expérience.

ARTICLE 11

Les apports valables de toutes les époques à l'édification d'un monument doivent être respectés, l'unité de style n'étant pas un but à atteindre au cours d'une restauration. Lorsqu'un édifice comporte plusieurs états superposés le dégagement d'un état sous-jacent ne se justifie qu'exceptionnellement et à condition que les éléments enlevés ne présentent que peu d'intérêt, que la composition mise au jour constitue un témoignage de haute valeur historique, archéologique ou esthétique, et que son état de conservation soit jugé suffisant. Le jugement sur la valeur des éléments en

question et la décision sur les éliminations à opérer ne peuvent dépendre du seul auteur du projet.

ARTICLE 12

Les éléments destinés à remplacer les parties manquantes doivent s'intégrer harmonieusement à l'ensemble, tout en se distinguant des parties originales, afin que la restauration ne falsifie pas le document d'art et d'histoire.

ARTICLE 13

Les adjonctions ne peuvent être tolérées que pour autant qu'elles respectent toutes les parties intéressantes de l'édifice, son cadre traditionnel, l'équilibre de sa composition et ses relations avec le milieu environnant.

SITES MONUMENTAUX

ARTICLE 14

Les sites monumentaux doivent faire l'objet de soins spéciaux afin de sauvegarder leur intégrité et d'assurer leur assainissement, leur aménagement et leur mise en valeur. Les travaux de conservation et de restauration qui y sont exécutés doivent s'inspirer des principes énoncés aux articles précédents.

FOUILLES

ARTICLE 15

Les travaux de fouilles doivent s'exécuter conformément à des normes scientifiques et à la "Recommandation définissant les principes internationaux à appliquer en matière de fouilles archéologiques" adoptée par l'UNESCO en 1956.

L'aménagement des ruines et les mesures nécessaires à la conservation et à la protection permanent des éléments architecturaux et des objets découverts seront assurés. En outre, toutes initiatives seront prises en vue de faciliter la compréhension du monument mis au jour sans jamais en dénaturer la signification.

Tout travail de reconstruction devra cependant être

exclu à priori, seule l'anastylose peut être envisagée, c'est-à-dire la reconstitution des parties existantes mais démembrées. Les éléments d'intégration seront toujours reconnaissables et représenteront le minimum nécessaire pour assurer les conditions de conservation du monument et rétablir la continuité de ses formes.

DOCUMENTATION ET PUBLICATION

ARTICLE 16

Les travaux de conservation, de restauration et de fouilles seront toujours accompagnés de la constitution d'une documentation précise sous forme de rapports analytiques et critiques illustrés de dessins et de photographies. Toutes les phases de travaux de dégagement, de consolidation, de reconstitution et d'intégration, ainsi que les éléments techniques et formels identifiés au cours des travaux y seront consignés. Cette documentation sera déposée dans les archives d'un organisme public et mise à la disposition des chercheurs; sa publication est recommandée.

1980/2002
Pousadas como Património

Percursos e Território

Secil 2000 - o caminho para santiago
Manuel Correia Fernandes
prémio Secil de Arquitectura 2000

"Pela primeira vez, desde a sua primeira edição em 1992, o Prémio Secil alargou o seu âmbito a obras construídas fora de Portugal.

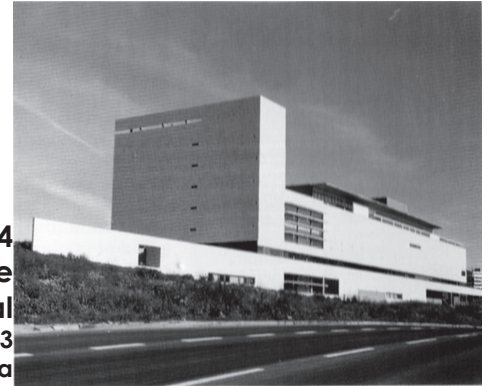
Embora mantendo o seu objectivo primeiro e fundamental, o de "incentivar a promover o reconhecimento público de autores de obras que, incorporando o material que constitui o núcleo da actividade da Secil - o cimento - constituam peças significativas no enriquecimento da arquitectura portuguesa", o prémio ganhou, com este alargamento, outro e mais amplo significado.

Tornou mais patente e potencialmente mais rico o confronto saudável da arquitectura portuguesa com a arquitectura dita "internacional" - ou, simplesmente, de autoria não portuguesa - que hoje já não se restringe a apenas alguns casos. A globalização e a crescente mediatização da arquitectura - fenómeno desconhecido há poucos anos atrás - introduzem agora novas dimensões no seu exercício, a par da necessidade de maior clarificação dos conceitos que a disciplina tem manuseado, muitas vezes, de forma excessivamente fechada.

Hoje, a necessidade de compatibilizar rigor e consistência disciplinar com inteligibilidade e interesse público da arquitectura é progressivamente maior. A crescente atenção que os *media* dispensam aos chamados edifícios "ícone", por um lado, e o exacerbar dos efeitos do "marketing" ou do "star system", por outro, têm feito deslocar o debate para aspectos mais espectaculares, mas seguramente mais passageiros ou mesmo menores - ou, até, mais fúteis - da arquitectura. O que não deixa de ser um efeito perverso da visibilidade que a arquitectura tem vindo a conquistar - e bem - mas a que é necessário opor uma permanente chamada de atenção para os seus mais genuínos fundamentos. E, sobretudo, não confundir a obra de arquitectura com os seus sinais e muito menos com as suas representações e, ainda menos, com os modos e meios da sua ilustração e divulgação".



1992
Casa das Artes
Porto 1981/1991
Arq.º Eduardo Souto de Moura



1994
**Escola Superior de
Comunicação Social**
Lisboa 1988/1993
Arq.º João Luís Carrilho da Graça

1996
Reconstrução do Chiado
Lisboa 1988/...
Arq.º Álvaro Siza



1998
Escola Superior de Arte e Design
Caldas da Rainha 1992/1997
Arq.º Vítor Figueiredo



2000
**Faculdade das
Ciências da Informação**
Santiago Compostela 1993/2000
Arq.º Álvaro Siza

2002
Casa Pacheco de Melo
S. Miguel, Açores 1992/2001
Arq.º Pedro Maurício Borges



● A abrir os anos oitenta, três obras polémicas marcam uma viragem no panorama arquitectónico português: as Amoreiras (1980/1986), de Tomás Taveira, a Câmara Municipal de Matosinhos (1980/1987), de Alcino Soutinho, e o restauro da Casa dos Bicos (1983), de Daniel Santa-Rita e Manuel Vicente.

"Na vontade celebrativa de si própria e dos valores de uma sociedade que saía do período de letargia que se sucedeu aos anos de 1974-1975," o Amoreiras "veio propor ao público a arquitectura como forma de restauração dos valores do mercado e da sociedade de consumo, como portadora de sinais de afirmação perante o público em geral, de uma forma até aí pouco comum"¹. Se, na sua base, podemos associar esta obra a "realidades e pressupostos dos anos 60/70"², ela é produto, também, de um novo entendimento da cidade, agora, enquanto somatório "de fragmentos cada vez mais desconexos": "um dos fenómenos mais marcantes do urbanismo da segunda metade do século XX"³.

Mega estrutura de promoção privada, a novidade seria a dimensão "do empreendimento e a sua linguagem".

Afirmando-se no perfil de Lisboa, as Amoreiras anunciavam um novo mundo de complexos habitacionais e/ou de serviços que se iria generalizar: o dos "condomínios fechados" e dos "shopping-centers". Contagiosa seria, também, a sua imagem pós-modernista, cenografia facilmente apreendida (ou aprendida?) e repetida, nos seus sinais mais visíveis, pela construção corrente, do poder capitalista ao "pato bravo". "O "povo" (, esse) invadia as grandes naves envidraçadas e decorativas fazendo das Amoreiras a maior praça pública do país"⁴.

Ainda em 1980, é lançado o concurso para o edifício da Câmara Municipal de Matosinhos, que Alcino Soutinho vence com a proposta de uma nova monumentalidade urbana.

"Embora sugira continuidades e uma aproximação

notas

¹ ALMEIDA, Rogério Vieira de, "Centro Comercial, Habitação e Escritórios", in AAVV, *Portugal Arquitectura do Século XX*, Lisboa, Portugal-Frankfurt 97, 1997, p.288.

² GOMES, Paulo Varela, "Arquitectura, Os Últimos Vinte e Cinco Anos", in PEREIRA, Paulo (dir.), *História da Arte Portuguesa*, vol. III, Lisboa, Círculo de Leitores, 1995, p.569.

³ Idem, *ibidem*.

⁴ Idem, *ibidem*.

contextual, o edifício da Câmara de Matosinhos é, na verdade, um objecto isolado, envolvido na sua retórica, categórico e auto-referencial"⁵.

Trabalha o quarteirão segundo uma lógica fragmentária, que articula espaços livres com construções singulares, não procurando o desenho do seu limite nem a colagem a modelos cristalizados. E se "a fachada sublinha a solenidade da instituição"⁶, clarificando a relação do edifício com a cidade, enquanto "elemento urbano de leitura imediata", no interior, procura-se "o reconhecimento de quem o usa", apostando em espaços flexíveis e de grande qualidade ambiental. Objectivos distintos, passam por diferentes abordagens formais: no exterior a referência a pressupostos que "nos enviam para leituras pré, ou pós-modernas", e, no interior, "a presença de algumas conquistas da arquitectura Moderna"⁷.

No sentido em que procura responder ao "que as pessoas querem"⁸ ou ao "que o programa pede", afasta-se, na sua escala monumental, referências classicistas e luxo de revestimentos, da linha de produção arquitectónica da Escola do Porto, sem, no entanto, "perder de vista o *todo* Moderno que faz a nostalgia dos (seus) arquitectos"⁹.

"Imagem de marca do novo poder local democrático"¹⁰, anuncia o retorno do papel representativo e de uma dimensão cívica da arquitectura.

Neste contexto, em 1983, a intervenção de Daniel Santa-Rita e Manuel Vicente na Casa dos Bicos punha em destaque a questão do património arquitectónico. Inserida no âmbito da XVII Exposição de Arte, Ciência e Cultura do Conselho da Europa, realizada em Lisboa, "tratava-se de recuperar um edifício emblemático da cidade"¹¹. Da estrutura original pouco restava: dois dos seus quatro andares e quase nada do interior.

notas

⁵ FIGUEIRA, Jorge, "Câmara de Matosinhos", in AAVV, Porto 1901/2001, Guia de arquitectura moderna, N.º 28, Porto, Ordem dos Arquitectos (Secção Regional Norte) e Livraria Civilização Editora, 2001.

⁶ Idem.

⁷ Idem.

⁸ Idem.

⁹ Idem.

¹⁰ GOMES, Paulo Varela, op. cit., p.573.

¹¹ PEREIRA, Paulo, "Acerca das Intervenções no Património Edificado. Alguma História", in *Intervenções no Património 1995-2000. Nova Política*, Lisboa, IPPAR/Ministério da Cultura, 1997, p.19.

Assim, propôs-se a reconstrução da sua fachada, com base na métrica do existente e reproduzindo o seu paramento em "ponta de diamante". Mas, na ausência de elementos exactos, os antigos vãos manuelinos seriam recriados "através de um desenho moderno evocativo" e com "as molduras em aço"¹². No interior, optou-se por criar um novo espaço. "Transformado numa vasta caixa de escadas cenográfica"¹³, propunha uma recriação da estrutura original, agora, "num jogo amplamente desconstrucionista"¹⁴, que se deixa revelar nas traseiras envidraçadas do edifício.

Contra tudo o que então se defendia, esta obra marcava, assim, pela sua heterodoxia, misturando teorias que iam de Viollet-le-Duc à Carta de Veneza. Projecto sem consensos, "inaugurou em Portugal o debate, agora esgotado, acerca do "pós-modernismo" na arquitectura"¹⁵.

Dois anos depois, a Pousada de Sta. Marinha, de Fernando Távora, confirmava o "abismo que se abria na altura entre as opções saudadas pelos novos arquitectos de Lisboa e a tradição do Porto"¹⁶, nas exposições "Depois do Modernismo", na SNBA de Lisboa, e "Onze Arquitectos do Porto", ambas realizadas em 1983.

"O significado e papel da arquitectura na sociedade (tinha-se alterado), deixando de ser uma mera actividade profissional para se tornar uma actividade específica inserida nos processos de transformação e produção da realidade construída, e um corpo de ideias e pensamento disciplinar"¹⁷. Para isso tinham concorrido estas obras, marcando, pelo seu impacto, a opinião pública e o debate cultural dos anos oitenta. A todo este processo não seria também alheia a crescente projecção de Álvaro Siza no panorama internacional. Depois de Berlim e Haia, onde dá continuidade à sua experiência do SAAL, nos campos da habitação e da requalificação urbana, projectando conjuntos residenciais para áreas degradadas, Siza é

notas

¹² Idem, *ibidem*.

¹³ GOMES, Paulo Varela, op. cit., p.571.

¹⁴ PEREIRA, Paulo, op. cit., p.19.

¹⁵ Idem, *ibidem*.

¹⁶ GOMES, Paulo Varela, op. cit., p.572.

¹⁷ ALMEIDA, Rogério Vieira de, "De 1976 ao Final de Século", in AAVV, *Portugal Arquitectura do Século XX*, Lisboa, Portugal-Frankfurt 97, 1997, p.78.

encarregado da reconstrução da zona histórica do Chiado.

Intervenção que surge na sequência do incêndio de 1988, toma partido pela reposição das fachadas pombalinas e manutenção dos pisos e volumetrias existentes, propondo, no entanto, alterações funcionais importantes (uma nova estação de metro, um hotel, novos percursos públicos e a reutilização dos espaços intersticiais dos quarteirões), que garantem, hoje, o sucesso da operação.

Gesto de grande contenção, contrapõe-se à afirmação autoral que caracteriza este período e afirma "o lugar contratual do arquitecto como operador simbólico conduzindo a disciplina ao encontro das exigências sociais e funcionais em presença"¹⁸.

De facto, "a geografia do panorama arquitectónico português deste período pode descrever-se a partir de itinerários individuais, sugerido a cristalização de sensibilidades persistentes: pela sua atitude de *provocação formal* no limiar ou na periferia da essência do facto arquitectónico; pela pertinência do valor operativo das *técnicas* do procedimento projectual na *construção da arquitectura*"¹⁹.

Na primeira "tendência", destaca-se, para além de Tomás Taveira, que "introduz" em Lisboa as pós-modernas Amoreiras (1980-1985) e a sede do BNU (1983-1989), Manuel Vicente, com um trabalho afirmativo e consistente em Macau, desde a habitação social, no Bloco Fai-Chi-Kei (1978-1982), aos edifícios sede da TDM e do WTC.

A meio caminho, entre uma e outra sensibilidade, Raúl Hestnes Ferreira vem prosseguindo uma gramática formal e vontade expressiva muito próprias, trabalhando com a plasticidade do tijolo e do betão branco em obras como o Liceu de Benfica (1976-1980), a Casa da Cultura de Beja (1975-1985), a Biblioteca Municipal Bento Jesus Caraça (1989-1997), na Moita, ou o trabalho continuado para o ISCTE, com o Pavilhão Esplanada (1976-1978), a Ala Autónoma (1989-1995) e o Edifício ISCTE II/ICS (1993-2002).

Ainda com base em Lisboa, mas numa segunda linha de

notas

¹⁸ PEREIRA, Paulo, op. cit., p.21.

¹⁹ PORTAS, Nuno, MENDES, Manuel, *Arquitectura Portuguesa Contemporânea, Anos Sessenta/Anos Oitenta*, Porto, Fundação de Serralves, 1991, p.86.

procedimento, Manuel Tainha e Vítor Figueiredo têm dado continuidade a um trabalho de pesquisa projectual potenciado por uma série de encomendas públicas recentes, nomeadamente na área do ensino superior. Tainha, ancorado numa prática projectual simultaneamente "ética" (no seu rigor disciplinar) e de "dimensão aventurosa"²⁰, que tem como obras de referência a Faculdade de Psicologia da Universidade de Lisboa (1983-1990) e a Biblioteca Municipal de Viseu (1994-1999); e Figueiredo, construindo uma arquitectura de espaços e formas poderosos com austeridade e simplicidade de meios: no conjunto do Pólo da Mitra (1990-1992/1996), em Évora, na Escola de Arte e Design das Caldas da Rainha (1993-1994/1997), obra galardoada com o Prémio Secil de Arquitectura de 1998, e no Complexo Pedagógico, Científico e Tecnológico da Universidade de Aveiro (1995-2000).

Importa aqui, também, referir as cada vez mais consagradas obras de Gonçalo Byrne, através de edifícios como o Pavilhão de Desportos de Braga (1977-1990), o Departamento de Engenharia Electrotécnica da Universidade de Coimbra (1991-1996), no Pólo II, e a Reitoria da Universidade de Aveiro (1992-2000).

No Porto, onde o desenho como instrumento de projecto e a consideração pelo "sítio" fizeram escola, assiste-se à consolidação de Álvaro Siza como figura de proa internacional. A Escola Superior de Educação de Setúbal (1986-1992), a Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto (1986-1993), a Biblioteca da Universidade de Aveiro (1988-1994) e os Museus de Arte Contemporânea de Santiago de Compostela (1988-1993) e de Serralves (1991-1999) são algumas das obras que marcaram o percurso de Siza ao longo dos anos 80-90. Percurso esse coroado com a atribuição do Prémio Europeu de Arquitectura - Mies van der Rohe, em 1988, do Prémio Pritzker, em 1992, e dos Prémios Secil de Arquitectura de 1996 e de 2000, respectivamente com a Reconstrução do Chiado e a Faculdade das Ciências da Informação de Santiago de Compostela (1993-2000).

Também a Igreja de Marco de Canavesses (1990-1996), se apresenta como o mais recente símbolo de uma

renovação da Arquitectura Religiosa portuguesa. Assiste-se, assim, ao reconhecimento de uma dimensão social e cívica da arquitectura, com a sua crescente divulgação e mediatização (concursos, prémios, exposições, "Escolas"). Por todo o país surgem novos "Centros de Investigação Científica, pólos universitários e politécnicos", reflexo de um desejo de actualização de diversas instituições públicas, mas também privadas, "deixando na maior parte dos casos a marca de uma arquitectura desejada como significativa"²¹.

Também o poder central aposta numa imagem renovada, com o concurso internacional para o Centro Cultural de Belém (1987-1989), "intervenção mista "entre desenho urbano e edifício monumental""²², numa área já por si "monumentalizada" (Mosteiro dos Jerónimos e Praça do Império). O projecto vencedor seria de Vittorio Gregotti e Manuel Salgado.

Produto da adesão de Portugal à Comunidade Europeia, em 1986, e consequente acesso a fundos dos Quadros Comunitários de Apoio, estas obras marcam o fim da crise económica portuguesa de final dos anos 70. "Igualmente significativo deste processo de intervenção e promoção da arquitectura (...) estão as intervenções do IPPAR na área da conservação do património e da ENATUR, que, ao iniciar (no final) da década de 80 uma campanha de construção de novas **pousadas**, quase sempre inseridas em edifícios monumentais ou em áreas históricas, tem vindo a constituir um (importante) acervo de arquitectura portuguesa contemporânea"²³.

Neste campo tem-se destacado a figura tutelar de Fernando Távora. A Pousada de Sta. Marinha (1975-1985) e a Escola Superior Agrária de Refóios do Lima (1987-1993) constituem casos exemplares, pela capacidade integradora de "conservar e construir"²⁴, num processo harmónico de transformação do edificado. São também notáveis as suas intervenções em diversos centros históricos, casos das reabilitações urbanas em Guimarães (desde 1987), de duas obras de referência em Coimbra, a Praça 8 de Maio (1993-1997) e o Auditório da Faculdade de Direito (1994-2000), e da

notas

²¹ ALMEIDA, Rogério Vieira de, op. cit., p.79.

²² GOMES, Paulo Varela, op. cit., p.578.

²³ ALMEIDA, Rogério Vieira de, op. cit., *ibidem*.

²⁴ PORTAS, Nuno, MENDES, Manuel, op. cit., p.90.

notas

²⁰ PORTAS, Nuno, MENDES, Manuel, op. cit., p.90.

recuperação da Casa dos 24 (1995-2002), junto à Sé do Porto.

Polémica seria a intervenção de João Carreira em Sagres (1988-1997), projecto que “instaurou uma nova discussão: o da reutilização dos monumentos e o da compatibilidade da obra nova com a memória recente ou longínqua”²⁵, mas também as de Carrilho da Graça na Pousada da Flor da Rosa (1990-1995), de José Paulo dos Santos na Pousada de Nossa Sra. da Assunção (1993-1996), e de Souto de Moura na Pousada de Sta. Maria do Bouro (1989-1997), obras que anunciam uma abertura a diferentes posturas de intervenção patrimonial e as interrogações de uma nova geração. Abertura, essa, que o Atelier 15 (Alexandre Alves Costa e Sérgio Fernandez) iria também defender num “dos mais interessantes “case-studies” na área do património”²⁶: Idanha-a-Velha. Projecto que contempla, “para além do estrito “monumento””, a “valorização de toda a povoação”, compreende operações que vão do restauro e da recuperação à reconstrução e integração de obra nova, todas elas balizadas por um plano de pormenor que garante a coerência do conjunto. Simultaneamente, é, também, estudada a eventual “ampliação futura das áreas edificáveis” para terrenos extra-muros, na perspectiva de libertar, assim, o centro histórico e corrigir “gradualmente a “imagem” do lugar”. Do vasto programa de intervenções, destaca-se a Recuperação do Lagar de Varas, enquanto exemplar de arqueologia industrial, e o Arquivo Epigráfico (1995-1999), novo equipamento que, com uma linguagem e materiais contemporâneos, reporta à memória dos espigueiros tradicionais.

E, quando ninguém o esperava, Fernando Távora lança nova polémica ao propor a demolição das Moagens Harmonia para recuperar a centralidade barroca do Palácio do Freixo (1996-2003). Atitude de grande provocação, que advoga a demolição de património para valorizar o próprio património, testemunha, uma vez mais, o inconformismo e lucidez que caracterizam o seu percurso. Porque o que o preocupa, no Freixo, é compreender a essência do lugar, a postura de

Fernando Távora “ganha um contorno quase futurista”²⁷: “encontrar a História que nunca foi”.

“Na geração seguinte (...) pressente-se uma maior divergência conceptual, ainda que assente numa raiz de aprendizagem comum. (...) São aqueles que, pela primeira vez em Portugal, revelam afinidades com as correntes internacionais claramente situadas “Depois do Modernismo””²⁸.

Consciência desta condição de pós-modernidade, Manuel Graça Dias tem-se evidenciado pela sua contribuição profissional nos meios de comunicação social, colaboração que inicia no final da década de 1980 com as crónicas no semanário “O Independente”, divulgando e promovendo uma cultura arquitectónica junto de um leque de público mais alargado. Da sua parceria com Egas José Vieira, no atelier Contemporânea, e desde a projecção obtida com a obra do Pavilhão Português da EXPO de Sevilha (1989-1992), surgem, na linha de uma encaenação iconográfico-figurativa, o Edifício Banhos de São Paulo (1991-1994), sede da AAP, em Lisboa, e os Escritórios da Madragoa Filmes (1992-1993), em Alcochete. Com um registo idêntico, e da mesma geração de arquitectos formados em Lisboa, António Belém Lima experimenta a mesma “inquietação” a partir de Vila Real, onde cria, com Carlos Baptista, Graça Campolargo, Carlos e Ricardo Santelmo, e Albino Teixeira, o grupo Pioledo. Do seu percurso individual destacam-se o edifício dos Correios de Vouzela (1985-1987), representativo de uma arquitectura comunicante de sabor venturiano, e, mais recentemente, o “Edifício do Relógio” (2002). Em contraste, João Luís Carrilho da Graça e Eduardo Souto Moura ensaiam novos caminhos para uma herança moderna, defendendo “a abstracção compositiva e o detalhe construtivo como valores operativos”²⁹ do projecto.

O primeiro, em Lisboa, “sempre na demanda de uma especificidade artística da disciplina”, trabalha a plasticidade táctil e visual das formas e a sua relação com o território num conjunto de edifícios no Alto

notas

²⁵ PEREIRA, Paulo, op. cit., p.20.

²⁶ *Intervenções no Património 1995-2000. Nova Política*, op.cit., p.78.

²⁷ FIGUEIRA, Jorge, “Da vida original dos edifícios”, *A Polémica do Freixo - Fernando Távora*, Coimbra, ECDJ n.º 1, Outubro 1999, p.43-44.

notas

²⁸ GRANDE, Nuno, “Três Percursos Geracionais”, in FERNANDES, Fátima e CANNATÀ, Michele (coord.), *Arquitectura Portuguesa Contemporânea 1991-2001*, Porto, ASA Editores II, SA, 2001, p.23.

²⁹ GRANDE, Nuno, op.cit., *ibidem*.

Alentejo - as Piscinas Municipais de Campo Maior (1982-1990) e a Pousada da Flor da Rosa (1990-1994) - e em Lisboa - a Escola Superior de Comunicação Social (1987-1993), o Pavilhão do Conhecimento dos Mares (1995-1998), para a EXPO 98, e o Centro de Documentação do Palácio de Belém (1999-2002). O segundo, em ruptura com uma "Escola do Porto" cerceada pela influência formal de Álvaro Siza, encontra na depuração programática e na tectónica dos materiais o sentido da afirmação de um "estilo" próprio. Deste, a Casa das Artes (1981-1991), no Porto, seria o primeiro Prémio Secil, em 1992. Mas é maioritariamente no campo da residência unifamiliar que desenvolve a sua actividade, numa primeira fase, com as casas da Quinta do Lago (1984-1989), de Alcanena (1987-1992) e de Baião (1990-1993), e, apontando já diferentes referências formais, a Casa do Cinema Manoel de Oliveira (1998-2003). Ainda no Porto, e na década de oitenta, um grupo de alunos reúne, em "Páginas Brancas" (1986), alguns dos "trabalhos actuais de todos os professores da "Escola do Porto"", no que Nuno Portas consideraria uma "amostragem alargada e não selectiva". Ao todo são apresentados 34 projectos, de Fernando Távora a Sérgio Fernandez, Alexandre Alves Costa e Domingos Tavares, de Jorge Gigante a José Gigante, de Álvaro Siza a Eduardo Souto Moura, de Nuno Portas a Manuel Fernandes de Sá e Camilo Cortesão, num conjunto que se vê alargado com a publicação de um segundo número, em Janeiro de 1992, onde participam, também, Manuel Graça Dias e Paulo Varela Gomes. "Esta mostra de projectos vale o que vale, mas se, de facto, representa o melhor do que os docentes de uma Escola estão a produzir, ela será também um indicador significativo do que se está a ensinar. E, naturalmente, do que se não está a ensinar. Ponto de chegada, pode ser sinal de partida"³⁰. E, de facto, o ano de 1986 seria ponto de partida para o ensino privado na área da Arquitectura, com a abertura da Lusíada em Lisboa (a que mais tarde se juntam a do Porto e a de Famalicão), e da ESAP - Escola Superior Artística do Porto (da antiga Árvore), anunciando a

explosão da classe profissional e uma viragem determinante no ambiente da produção arquitectónica nacional.

Também no ensino público, e depois do incidente que determinou o encerramento da escola de Viseu, surge, em 1988, o Departamento de Arquitectura da FCTUC, em Coimbra, que vai procurar tirar valências da Faculdade em que se insere, estruturando-se, inicialmente, a partir de uma vertente "tecnológica", mas, acima de tudo, vai saber congregar, "a meio caminho", as experiências de Lisboa e do Porto. É neste novo panorama que se começam a desenhar os contornos de uma outra "geração" de arquitectos. Muitos deles com percursos ligados ao ensino da Arquitectura. Muitos deles com percursos ligados aos ateliers dos arquitectos mais consagrados da geração anterior. Alguns deles mais isolados, no sentido de um certo auto-didactismo. Uns mais mediáticos que outros, mas todos com um objectivo em comum: construir. São os casos das duplas Elisiário Miranda e Carlos Martins, Paulo Providência e José Fernando Gonçalves, Manuel e Francisco Aires Mateus ("os direitos"), Nuno e José Mateus ("os tortos"), Cristina Guedes e Francisco de Campos e os de João Mendes Ribeiro, de Pedro Maurício Borges, de Inês Lobo e de João Pedro Falcão de Campos.

Outros, ainda, optam por uma via mais académica, apostados na investigação e na crítica de arquitectura "como forma de (re)construir um discurso ideológico sobre"³¹ a disciplina, quase sempre associados aos corpos editoriais de revistas do meio, como a Unidade, a DA - Documentos de Arquitectura, a Protótipo e a JA - - Jornal dos Arquitectos.

"De modo amplo, esta foi a geração que se afirmou através do acesso aos concursos públicos e pelo aproveitamento da notariade interna e externa da arquitectura portuguesa. Foi também a geração que, após o 25 de Abril, primeiro aprendeu a dimensão mais comunicativa da arquitectura e primeiro absorveu o impacto cosmopolita da cultura pop e da circulação

notas

³¹ GRANDE, Nuno, "A crítica como instrumento. O crítico de arquitectura entre manager e MC", *NU*, n.º 4, Outubro 2002, p.15.

³² GADANHO, Pedro, PEREIRA, Luís Tavares (coord.), "Introdução", in *Influx*, *Arquitectura Portuguesa Recente*, Porto, Civilização Editora, 2003, p.11.

notas

³⁰ PORTAS, Nuno, Prefácio: "Páginas Brancas" (*Arquitectura de Docentes do curso de Arquitectura da ESAP*), Porto, 1986, s.p..

internacional da informação e da imagem. Antes desta geração, assistiu-se à consolidação identitária da arquitectura portuguesa à sombra da genialidade de alguns dos seus protagonistas."³² Em termos territoriais, as décadas de oitenta e noventa dão continuidade ao fenómeno da expansão das periferias urbanas. Se os programas habitacionais de promoção pública quase estagnaram na prioridade dada à construção de novas infra-estruturas e equipamentos, "as operações residenciais, na "rotina" do crescimento urbano, adquirem o estatuto de instrumento básico na regulação puramente economicista da expansão-substituição-transformação da morfologia urbana"³³, contribuindo para uma generalizada mediocridade ambiental. Face à crescente fragmentação e desarticulação das estruturas urbanas, o poder local é obrigado "a aceitar a necessidade de conter a expansão incontrolada das cidades"³⁴. Este processo iria passar pela reabilitação dos Centros Históricos ou pela reutilização de edifícios, mas também pela reavaliação da ligação entre cidade consolidada e periferia. No entanto, em nome da salvaguarda patrimonial, questão que ganha outra pertinência com o estabelecimento do conceito de património mundial, muitas dessas operações caíam num exacerbado moralismo historicista de tendências museológicas, avesso à intervenção arquitectónica. Sinal de outro entendimento, em Guimarães e Évora, esta reabilitação "ocorre como uma operação urbanística em qualquer outra parte da cidade, como moderação integradora de"³⁵ vários factores (sensibilização e manutenção dos residentes, gestão de usos, novos equipamentos e infra-estruturas, desenho urbano, integração de diferentes linguagens, realização de inquéritos e recuperação de técnicas de construção tradicionais). Em paralelo, eventos como a Lisboa 94, a Expo 98, o Porto 2001 e, mais recentemente, os projectos "Polis"

anunciam novas estratégias de intervenção, "quer nos centros das cidades quer nas suas áreas de expansão"³⁶. "Neste presente precário, provisório, flexível, eventualmente fiel à sua experiência histórica de *resistência* e *experimentalismo*, de pragmatismo realista na dialéctica mediação entre tradição e transformação, a situação da arquitectura em Portugal sugere como tarefa estimulante para os próximos anos a procura do real - o Homem e o lugar - determinando a cada momento condições de síntese: construir no construído, sem nostálgica ou científica salvaguarda reutilizadora do existente; mas *revelação* inteligível dos gestos do ofício como exigência do equilíbrio, e libertação da identidade veiculada na e pela noção de modificação transmitida no procedimento do desenho da transformação parcial"³⁷.

notas

³⁷ PORTAS, Nuno, MENDES, Manuel, op. cit., p.102-103.

notas

³³ PORTAS, Nuno, MENDES, Manuel, op. cit., p.72.

³⁴ Idem, *ibidem*.

³⁵ Idem, *ibidem*.

³⁶ FERNANDES, José Manuel, "Arquitectura e Contexto", in FERNANDES, Fátima, CANNATÁ, Michele(coord.), *Arquitectura Portuguesa Contemporânea 1991/2001*, Porto, Edições Asa, 2001, p.38.

(Página deixada propositadamente em branco)

Pousadas de Arquitecto: Intervenção no Património

Pousada da Flôr da Rosa
ENATUR - Pousadas de Portugal
Julho 1995

“Mensagem

Desde 1992 o Estado, através da ENATUR, tem vindo a realizar um amplo programa de investimentos que conduzirá ao aumento do número de **pousadas** históricas de sete para dezoito, até ao ano 2000. Prossegue-se com estes investimentos objectivos de natureza económica, social e cultural. Pretende-se, em primeiro lugar, criar novas bases de desenvolvimento nas regiões do interior, em complemento das actividades económicas tradicionais, que possam contribuir para o aumento do emprego e do nível de rendimento e, conseqüentemente, para a melhoria de vida das populações locais.

Daí o facto do Alentejo ter sido seleccionado como região prioritária na primeira fase de implementação do programa de investimentos.

Estão em curso os trabalhos de adaptação do Convento dos Loios em Arraiolos, do Convento das Chagas em Vila Viçosa e do Convento de Alcácer do Sal. Já se finalizaram as novas **pousadas** do Castelo do Alvito e do Convento de S. Francisco em Beja às quais se junta agora a do Mosteiro da Flor da Rosa no Crato. Os investimentos que a Enatur tem vindo a concretizar apresentam igualmente a maior relevância numa perspectiva cultural, contribuindo para a valorização do património histórico nacional.

Deve, ainda, ter-se em conta que através da recuperação do património para a instalação de alojamento turístico, que tem também vindo a realizar-se de forma crescente pelo sector privado, estamos a acentuar a nossa especificidade como destino turístico e a adaptar a oferta à evolução que têm vindo a conhecer as preferências dos potenciais visitantes, que cada vez mais valorizam produtos com uma dimensão cultural.

O Mosteiro da Flor da Rosa, como a generalidade dos monumentos que têm sido seleccionados para adaptação a pousada, proporcionará, certamente, ao viajante um encontro directo com a nossa história, em toda a sua grandeza”.

Alexandre Relvas
Secretário de Estado do Turismo

Pousada N.ª Sra. da Assunção
ENATUR - Pousadas de Portugal
Novembro 1996

“Pousada de Nossa Senhora da Assunção

No seu mais de meio século de existência, as **Pousadas** de Portugal, independentemente das entidades que em cada momento tiveram a responsabilidade sobre o processo da respectiva expansão, privilegiaram sempre nas suas decisões de investimento a recuperação de património arquitectónico nacional com vista à adaptação a **Pousadas**. Dessa forma, pretende-se assegurar a permanente conservação desses monumentos e, em paralelo, aumentar a oferta de um produto turístico privilegiado, original e de qualidade, capaz de afirmar e promover as nossas microculturas regionais nos seus mais ricos contrastes, tradições e inesgotável variedade temática.

Temos como preocupação sempre presente que qualquer intervenção de recuperação de património edificado respeite e se integre totalmente na evolução histórica da sua traça e não desvirtue a identidade e personalidade agregadas que caracterizam o monumento.

Procuramos, por outro lado, que a funcionalidade hoteleira do edifício recuperado esteja ajustada a uma gestão quotidiana rentável e que sejam satisfeitas as necessidades de conforto bem como as expectativas dos nossos clientes. Certo é, no entanto, que nenhuma destas condições prevalece relativamente aos princípios de respeito pelo edifício atrás referidos.

A abertura da Pousada de Nossa Senhora da Assunção, em Arraiolos, é mais um marcante momento na vida da nossa Empresa, representando, em simultâneo, um estimulante desafio à nossa capacidade de contribuirmos, de forma sustentada, para o desenvolvimento económico e social daquela zona.

A nossa aposta, porém, não assentou, apenas, na recuperação do convento e na sua adaptação a Pousada. Foi mais firme e ambiciosa, porquanto também recuperámos, de acordo com as características essenciais da época e da região, toda a zona interior da cerca do convento, com 23 hectares, recriando novas áreas florestais, jardins, fios de água e percursos pedonais, conservando espécies autóctones ao nível da fauna e da flora. Desse modo, foi possível criar uma magnífica área de lazer e animação que muito irá beneficiar quem visite Arraiolos mas que servirá, sobretudo, a população local.

Estamos certos que a recuperação e adaptação deste convento virá reafirmar, também, em Arraiolos a valia do projecto **Pousadas** de Portugal, sempre em defesa de um turismo de qualidade capaz de respeitar no presente o nosso património cultural e natural para que no futuro seja respeitado pela História”.

O Conselho de Administração
 Pedro de Almeida/Presidente
 Rodrigo de Sande e Lemos
 José António Boavida Roque

Pousada Sta. Maria do Bouro
ENATUR - Pousadas de Portugal
1997

"Pousada Sta. Maria do Bouro

No prosseguimento da política de expansão que a ENATUR tem vindo a desenvolver ao longo dos últimos anos, a adaptação do Mosteiro de Santa Maria do Bouro a Pousada constitui mais uma das "bandeiras" desta empresa ao longo do país implantadas, permitindo oferecer, ao viajante nacional ou a quem do exterior nos visite, uma verdadeira oportunidade, em perfeita harmonia com o ambiente circundante, possibilitando ainda dar a conhecer e conviver com as realidades regionais nas suas vertentes etnológicas e culturais.

Para a ENATUR esta nova Pousada situa-se na linha do desenvolvimento da estratégia consubstanciada no Plano de Médio Prazo definido em 1990 para a actividade da empresa, tendo em vista a criação de novas **Pousadas** Históricas e a ampliação e remodelação de algumas das então existentes.

À semelhança do que tem vindo a acontecer com outros monumentos, o Mosteiro de Santa Maria do Bouro foi recuperado e adaptado a Pousada sem que tivesse sido alterada a sua fisionomia e tendo-se procurado que a nova unidade hoteleira resultante dessa recuperação e o destino que lhe está subjacente não se tivesse afastado do espírito do monumento pré-existente.

Este mosteiro, de agora em diante "Pousada Santa Maria do Bouro", permitirá, seguramente, a quem nele se acolha, dispor de um ambiente confortável e tranquilo, proporcionando o regresso do imaginário a um passado de recolhimento conventual e de algum mistério e, em simultâneo, uma estreita ligação com as belezas naturais e a vasta riqueza do conjunto arquitectónico, turístico e socio-cultural do Norte de Portugal".

Lisboa, 26 de Dezembro de 1996

O Presidente do Conselho de Administração
Eduardo Ambar

● Intervenções que simbolizam as duas vertentes de um novo conceito - o de Pousada Histórica, as **pousadas** de D. Dinis e de Sta. Marinha marcam o início de um novo ciclo de debate patrimonial, definindo um "caminho metodológico e conceptual"³⁸ que iria ter diferentes repercussões ao longo das décadas de oitenta e noventa. No centro deste debate estaria, agora, o IPPC - Instituto Português do Património Cultural, criado em 1980 e transformado, mais tarde, em IPPAR - Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico³⁹. Mas estas duas obras anunciam, por outro lado, o regresso da "autoria" enquanto sinónimo de uma arquitectura de qualidade e, por isso, garantia, à partida, de uma participação credível e exemplar também na formulação de uma estratégia de reutilização e requalificação do património construído, onde a adição de "obra nova" se torna "não só necessária, como desejável"⁴⁰. "A regra cada um a deverá encontrar a partir do existente, caso a caso, com rigor e imaginação e legível em cada obra única e insubstituível"⁴¹. E se a década de oitenta se pode caracterizar como a das "**Pousadas em Centros Históricos**", a de noventa vai dar sequência às "**Pousadas em Monumentos**".

notas

³⁸ FERNANDES, José Manuel, "**Pousadas** de Portugal. Obras de Raiz e em Monumentos", in *Caminhos do Património*, Lisboa, Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e Livros Horizonte, 1999, p. 173.

³⁹ Organismo da tutela do Ministério da Cultura, que tem como objectivo "conservar, preservar, salvaguardar e valorizar o património arquitectónico português, entendendo-se como património arquitectónico todos os "bens materiais imóveis que integram o património cultural", segundo a definição contida na Lei 13/85 e mediante atenção ao disposto nas convenções e cartas internacionais subscritas pelo Estado Português". Estes bens são "classificados" segundo o seu "valor de testemunho histórico, artístico e técnico", representando parte "integrante e indissociável" de um património cultural e cabendo ao IPPAR a sua "gestão, exploração e administração", segundo "valores e princípios que pretendem ser norteadores de uma política global e integrada". Para isso concorre a permanente actualização dos "preceitos técnicos de actuação nos monumentos" e o apoio de diversas especialidades, da arqueologia ao projecto de arquitectura, da geologia à paisagística.

(cf. CALADO, Luís Ferreira, LEITE, Joaquim Passos, PEREIRA, Paulo, "Conceitos Operativos", in *Intervenções no Património 1995-2000. Nova Política*, Lisboa, IPPAR/Ministério da Cultura, 1997, p.29).

⁴⁰ Idem, p.36.

⁴¹ COSTA, Alexandre Alves, "Pousada do Convento de Santa Marinha da Costa", in AAVV, *Portugal Arquitectura do Século XX*, Lisboa, Portugal-Frankfurt 97, 1997, p.283.

Paradigma, ainda hoje, de uma concepção dinâmica e integrada do Património, a interpretação de Fernando Távora, na Pousada de Sta. Marinha, sustentará posteriores intervenções em monumentos históricos⁴². Porque, mais do que seguir convenções e princípios, passíveis de falência à luz de novos conceitos, o que se equaciona, em Guimarães, é a própria *relação da obra com a vida*, esta intervenção é "produção de património da sua época"⁴³, constituindo ela mesma doutrina.

A singularidade da postura de Fernando Távora, "Prémio Nacional de Arquitectura de 1987 por esta obra"⁴⁴, iria legitimar a prossecução de um novo Plano Nacional de **Pousadas** de Turismo (1989). Vinculados os projectos à aprovação do IPPAR e a gestão das obras à fiscalização da DGEMN, este processo ganharia outra complexidade, correspondendo, a partir de agora, a intervenções a "longo prazo".

Assim, na continuidade desta experiência primordial, surgem, já nos anos noventa, as chamadas "3 filhas" de Sta. Marinha: as **pousadas** da Flor da Rosa, de João Luís Carrilho da Graça, de Nossa Senhora da Assunção, de José Paulo dos Santos, e de Santa Maria do Bouro, de Eduardo Souto de Moura. E, porque se trata de "obras de arquitecto", cabe aqui, numa primeira leitura, a palavra aos seus autores.

Se no Crato "o objectivo do projecto é intensificar a possibilidade de visita do edifício existente, privatizando-o e ocupando-o o menos possível, relendo-o e abrindo-o a novas leituras"⁴⁵, em Arraiolos, "agora, como antes, sem se alterar o protagonismo da estrutura existente - que mantém quase intactas as suas presentes qualidades especiais - pela adição de nova ala de fecho, a proposta reconhece - se porventura não

notas

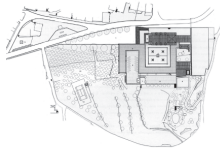
⁴² Nos anos 80-90 são diversas as intervenções de reafecção de imóveis classificados que implicaram a construção de obra nova, "quer como acrescento, quer como arranjo e reordenamento de espaços". Tendência que se coloca com maior pertinência em programas museográficos e de ensino universitário, pode também condensar-se de forma exemplar na obra de Fernando Távora, com os projectos para o Museu Soares dos Reis (1993/1998), no Porto, e a Escola Superior Agrária de Refoios de Lima (1987). (cf. PEREIRA, Paulo, op. cit., p25).

⁴³ CALADO, Luís Ferreira, LEITE, Joaquim Passos, PEREIRA, Paulo, op. cit., p.37.

⁴⁴ FERNANDES, José Manuel, op. cit., *ibidem*.

⁴⁵ GRAÇA, João Luís Carrilho da, "A Arquitectura", *Pousada Flôr da Rosa*, Lisboa, ENATUR, Julho 1995, p.31.





Pousada de Santa Maria do Bouro

localização Amares

arquitecto Eduardo Souto de Moura

interiores Cecília Cavaca

exteriores Maria João Dias da Costa

data de inauguração 1 Março 1997



Pousada de Nossa Sra. da Assunção

localização Arraiolos

arquitecto José Paulo dos Santos

interiores Cristina Guedes

exteriores Laura Costa

data de inauguração 1 Dezembro 1996



Pousada da Flor da Rosa

localização Crato

arquitecto João L. Carrilho da Graça

interiores -

exteriores -

data de inauguração 24 Julho 1995



Pousada de Tibães

localização Braga

arquitecto Raul Hestnes Ferreira

interiores -

exteriores Maria João Dias da Costa

data de inauguração (não construída)



Pousada D. Afonso II

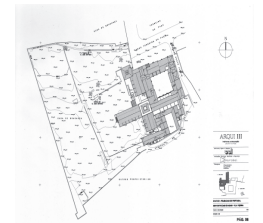
localização Alcácer do Sal

arquitecto Diogo Lino Pimentel

interiores Madalena Pimentel

exteriores Luís Cabral

data de inauguração 16 Maio 1998



Pousada D. João IV

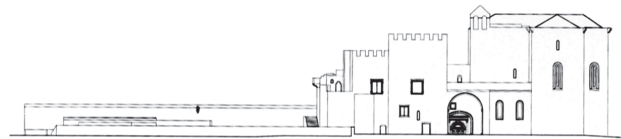
localização Vila Viçosa

arquitecto J. Almeida/P. Ferreira Pinto

interiores Rita Ferro

exteriores Francisco Caldeira Cabral

data de inauguração 9 Maio 1997



Pousada da Flor da Rosa

reforça - a implícita autonomia formal do existente gerando regras próprias.

Regras que coabitam com o carácter simultaneamente austero dos materiais, rico de iconografia e formas.

A reorganização dos diferentes espaços funcionais acompanha o que seria o crescimento natural do convento com: zonas de serviço adossadas ao - e pelo - monte, zonas de público organizadas em sequência e à volta dos sucessivos espaços exteriores formados pelo claustro, pátio e esplanada, zona de quartos em torno do claustro e corredores superiores.

Com o projecto pretende-se não só dar um tempo às coisas que seja o delas, com formas que lhes não escondam as funções, mas aproveitar características de uma certa forma de construir nossa, que é ao mesmo tempo espontânea, generosa e, neste caso, com o rigor descontraído das planícies solarengas do sul.

Para que o todo, tendo alguma coisa para dizer, o faça em silêncio⁴⁶.

Anunciando já outros pressupostos, no Bouro o "projecto tenta adaptar, ou melhor, servir-se das pedras disponíveis para construir um novo edifício.

Trata-se de uma nova construção, e não de um restauro, onde intervêm vários depoimentos.

Para o projecto, as ruínas são mais importantes que o "Convento", já que são material disponível, aberto, manipulável, tal como o edifício o foi durante a história. Não pretendemos com esta atitude construir uma excepção, procurando a originalidade de um manifesto, mas sim cumprir uma das poucas regras da arquitectura que ainda permanecem.

Durante o projecto, o desenho tentou encontrar a "lucidez" entre forma e programa.

"Perante duas hipóteses, optamos por recusar a consolidação pura e simples da ruína para uso contemplativo, apostando por injectar materiais, usos e formas "entre les choses" como dizia Le Corbusier. O 'pitoresco' é uma fatalidade que acontece e não a vontade de um programa".

Foi com este tom convicto que em 1989 se arriscou um Programa Base.

O Projecto de Execução data de 1995, e com as

dificuldades do tema e do edifício, a ruína foi-se moldando, amaciando, perante a evidência das coisas "naturais". É que a "realidade é terrivelmente superior a qualquer história, fábula, divindade, surrealidade".

Durante sete anos, fomos curvando, perseguindo um desenho, uma arquitectura de um tempo, de uma cultura, que permanecesse como linguagem; como "... linguagem verdadeira / e incompreensível / tal como o bater / do bater dos dentes"⁴⁷.

Posturas que definem diferentes estratégias projectuais, partem, no entanto, de um idêntico entendimento do monumento como "organismo vivo", aberto a "uma reorientação de reafecção de uso ou de restauro integrador"⁴⁸, a partir de uma lógica de adequação tipológica que compreende, em paralelo, a adição de "construção nova". São, por isso, intervenções que aliam ao restauro crítico novos pressupostos metodológicos, deixando "ao monumento, através do seu estudo, determinar a intervenção possível e, eventualmente, ideal"⁴⁹. E se, de facto, na Flor da Rosa e em Arraiolos podemos estabelecer, de formas distintas, uma filiação em Guimarães, no Bouro, Souto de Moura avança uma nova abordagem conceptual ao "restauro" do convento.

Na adaptação a pousada do Mosteiro de Santa Maria de Flor da Rosa (1990-1995), Carrilho da Graça opta, então, por ampliar a construção existente, criando um novo corpo, onde se concentram os quartos da pousada, que se articula com a preexistência numa lógica de evolução tipológico-temporal, inspirada em Sta. Marinha. Completando "a sucessão assimétrica, quase em espiral, das várias épocas construtivas"⁵⁰, centrada "em torno da igreja e do claustro", o novo corpo assume-se como remate à "lógica formal do conjunto", implantando-se a norte do Mosteiro e estendendo-se para poente. Também aqui se contrapõe,

notas

⁴⁷ MOURA, Eduardo Souto de, "A Arquitectura", *Pousada Sta. Maria do Bouro*, Lisboa, ENATUR, 1997, p.23.

⁴⁸ CALADO, Luís Ferreira, LEITE, Joaquim Passos, PEREIRA, Paulo, op. cit., p.37.

⁴⁹ Caminha-se para o restauro objectivo, defendido por Antoni Gonzalez Gomes-Navarro.

(Ver PEREIRA, Paulo, op. cit., p.22).

⁵⁰ ALMEIDA, Rogério Vieira de, "Reconstrução e Adaptação do Mosteiro de Santa Maria de Flor da Rosa", in AAVV, *Portugal Arquitectura do Século XX*, op. cit., p.316.

notas

⁴⁶ SANTOS, José Paulo dos, "A Arquitectura e os Jardins", *Pousada de N.ª Sra. da Assunção*, Lisboa, ENATUR, Novembro 1996, p.17.



Pousada de Flor da Rosa



(novo corpo de quartos)



Pousada de Nossa Senhora da Assunção

à massa da estrutura existente, um volume marcadamente horizontal, quase imperceptível à chegada. E se, em Guimarães, Távora propõe uma releitura das varandas minhotas, no desenho ritmado da fachada-cortina do novo corpo de quartos, no Crato, Carrilho da Graça explora o branco da cal e a planície alentejana para projectar "longos planos e cartilagens que sabiamente definem e conduzem a luz (...) e que deixam entrever a paisagem"⁵¹, numa composição de uma extrema leveza e "plasticismo", em contraste com a mole granítica do Mosteiro. Momento de forte tensão formal, a articulação com a preexistência é feita com convicção. Partindo da sua escala, dialoga com ela quase sem lhe tocar e desenha o recorte das "pedras existentes, que deixa intocadas, preparando a extensão do novo corpo"⁵².

Desta forma, "a intervenção nova distingue-se e afasta-se física e morfologicamente"⁵³, numa "lógica de composição a que nada importa a do anterior edifício respeitando sobretudo os valores de escala ou de textura que favorecem uma valorização recíproca, cada um a servir de cenário ao outro".

No interior, as alas norte e poente do Mosteiro são aproveitadas para resolver os restantes espaços da pousada, aqui sem qualquer analogia funcional com a estrutura existente excepto alguns quartos nas antigas celas conventuais, libertando o resto do edifício, deixado vazio, "como object trouvé"⁵⁴, que se percorre para chegar à pousada. Gesto insólito, mas de grande beleza, quase reduz o Mosteiro a "sala de entrada" da pousada, num misto de respeito e receio de "macular" a sua memória, invertendo virtualmente os papéis entre monumento e "obra nova".

Nos "poucos momentos de intercepção (...) a reversibilidade da "decoração" moderna"⁵⁵ sublinha o carácter "cenográfico" de toda a intervenção. Associam-se assim, a dois tempos, abordagens distintas ao monumento: como "ferramenta de projecto (...) activamente ao serviço dos novos espaços e

notas

⁵¹ Idem, *ibidem*.

⁵² Idem, *ibidem*.

⁵³ COSTA; Alexandre Alves, "La Pousada de Santa Marinha o el fluir de la Historia", *Távora*, Barcelona, DPA n.º14, Dezembro 1998, p.46-53.

⁵⁴ ALMEIDA, Rogério Vieira de, op. cit., *ibidem*.

⁵⁵ COSTA; Alexandre Alves, op. cit., *ibidem*.

programas"⁵⁶, e como objecto "morto", que se consolida e mantém para contemplação, numa "estratégia dita "ruinista"⁵⁷, perspectivas que ganham outra dimensão, porque se fundem, na Pousada de Sta. Maria do Bouro. Em Arraiolos, José Paulo dos Santos trabalha a Pousada de Nossa Senhora da Assunção (1993-1996) sobre o Convento dos Lóios, numa intervenção pautada pelo mesmo pragmatismo. "Lugar contemplado e de contemplação: chave do projecto"⁵⁸.

Como Alcino Soutinho no Convento de S. Gonçalo de Amarante, desenha uma nova ala do convento, esta a encerrar o pátio de serviço. Segue, assim, o desenvolvimento natural do edifício, com a liberdade de quem abarca todo o seu processo evolutivo. Mas, ao contrário do Crato, o novo corpo da pousada procura uma continuidade com a preexistência, colhendo nela as "regras" do seu desenho, como Távora em Guimarães.

Sem "razão para acreditar que épocas passadas não se possam relacionar umas com as outras sem limitações, de forma franca e livre, libertas do peso da sua imagética e de outros tipos de sentimentalismos"⁵⁹, José Paulo dos Santos articula "qualidades básicas tais como a plasticidade, o espaço, a luz, os materiais ou a cor (...) numa nova história, em novas sequências". O resultado é um permanente equilíbrio entre novo e velho, em que um clarifica o outro.

Também aqui, só as celas, o claustro e a igreja mantêm as suas funções primordiais, sendo a sala do capítulo transformada em portaria da pousada e o refeitório em sala de estar. A sala de jantar, colocada no piso inferior da nova ala, articula-se directamente com o pátio ao mesmo tempo que se abre para a paisagem, recordando relações de transparência anteriores.

A ligação ao núcleo do claustro é feita através de uma sucessão labiríntica de pequenos espaços, que, simultaneamente, causam surpresa e curiosidade pelo que a seguir surgirá. Percurso dinâmico e fluido, é explorado ao limite na forma como se alternam espaços

notas

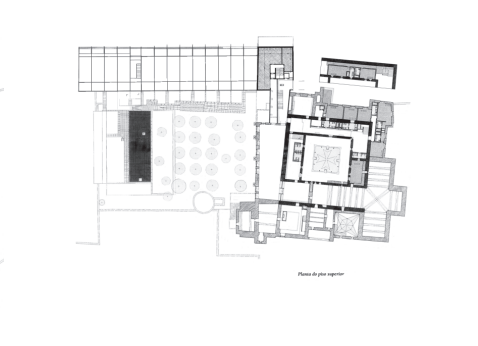
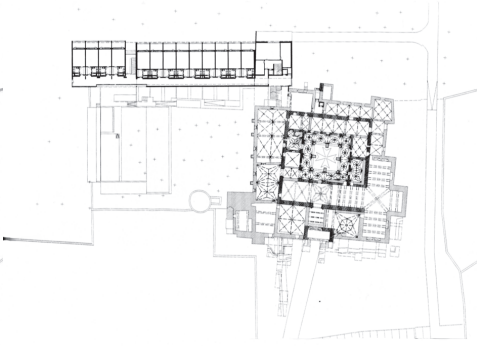
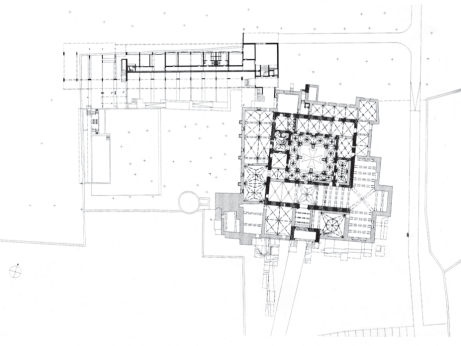
⁵⁶ FERNANDES, José Manuel, op. cit., *ibidem*.

⁵⁷ CALADO, Luís Ferreira, LEITE, Joaquim Passos, PEREIRA, Paulo, op. cit., *ibidem*.

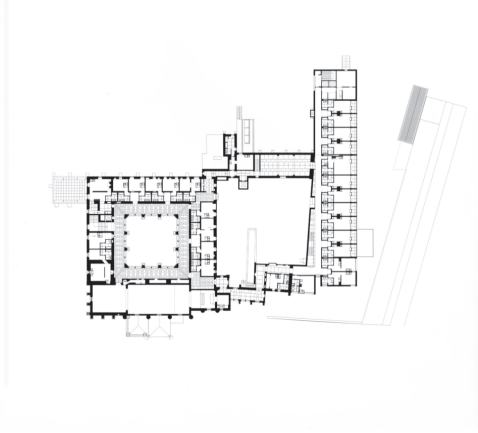
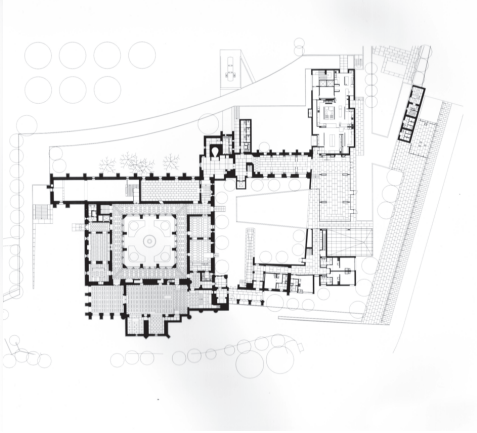
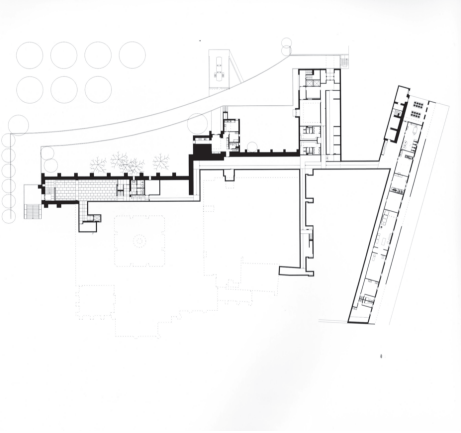
⁵⁸ SANTOS, José Paulo, "Convento dos Loios", *Prototipo*, Lisboa, N.º 5, Maio 2001.

⁵⁹ MEILI, Marcel, "José Paulo dos Santos", *Prototipo*, op. cit..

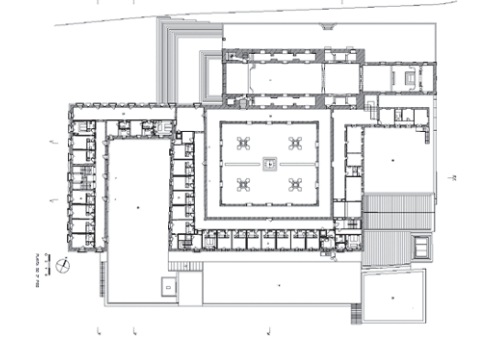
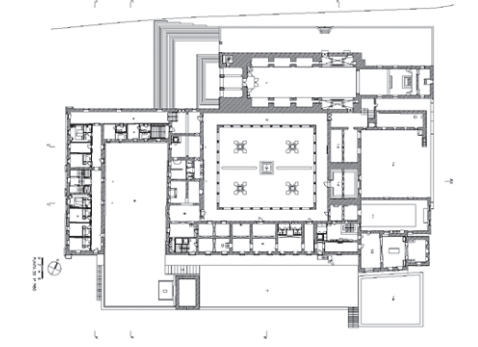
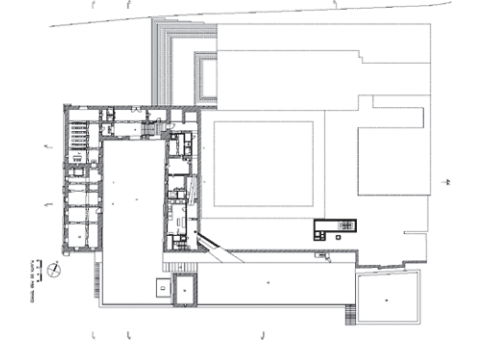
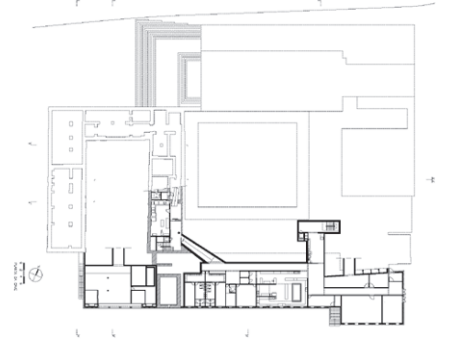
Pousada de Fior da Rosa

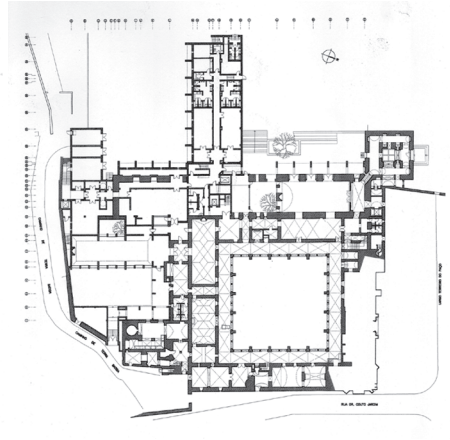
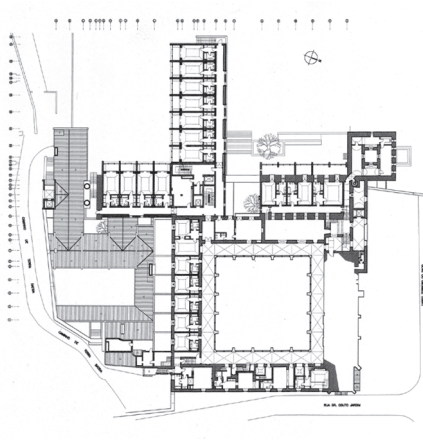


Pousada de Nossa Senhora da Assunção

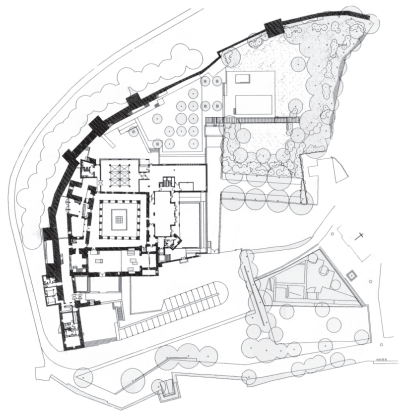
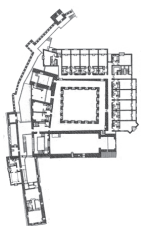
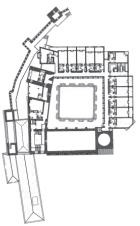


Pousada de Santa Maria do Bouro

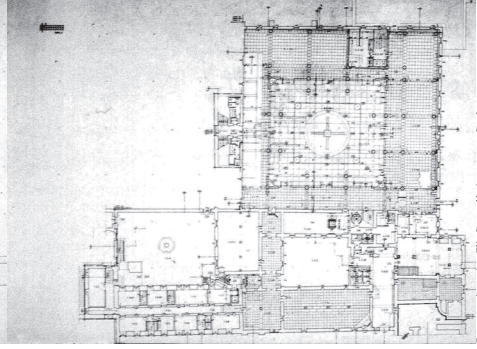
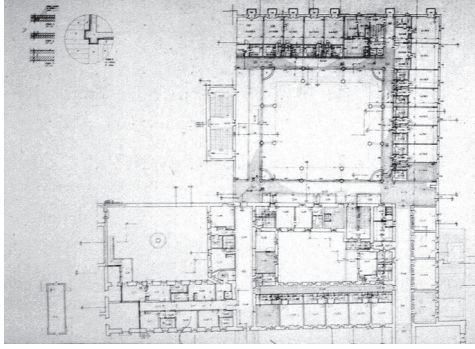




Pousada de D. João IV



Pousada de D. Afonso II



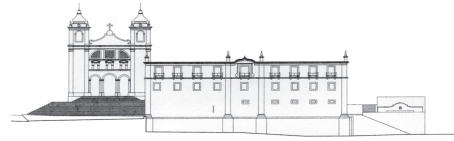
Pousada de Ibibões (Intervenção)



Pousada de Nossa Senhora da Assunção



(claustro)



Pousada de Santa Maria do Bouro

Alcindo Pereira



encerrados e diferentes perspectivas/vistas sobre os espaços exteriores e a paisagem, com toda a carga lumínica que este jogo de tensões proporciona. A reforçar esta sequência espacial, o toque "minimalista" de Cristina Guedes encontra, em cada espaço, o seu tempo e lugar próprios, contribuindo para a sua caracterização sem se sobrepôr àquela leitura, antes interagindo dialecticamente com ela.

A mesma atenção ao detalhe é evidente no claustro, onde o seu encerramento é, aqui, motivo de algum investimento formal, estranho na ressonância "metálica" que introduz, mas coerente com a óptica que preside a toda a intervenção.

A reafecção da igreja, embora para uso privado da pousada, introduz um dado novo neste tipo de intervenções. Quase sempre tratadas como entidades autónomas do conjunto conventual que as legitima, em vicissitude do próprio processo de extinção das ordens religiosas ou, mesmo, de classificação patrimonial, as igrejas perdem a sua relação umbilical com as estruturas que geraram, ficando estas amputadas na sua lógica e vivência naturais. A leitura do edifício e a sua compreensão ficam, assim, condicionadas logo à partida, tal como a própria intervenção. Equívoco que se tem vindo a repetir, encontra, em sentidos opostos, no Crato e em Arraiolos uma adequada clarificação. Na Pousada de Sta. Maria do Bouro (1989-1997), Eduardo Souto de Moura abstém-se de uma "interpretação e reconhecimento do (...) carácter"⁶⁰ da preexistência. O que propõe é fixar a sua imagem de ruína. Para isso "são apagados vestígios que possam perturbar a sua pacificação; o telhado não é reconstruído; as novas funções são alojadas com aparente pragmatismo sem necessidade de nova apropriação de espaços que tiveram funções idênticas no passado". Assim, só depois de consolidada a ruína o convento é adaptado a pousada, numa intervenção que se apaga "em absoluto minimalismo expressivo".

Mas, esta aparente humildade "esconde a transformação absoluta da construção em obra de autor, na sua totalidade". Sob esta capa de "abandono", o edifício é completamente refeito segundo uma nova lógica funcional e construtiva. É uma

construção nova, livre de procurar soluções próprias e introduzir materiais modernos. Prevalece a interpretação do autor.

Toda a estrutura é reconstruída e consolidada em betão, aproveitando-se as próprias cofragens metálicas das lages como elemento decorativo. Sem cobertura, o edifício parece perder densidade no recorte agressivo das suas paredes exteriores, imagem que é reforçada pela "ausência" de caixilhos nas janelas. O reflexo do céu no vidro transmite a falsa ideia de vazio.

Também o claustro é tratado como cenário. Solta do edifício, a antiga arcaria de suporte e parede exterior do claustro é consolidada e deixada como plano decorativo, de dimensão escultórica.

Inadequadas ao novo programa, a modulação das celas e largura dos corredores são redefinidas. Nos quartos, o núcleo técnico das águas é trabalhado com o mobiliário, criando um corpo central e compacto solto no espaço.

Da orgânica conventual só o refeitório mantém as suas características e função iniciais, ainda que ampliada a sala de jantar para a antiga cozinha. Aquela articula-se com os espaços de serviço, resolvidos numa "nova ala em semicave"⁶¹, única construção "de raiz" da intervenção, "introduzida de forma a não alterar a percepção do conjunto". Aproveitando e escondendo a sua presença, é criado um amplo terraço exterior, relacionado com os espaços de estar da pousada, que se articula com o pátio da entrada e a zona da piscina, num percurso pautado pela presença da água, elemento que, de resto, é explorado em todo o edifício com base no sistema hidráulico do antigo convento. No interior, a decoração marca também pela sua quase ausência, coerente com o espírito minimalista que rege toda a obra. Talvez por isso, a presença constante de Siza Vieira, no mobiliário, do cinzeiro à cadeira, ou nos desenhos, que singularizam cada espaço, se transforme num minimal algo repetitivo. Atitude de algum romantismo, "o usufruto da ruína é (assim) um prazer puramente estético"⁶². No entanto, é uma ruína "armadilhada", que aparenta afinidades com

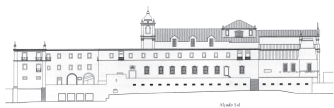
notas

⁶⁰ COSTA, Alexandre Alves, op. cit., *ibidem*.

notas

⁶¹ ALMEIDA, Rogério Vieira de, "Pousada de Santa Maria do Bouro. Recuperação e Remodelação do Convento de Santa Maria do Bouro", in AAVV, *Portugal Arquitectura do Século XX*, op. cit., p.306.

⁶² COSTA, Alexandre Alves, op. cit., *ibidem*.



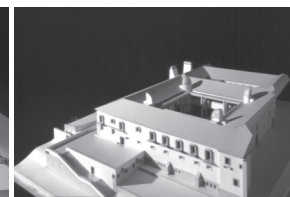
Pousada de Santa Maria da Bouro (nova ala)



(claustro)



Pousada de Tibães



(maqueta da proposta)

150

conceitos ruskinianos mas, na realidade, resulta de uma postura intervencionista próxima de Viollet-Le-Duc. Souto de Moura defende que a dicotomia entre história e contemporaneidade não tem que existir, a contemporaneidade é história. Neste sentido, encara o edifício como própria matéria de projecto, reutilizando os seus materiais de modo concreto e específico, consciente que é do seu valor patrimonial. Intervenção polémica, encerra uma crítica aos preceitos normativos da Carta de Veneza, contribuindo para o debate contemporâneo de novas filosofias de intervenção no Património.

A par da leitura desta obra, e no contexto deste trabalho, é incontornável a referência ao projecto de adaptação a pousada do Mosteiro de S. Martinho de Tibães, também em Braga, da autoria de Raúl Hestnes Ferreira. Ambos os projectos foram apresentados no II Encontro Nacional de História da Arquitectura, organizado pelo Departamento de Arquitectura da FCTUC, na Curia, em Abril/Maio de 1994.

O programa deste projecto, de 1991/1992, previa a reabilitação de parte do conjunto monástico para a instalação de uma pousada. Tratando-se de um fragmento de um vasto complexo, que compreende cinco claustros ou pátios (o Claustro do Cemitério, o Jardim de Jericó, o Pátio de S. João, o Pátio Sul e o Claustro do Refeitório), impunha-se a clarificação dos limites da área destinada para a pousada. A zona a intervir seria a do antigo Claustro do Refeitório e Pátio da Cozinha, parcialmente destruída pelo incêndio de 1894.

A partir do estudo e análise do edifício, apoiados por uma equipa multidisciplinar, a proposta desenvolveu-se com base "na integridade volumétrica do edifício, sendo inspirada pelos valores espaciais do Mosteiro no estado actual"⁶³.

Em contraste com a clareza formal da maior parte do conjunto, o Pátio da Cozinha revelou algum "hibridismo, com reaproveitamento de elementos antigos, enquadrados por outros mais recentes, reflectindo diferentes conceitos, épocas e formas construtivas"⁶⁴, que seriam integrados na intervenção.

No Claustro do Refeitório, do qual pouco restava, não se caíu na tentação de se propôr a sua reconstituição, "dado o extravio dos elementos que o compunham e a afinidade formal com o claustro do Cemitério"⁶⁵, antes se procurou criar "um espaço claustral alternativo, com a reinterpretação da métrica original, mantendo a presença da água e a relação com a envolvente". Processo inédito, considerava a integração da pousada num mais amplo projecto de reabilitação e reafecção do conjunto monástico, de que fez parte a criação do Museu de Tibães e a recuperação da Cerca do Mosteiro⁶⁶. No entanto, a ENATUR abandonaria esta proposta para prosseguir com a de Sta. Maria do Bouro. Mas nem todas as intervenções de reabilitação de monumentos para **pousadas** se revelaram tão positivas. Algumas, determinaram "alterações radicais das características tipológicas (dos) monumentos intervencionados"⁶⁷, ou então, "no seu afã de afirmação da nossa época, tantas vezes retórica, neutraliza(ram) a preexistência, tomada como pano de fundo"⁶⁸ da nova intervenção. É o caso das **pousadas** D. João IV (1997), em Vila Viçosa, e D. Afonso II (1998), em Alcácer do Sal, ambas adaptações feitas a partir de mosteiros femininos extintos.

Tipologia particular, estes edifícios conventuais apresentam especificidades cuja incompreensão ou ignorância tem vindo legitimar a perda de "alguns (dos seus) traços tipológicos fundamentais"⁶⁹.

Em Vila Viçosa, a intervenção arquitectónica no Real Convento das Chagas de Cristo, para a sua adaptação a pousada, seria encomendada a João de Almeida e Pedro Ferreira Pinto, da empresa ARQUI III. O projecto seria desenvolvido em duas frentes: a recuperação e

notas

⁶⁴ Idem.

⁶⁵ Idem.

⁶⁶ Tema que ganha particular pertinência neste grupo de **pousadas**.

Instaladas, na sua maior parte, em antigos edifícios conventuais, as cercas têm vindo a ser objecto de preocupação por parte das equipas projectistas, não se limitando as intervenções ao património edificado. Desde a Pousada de Sta. Marinha, o arranjo paisagístico destes espaços veio complementar o processo de conversão daqueles edifícios a pousada.

⁶⁷ GOMES, Paulo Varela, "Arquitectura de Mulheres, Mundo de Homens. Intervenções da DGEMN em Edifícios de Mosteiros Femininos Extintos (1930-1950)", in *Caminhos do Património*, op. cit., p.83.

⁶⁸ COSTA, Alexandre Alves, op. cit., *ibidem*.

⁶⁹ GOMES, Paulo Varela, op. cit., p.84.

notas

⁶³ Da memória justificativa do Projecto da Pousada de S. Martinho de Tibães, cedida pelo arquitecto Raúl Hestnes Ferreira.



Pousada D. João IV



(nova ala)



Pousada D. Afonso II

remodelação do conjunto existente, com exclusão da igreja, e a sua ampliação, em resposta a novas exigências de uso. Desta forma, mais do que o simples restauro e recuperação do convento, a intervenção determina um programa de reutilização com reformulação de funções.

Condenado à partida pela "separação entre pousada e igreja"⁷⁰, por "razões de propriedade dos diversos espaços", a organização do novo programa encontraria ainda um outro obstáculo. "A antiga portaria monástica (ou *Casa das Falas*, onde se situava/ situa o *Locutório* e a *Roda*,) que abria para a Rua dos Fidalgos, (...) local recolhido e distante da porta da igreja pública"⁷¹ e junto à antiga *Porta do Carro*, não se coadunava com as "necessidades funcionais" de uma pousada (como a contemplação de estacionamento automóvel). A solução foi transformar a antiga torre-mirante (ou seria a antiga cloaca do convento?) em entrada, "abrindo-se vãos que não existiam e virando do avesso os percursos constitutivos principais do antigo mosteiro"⁷². O espaço mais reservado do convento é, agora, o mais exposto da pousada e a antiga portaria foi desactivada. Tal situação seria agravada pelo corte das relações "entre as instalações monásticas e a igreja de dentro (, ou) coro das freiras". Apagou-se, assim, a "memória de alguns dos circuitos por excelência da vida monástica feminina": das celas e sala do capítulo para o coro e das celas para a portaria.

Partindo de outra leitura do edifício, os projectistas consideram o claustro como o "principal elemento gerador da morfologia do Convento"⁷³, desenvolvendo a nova construção "em analogia com a estrutura (por ele) determinada". Deste modo, procuraram relações de continuidade entre "novo" e "velho", trabalhando materiais e elementos formais que integrassem um no outro. Sinal disso, é o tema das treliças de madeira, a que recorrem indiscriminadamente, tanto no claustro como nos quartos das novas alas.

Nesta vontade de fundir tempos distintos num todo formal e coerente, distanciam-se dos pressupostos da

Carta de Veneza, ainda que não deixa de ser evidente, sob uma capa de "tradicionalismo", a linguagem contemporânea da nova construção.

Da estrutura original, mantêm as suas funções o claustro, que aqui é deixado aberto, o refeitório, a sala do capítulo e as celas. Um novo espaço de estar, de carácter mais público, é criado no antigo celeiro do convento. Todas as "pinturas e rebocos antigos" são conservados, tal como "o recolhimento e a interioridade intimista de alguns espaços conventuais e de alguns percursos indirectos ou sinuosos"⁷⁴, elementos que permitem "criar espaços polissémicos bem diversos da univocidade monumental do passado recente". Os novos espaços da pousada procuram agregar-se em torno da estrutura existente, sentindo-se apenas no piso superior o desenho em L do novo núcleo de quartos, que se estende para sul e poente, sob o qual se resolvem os espaços de serviço da pousada.

No interior, retoma-se o ambiente histórico das primeiras **pousadas** em monumentos, que, depois dos três exemplos anteriores, ganha, agora, um "peso" excessivo.

No sentido em que a nova construção pretende assumir-se como um prolongamento natural da preexistência, também esta intervenção se aproxima de teorias Viollet-le-Duquianas.

Na Pousada D. Afonso II o caso seria mais grave. Última pousada deste grupo, e das que este trabalho analisa⁷⁵, põe em causa a legitimidade da actuação da própria ENATUR e a credibilidade dos critérios que presidem à escolha das propostas e até dos arquitectos.

Na conversão a pousada do antigo Convento de Nossa Senhora de Ara Caeli, Rui Lino Pimentel propõe, como em

notas

⁷⁴ GOMES, Paulo Varela, op. cit., p.96.

⁷⁵ De fora deixamos a Pousada da Quinta da Ortiga (1991), em Santiago do Cacém, e a Pousada de D. Maria I (1994), no Palácio Nacional de Queluz. A primeira, enquadrada no grupo das **pousadas** regionais, por não corresponder a qualquer uma das temáticas abordadas no percurso das **Pousadas** de Portugal, constituindo, por isso, excepção que não encontra significado nesta leitura; e, a segunda, pousada histórica, por se tratar de uma remodelação "à antiga" das "antigas" dependências da Guarda Real (seriam os estábulos?), determinando, por razões funcionais, a completa reformulação do edifício preexistente, do qual se mantêm apenas as fachadas.

Entretanto, foram inauguradas a Pousada do Solar da Rede (1999), em Mesão Frio, a Pousada Conde de Ourém (2000), na Vila de Ourém, e a Pousada Convento de Belmonte (2000), em Belmonte.

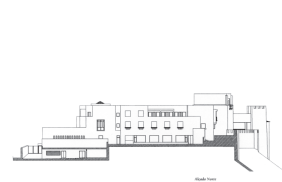
notas

⁷⁰ Idem, p.93.

⁷¹ Idem, *ibidem*.

⁷² Idem, *ibidem*.

⁷³ ALMEIDA, João de, PINTO, Pedro Ferreira, "A Arquitectura", *Pousada D. João IV*, Lisboa, ENATUR, 1997, p.21.



Pousada D. Afonso II



(novo corpo)



(claustro)

152

Vila Viçosa, para além da sua consolidação e recuperação, uma "intervenção activa e transformadora do (...) edifício"⁷⁶, para que "possa daí resultar um novo ciclo de vida para o monumento, com nova leitura do seu testemunho e algum valor cultural acrescentado pelo nosso tempo"⁷⁷. Mas não é isso que acontece.

Se o gesto de completar o claustro, com a construção de duas novas alas, e a referência à estrutura quadrangular da capela-mor da igreja, para resolver a sua articulação, surge com alguma naturalidade, já a ostensiva marcação dos vértices do claustro, com a colagem de um novo volume sobre o coro das freiras e uma das torres da antiga alcáçova, parece querer competir com a presença da cúpula da igreja. E, de facto, anula-a. Como, de resto, toda a intervenção "apaga" o edifício existente.

Embora presente a preocupação de diferenciar, em termos de cor e de linguagem, os diferentes momentos de vida do conjunto - castelo, convento e construção nova - e de se integrarem alguns elementos e espaços singulares da preexistência no novo projecto, esta resulta mais com o sentido do "pitoresco" do que como gesto inclusivo e clarificador.

Insólita resulta, também, a abordagem ao núcleo da igreja. Não se colocando, aqui, a questão do corte com a pousada e ainda que correcta a sua leitura enquanto dois espaços autónomos, é discutível a transformação da igreja de fora em sala de conferências, com utilização e acesso ocasionais, e inexplicável a introdução de um novo corpo de escadas no antigo coro das freiras.

Já no exterior, a nova construção sobrepõe-se claramente a todo o conjunto, afirmando-se em escala e vontade de "desenho". Não é pela apropriação de alguns elementos da construção antiga, como as gárgulas metálicas do convento reproduzidas à exaustão no novo corpo da pousada, que consegue estabelecer algum tipo de diálogo ou relação com o edifício existente.

Por baixo de tudo isto, foi criado um espaço

museológico, independente da pousada mas sempre "presente" (na entrada e no claustro), onde se "preservam" os vestígios das escavações arqueológicas realizadas na área de implantação da pousada.

"Assente sobre 5.000 anos de história"⁷⁸, a intervenção devia ter, por isso, outra profundidade de conteúdo e "leveza" de expressão.

Projecto de equívocos, transforma um dos mais interessantes desafios deste grupo de **pousadas**, pela singularidade de um conjunto que intersecta lógicas tão particulares como o castelo e o convento feminino, mas também, por isso, dos mais complexos, numa amálgama de situações sem nexos, que pouco aprendeu com a própria preexistência.

"A visita a todos estes edifícios é acompanhada de folhetos explicativos da sua história. E pode assim ser porque lhes puseram termo. A intervenção actual não faz parte da narrativa. Inicia e acaba outra"⁷⁹.

Mas será o arquitecto o responsável pela falibilidade de algumas destas intervenções? Sem dúvida, mas não o único.

À ENATUR cabe parte da "culpa", na elaboração dos programas e na avaliação das propostas, assentes, sobretudo, em critérios políticos e de rentabilização financeira. Empresa Pública com capitais privados, desde 1992⁸⁰, tem autonomia para a contratação directa das equipas projectistas, sem necessidade de concurso e debate públicos dos projectos e dos critérios de escolha. Seria importante, também, saber qual o papel do IPPAR em todo este processo. Não é uma das suas responsabilidades a emissão de "pareceres vinculativos e pareceres consultivos sobre obras e planos (...) que incidam sobre monumentos classificados ou sobre imóveis ou áreas situados em zonas de protecção de monumentos e sítios classificados"⁸¹?

Num momento em que se postulam diferentes critérios de actuação e de classificação patrimonial, a qualidade das intervenções não devia depender, exclusivamente, da escolha do arquitecto.

notas

⁷⁶ COSTA, Alexandre Alves, op. cit., *ibidem*.

⁷⁷ PIMENTEL, Rui Lino, "A Arquitectura", *Pousada D. Afonso II*, Lisboa, ENATUR, 1998, p.23.

notas

⁷⁸ "Pousada de D. Afonso II", *Directório das Pousadas de Portugal*, Lisboa, ENATUR, s.d., p.6.

⁷⁹ COSTA, Alexandre Alves, op. cit., *ibidem*.

⁸⁰ Decreto-Lei N.º 151/92, *Diário da República*, I.ª Série, N.º 166, 21 de Julho de 1992.

⁸¹ CALADO, Luís Ferreira, LEITE, Joaquim Passos, PEREIRA, Paulo, op. cit., p.31.

Nota Final

(Página deixada propositadamente em branco)

● O Plano Nacional de **Pousadas** de Turismo de 1989-1992 considerava, como premissa básica, “que a capacidade de alojamento de cada pousada deverá ser muito ponderadamente avaliada, quando da definição do programa, para que se não diminua, ou anule mesmo - por demasiada ou exclusiva procura de rentabilidade - a preferência de que são objecto, quando cotejadas com outros estabelecimentos hoteleiros convencionais, de grandes dimensões”, e acrescentava que “não será através de princípios restritos, que privilegiem excessivamente a comercialização das **pousadas** e, obviamente, conduzam a uma ampliação demasiada das suas capacidades de alojamento, que este sector poderá assegurar a manutenção da imagem de qualidade, adquirida progressivamente”.

É neste contexto que, em 1992, a ENATUR lança um vasto programa de remodelação e ampliação das estruturas existentes. Processo longo, admitiu a descaracterização irreversível de algumas **pousadas**, sobretudo as construídas de raiz, adulterando profundamente o testemunho singular que constituíam.

Assim aconteceu com todas as **pousadas** dos anos 40, com excepção da Pousada de S. Tiago, em Santiago do Cacém, que sobreviveu segundo o projecto original pelo facto da ampliação da pousada, delineada ainda por Miguel Jacobetty Rosa, ter considerado a construção de um anexo. Se, de facto, a dimensão “familiar” destas **pousadas** (com 4 a 6 quartos) dificilmente se justifica no actual panorama turístico, pena é que as remodelações levadas a cabo não tenham tido uma outra postura perante os edifícios existentes, orientando-se, claramente, por princípios de rentabilização económica e caindo num mimetismo redutor, por vezes mais “casa portuguesa” que os próprios originais.

Dos anos 50 e 60, mantêm-se os edifícios das **pousadas** de Sta. Catarina, em Miranda do Douro, da Ria, na Murtoza, a de S. Gens, em Serpa, a de Sta. Bárbara, em Oliveira do Hospital, e a da Sra. das Neves, em Almeida.

Algumas intervenções conseguiram respeitar o carácter destas obras, valorizando-as, destacando-se a recente intervenção na Pousada de S. Jerónimo, no Caramulo. A ampliação das **pousadas** de Sta. Clara, em Sta. Clara-a-Velha, e do Vale do Gaio, no Torrão, ambas de Raúl Chorão Ramalho, tal como a de S. Bartolomeu, em Bragança, de José Carlos Loureiro, foi um gesto que, a

nosso ver, alterou por completo a ambiência e a escala que caracterizavam estas obras. Na Pousada de S. Teotónio em Valença, de João Andresen, a recente remodelação centrou-se na adaptação do antigo corpo de garagens e instalações dos motoristas a quartos de hóspedes, numa intervenção de algum modo pacífica, mas que deu lugar à decoração incaracterística que se tem vindo a observar em muitas das **pousadas**.

Produto de uma política e um debate culturais, que tiveram o seu tempo e lugar, não constituem estas **pousadas** também elas património? E património da própria ENATUR?

E se é hoje discutível a construção de novas **pousadas** de raiz, não o será também que todo o monumento se transforme em pousada? Ainda que a tendência seja hoje a de *construir no construído*, não será de se reavaliar o “direito ao Monumento”¹? “O contemporâneo também passa pela leitura evocativa do passado”².

Em 1998, alinhavam-se no horizonte três novas intervenções: Vitor Mestre na Senhora do Cabo³, no Cabo Espichel, Souto de Moura no Sanatório da Covilhã e Álvaro Siza no Forte de Peniche. Nenhum destes projectos foi concretizado.

No sentido da expansão do campo cronológico e tipológico abrangido pelo conceito de património histórico, a intervenção prevista no Sanatório da Covilhã, obra da autoria de Cottinelli Telmo, apontava um novo caminho para as **pousadas**: o da recuperação e salvaguarda de património do século XX.

notas

¹ GOMES, Paulo Varela, “Ideologias do Património e Intervenção Arquitectónica”, II Encontro Nacional de História da Arquitectura, Curia, Departamento de Arquitectura da FCTUC, Abril-Maio 1994, p.7.

² Idem, *ibidem*.

³ Projecto de 1995, veio reformular um anterior estudo de restauro e de reabilitação, iniciado em 1990, dos arquitectos Ana Rosa de Freitas e José Fernando Canas. O projecto compreende a intervenção nas duas alas do Santuário: a ala sul, propriedade da Confraria de N. Sra. do Cabo Espichel, para hospedagem de romeiros, mantendo, assim, a sua função inicial, e a ala norte, para a instalação da pousada, com a “construção de um novo corpo, de expressão essencialmente contemporânea, sobre as ruínas existentes no extremo poente da ala”; para além de propôr a adaptação do antigo Teatro Barroco a auditório.

De referir, ainda, o projecto inicial de Keil do Amaral, António Pinto de Freitas e Francisco Silva Dias, publicado na revista *Arquitectura* N.º 70, de Março de 1961.

(cf. “Pousada do Cabo Espichel, Sesimbra”, in *Caminhos do Património*, Lisboa, Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e Livros Horizonte, 1999, p.186-187).

Contrariando essa tendência, em 2002, ano em que as **Pousadas** de Portugal celebraram os seus 60 anos de existência, a ENATUR - Empresa Nacional de Turismo anunciava a desactivação e a venda de um número considerável de **pousadas** regionais, construídas de raiz, deixando clara a aposta futura nas **pousadas** "Históricas". Foram alienadas, neste processo, as **pousadas** do Serém, de Santiago do Cacém, do Castelo do Bode, de Miranda do Douro, de Serpa, do Caramulo e de Oliveira do Hospital.

"São casas construídas para o efeito, sem possibilidade de serem ampliadas, por isso são menos desejadas". Assim se justificou a decisão então tomada, deixando antever os critérios que presidem actualmente à orientação estratégica das **Pousadas** de Portugal, sobrepondo-se, de forma evidente, considerações de ordem económica ao valor cultural e arquitectónico que alguns destes edifícios encerram.

Num olhar mais atento sobre a lista de **pousadas** excluídas da rede da ENATUR, ressaltam as de S. Tiago e a de Sta. Bárbara. A primeira, como já referimos, era a única da série inicial, lançada em 1938, que ainda mantinha o sentido que moldou estas estruturas, e, a última, integrada no plano de 1966, é considerada uma das obras maiores da arquitectura portuguesa do século XX, constituindo um dos principais exemplares da revisão conceptual e formal que se operou na década de 60.

Não é o próprio conceito de **pousada**, tal como Francisco de Lima o definiu na sua tese de 1936, o valor primacial que importa atender e salvaguardar? "Essa instalação que não é o "Palace" nem o "Hotel" deve ter sempre o cunho nacional e regionalista".

Valores que moldaram a identidade de uma estratégia de turismo nacional, estar-se-ão a perder?

Embora seja hoje discutível a existência, ou não, de uma arquitectura nacional ou regionalista, é um risco que importa ponderar.

Bibliografia Consultada

Bibliografía Específica

Publicações

Castelo de Óbidos, Boletim da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, N.º 68-69, Lisboa, DGEMN, Junho-Setembro 1952.

Convento dos Lóios, Évora. Adaptação a Pousada, Boletim da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, N.º 119, Lisboa, DGEMN, Dezembro 1965.

COSTA, J. Santos, *Plano Nacional de Pousadas de Turismo 1989-1992*, Lisboa, DGEMN, Julho 1989.

Forte da Berlenga, Boletim da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, N.º 74, Lisboa, DGEMN, Dezembro 1953.

PINA, Paulo, *Portugal, O turismo no Século XX*, Lisboa, Lucidus Publicações, 1988.

Pousada D. Afonso II, Lisboa, ENATUR, 1998.

Pousada da Rainha Santa Isabel, Estremoz, Boletim da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, N.º 127, Lisboa, DGEMN, 1977.

Pousada da Ria, Lisboa, Lisboa, MOP/DGEMN, Novembro 1962.

Pousada de D. Dinis, Lisboa, MHOPT/SEOP/DGEMN, 1982.

Pousada de Santa Bárbara, Lisboa, MOP/DGEMN, 1971.

Pousada de Santa Marinha, Guimarães, Boletim da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, N.º 130, Lisboa, DGEMN, 1985.

Pousada de Santiago, Palmela, Boletim da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, N.º 129, Lisboa, DGEMN, 1984.

Pousada de S. Francisco, Lisboa, ENATUR, Dezembro 1994.

Pousada D. João IV, Lisboa, ENATUR, 1997.

Pousada dos Lóios, Lisboa, MOP/DGEMN, 1965.

Pousada Flôr da Rosa, Lisboa, ENATUR, Julho 1995.

Pousada N.ª Sra. da Assunção, Lisboa, ENATUR, Novembro 1996.

Pousada Sta. Maria do Bouro, Lisboa, ENATUR, 1997.

Pousadas de Portugal, 1.ª edição, Lisboa, ENATUR/Edições ASA, 1995.

Pousadas de Portugal, 2.ª edição, Lisboa, ENATUR/Edições ASA, Dezembro 2000.

Pousadas do SNI, Lisboa, Edições SNI, Março 1948.

VERMELHO, Joaquim, *Pousada da Rainha Santa Isabel - História das Histórias de um Castelo*, Lisboa, Edição ELO, 1992.

Artigos

ALMEIDA, João de, PINTO, Pedro Ferreira, "A Arquitectura", *Pousada D. João IV*, Lisboa, ENATUR, 1997, pág. 21.

ALMEIDA, Rogério Vieira de, "Pousada de Sta. Maria do Bouro. Recuperação e Remodelação do Convento de Sta. Maria do Bouro", in *Portugal Arquitectura do Século XX*, Lisboa, Portugal-Frankfurt 97, 1997, págs. 306-307.

ALMEIDA, Rogério Vieira de, "Reconstrução e Adaptação do Mosteiro de Santa Maria da Flor da Rosa", in *Portugal Arquitectura do Século XX*, Lisboa, Portugal-Frankfurt 97, 1997, págs. 316-317.

COSTA, Alexandre Alves, "Pousada do Convento de Santa Marinha da Costa", in *Portugal Arquitectura do Século XX*, Lisboa, Portugal-Frankfurt 97, 1997, págs. 276-277.

FERNANDES, José Manuel, "Pousadas de Portugal. Obras de Raiz e em Monumentos", in *Caminhos do Património*,

Lisboa, DGEMN e Livros Horizonte, 1999, págs. 159-177.

GRAÇA, João Luís Carrilho da, "A Arquitectura", *Pousada Flôr da Rosa*, Lisboa, ENATUR, Julho 1995, pág. 31.

MOURA, Eduardo Souto, "A Arquitectura", in *Pousada Sta. Maria do Bouro*, Lisboa, ENATUR, 1997, pág. 23.

PEREIRA, Alexandra Marques, "Pousada de Santa Bárbara", in *Portugal Arquitectura do Século XX*, Lisboa, Portugal-Frankfurt 97, 1997, pág. 233.

PIMENTEL, Rui Lino, "A Arquitectura", in *Pousada D. Afonso II*, Lisboa, ENATUR, 1997, pág. 21.

"Pousada do Cabo Espichel, Sesimbra", in *Caminhos do Património*, Lisboa, DGEMN e Livros Horizonte, 1999, págs. 186-187.

SANTOS, José Paulo dos, "A Arquitectura e os Jardins", in *Pousada de N.ª Sra. da Assunção*, Lisboa, ENATUR, Novembro 1996, pág. 17.

Artigos Revistas

ANDRESEN, João, "Projecto de uma pousada para Valença do Minho", *Arquitectura*, N.º 62 (3.ª série), Setembro 1958, págs. 11-16.

BLASCO, Francisco, "Projecto de uma pousada entre Castelo Branco e Fundão", *Arquitectura*, N.º 62 (3.ª série), Setembro 1958, págs. 17-19.

COSTA, Alexandre Alves, "La Pousada de Santa Marinha o el fluir de la Historia", *Távora*, Barcelona, DPA, N.º 14, Dezembro 1998, págs. 46-53.

FUSTER, Luís Fernandez, "Albergues y Paradores", *Temas Españoles*, N.º 307, 1957.

LOUREIRO, José Carlos, "Pousada em Bragança", *Arquitectura*, N.º 78 (3.ª série), Maio 1963, págs. 13-16.

PEREIRA, Nuno Teotónio, "Projecto de uma pousada para

Vilar Formoso", *Arquitectura*, N.º 62 (3.ª série), Setembro 1958, págs. 20-23.

"Quatro Novas Pousadas", *Arquitectura*, N.º 62 (3.ª série), Setembro 1958, pág. 5.

TAÍNHA, Manuel, "Projecto de uma pousada para Oliveira do Hospital", *Arquitectura*, N.º 62 (3.ª série), Setembro 1958, págs. 6-10.

TOSTÕES, Ana, "João Andresen e a herança do moderno: a Pousada de São Teotónio", *Monumentos*, N.º 12, Março 2000, págs. 53-57.

"Uma Pousada na Nazaré", *Arquitectura*, N.º 57/58, Janeiro/Fevereiro 1957, págs. 19-21.

Comunicações

LIMA, Francisco de, "Pousadas", tese apresentada à IV Secção do I Congresso Nacional de Turismo, Lisboa, 1936.

(Página deixada propositadamente em branco)

Bibliografía Genérica

Publicações

- AA/VV, *Arquitectura Popular em Portugal*, Lisboa, Edição do Sindicato Nacional dos Arquitectos, 1961.
- AA/VV, *Caminhos do Património*, Lisboa, DGEMN/Livros Horizonte, 1999.
- AA/VV, *Carrilho da Graça*, Lisboa, Editorial Blau, 1995.
- AA/VV, *Cassiano Branco. Uma Obra para o Futuro*, Porto, Edições ASA, 1991.
- AA/VV, *Fernando Távora*, Lisboa, Editorial Blau, 1993.
- AA/VV, *Intervenções no Património 1995-2000, Nova Política*, Lisboa, Ministério da Cultura/IPPAR, Setembro 1997.
- AA/VV, *Lezione di progettazione*, ("Documenti di architettura"), Milano, Electa, 1988.
- AA/VV, *Moderno Escondido. Arquitectura das Centrais Hidroeléctricas do Douro 1953-1964*, Porto, FAUP, Publicações, 1997.
- AAVV, *O Fascismo em Portugal*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1982.
- AA/VV, *Páginas Brancas*, Porto, Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 1986.
- AA/VV, *Porto 1901/2001, Guia de Arquitectura Moderna*, Porto, Ordem dos Arquitectos (Secção Regional Norte) e Livraria Civilização Editora, 2001.
- AA/VV, *Portugal Arquitectura do Século XX*, Lisboa, Portugal-Frankfurt 97, 1997.
- AA/VV, *Raúl Chorão Ramalho, Arquitecto*, Almada, Casa da Cerca, Câmara Municipal de Almada, Maio-Julho 1997.
- AMARAL, Francisco Keil do, *A Arquitectura e a Vida*, Lisboa, Edições Cosmos, 1942.
- AMARAL, Francisco Pires Keil(coord.), *Keil do Amaral, Arquitecto 1910-1975*, Lisboa, Associação dos Arquitectos Portugueses, 1992.
- BANDEIRINHA, José António Oliveira, *Quinas Vivas. Memória Descritiva de alguns episódios significativos do conflito entre fazer moderno e fazer nacional na arquitectura portuguesa dos anos 40*, 2.ª edição, Porto, FAUP Publicações, 1996.
- CHOAY, Françoise, *A Alegoria do Património*, Lisboa, Edições 70, 2000.
- COSTA, Alexandre Alves, *Dissertação para Concurso de Habilitação para Obtenção do Título de Professor Agregado (...) Memórias do Cárcere, Desastre de Sofia ou Memórias de Um Burro*, Porto, Edições do Curso de Arquitectura da Escola Superior de Belas Artes do Porto, 1982.
- COSTA, Alexandre Alves, *Introdução ao Estudo da História da Arquitectura Portuguesa. Outros Textos Sobre Arquitectura Portuguesa*, ("Seis Lições-2"), Porto, FAUP Publicações, 1995.
- COSTA, Alexandre Alves, GOMES, Paulo Varela, *Points de Repère: Architectures du Portugal*, Bruxelas, Fondation pour l'Architecture - Europália, 1991.
- FERNANDES, Fátima, CANNATÀ, Michele(coord.), *Arquitectura Portuguesa Contemporânea 1991/2001*, Porto, Edições ASA, 2001.
- FERNANDES, Manuel Correia, *ESBAP/Arquitectura Anos 60 e 70. Apontamentos*, 2.ª edição, Porto, Serviço Editorial da FAUP, 1988.
- FERNANDEZ, Sérgio, *Percurso, Arquitectura Portuguesa 1930-1974*, 2.ª edição, Porto, Edições da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 1988.
- FILGUEIRAS, Octávio Lixa, *Da Função Social do Arquitecto. Para uma Teoria da Responsabilidade numa Época de Encruzilhada*, 2.ª edição, Porto, Edições da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto,

1985.

FRAMPTON, Kenneth, *História Crítica de la Arquitectura Moderna*, 3.ª edição, Barcelona, Editorial Gustavo Gili, 1987.

FRANÇA, José Augusto, *A Arte em Portugal no Século XX (1911-1961)*, 2.ª edição, Lisboa, Bertrand Editora, 1984 (1.ª edição, Lisboa, 1974).

GOMES, Paulo Varela, PORTAS, Nuno, *Casa de Chá da Boa Nova - Boa Nova Tea House*, Lisboa, Blau, 1992.

JENKS, Charles, *The Language of Post-Modern Architecture*, 5th edition, London, Academy Editions, 1987 (1st edition 1977).

LINO, Raul, *Casas Portuguesas*, Lisboa, Edições Cotovia, 1992.

LÔBO, Margarida Souza, *Planos de Urbanização. A Época de Duarte Pacheco*, Porto, FAUP Publicações, 1995.

MONTANER, Josep María, *Después del Movimiento Moderno. Arquitectura de la Segunda Mitad del Siglo XX*, 3.ª edición, Barcelona, Editorial Gustavo Gili, 1997.

PEREIRA, Nuno Teotónio, *Escritos (1947-1996, selecção)*, Porto, FAUP Publicações, 1996.

PEREIRA, Nuno Teotónio, *Tempos, Lugares, Pessoas*, Lisboa, Contemporânea/Jornal "Público", 1996.

PEREIRA, Paulo (dir.), *História da Arte Portuguesa*, vol. III, Lisboa, Círculo de Leitores, 1995.

PORTAS, Nuno, MENDES, Manuel, *Arquitectura Portuguesa Contemporânea, Anos Sessenta/Anos Oitenta*, Porto, Fundação de Serralves, 1991.

RAMALHO, Pedro, *Itinerário*, 2.ª edição, Porto, Edições da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 1989.

ROSMANIHO, Nuno, *O Princípio de uma "Revolução*

Urbanística" no Estado Novo. Os Primeiros Programas da Cidade Universitária de Coimbra (1934-1940), Coimbra, Minerva Editora, 1996.

ROSSI, Aldo, *La arquitectura de la ciudad*, ("Colección Punto y Línea"), 7.ª edición, Barcelona, Editorial Gustavo Gili, 1986, 1.ª edição 1966.

TÁVORA, Fernando, *O Problema da Casa Portuguesa*, Porto, Cadernos de Arquitectura, 1947.

TÁVORA, Fernando, *Da Organização do Espaço*, 3ª edição, Porto, FAUP Publicações, 1996.

TOSTÕES, Ana, *Os Verdes Anos na Arquitectura dos Anos 50*, 2.ª edição, Porto, FAUP Publicações, 1997.

VENTURI, Robert, *Complejidad y contradicción en la arquitectura*, 7.ª edición, Barcelona, Editorial Gustavo Gili, 1992, 1.ª edição 1966.

50 Anos Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, Lisboa, MHOP, 1979.

Artigos

ALMEIDA, Pedro Vieira de, "Arquitectura e Poder", in *Portugal Arquitectura do Século XX*, Lisboa, Portugal-Frankfurt 97, 1997, págs. 93-97.

ALMEIDA, Rogério Vieira de, "De 1976 ao Final do Século XX", in *Portugal Arquitectura do Século XX*, Lisboa, Portugal-Frankfurt 97, 1997, págs. 73-84.

BANDEIRINHA, José António Oliveira, "Cassiano, Obra e Mito", in *Cassiano Branco Uma Obra Para o Futuro*, Porto, Edições ASA, 1991, págs. 200-203.

BRITO, Joaquim Pais de, "O Estado Novo e a Aldeia Mais Portuguesa de Portugal", *O Fascismo em Portugal*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1982, págs. 511-533.

CALADO, Luís Ferreira, LEITE, Joaquim Passos, PEREIRA, Paulo, "Conceitos Operativos", in *Intervenções no*

Património 1995-2000. Nova Política, Lisboa, Ministério da Cultura/IPPAR, Setembro 1997, págs. 29-47.

CALDAS, João Vieira, "Cinco Entremeios sobre o Ambíguo Modernismo", in *Portugal Arquitectura do Século XX*, Lisboa, Portugal-Frankfurt 97, 1997, págs. 23-32.

CASANOVAS, Luís Elias, "As Obras Públicas no Tempo de Cassiano Branco", in *Cassiano Branco. Uma Obra para o Futuro*, Porto, Edições Asa, 1991, págs. 190-195.

COSTA, Alexandre Alves, "Legenda para um desenho de Nadir Afonso", in *Fernando Távora*, Lisboa, Editorial Blau, 1993, págs. 17-20.

COSTA, Alexandre Alves, "A Problemática, a polémica e as Propostas da Casa Portuguesa", in *Introdução ao Estudo da História da Arquitectura Portuguesa. Outros Textos Sobre Arquitectura Portuguesa*, Porto, FAUP Publicações, 1995, págs. 55-72.

COSTA, Alexandre Alves, "1974-1975, O SAAL e os Anos da Revolução", in *Portugal Arquitectura do Século XX*, Lisboa, Portugal-Frankfurt 97, 1997, págs. 65-71.

FERNANDES, José Manuel, "Arquitectura e Contexto", in FERNANDES, Fátima, CANNATÀ, Michele(coord.), *Arquitectura Portuguesa Contemporânea 1991/2001*, Porto, Edições ASA, 2001, págs. 35-39.

FERNANDEZ, Sérgio, "Arquitectura Portuguesa 1961-1974", in *Portugal Arquitectura do Século XX*, Lisboa, Portugal-Frankfurt 97, 1997, págs. 55-63.

FERRÃO, Bernardo José, "Tradição e Modernidade na Obra de Fernando Távora 1947/1987", in *Fernando Távora*, Lisboa, Editorial Blau, 1993, págs. 23-44.

FERREIRA, Raúl Hestnes, Cassiano Branco, in *Cassiano Branco. Uma Obra para o Futuro*, Porto, Edições ASA, 1991, págs. 170-179.

FERREIRA, Raúl Hestnes, "Keil do Amaral e a Arquitectura", in *Keil do Amaral, Arquitecto 1910-1975*, Lisboa, Associação dos Arquitectos Portugueses, 1992, págs. 35-

-97.

FIGUEIRA, Jorge, "Câmara de Matosinhos", in *Porto, 1901/2001, Guia de arquitectura moderna*, n.º 28, Porto, Ordem dos Arquitectos (Secção Regional Norte)/Livraria Civilização Editora, 2001.

GOMES, Paulo Varela, "Arquitectura. Os Últimos Vinte e Cinco Anos", in PEREIRA, Paulo (dir.), *História da Arte Portuguesa*, vol. III, Lisboa, Círculo de Leitores, 1995, págs. 547-591.

GOMES, Paulo Varela, "A Arquitectura de Mulheres, Mundo de Homens. Intervenções da DGEMN em Edifícios de Mosteiros Femininos Extintos (1930-1950)", in *Caminhos do Património*, Lisboa, DGEMN/Livros Horizonte, 1999, págs. 83-98.

LÔBO, Margarida Souza, "Cultura Urbana e Território", in *Portugal Arquitectura do Século XX*, Lisboa, Portugal-Frankfurt 97, 1997, págs. 111-115.

LOUSA, António Portovedo, "Edifícios Torre", in *Porto, 1901/2001, Guia de arquitectura moderna*, n.º 17, Porto, Ordem dos Arquitectos (Secção Regional Norte)/Livraria Civilização Editora, 2001.

MARTINS, João Paulo, "Portuguesismo: Nacionalismos e Regionalismos na acção do DGEMN. Complexidade e Algumas Contradições na Arquitectura Portuguesa", in *Caminhos do Património*, Lisboa, DGEMN/Livros Horizonte, 1999, págs. 115-131.

NETO, Maria João B, "A Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e a Intervenção no Património Arquitectónico em Portugal 1929-1999", in *Caminhos do Património*, Lisboa, DGEMN/Livros Horizonte, 1999, págs. 23-43.

PEREIRA, Nuno Teotónio, "Chorão Ramalho: a Obra e a Pessoa", in *Raúl Chorão Ramalho, Arquitecto*, Almada, Casa da Cerca, Câmara Municipal de Almada, Maio-Julho 1997.

PEREIRA, Nuno Teotónio, "A Arquitectura de Regime, 1938-

-1948", in *Portugal Arquitectura do Século XX*, Lisboa, Portugal-Frankfurt 97, 1997, págs. 33-39.

PEREIRA, Paulo, "Acerca das Intervenções no Património Edificado. Alguma História", in *Intervenções no Património 1995-2000, Nova Política*, Lisboa, Ministério da Cultura/IPPAR, Setembro 1977, págs. 13-25.

PEREIRA, Paulo, "(Re)trabalhar o Passado", in *Portugal Arquitectura do Século XX*, Lisboa, Portugal-Frankfurt 97, 1997, págs. 99-110.

PORTAS, Nuno, "A Arquitectura da Habitação no Século XX Português", in *Portugal Arquitectura do Século XX*, Lisboa, Portugal-Frankfurt 97, 1997, págs. 117-122.

PORTAS, Nuno, "A Evolução da Arquitectura Moderna em Portugal, Uma Interpretação", in ZEVI, Bruno, *História da Arquitectura Moderna*, vol. II, Lisboa, Arcádia, 1977, págs. 687-746.

PORTAS, Nuno, "Igreja de Águas", in *Portugal Arquitectura do Século XX*, Lisboa, Portugal-Frankfurt 97, 1997, págs. 200-201.

RAMOS, Rui, "1961/1973, Pasteleira", in *Porto 1901/2001, Guia de arquitectura moderna*, n.º 23, Porto, Ordem dos Arquitectos (Secção Regional Norte)/Livraria Civilização Editora, 2001.

RODRIGUES, Jorge, "A Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e o Restauro dos Monumentos Medievais durante o Estado Novo", in *Caminhos do Património*, Lisboa, DGEMN e Livros Horizonte, 1999, págs. 69-82.

SANTOS, Rui Afonso, "O Design e a Decoração em Portugal, 1900-1994", in PEREIRA, Paulo (dir.), *História da Arte Portuguesa*, vol. III, Lisboa, Círculo de Leitores, 1995, págs. 437-505.

SILVA, Raquel Henriques da, "A "Casa Portuguesa" e os Novos Programas, 1900-1920", in *Portugal Arquitectura do Século XX*, Lisboa, Portugal-Frankfurt 97, 1997, págs. 15-22.

SIZA, Álvaro, "Arquitectura e Transformação", in *Portugal Arquitectura do Século XX*, Lisboa, Portugal-Frankfurt 97, 1997, pág. 139.

TAVARES, Domingos, "Modernos do Porto", in *Moderno Escondido. Arquitectura das Centrais Hidroeléctricas do Douro 195-1964*, Porto, FAUP Publicações, 1997, págs. 15-17.

TOSTÕES, Ana, "Modernização e Regionalismo, 1948-61", in *Portugal Arquitectura do Século XX*, Lisboa, Portugal-Frankfurt 97, 1997, págs. 41-53.

TOSTÕES, Ana, "Igreja do Sagrado Coração de Jesus", in *Portugal Arquitectura do Século XX*, Lisboa, Portugal-Frankfurt 97, 1997, págs. 246-247.

TOSTÕES, Ana, "Monumentalidade, Obras Públicas e Afirmação da Arquitectura do Movimento Moderno: o Protagonismo da DGEMN na Construção dos Grandes Equipamentos Nacionais", in *Caminhos do Património*, Lisboa, DGEMN/Livros Horizonte, 1999, págs. 133-150.

TOUSSAINT, Michel, "Os Concursos de Arquitectura como Debate Disciplinar", in *Portugal Arquitectura do Século XX*, Lisboa, Portugal-Frankfurt 97, 1997, págs. 129-137.

Artigos Jornais

BARROS, Leitão de, "Turismo! Sensacional Série de Artigos sobre Turismo em Portugal: XI. Inaugura-se a Exposição do Hotel Modelo, Organizada pelo nosso Jornal", *Notícias Ilustrado*, n.º 278 (2ª série), 8 Outubro 1933, pág. 3.

CASTRO, A. Sanches de, "O Quarto de Hotel. O que ele tem a mais, o que lhe falta", (Aspectos do Problema Turístico em Portugal), *Notícias Ilustrado*, n.º 254 (2ª série), 23 Abril 1933, pág. 8.

"Na Era do Engrandecimento, o Duplo Centenário da Fundação e Restauração de Portugal", *Diário de Notícias*, 27 Março 1938, pág. 1.

"(O) Nosso Jornal e o Turismo. Uma Grande Iniciativa. A

Exposição do Hotel Modelo", *Notícias Ilustrado*, n.º 267 (2ª série), 23 Julho 1933, pág. 9.

"(O) Nosso Jornal e o Turismo. Exposição do Hotel Modelo", *Notícias Ilustrado*, n.º 268 (2ª série), 30 Julho 1933, pág. 9.

"Nota Oficiosa da Presidência do Conselho", *Diário de Notícias*, 27 Março 1938, pág. 1.

"(O) Turismo e a Hotelagem", *Notícias Ilustrado*, n.º 246 (2ª série), 26 Fevereiro 1933, pág. 5.

Artigos Revistas

ALVES, Vera Marques, "Os Etnógrafos Locais e o Secretariado de Propaganda Nacional. Um Estudo de Caso", *Etnográfica*, n.º 2 (vol. I), 1997, págs. 237-257.

AMARAL, Francisco Keil do, "Uma iniciativa necessária", *Arquitectura*, n.º 14, Abril 1947, pág. 12-13.

BARATA, Paulo Martins, "Conceição Silva. Poética sem Retórica", *Prototipo*, n.º 4, Novembro 2000, págs. 39-69.

"(I) Congresso Nacional de Arquitectura", *Arquitectura*, n.º 29, Fevereiro/Março 1949, págs. 2-7.

COSTA, Alexandre Alves, "Cinco Pensamentos de Nexo Inexplicável", *10 anos de arquitectura no colégio da artes, ECDJ*, N.º 2, Março 2000, págs. 61-65.

COSTA, Augusto; Silva, Paula Araújo da, "Intervenções da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais", *Monumentos*, N.º 12, Março 2000, págs. 59-63.

GOMES, Paulo Varela, "Entre Coimbra e o Mundo", *10 anos de arquitectura no colégio da artes, ECDJ*, N.º 2, Março 2000, págs.46-51.

"(Os) Grandes Valores Turísticos Nacionais", *Panorama*, N.º 15-16, Julho 1943, págs. 64-65.

MEILI, Manuel, "José Paulo dos Santos", *Prototipo*, Lisboa,

N.º 5, Maio 2001.

MENDES, Manuel, "Arquitectura Portuguesa, Anos 50-Anos 80", *Cadernos Politika*, Lisboa, N.º 2, 1990, págs. 62-65.

PEREIRA, Nuno Teotónio, "A Arquitectura Manipulada, Hoje como Ontem ou Da Ditadura do Mercado", *Jornal Arquitectos*, N.º 198, Novembro/Dezembro 2000, págs. 48-50.

Comunicações e Dissertações

BRITO, Margarida Acciaiuolli de, *Os Anos 40 em Portugal: o País, o Regime e as Artes: "Restauração" e "Celebração"*, Lisboa, dissertação de doutoramento em História da Arte apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1991.

GOMES, Paulo Varela, "Ideologias do Património e Intervenção Arquitectónica", *Comunicação apresentada ao II Encontro Nacional de História da Arquitectura*, Curia, Darq/FCTUC, Abril-Maio 1994.

Bibliografia de Apoio

Dicionários

Dicionário da Língua Portuguesa, (" Dicionários Editora"), 6.ª edição, Porto, Porto Editora, 1991.

Dicionário de Português, (" Dicionários Editora"), 3.ª edição, Porto, Porto Editora, s.d..

LAROUSSE, M. Pierre, *Grand Dictionnaire Universel du XIX Siécle*, vol. 15, Administration du Grand Dictionnaire Universel, Paris, 1876.

Oxford Wordpower Dictionary, 5th edition, Oxford, Oxford University Press, 1994.

Publicações

Cartas e Convenções Internacionais, ("Património Arquitectónico e Arqueológico - Informar para Proteger"), Lisboa, IPPAR/Ministério da Cultura, 1996.

ECO, Umberto, *Como Se Faz Uma Tese Em Ciências Humanas*, 5.ª edição, Lisboa, Editorial Presença, 1991.

DIAS (Júnior), J.N. Ferreira, *Linha de Rumo*, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1945.

Guia de Portugal, 2.ª edição, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1982.

MATTOSO, José (dir.), *História de Portugal - A Segunda Fundação*, vol. 6, Lisboa, Editora Estampa, 1994.

MARQUES, A. H. Oliveira, *Breve História de Portugal*, 1ª edição, Lisboa, Editorial Presença, 1995.

SARAMAGO, José, *Viagem a Portugal*, Lisboa, Editorial Caminho, 1985.

SERRÃO, José, MARQUES, A. H. Oliveira (dir.), *Nova História de Portugal*, Lisboa, Editorial Presença, 1992.

(Página deixada propositadamente em branco)

Origem dos Desenhos e Fotografias

(Página deixada propositadamente em branco)

Página 23

Hotel Modelo, Minho: "Hotel Modelo", *O Notícias Ilustrado*, N.º 276.

Hotel Modelo, Douro: "Grande Exposição do Hotel Modelo", *O Notícias Ilustrado*, N.º 274.

Hotel Modelo, Trás-os-Montes: "Grande Exposição do Hotel Modelo", *O Notícias Ilustrado*, N.º 274.

Hotel Modelo, Beira Alta: "Grande Exposição do Hotel Modelo", *O Notícias Ilustrado*, N.º 274.

Hotel Modelo, Beira Baixa: "Grande Exposição do Hotel Modelo", *O Notícias Ilustrado*, N.º 274.

Hotel Modelo, Estremadura: "Hotel Modelo", *O Notícias Ilustrado*, N.º 275.

Hotel Modelo, Alentejo: "Grande Exposição do Hotel Modelo", *O Notícias Ilustrado*, N.º 274.

Hotel Modelo, Algarve: "Grande Exposição do Hotel Modelo", *O Notícias Ilustrado*, N.º 274.

Página 25 (rodapé)

Hotel Vitória, Postal: Arquivo da Câmara Municipal de Lisboa.

Grande Hotel do Luso, Fotografia: "Os Grandes Valores Turísticos Nacionais: Grande Hotel do Luso", *Panorama Revista Portuguesa de Arte e Turismo*, 1.ª série, N.º 12 (vol. 1.º), Dezembro 1942.

"Proposta para um Hotel em Bragança", Desenho: Arquivo da Câmara Municipal de Lisboa.

Página 41

Estalagem do Lidador, Vista do Interior: "Campanha do Bom Gôsto", *Panorama, Revista Portuguesa de Arte e Turismo*, 1.ª série, N.º 2 (vol. 1.º), Julho 1941.

"Pousada de Santa Luzia (Elvas)", Fotografia de Horácio Novais: Arquivo de Fotografia de Lisboa - CPF/MC (SNI/DO/06-01C/54427).

"Um aspecto do exterior da Pousada do Marão", Fotografia de J. Teixeira Pinto: Arquivo de Fotografia de Lisboa - CPF/MC (SNI/DO/06-01C/3098).

"Um aspecto do exterior da Pousada de Santo António (Vale do Vouga)", Arquivo de Fotografia de Lisboa - CPF/MC (SNI/DO/06-01C/3117).

"Um aspecto do exterior da Pousada de S. Martinho do Porto", Fotografia de Santos d'Almeida: Arquivo de Fotografia de Lisboa - CPF/MC (SNI/DO/06-01C/12221).

"Pousada de São Bráz de Alportel (São Bráz de Alportel)", Fotografia de Maria Clementina: Arquivo de Fotografia de Lisboa - CPF/MC (SNI/DO/06-01C/3409).

"Um aspecto do exterior da Pousada de S. Tiago do Cacém", Fotografia de Marques da Costa: Arquivo de Fotografia de Lisboa - CPF/MC (SNI/DO/06-01C/54424).

"Pousada de S. Lourenço (Serra da Estrela)", Fotografia de Maria Clementina: Arquivo de Fotografia de Lisboa - CPF/MC (SNI/DO/06-01C/3405).

Página 42

Estalagem do Lidador, Fotografia: "Campanha do Bom Gôsto", *Panorama, Revista Portuguesa de Arte e Turismo*, 1.ª série, N.º 2 (vol. 1.º), Julho 1941.

Pousada de Santa Luzia, Planta Topográfica: Arquivo DGEMN - Forte de Sacavém.

Pousada de S. Gonçalo, "Uma Pousada na Serra do Marão": Arquivo DGEMN - Forte de Sacavém.

Pousada de Santo António, Planta de Situação: Arquivo DGEMN - Forte de Sacavém.

Pousada de S. Martinho, Implantação: Arquivo DGEMN - Forte de Sacavém.

Pousada de S. Brás, Planta de Localização: Arquivo DGEMN - Forte de Sacavém.

Pousada de S. Tiago, Planta de Conjunto: Arquivo DGEMN - Forte de Sacavém.

Pousada de S. Lourenço, adaptação a partir da Planta do R/Ch e Cave: Arquivo DGEMN - Forte de Sacavém.

Página 46

"Pousada de Santa Luzia (Elvas)", Fotografia de Horácio Novais: Arquivo de Fotografia de Lisboa - CPF/MC (SNI/DO/06-01C/54426).

"Pousada de S. Gonçalo (Marão)", Fotografia de Maria Clementina: Arquivo de Fotografia de Lisboa - CPF/MC (SNI/DO/06-01C/3406).

"Pousada de Santo António (Serém)", Fotografia de Maria Clementina: Arquivo de Fotografia de Lisboa - CPF/MC (SNI/DO/06-01C/3411).

Página 46 (rodapé)

Pousada de Venda Nova, Fotografia Foto Alvão: Arquivo Nacional de Fotografia/Instituto Português de Museus.

Pousada de Venda Nova, Fotografia Foto Alvão: Arquivo Nacional de Fotografia/Instituto Português de Museus.

Pousada de Salamonde, Fotografia Foto Alvão: Arquivo Nacional de Fotografia/Instituto Português de Museus.

Página 47

Pousada de Santa Luzia, Plantas do 1.º Pavimento e do 2.º Pavimento: Arquivo DGEMN - Forte de Sacavém.

Pousada de S. Gonçalo, Plantas da Cave, do 1.º Piso e do 2.º Piso: Arquivo DGEMN - Forte de Sacavém.

Pousada de Santo António, Plantas da Cave, do 1.º Piso e do 2.º Piso: Arquivo DGEMN - Forte de Sacavém.

Página 48

Pousada de S. Martinho, Plantas do 1.º Piso, do 2.º Piso e do 3.º Piso: Arquivo DGEMN - Forte de Sacavém.

Pousada de S. Brás, Plantas dos Pavimentos: Arquivo DGEMN - Forte de Sacavém.

Pousada de S. Tiago, Plantas dos Pavimentos: Arquivo DGEMN - Forte de Sacavém.

Pousada de S. Lourenço, Plantas dos Pisos: Arquivo DGEMN - Forte de Sacavém.

Página 49

"Pousada de S. Martinho do Porto", Fotografia de J. Benoliel: Arquivo de Fotografia de Lisboa - CPF/MC (SNI/DO/06-01C/5181).

"Pousada de S. Brás de Alportel (São Braz de Alportel)", Fotografia de Maria Clementina: Arquivo de Fotografia de Lisboa - CPF/MC (SNI/DO/06-01C/3409).

"Pousada de S. Tiago (Santiago do Cacém)", Fotografia de Maria Clementina: Arquivo de Fotografia de Lisboa - CPF/MC (SNI/DO/06-01C/3408).

Pousada de S. Lourenço: *Pousadas do SNI*, Lisboa, Edições SNI, Março 1948.

Página 49 (rodapé)

Pousada de Salamonde, Fotografia da autora.

Pousada de Pisões, Fotografias da autora.

Página 71

Pousadas em Barragens:

"Um aspecto do exterior da Pousada de S. Pedro (Castelo de Bode - Tomar), Fotografia de Santos d'Almeida: Arquivo de Fotografia de Lisboa - CPF/MC (SNI/DO/06-01C/54422).

"Um aspecto do exterior da Pousada de Santa Catarina (Miranda do Douro)", Fotografia de Santos d'Almeida: Arquivo de Fotografia de Lisboa - CPF/MC (SNI/DO/06-01C/53697).

"Um aspecto do exterior da Pousada de São Bento (Caniçada), Fotografia de Santos d'Almeida: Arquivo de Fotografia de Lisboa - CPF/MC (SNI/DO/06-01C/54418).

Pousada de Santa Clara, Fotografia: Arquivo DGEMN - Forte de Sacavém (Espólio Raúl Chorão Ramalho).
Pousada do Vale do Gaião, Fotografia: Arquivo DGEMN - Forte de Sacavém (Espólio Raúl Chorão Ramalho).

Série Beira-Mar:

Pousada da Nazaré, Maqueta: *Arquitectura*, N.º 57/58, Janeiro/Fevereiro 1957.

Pousada da Arrábida, Alçado Posterior: Arquivo desconhecido.

"Um aspecto do exterior da Pousada do Infante (Sagres)", Fotografia de Santos d'Almeida: Arquivo de Fotografia de Lisboa - CPF/MC (SNI/DO/06-01C/12206).

"Um aspecto do exterior da Pousada da Ria (Aveiro)", Fotografia de Santos d'Almeida: Arquivo de Fotografia de Lisboa - CPF/MC (SNI/DO/06-01C/54423).

Pousadas Regionais:

Pousada da Portela da Gardunha, Perspectiva: *Arquitectura*, N.º 62, Setembro 1958.

Pousada de Vilar Formoso, Maqueta: *Arquitectura*, N.º 62, Setembro 1958.

Pousada de S. Bartolomeu, Fotografia: Arquivo Arquitecto José Carlos Loureiro.

"Um aspecto do exterior da Pousada de Serpa", Fotografia de Santos d'Almeida: Arquivo de Fotografia de Lisboa - CPF/MC (SNI/DO/06-01C/13184).

Pousada de S. Jerónimo, Fotografia da autora.

"Um aspecto do exterior da Pousada de São Teotónio (Valença do Minho)", Fotografia de Santos d'Almeida: Arquivo de Fotografia de Lisboa - CPF/MC (SNI/DO/06-01C/54420).

Pousada de Santa Bárbara, Fotografia da autora.

Pousada da Senhora das Neves, Fotografia: *Pousadas de Portugal*, 1.ª edição, Lisboa, ENATUR/Edições ASA, 1995.

Página 72

Pousadas em Barragens:

"HEZ Aproveitamento de Castelo do Bode - Mess e Dormitório", Localização - Planta: Arquivo EDP.

Pousada de Santa Catarina, Planta Zona de Protecção: Arquivo DGEMN - Forte de Sacavém.

Pousada de São Bento, Implantação: Arquivo DGEMN - Forte de Sacavém.

Pousada de Santa Clara, Localização: Arquivo DGEMN - Forte de Sacavém (Espólio Raúl Chorão Ramalho).

Pousada do Vale do Gaio, Localização: adaptação da autora.

Série Beira-Mar:

Pousada da Nazaré, Implantação: *Arquitectura*, N.º 57/58, Janeiro/Fevereiro 1957.

Pousada da Arrábida, Planta Topográfica: Arquivo DGEMN - Forte de Sacavém.

Pousada do Infante, Planta de Localização: Arquivo DGEMN - Forte de Sacavém.

Pousada da Ria, Planta Geral: Arquivo DGEMN - Forte de Sacavém.

Pousadas Regionais:

Pousada de S. Bartolomeu, Planta de Implantação: Arquivo José Carlos Loureiro.

Pousada de S. Gens, Planta de Implantação: Arquivo DGEMN - Forte de Sacavém.

Pousada de S. Jerónimo, Planta de Implantação: Arquivo DGEMN - Forte de Sacavém.

Pousada de S. Teotónio, Planta Geral: Arquivo DGEMN - Forte de Sacavém.

Pousada de Santa Bárbara, Planta de Implantação: Arquivo DGEMN - Forte de Sacavém.

Pousada da Senhora das Neves, Planta de Implantação: Arquivo DGEMN - Forte de Sacavém.

Página 73 (rodapé)

Estalagem do Picote, Fotografias de Foto Alvão: Arquivo EDP.

Estalagem do Picote, Fotografia de Luís Ferreira Alves: Arquivo EDP.

Página 74 (rodapé)

Estalagem Provisória de Miranda do Douro, Fotografias de Foto Alvão: Arquivo EDP.

Página 75

"Messe do Castelo do Bode", Planta do 1.º Piso: Arquivo EDP.

Pousada de Santa Catarina, Plantas da Cave, do 1.º Piso e do 2.º Piso: Arquivo DGEMN - Forte de Sacavém.

Pousada de S. Bento, Plantas do 1.º Piso, do 2.º Piso e do 3.º Piso: Arquivo DGEMN - Forte de Sacavém.

Pousada de Sta. Clara, Plantas do Piso 2 e do Piso 3: Arquivo DGEMN - Forte de Sacavém (Espólio RCR - Referência RCR e RCR).

Pousada do Vale do Gaio, Planta do Piso: Arquivo DGEMN - Forte de Sacavém (Espólio Raúl Chorão Ramalho).

Página 76

"HEZ Aproveitamento de Castelo do Bode - Mess", Corte GH: Arquivo EDP. Pousada de Santa Catarina, Alçado Nascente: Arquivo DGEMN - Forte de Sacavém.

Pousada de S. Bento, Alçado Principal: Arquivo DGEMN - Forte de Sacavém.

Página 77

Pousada de Santa Clara, Alçado Nordeste: Arquivo DGEMN - Forte de Sacavém (Espólio Raúl Chorão Ramalho).

Pousada do Vale do Gaio, Alçado Principal: Arquivo DGEMN - Forte de Sacavém (Espólio Raúl Chorão Ramalho).

Página 78

Pousada da Nazaré, Fotografia da Maqueta: *Arquitectura*, N.º 57/58, Janeiro/Fevereiro 1957.

Página 79

Pousada da Nazaré, Plantas dos Pisos: *Arquitectura*, N.º 57/58, Janeiro/Fevereiro 1957.

Pousada da Arrábida, Planta do 3.º Piso: Arquivo desconhecido.

Pousada do Infante, Plantas da Cave, do 1.º Piso e do 2.º Piso: Arquivo DGEMN - Forte de Sacavém.

Pousada da Ria, Plantas do 1.º Piso e do 2.º Piso: *Pousada da Ria*, Lisboa, MOP/DGEMN, Novembro 1962.

Página 80

Pousada da Arrábida, Alçado Lateral Esquerdo: Arquivo desconhecido.

Pousada do Infante, Alçado Principal: Arquivo DGEMN - Forte de Sacavém.

Página 84

Pousada da S. Bartolomeu, Fotografia da autora.

Pousada da S. Bartolomeu, Fotografia: Arquivo Arquitecto José Carlos Loureiro.

"Um aspecto do exterior da Pousada de S. Bartolomeu (Bragança)", Fotografia de Santos d'Almeida: Arquivo de Fotografia de Lisboa - CPF/MC

176

(SNI/DO/06-01C/12238).

Página 85

Pousada de S. Teotónio, Perspectiva do 2.º Anteprojecto: TOSTÕES, Ana, "João Andresen e a herança do moderno: a Pousada de São Teotónio", *Monumentos*, N.º12, Março 2000.

Página 86

Pousada de S. Teotónio, Perspectiva: *Arquitectura*, N.º 62, Setembro 1958.

Pousada de Santa Bárbara, Perspectiva: *Arquitectura*, N.º 62, Setembro 1958.

Página 86 (rodapé)

Albergue Pirovano, Alçado (adaptação): MONTUORI, Marina (dir.), *Lezioni di Progettazione. 10 Maestri dell'Architettura Italiana*, Milão, Electa, 1988.

Albergue Pirovano, Fotografia (adaptação): MONTUORI, Marina (dir.), *Lezioni di Progettazione. 10 Maestri dell'Architettura Italiana*, Milão, Electa, 1988.

Página 87

Pousada de Santa Bárbara, Alçado Sudeste: Arquivo DGEMN - Forte de Sacavém.

Página 87 (rodapé)

Casa de Chá da Boa Nova, Corte C2: *A Casa de Chá da Boa Nova*, Lisboa, Blau, 1992.

Pousada de Santa Bárbara, Corte Transversal: Arquivo DGEMN - Forte de Sacavém.

Página 88

Pousada da Portela da Gardunha, Alçado Sul: *Arquitectura*, N.º 62, Setembro 1958.

Pousada de Vilar Formoso, Alçado Nascente: *Arquitectura*, N.º 62, Setembro 1958.

Página 89

Pousada de S. Bartolomeu, Plantas da Cave, do 1.º Piso e do 2.º Piso: Arquivo DGEMN - Forte de Sacavém.

Pousada de S. Teotónio, Plantas do 1.º Piso e do 2.º Piso: Arquivo DGEMN - Forte de Sacavém.

Pousada de Santa Bárbara, Plantas da Cave, do 1.º Piso e do 2.º Piso: Arquivo DGEMN - Forte de Sacavém.

Pousada da Portela da Gardunha, Plantas do 1.º Piso e do 2.º Piso: *Arquitectura*, N.º 62, Setembro 1958.

Página 90

Pousada de Vilar Formoso, Plantas do 1.º Piso e do 2.º Piso: *Arquitectura*, N.º 62, Setembro 1958.

Pousada de S. Gens, Plantas da Cave, do 1.º Piso e do 2.º Piso: Arquivo DGEMN - Forte de Sacavém.

Pousada de S. Jerónimo, Plantas do 1.º Piso e do 2.º Piso: Arquivo DGEMN - Coimbra.

Pousada da Senhora das Neves, Plantas do 1.º Piso, do 2.º Piso e do 3.º Piso: Arquivo DGEMN - Forte de Sacavém.

Página 91

Pousada de S. Gens, Alçado Principal: Arquivo DGEMN - Forte de Sacavém.

"Um aspecto do exterior da Pousada de Serpa", Fotografia de Santos d'Almeida: Arquivo de Fotografia de Lisboa - CPF/MC (SNI/DO/06-01C/13187).

Pousada de S. Jerónimo, Alçado Principal: Arquivo DGEMN - Coimbra.

Página 92

Pousada da Senhora das Neves, Alçado Nascente: Arquivo DGEMN - Forte de Sacavém.

Página 95

Hotel Ritz, Perspectiva e Planta de Conjunto: Arquivo Municipal de Lisboa (Arquivo do Alto da Eira).

Hotel do Mar, Fotografia e Planta do 4.º Piso: *Arquitectura*, N.º 80, Dezembro 1963.

Hotel Ofir, Fotografia e Planta dos Quartos: *Arquitectura*, N.º 33, Maio 1950.

Página 96

Hotel da Balaia, Fotografia e Planta do 2.º Piso: *Arquitectura*, N.º 108, Março-Abril 1969.

Hotel do Garbe, Fotografia e Planta do 1.º Piso: *Arquitectura*, N.º 83, Setembro 1964.

Hotel Algarve, Fotografia e Planta do 1.º Piso: *Arquitectura*, N.º 97, Maio-Junho 1967.

Página 113

Pousada do Castelo, Fotografia: *Castelo de Óbidos*, Boletim da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, N.º 68-69, Lisboa, DGEMN, Junho-Setembro 1952.

"Pousada de S. João Baptista", Fotógrafo desconhecido: Arquivo de Fotografia de Lisboa - CPF/MC (SNI/DO/06-01C/54417).

Pousada dos Lóios, Fotografia: *Pousada dos Lóios*, Lisboa, MOP/DGEMN, 1965.

Pousada de S. Filipe, Postal Ilustrado: Arquivo ENATUR SA (AMV 2000).

Pousada da Rainha Santa Isabel, Fotografia: *Pousada da Rainha Santa Isabel, Estremoz*, Boletim da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, N.º 127, Lisboa, DGEMN, 1977.

Pousada de Santiago, Fotografia da autora.

Pousada de Santa Marinha da Costa, Fotografia da autora.

Pousada do Castelo do Alvito, Fotografia da autora.

Pousada de S. Francisco, Fotografia da autora.

Página 114

Pousada do Castelo, Planta Topográfica: *Castelo de Óbidos*, Boletim da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, N.º 68-69, Lisboa, DGEMN, Junho-Setembro 1952.

Pousada de S. João Baptista, Pormenor da Planta Geral da Ilha: *Forte da Berlenga*, Boletim da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, N.º 74, Lisboa, DGEMN, Dezembro 1953.

Pousada dos Lóios, Planta Topográfica: *Convento dos Lóios, Évora. Adaptação a Pousada*, Boletim da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, N.º 119, Lisboa, DGEMN, Dezembro 1965.

Pousada de S. Filipe, Planta de Implantação: Arquivo DGEMN - Forte de Sacavém.

Pousada da Rainha Santa Isabel, Planta Topográfica: *Pousada da Rainha Santa Isabel, Estremoz*, Boletim da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, N.º 127, Lisboa, DGEMN, 1977.

Pousada de Santiago, Planta de Localização: *Pousada de Santiago, Palmela*, Boletim da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, N.º 129, Lisboa, DGEMN, 1984.

Pousada de Santa Marinha, Planta Geral: *Pousada de Santa Marinha, Guimarães*, Boletim da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, N.º 130, Lisboa, DGEMN, 1985.

Pousada do Castelo do Alvito, Planta Topográfica: Arquivo DGEMN - Forte de Sacavém.

Pousada de S. Francisco, Planta de Localização: adaptação da autora.

Página 115

Pousada do Castelo, Fotografia: *Castelo de Óbidos*, Boletim da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, N.º 68-69, Lisboa, DGEMN, Junho-Setembro 1952.

Pousada de S. João Baptista, Fotografia: *Forte da Berlenga*, Boletim da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, N.º 74, Lisboa, DGEMN, Dezembro 1953.

Pousada dos Lóios, Fotografia: *Convento dos Lóios, Évora. Adaptação a Pousada*, Boletim da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, N.º 119, Lisboa, DGEMN, Dezembro 1965.

Pousada da Rainha Santa Isabel, Fotografia: *Pousada da Rainha Santa Isabel, Estremoz*, Boletim da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, N.º 127, Lisboa, DGEMN, 1977.

Pousada de Santiago, Fotografia: *Pousada de Santiago, Palmela*, Boletim da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, N.º 129, Lisboa, DGEMN, 1984.

Página 116

Claustro da Pousada dos Lóios, Fotografias: *Convento dos Lóios, Évora. Adaptação a Pousada*, Boletim da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, N.º 119, Lisboa, DGEMN, Dezembro 1965.

Claustro da Pousada de Santiago, Fotografias: *Pousada de Santiago, Palmela*, Boletim da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, N.º 129, Lisboa, DGEMN, 1984.

Página 117

Pousada do Castelo, Plantas dos Pisos: *Castelo de Óbidos*, Boletim da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, N.º 68-69, Lisboa, DGEMN, Junho-Setembro 1952.

Pousada de S. João Baptista, Plantas dos Pisos: *Forte da Berlenga*, Boletim da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, N.º 74, Lisboa, DGEMN, Dezembro 1953.

Pousada de S. Filipe, Plantas dos Pisos: Arquivo DGEMN - Forte de Sacavém.

Pousada da Rainha Santa Isabel, Plantas dos Pisos: *Pousada da Rainha Santa Isabel, Estremoz*, Boletim da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, N.º 127, Lisboa, DGEMN, 1977.

Página 118

Pousada dos Lóios, Plantas dos Pisos: *Convento dos Lóios, Évora. Adaptação a Pousada*, Boletim da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, N.º 119, Lisboa, DGEMN, Dezembro 1965.

178

Pousada de Santiago, Plantas dos Pisos: *Pousada de Santiago, Palmela*, Boletim da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, N.º 129, Lisboa, DGEMN, 1984.

Pousada de Santa Marinha da Costa, Plantas dos Pisos: *Pousada de Santa Marinha, Guimarães*, Boletim da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, N.º 130, Lisboa, DGEMN, 1985.

Página 120

Pousada de D. Dinis, Alçado F - Núcleo R: Arquivo DGEMN - Forte de Sacavém.

Pousada de D. Dinis, Fotografia da autora.

Pousada de Santa Marinha da Costa, Alçado Poente: *Pousada de Santa Marinha, Guimarães*, Boletim da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, N.º 130, Lisboa, DGEMN, 1985.

Pousada de Santa Marinha da Costa, Fotografia da autora.

Página 121

Pousada de Santa Marinha da Costa, Desenvolvimento da ocupação do espaço: *Pousada de Santa Marinha, Guimarães*, Boletim da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, N.º 130, Lisboa, DGEMN, 1985.

Pousada de D. Dinis, Plantas dos Pisos: Arquivo DGEMN - Forte de Sacavém.

Pousada de S. Francisco, Plantas dos Pisos: *Pousada de S. Francisco*, Lisboa, ENATUR, Dezembro 1994.

Pousada do Castelo do Alvito, Plantas dos Pisos: Arquivo ENATUR SA.

Página 122

Pousada do Castelo do Alvito, Fotografias da autora.

Pousada de S. Francisco, Fotografias da autora.

Página 123

Pousada de Santa Maria, Postal Ilustrado: Arquivo ENATUR - Pousadas de Portugal (AMV 2000).

Pousada da Senhora da Oliveira, Fotografia da autora.

Pousada de D. Dinis, Fotografia da autora.

"Um aspecto do exterior da Pousada do Barão de Forrester (Alijó)", Fotografia de Santos d'Almeida: Arquivo de Fotografia de Lisboa - CPF/MC (SNI/DO/06-01C/12257).

Pousada Mestre Afonso Domingues, Fotografia da autora.

Página 124

Pousada de Santa Maria, Planta de Localização: Arquivo DGEMN - Forte de Sacavém.

Pousada da Senhora da Oliveira, Localização: adaptação da autora.

Pousada de D. Dinis, Planta de Implantação: Arquivo DGEMN - Forte de Sacavém.

Pousada do Barão de Forrester, Localização: adaptação da autora.

Pousada Mestre Afonso Domingues, Localização: adaptação da autora.

Página 130

Casa das Artes, Fotografia de Luís Ferreira Alves: Arquivo do Arquitecto Eduardo Souto Moura.

Escola Superior de Comunicação Social, Fotografia (adaptação): *Prémio Secil de Arquitectura 1994*, Lisboa, Secil/Ordem dos Arquitectos, 1994.

Chiado, Fotografia (adaptação): *Prémio Secil de Arquitectura 1996*, Lisboa, Secil/Ordem dos Arquitectos, 1996.

Escola Superior de Arte e Design, Fotografia (adaptação): *Prémio Secil de Arquitectura 1998*, Lisboa, Secil/Ordem dos Arquitectos, 1998.

Faculdade das Ciências da Informação, Fotografia (adaptação): *Prémio Secil de Arquitectura 2000*, Lisboa, Secil/Ordem dos Arquitectos, 2000.

Casa Pacheco Melo, Fotografia (adaptação): *Prémio Secil de Arquitectura 2002*, Lisboa, Secil/Ordem dos Arquitectos, 2002.

Página 143

Pousada da Flor da Rosa, Fotografia de Luís Ferreira Alves: Arquivo Arquitecto João Luís Carrilho da Graça.

Pousada de Nossa Senhora da Assunção, Postal Ilustrado: Arquivo ENATUR SA (AMV 2000).

Pousada de Sta. Maria do Bouro, Fotografia: Arquivo Arquitecto Eduardo Souto Moura.

Pousada de Tibães, Fotografia: Arquivo Arquitecto Raúl Hestnes Ferreira.

Pousada de D. João IV, Fotografia da autora.

Pousada de D. Afonso II, Fotografia: *Pousada D. Afonso II*, Lisboa, ENATUR, 1998.

Página 144

Pousada da Flor da Rosa, Planta de Localização (adaptação): *Carrilho da Graça*, Lisboa, Editorial Blau, 1995.

Pousada de Nossa Senhora da Assunção, Planta de Situação: Arquivo Arquitecto José Paulo dos Santos.

Pousada de Sta. Maria do Bouro, Planta de Situação: Arquivo Arquitecto Eduardo Souto Moura.

Pousada de Tibães, Planta de Situação: Arquivo Arquitecto Raúl Hestnes Ferreira.

Pousada de D. João IV, Planta de Situação: Arquivo ARQUI III, Interiores e Decoração (JA, PFP & PES).

Pousada de D. Afonso II, Planta de Localização: *Pousada D. Afonso II*, Lisboa, ENATUR, 1998.

Página 145

Pousada da Flor da Rosa, Fotografia de Maria Timóteo (adaptação): *Carrilho da Graça, Lisboa, Editorial Blau, 1995.*

Pousada da Flor da Rosa, Alçado Sul: Arquivo ENATUR SA.

Página 146

Pousada da Flor da Rosa, Fotografias da autora.

Pousada de Nossa Senhora da Assunção, Alçado Oeste: Arquivo Arquitecto José Paulo dos Santos.

Pousada de Nossa Senhora da Assunção, Fotografia da autora.

Página 147

Pousada da Flor da Rosa, Plantas do Pisos: Arquivo ENATUR SA.

Pousada de Nossa Senhora da Assunção, Plantas dos Pisos: Arquivo Arquitecto José Paulo dos Santos.

Pousada de Santa Maria do Bouro, Plantas dos Pisos: Arquivo Arquitecto Eduardo Souto Moura.

Página 148

Pousada de Tibães, Plantas dos Pisos: Arquivo Arquitecto Raúl Hestnes Ferreira.

Pousada de D. João IV, Plantas dos Pisos: Arquivo ARQUI III, Interiores e Decoração (JA, PFP & PES).

Pousada de D. Afonso II, Plantas dos Pisos: *Pousada D. Afonso II*, Lisboa, ENATUR, 1998.

Página 149

Pousada de Nossa Senhora da Assunção, Fotografias da autora.

Pousada de Santa Maria do Bouro, Fotografia de Luís Ferreira Alves: Arquivo Arquitecto Eduardo Souto Moura.

Pousada de Santa Maria do Bouro, Alçado Poente: Arquivo Arquitecto Eduardo Souto Moura.

Página 150

Pousada de Santa Maria do Bouro, Alçado Sul: Arquivo Arquitecto Eduardo Souto Moura.

Pousada de Sta. Maria do Bouro, Fotografia: Arquivo Arquitecto Eduardo Souto Moura.

Pousada de Tibães, Maqueta da Proposta: Arquivo Arquitecto Raúl Hestnes Ferreira.

Página 151

Pousada de D. João IV, Fotografia da autora.

Pousada de D. João IV, Alçado Terreiro do Paço: Arquivo ARQUI III, Interiores e Decoração (JA, PFP & PES).

Pousada de D. João IV, Fotografias da autora.

Pousada de D. Afonso II, Fotografia: *Pousada D. Afonso II*, Lisboa, ENATUR, 1998.

Página 152

Pousada de D. Afonso II, Alçado Norte: *Pousada D. Afonso II*, Lisboa, ENATUR, 1998.

Pousada de D. Afonso II, Fotografias da autora.

Agradecemos a cedência de imagens às seguintes
pessoas e entidades:

Arquitecto Eduardo Souto Moura

Arquitecto José Carlos Loureiro

Arquitecto José Paulo dos Santos

Arquitecto Raúl Hestnes Ferreira

ARQUI III, Interiores e Decoração (JA, PFP & PES)

Fotógrafo Luís Ferreira Alves

Arquivo da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos
Nacionais/Forte de Sacavém

Arquivo EDP

Arquivo ENATUR SA

Arquivo de Fotografia de Lisboa-CPF/MC

Instituto Português de Museus

Arquivo Municipal de Lisboa

Centro Português de Fotografia

Créditos Fotográficos